



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA PSICANALÍTICA

TESE DE DOUTORADO

NEUROSES CONTEMPORÂNEAS: o caso dos transtornos alimentares

FLAVIA LANA GARCIA DE OLIVEIRA

Rio de Janeiro

Julho/2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA PSICANALÍTICA

NEUROSES CONTEMPORÂNEAS: o caso dos transtornos alimentares

FLAVIA LANA GARCIA DE OLIVEIRA

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Teoria Psicanalítica.

Orientadora: **PROFA. DRA. TANIA COELHO DOS SANTOS**

Rio de Janeiro

Julho/2017

NEUROSES CONTEMPORÂNEAS: o caso dos transtornos alimentares

Flavia Lana Garcia de Oliveira

Orientadora: Profa. Dra. Tania Coelho dos Santos

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Teoria Psicanalítica.

Aprovada por:

Presidente – Profa. Dra. Tania Coelho dos Santos (UFRJ)

(Orientadora)

Profa. Dra. Betty Bernardo Fuks (UVA)

Prof. Dr. Vinicius Anciães Darriba (UERJ)

Prof. Dr. Carlos Alberto Ribeiro Costa (UFRJ)

Profa. Dra. Angélica Cantarella Tironi (UFRJ)

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

O48 Oliveira, Flavia Lana Garcia de.

Neuroses contemporâneas: o caso dos transtornos alimentares / Flavia Lana Garcia de Oliveira. 2017.

161f.

Orientadora: Tania Coelho dos Santos.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, 2017.

1. Psicanálise. 2. Neuroses. 3. Distúrbios alimentares.
I. Santos, Tania Coelho dos.. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia.

CDD: 150.195

Aos meus pais, pela força do desejo.

AGRADECIMENTOS

À *Tania Coelho dos Santos*, por me orientar em meu trajeto de pesquisa em psicanálise há dez anos. Por ser referência em minha formação. Por ocupar esta função com firmeza e rigor. Por apostar neste percurso. Pelo desejo de analista tão potente.

Aos meus pais, *Vera Lucia Garcia Oliveira* e *Sergio de Oliveira*, pelo amor, pela preocupação, pela dignidade e pela disposição na educação de seus filhos. Um fruto raramente cai muito longe da árvore.

Aos meus irmãos, *Francisco S. Garcia de Oliveira* e *Sergio F. Garcia de Oliveira*, pelo carinho, pelo apoio e pela fraternidade.

À professora *Rosa Guedes Lopes*, com quem tive a honra de trabalhar desde minha iniciação científica. Seu laço com a clínica psicanalítica e com a orientação em pesquisa são marcas muito importantes.

À professora *Maria Cristina Antunes*, agradeço por ter me acolhido no Programa de Psicanálise Aplicada à Clínica da Obesidade. Seu saber-fazer clínico deixou rastros imprescindíveis em minha formação.

Ao professor *Vinicius Anciães Darriba*, pela parceria de trabalho durante o Programa de Residência em Psicologia Clínica Institucional da UERJ. Também sou grata ao aceite do convite em compor a banca examinadora desta tese.

À professora *Angélica Cantarella Tironi*, agradeço a parceria na comissão executiva da Revista *aSEPHallus* e também o aceite ao convite de compor a banca examinadora desta tese.

À professora *Betty Fuks*, pela disponibilidade em aceitar compor a banca examinadora desta tese e trazer suas contribuições.

Ao professor *Carlos Alberto Ribeiro Costa*, pela gentileza em compor a banca examinadora desta tese e em trazer suas contribuições.

À professora *Cristina Lindemeyer*, pela colaboração durante meu estágio sanduíche na Université Paris VII.

Ao professor *Dany-Robert Dufour*, pela autorização de traduções e publicações em português de materiais de sua autoria que foram fundamentais para esta pesquisa.

À professora *Nadja Nara Pinheiro*, agradeço pelo laço, por ter testemunhado sua inspirada produção durante o pós-doutorado, por acompanhar o andamento da minha pesquisa, pelas memoráveis reuniões em *Vaugirard* e outros momentos.

A *Adonis Pinheiro* e à *Dona Nara*, pela gentileza, carinho e enorme sabedoria de vida e de conhecimento.

Às colegas do ISEPOL, a quem respeito e admiro. Agradeço pelo grande apoio: *Lucia Helena Cunha, Maria Luiza Caldas, Katia Danemberg, Rachel Amin, Ana Cristina Cardoso, Comba Cascardo, Fernanda Saboya, Marcia Infante e Jaqueline Ferreira.*

A *Patrícia Mattos, Fernanda Queiroz e Eliza Schlodman*, meu especial agradecimento pela parceria clínica.

A *Mariana Medrado, Flavia Pereira e Daniele Rangel*, as quais admiro pela agilidade e engajamento na atuação em psicanálise aplicada ao hospital geral.

À *Manuella Itapary*, pela doçura e pela atenção ao meu desejo de transmitir.

Aos amigos de doze anos de UFRJ, em transferência com a psicanálise, *Maicon Cunha e Natalia Vidal*, assim como aos colegas de pós: *Matheus Knust, Erly Neto, Aline Bemfica, Maria Medeiros e Tiago Sarmiento*, pelas trocas.

Aos singulares amigos com os quais a vida é mais leve: *Christine Frankenfeld, Katerine Sonoda, Carolina Ruggeri, Felipe Hautequestt, Maria Cavalcanti, Adriana Lipiani, Luisa Motta e Joyce Mariella.*

A *Waldir Périco*, por um laço que fez diferença.

À *Anna Teresa Penalber*, pela colaboração na normatização da tese.

A *Serge Fadla*, pela hospitalidade em meus meses na França.

A *Vanessa Santos, Sabrina Camargo e Ana Cláudia Soares*, pelo imenso apoio além-mar durante meu estágio sanduíche.

Ao *Instituto de Psicologia da UFRJ, seus funcionários e professores*, por ser meu celeiro de formação acadêmica desde 2005, pelas oportunidades propiciadas no transcorrer desse tempo.

À CAPES, pelos anos de fomento do processo de doutoramento no Brasil.

À FAPERJ, pelo financiamento do período sanduíche na França.

RESUMO

OLIVEIRA, F. L. G. de. **NEUROSES CONTEMPORÂNEAS: o caso dos transtornos alimentares**. Rio de Janeiro, 2017. Tese (Doutorado em Teoria Psicanalítica) – Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

O propósito central desta pesquisa é contribuir com uma leitura renovada dos subsídios teórico-clínicos da psicanálise para o tema das neuroses contemporâneas, a partir das psicopatologias do circuito da pulsão oral. Tentamos elucidar o que particulariza o modo neurótico contemporâneo de relação com os objetos, tirando da penumbra o estatuto do fantasma nos transtornos alimentares. Em uma considerável parcela de casos, a precariedade da função simbólica do falo como significante da falta no desejo se presentifica, sem que necessariamente se trate de uma psicose. A questão do fantasma clássico é arenosa se não há objeto cedido. Nossa premissa foi a de que todo sintoma, seja ele moderno ou contemporâneo, advém de um tipo de relação com o Outro, no que isso caracteriza uma escolha de gozo e uma formação de compromisso diante da impossibilidade de abdicá-la. Sintetizamos as vicissitudes histórico-discursivas das figuras do Outro da modernidade até os dias de hoje. Sustentamos o argumento de que o capitalismo corrompe a ordem simbólica moderna. Especificamos a versão neoliberal da lógica capitalista, aproximando-a de uma transmissão social veiculadora do egoísmo pulsional. Como efeito produtor de subjetividade, identificamos que a insaciável falta-a-gozar produz um modo de insatisfação mais virulento do que aquele inserido no funcionamento da histeria clássica. O tratamento inconsciente via Outro paterno não adquire a mesma potência de pacificação do gozo traumático. Os fenômenos psicopatológicos, dentre os quais os transtornos alimentares, evidenciam o sujeito tragado pela posição de objeto, radicalmente compelido a consumir até ser consumido. As concepções democráticas de liberdade e de igualdade foram desvencilhadas da dialética do direito e do dever. Mapeamos a metapsicologia da melancolia, com a expectativa de encontrarmos bons parâmetros para abordar as psicopatologias relacionadas à dietética. Propomos que a inclinação melancoliforme descreve a lógica fantasmática do consumidor insatisfeito, lesado em seus direitos essenciais e absolutos, que cobra ao Outro o gozo que lhe é devido. Pensamos a questão do fantasma na contemporaneidade entre debilidade, psicotização e alterações no caráter. Dedicamo-nos a um exame casuístico dos transtornos alimentares, destacando elementos indicativos do desmentido banal da autoridade simbólica e do empuxo em fazer a relação sexual existir a qualquer medida. As relações igualitárias e rebeldes à mestria paterna se manifestam no esforço descomedido em ser tudo e receber tudo no laço com o Outro. Nossa suposição é a de que esta pode ser a base inconsciente dos transtornos alimentares em uma gama de neuroses contemporâneas.

Palavras-chave: transtornos alimentares; fantasma; neuroses contemporâneas; contemporaneidade.

RÉSUMÉ

OLIVEIRA, F. L. G. de. **NÉVROSES CONTEMPORAINES: le cas des troubles alimentaires.** Rio de Janeiro, 2017. Thèse (Doctorat en Théorie Psychanalytique) – Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

Le propos central de cette recherche est de contribuer à une lecture renouvelée des recours théorique-cliniques de la psychanalyse au thème des névroses contemporaines dès les psychopathologies du circuit de la pulsion orale. Nous essayons d'élucider ce qui particularise la façon névrotique contemporaine par rapport aux objets, en retirant de l'ombre le statut du fantasme dans les troubles alimentaires. Dans beaucoup des cas, la précarité de la fonction symbolique du phallus comme signifiant du manque au désir devient présent, sans qu'il soit forcément une psychose. La question du fantasme classique est aride s'il n'y a aucun objet cédé. Notre prémisse était que tout le symptôme, que ce soit moderne ou contemporaine, vient d'un type de relation avec l'Autre, puisqu'il caractérise un choix de jouissance et une formation de compromis avant l'incapacité de l'abdiquer. Nous avons résumé les destins historique-discursives des figures de l'Autre de la modernité à nos jours. Nous avons soutenu l'argument selon lequel le capitalisme corrompt l'ordre symbolique moderne. Nous avons spécifié la version néolibérale de la logique capitaliste, en la rapprochant à une transmission sociale qu'apporte l'égoïsme pulsionnel. En tant qu'effet producteur de subjectivité, nous avons identifié que l'insatiable manque-à-jouir produit un mode d'insatisfaction plus virulent que celui du fonctionnement de l'hystérie classique. Le traitement inconscient par la voie de l'Autre paternel ne obtient pas la même puissance de pacification de la jouissance traumatique. Les phénomènes psychopathologiques, parmi lesquels les troubles alimentaires, montrent le sujet avalé par la position de l'objet, radicalement obligé de consommer jusqu'à être consommé. Les conceptions démocratiques de liberté et d'égalité ont été retirés de la dialectique du droit et du devoir. Nous avons mappé la métapsychologie de la mélancolie tout en souhaitant de trouver des bons paramètres pour aborder la psychopathologie liée à la diététique. Nous avons proposé que l'état mélancoliforme décrit la logique fantasmatique du consommateur insatisfait, blessé dans ses droits essentiels et absolus, en exigeant de l'Autre la jouissance qui lui est dû. Nous pensons la question du fantasme dans contemporanéité entre débilite, psicotization et des alterations du caractere. Nous nous sommes dédiés à un examen casuistique des troubles alimentaires, en soulignant des éléments indicatifs du démensonge banal de l'autorité symbolique et de la poussée à faire le rapport sexuel exister à n'importe quelle mesure. Les relations égalitaires et rebelles à la maîtrise paternelle se manifestent dans l'effort exagéré d'être tout et de recevoir tout au lien avec l'Autre. Notre hypothèse est que cela peut être la base inconsciente des troubles alimentaires dans une gamme de névroses contemporaines.

Mots-clés: troubles alimentaires; fantasme; névroses contemporaines; contemporanéité.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Discurso do Mestre.	79
Figura 2. Discurso do Capitalista.	79
Figura 3. Os termos e lugares discursivos.	79
Figura 4. O sujeito e o Outro	98
Figura. 5. Esquemas da alienação e da separação, respectivamente.	100

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. UMA REVISÃO CRÍTICA SOBRE ANOREXIAS, BULIMIAS E OBESIDADES NA LITERATURA PSICANALÍTICA.....	23
CAPÍTULO 1.....	23
1.1. Uma genealogia introdutória sobre os temas da anorexia e da bulimia.....	23
1.2. A abordagem pós-freudiana: em direção aos transtornos alimentares como patologias narcísicas.....	33
1.3. Especificidades de uma resposta ao real.....	36
1.4. A vertente da melancolia: observações iniciais.....	42
1.5. Obesidade, fenômeno contemporâneo por excelência? Da sociologia e da saúde pública à psicanálise.....	47
CAPÍTULO 2.....	56
2. O LAÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE E IMPLICAÇÕES CLÍNICAS.....	56
2.1. Sobre o conceito do grande Outro e a função paterna.....	56
2.2. A organização edipiana do laço social.....	63
2.3. Capitalismo e neoliberalismo.....	69
2.3.1. O capitalismo na modernidade, moral sexual civilizada e mais-de-gozar.....	70
2.3.2. Capitalismo e democracia na atualidade.....	74
2.4. O adoecimento da democracia e os destinos da tradição.....	82
2.5. Precarização da função simbólica do Outro.....	86
CAPÍTULO 3.....	92
3. A LÓGICA DO FANTASMA NA PASSAGEM DO MODERNO AO CONTEMPORÂNEO.....	92
3.1. O fantasma moderno: <i>Bate-se em uma criança</i>	92
3.2. Alienação e separação: processos de construção do fantasma.....	97
3.3. A problemática do fantasma na contemporaneidade: entre debilidade, psicotização e alterações no caráter.....	103
3.3.1. Psicotização do laço com a realidade.....	104

3.3.2. A debilidade do eu.....	105
3.3.3. Alterações no caráter.....	107
3.4. A hipótese da psicose ordinária para o sujeito contemporâneo	110
3.5. A hipótese do desmentido banal da castração	116
3.6. A posição melancoliforme como fantasma do consumidor.....	119
3.6.1. A oralidade, a lógica do consumidor e a transmissão do Outro.....	123
CAPÍTULO 4.....	128
4. EXAME CASUÍSTICO DE TRANSTORNOS ALIMENTARES.....	128
4.1. Fazendo a relação sexual existir a qualquer medida.....	128
4.2. Figuras do Outro “neodemocrático”	135
4.3. O desmentido paterno em um caso de bulimia	139
4.4. A transmissão dos referenciais identificatórios em questão	142
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	145
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	150

INTRODUÇÃO

“Como poderia fazer de seu ser o eixo de tantas vidas quem nada soubesse da dialética que o compromete com essas vidas num movimento simbólico”.

LACAN, 1953 – *Função e Campo da Fala e da Linguagem em Psicanálise*

O propósito central desta pesquisa é contribuir com uma leitura renovada dos subsídios teórico-clínicos da psicanálise para o tema das neuroses contemporâneas, a partir das psicopatologias do circuito da pulsão oral. De antemão, fazemos uma ressalva. Por vezes, optamos por utilizar locuções como “transtornos alimentares” ou “psicopatologias alimentares”, a fim de agilizar a retórica e melhor dialogar com as áreas de conhecimento que se dedicam a esses fenômenos corporais. Lembremos que essa é uma problemática mobilizadora de olhares multidisciplinares nos territórios da endocrinologia, da nutrição, da genética e da psiquiatria. Sendo assim, nossa flexibilidade terminológica não representa um compromisso com a psiquiatria contemporânea, nem com uma generalização inadvertida que cegaria a singularidade do caso-a-caso que só o exame casuístico criterioso pode transmitir. Abrangemos anorexias, bulimias e obesidades, com uma metodologia que preconiza os recursos finos da psicanálise. Reiteramos a importância da escuta do inconsciente, da relação ao falo, da posição de gozo e das especificidades do laço com o Outro que são verificáveis na investigação dessas circunstâncias.

Um pano de fundo que contextualiza esse trabalho corresponde às discussões de grande envergadura que acontecem no meio psicanalítico nas últimas décadas. Elas têm sido direcionadas para revisão e redefinição das ferramentas diagnósticas atuais. As mudanças discursivas em voga no laço social contemporâneo sobressaem no cenário dos fenômenos psicopatológicos e das configurações do adoecimento psíquico, o que vem inquietando aqueles que exercem a clínica psicanalítica. Na orientação lacaniana, é consensual que a notória e crescente vacilação da metáfora paterna coloca em questão a abordagem tradicional centrada na nitidez da oposição neurose *vs* psicose. Seu elemento diferenciador é a inexorável presença ou ausência da inscrição da função mediadora do pai na simbolização da perda de objeto. Esse cenário requer de um pesquisador um estudo crítico para aprimorar o alcance da intervenção psicanalítica diante do ineditismo da conjuntura. Com isso, nosso objetivo *princeps* se

capilariza e vai ganhando densidade. Dentro do corpo que esta pesquisa foi ganhando, nosso recorte se lapidou basicamente a partir de dois norteadores:

I- *O estatuto das neuroses na contemporaneidade*

Coelho dos Santos (2008b) ressalta o que muitas vezes foi destacado por Jacques-Alain Miller sobre nossa época: os sintomas neuróticos são menos alimentados pelo sentido, e as psicoses tendem a se manifestar minguadas de produção delirante. Por esse motivo, a dúvida diagnóstica é uma constante nos dias de hoje. As modalidades de sofrimento subjetivo cada vez mais expõem satisfações pulsionais que não se mascaram pelo recalque. Pelo contrário, dispensam o simbólico e se manifestam sem rodeios. A hipótese de Miller acerca da psicose ordinária parece ter sido tomada por alguns psicanalistas como um novo farol na prática contemporânea (MILLER et al., 2004). Com efeito, ela propiciou uma nova chave explicativa para modalidades de satisfação mais autistas e cerradas no gozo autoerótico com o objeto. Os “novos sintomas” passaram a ficar sob sua mira. Miller a articula ao aforismo de que o Outro não existe. Dito de outra maneira, a psicose ordinária seria rebento da forclusão generalizada da consistência do Outro simbólico.

Constatamos que uma variedade de casos convida a uma averiguação cautelosa da operatividade clínica das diretrizes do diagnóstico de psicose ordinária. A suposição de que ela absorve todos os sintomas contemporâneos não é clinicamente tangível. Essa pesquisa se delineou nesse bojo, tematizando a incidência dos transtornos alimentares em possíveis neuroses contemporâneas. Algumas situações revelam a coordenação do funcionamento psíquico do indivíduo ao complexo de Édipo, aos Outros parentais, assim como a fixações fantasmáticas. Em que pese seu *modus operandi* ser paradoxalmente marcado por desregulações importantes, colocando em xeque a eficácia do supereu paterno, da inscrição da castração como barreira da sexualidade à pulsão de morte e da diferenciação entre o eu e o isso. A acuidade diagnóstica se encaminharia para a distinção entre neuroses encobertas por novos sintomas *prêt-à-porter* e psicoses (COELHO DOS SANTOS; ZUCCHI, 2007).

O problema das neuroses contemporâneas não parece ter atraído o Campo Freudiano com o mesmo vigor que o da psicose ordinária. Já a corrente pós-freudiana possui com Fenichel um exímio representante de estudos voltados para esse mote. Não obstante, psicanalistas como Marie-Hélène Brousse (2014) ratificaram a legitimidade de uma investigação mais dedicada à evolução das neuroses na transição de épocas. Nesta tese, nos empenhamos na tentativa de lançar mais luz sobre o que particulariza o modo neurótico contemporâneo de relação com os

objetos, elemento este intrínseco às modalidades atuais de destinação do gozo. Entretanto, é Freud quem outorga esse desdobramento ao observar a aparição de estados psíquicos não psicóticos, definidos por seu “montante da rigidez psíquica” (FREUD, 1933c/1996, p. 151). Tais casos já o desafiavam quanto às possibilidades de êxito da psicanálise, pois conteriam em seu âmago alterações expressivas no plano do caráter: “Já sabem os senhores que o campo de aplicação da terapia analítica se situa nas neuroses de transferência – fobias, histeria, neurose obsessiva – e, além disso, anormalidades de caráter que se desenvolvem em lugar dessas doenças” (FREUD, 1933c/1996, p. 152). O antagonismo entre as reivindicações pulsionais e a renúncia pulsional, em prol da promessa civilizatória de tratamento do desamparo, se mostra dificilmente solucionável. A disputa é acirrada. Nesse lastro freudiano, pretendemos contemplar o escopo de psicopatologias alimentares. Em considerável parcela de casos, a precariedade da operatividade do falo como significante da falta – isto é, como o elemento estrutural que confere ao Nome-do-Pai efetividade na ação de subtração do gozo – se presentifica, sem que necessariamente se trate de uma psicose.

II- *O segundo ensino de Lacan – “Clínica do fantasma”.*

O enfoque teórico-conceitual dessa pesquisa valoriza a obra freudiana, o ensino de Lacan, as teorizações de Miller e de outros psicanalistas contemporâneos. Além disso, se serve de interlocuções com autores pós-freudianos e de incursões na filosofia política, em diálogo com a psicanálise, que nos auxiliam a explicitar as torções narrativas que definem os diferentes tempos da história da humanidade. Nosso aporte principal é o segundo ensino da teoria da clínica lacaniana. Seguimos a periodização proposta por Coelho dos Santos (2010) em três escansões, denominadas, respectivamente, como “clínica do significante”, “clínica do fantasma” e “clínica do real”. O eixo da “clínica do significante” é o conceito lacaniano de Nome-do-Pai. Assenta-se no primado do simbólico sobre os outros registros da constituição psíquica. Sua definição decisiva é a do inconsciente estruturado como uma linguagem. A “clínica do fantasma”, por sua vez, privilegia a relação do sujeito dividido com o objeto *a*. Permite entrever tanto o sujeito do inconsciente identificado aos significantes do grande Outro, quanto as fixações deste a objetos na esfera do gozo corporal e autoerótico. Já a “clínica do real” tem como sustentáculo o axioma “não há relação sexual”. O real, que até então correspondia ao impossível de suportar, passa também a ser delimitado no mal-entendido entre os sexos. O simbólico do Outro paterno perde sua primazia. O sujeito do significante e o gozo do fantasma são reduzidos ao *fallasser*, ou seja, a um corpo vivo atravessado pela linguagem

(COELHO DOS SANTOS, 2010). A linguagem não incide apenas como mortificadora do gozo, mas também como vivificante do corpo. A leitura baseada no *sinthoma* centra-se no modo de gozar de um *falasser* em sua singularidade irreduzível.

Essa articulação atualizou o conhecimento psicanalítico para uma clínica dos novos arranjos entre o real, o simbólico e o imaginário, diante do declínio da organização subjetiva ancorada na função do Nome-do-Pai. Não por acaso, o último ensino de Lacan foi eleito como a pedra de toque da subjetividade contemporânea. Porém, ele não revoga os instrumentos clássicos para a escuta analítica dos neuróticos. Na medida em que se aposta depressa demais em um inédito uso do corpo a ser pensado e em uma nova funcionalidade do sintoma, corre-se o risco de esvaziar a importância do papel do inconsciente, do fantasma e da função fálica na constituição subjetiva. O sintoma permanece sendo uma emergência de gozo que faz subsistir de forma disfarçada o reduto fantasmático. É dele que se decifra a organização simbólica que representa o sujeito e suas fragilidades na simbolização do enigma da diferença sexual. Os ditos dos Outros primordiais, bem como o lugar fantasmático destinado à criança como sintoma dos pais, são inescapáveis na conformação das respostas singulares de cada sujeito ao real da castração.

Buscamos, assim, tirar da penumbra o estatuto do fantasma nas psicopatologias alimentares, dentro do espectro de neuroses. Revisitamos as noções de alienação, separação à luz dos atravessamentos discursivos da contemporaneidade, com o propósito de melhor depurar os modos de gozo em jogo. A questão do fantasma clássico é arenosa se não há objeto cedido. O sujeito encarna essa objetualização aparentemente como resto inatingido pela falicização. Em um cenário mais amplo, o objeto *a* tende a ascender ao zênite da civilização atual como mais-de-gozar assexuado (LACAN, 1970/2003), como insaciabilidade insubmissa à perda. Relança-se, assim, a pergunta sobre qual a posição fantasmática que marca o laço inconsciente com a realidade e com o objeto. Por isso, precisamos ter em vista as novas apresentações da figura do Outro parental no liame contemporâneo.

Vale observar que este trabalho sedimenta o que foi percorrido ao longo dos últimos dez anos em minha trajetória no campo da pesquisa em teoria da clínica psicanalítica na universidade, com a orientação da Profa. Dra. Tania Coelho dos Santos. Articula-se a uma metodologia de maturação dos conceitos que alvoreceu em 2007, ainda no Programa de Iniciação Científica para graduandos de Psicologia da UFRJ, e foi desenvolvida mais profundamente em minha dissertação de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica da UFRJ. Este trabalho versou sobre o estatuto do sintoma em Freud e na primeira

clínica lacaniana¹. O real sem sentido do sintoma voltou a me impelir à pesquisa a partir da imersão intensiva na práxis pelo Programa de Residência em Psicologia Clínica Institucional do Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE-UERJ). Contingências me levaram a ser a residente de referência no setor de Endocrinopediatria e também a acompanhar adolescentes e adultos com transtornos alimentares em outros ambulatórios do hospital. Essa experiência no âmbito da psicanálise aplicada me convocou a sustentar o desejo de analista frente a casos envolvendo sintomas contemporâneos. Concomitante a isso, integrei a equipe do Programa de Diagnóstico e Tratamento da Obesidade Crônica e Mórbida do Instituto Sephora de Pesquisa de Orientação Lacaniana (ISEPOL). Essa oportunidade me introduziu igualmente nas dificuldades dessa clínica, assim como no esforço de construção de formalizações para a direção do tratamento psicanalítico nesse terreno ainda obscuro na orientação lacaniana.

Também sinalizo neste preâmbulo que a espinha dorsal dessa tese se erigiu a partir de algumas fórmulas desenvolvidas por Coelho dos Santos para esclarecer a sociedade contemporânea. Destaco, previamente, as mais importantes para o andamento da pesquisa. São elas: “A hipermodernidade [...] consiste no desmentido da função do semblante do Nome-do-Pai de agente da castração, de supereu” (COELHO DOS SANTOS, 2015, p. 5); “o imperativo de gozo em jogo na economia psíquica contemporânea não é o do império de um mais além do princípio do prazer. É muito mais uma inversão, uma supressão selvagem do recalque que expõe os fantasmas pré-edipianos a céu aberto” (COELHO DOS SANTOS, 2016a, p. 568); e “defendo que se trata de pura radicalização histórica, rebelde a toda forma de autoridade, pronta a revelar que o ‘rei está nu’” (COELHO DOS SANTOS, 2017, p. 8). Tais proposições fornecem um contorno mais preciso às duas problematizações essenciais desse trabalho: os estatutos do fantasma e do grande Outro nas psicopatologias alimentares em neuroses. Nossa premissa é a de que todo sintoma, seja ele moderno ou contemporâneo, advém de um certo tipo de relação com o Outro, no que isso caracteriza uma escolha de gozo e uma formação de compromisso diante da impossibilidade de abdicá-la. Esta pesquisa pretende dar o seguinte passo: o que ocorre com as figuras parentais encarnadoras do grande Outro na contemporaneidade? Como o desmentido do Outro repercute na dinâmica geracional? Se o fantasma é a escrita de uma posição frente ao desejo do Outro, dando [ao] corpo à interpretação do sujeito sobre seu lugar, o que esse campo clínico nos ensina quanto à especificidade da tradução desses sujeitos sobre

¹ Cf. OLIVEIRA, F. L. G. de. **O sintoma e seu estatuto na psicanálise: considerações sobre a clínica do significante**. 2012. 146 fl. Dissertação (Mestrado em Teoria Psicanalítica) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2012.

seu lugar no Outro? Melhor dizendo: é identificável uma interpretação específica do Outro de fraca aresta fálica e perpassada pela discursividade contemporânea?

Isto posto, formalizamos a tese em um plano de quatro capítulos: 1) Uma revisão crítica sobre anorexias, bulimias e obesidades na literatura psicanalítica; 2) O laço social na contemporaneidade; 3) A lógica do fantasma na passagem do moderno ao contemporâneo; 4) Exame casuístico de transtornos alimentares.

O primeiro capítulo é destinado a um sintético recenseamento crítico da profusão de publicações psicanalíticas sobre anorexias, bulimias e obesidades. Essa cruzada se mostrou profícua para uma recuperação mais arrojada dos constructos psicanalíticos e dos debates animados pelos impasses da clínica contemporânea. Esse rastreamento também englobou, *a priori*, a aspiração de investigar preliminarmente as variações discursivas no nível do Outro. Atentamos para as reverberações dessas variações na função transmissora dos Outros primordiais. E em como elas ressoaram na economia de gozo organizadora da política do sujeito na relação com o objeto. Nosso mapa começou com uma genealogia introdutória, varrendo brevemente a origem pré-moderna de conotação religiosa dos primeiros relatos de anorexia, bem como as primeiras apreciações da psiquiatria clássica, que são pioneiras na concepção do padecimento anoréxico como uma das manifestações da histeria. Verificamos que esse legado chegou a Freud pelos ensinamentos de Charcot. Ainda que não tenha tomado os transtornos alimentares como matéria específica de estudo, demonstramos que a abordagem freudiana das anorexias e bulimias se bifurcou ora na vertente histérica, ora na vertente melancólica.

Lacan seguiu um curso semelhante. Vimos que suas observações podem não ser volumosas, mas se inserem em momentos de virada na lógica de sua teoria. Nessa direção, discorreremos sobre a acepção mais difundida da anorexia como atualização no corpo da insatisfação desejante no viés da histeria. Ou seja, como reedição implacável da irreduzibilidade da estrutura do desejo ao registro da necessidade. Estaria referida a uma figura do Outro frágil na posição desejante, que toma a demanda de amor pela concretude do fornecimento inesgotável de objetos alimentares. Trazemos a bulimia para a discussão a partir do entendimento lacaniano acerca do empanturramento como uma espécie de avesso da anorexia. Ao invés do nada como falta, é a sutura selvagem da falta que é buscada. Mostramos que aspectos associados ao engessamento acentuado da relação com o sintoma, bem como à precariedade de seus mecanismos psíquicos, justificam a relevância de mergulhar mais nessa perspectiva. Realçamos o argumento de que existe uma versão contemporânea da histeria articulada a uma mentalidade tipicamente contemporânea. Essa pode ser uma boa pista para esclarecer o que se passa em algumas psicopatologias de nossos dias.

Sobrevoamos ainda as formulações lacanianas anteriores ao primeiro ensino, quando a anorexia foi pensada como análoga às toxicomanias e as neuroses gástricas, como uma severa fixação no objeto mítico do gozo primário, o qual foi denominado na época como “ímagô materna”. Bem mais adiante, no tempo em que Lacan teorizava sobre o objeto *a*, constatamos novamente sua ênfase na recusa da separação e da conseqüente não extração do objeto *a*. Enquistado na boca, o objeto *a* fixa um funcionamento em que o gozo é “detido” no corpo. Desta vez, Lacan sublinha mais claramente a dimensão da escolha pulsional, localizando o desmame como uma operação ativa que envolve a aceitação à perda do objeto oral. Detectamos que, também no bojo do segundo ensino, Lacan aborda a anorexia pelo prisma do fantasma de morte que assombra o sujeito como uma pergunta – *Quer o Outro me perder?*. Problematizamos que, nesses casos, o fantasma é atuado na realidade, muito mais do que encenado inconscientemente. Já no umbral de seu último ensino, seu enfoque se concentrou mais especificamente no rechaçamento do sujeito anoréxico do saber transmitido pelo Outro, mediante o qual assume uma posição similar à que se tem com o alimento.

Da orientação pós-freudiana, extraímos o grande valor da crítica desta corrente à abordagem dos transtornos alimentares com a mudança de foco do erotismo oral recalcado para a proposta das patologias narcísicas. Sistematizamos as hipóteses que dão estofamento ao papel decisivo de carências narcísicas primordiais e de relações compulsivas de objeto compensatórias. Em outro segmento deste capítulo, nos debruçamos sobre o fenômeno das obesidades, desde sua captura pelos campos da sociologia e da saúde pública até os estudos psicanalíticos. Salientamos, com Lacan, que os artifícios que subordinam o valor simbólico da alimentação ao modelo capitalista e a seus imperativos hedonistas prosseguem com a persistência de uma estrutura psíquica que obtém um ganho pulsional com esse funcionamento. O interesse dos psicanalistas por essa temática é relativamente recente se comparado às anorexias e bulimias. A melancolização latente, um circuito de tonalidade perversa por visar mascarar a falta do Outro e a precariedade do laço com Outro simbólico são algumas das coordenadas por nós recortadas nesse passeio bibliográfico.

As diversas publicações que compõem a costura de nosso recenseamento indicam o desprestígio do Outro enquanto parceiro detentor de um saber transmissível sobre o desejo. A demanda materna é experimentada como um imperativo, asfixiante e aprisionador na posição de objeto, ao que o sujeito tenta escapar com um ato adicto. Sem o suporte consistente da significação fálica que lhe permitiria ascender, como no caso da versão clássica da neurose histérica, à sedução paterna como fantasma organizador, a pulsão oral é transtornada, com efeitos impactantes de deformidade corporal.

No segundo capítulo, discorremos sobre as narrativas e os princípios civilizatórios que foram redimensionados por uma conjunção fervilhante de eventos ao longo dos últimos séculos. Do axioma de Miller, segundo o qual “não há clínica do sujeito sem clínica da civilização” (MILLER; MILNER, 2004, p. 46), extraímos a necessidade de uma síntese das vicissitudes histórico-discursivas das figuras do Outro da modernidade até a contemporaneidade. Como chave essencial, tomamos a suposição de que todo discurso é definido como a forma particular do sujeito se vincular ao Outro. A partir da filosofia política, tentamos traçar os diferentes modos de subjetivação, de relação à realidade e de adoecimento associados ao Outro em suas distintas versões. Exploramos os atravessamentos que marcaram a civilização Ocidental e suas ressonâncias no lugar do Outro. Nosso eixo central foi o giro sem precedentes trazido pela modernidade como radical mutação, alinhavada a uma posição mais crítica e racional frente ao mundo. Traz consigo a derrocada do monopólio da Igreja e do dogmatismo religioso sobre a economia e a política. Essa convulsão de eventos trouxe uma revolução das mentalidades sobre o estar no mundo e o pertencer ao coletivo. Ao mesmo tempo, a autoridade paterna retornou residualmente na função do pai no núcleo familiar. Demonstramos os pilares da organização edipiana da socialização centralizada na operatividade do significante Nome-do-Pai na ordenação do grande Outro.

Sem pretensões enciclopédicas, adentramos em subsídios teóricos fornecidos por eloquentes autores e pensadores da sociologia, da filosofia e da psicanálise que nos auxiliam em uma leitura estrutural do sistema capitalista e de suas modificações no decurso do tempo. Com o legado de Lacan, sustentamos os argumentos de que o capitalismo corrompe a ordem simbólica moderna, instaurando uma compulsão à repetição para a obtenção de um gozo a mais. Especificamos a versão neoliberal da lógica capitalista de mercado, aproximando-a de uma modalidade de transmissão social veiculadora do egoísmo pulsional. Com o enfraquecimento da barreira instalada pela mestria paterna, o mais-de-gozar avança junto ao sujeito de um modo que pode se revelar esmagador, sem ponto de basta. Como efeito produtor de subjetividade, identificamos que a insaciável falta-a-gozar produz um modo de insatisfação mais virulento do que aquele inserido no discurso da histeria. O tratamento inconsciente via Outro paterno não adquire a mesma potência de pacificação do gozo traumático. Os fenômenos psicopatológicos, dentre os quais os transtornos alimentares, evidenciam o sujeito tragado pela posição de objeto, radicalmente compelido a consumir até ser consumido.

Pareceu-nos oportuno dedicar uma seção deste mesmo capítulo a elaborações mais precisas acerca dos estremecimentos da montagem democrática. Nossa linha argumentativa foi a de que o Estado democrático de direito e a ordem familiar, coordenadora dos laços

tradicionais, são os paradigmas políticos da referência subjetiva ao Outro simbólico na modernidade. Buscamos apresentar a perversão acionada pela lógica do mercado dos valores democráticos fundamentais da liberdade e da igualdade. Uma das consequências do neoliberalismo sobre a engrenagem democrática foi a de desvencilhar as concepções de liberdade e de igualdade da dialética do direito e do dever. Mostramos que a democracia adocece por estar parasitada pela vitimização generalizada. A posição subjetiva vigente deslocar-se-ia do sujeito do dever, para o sujeito reivindicador de seus direitos e pela livre afirmação de sua identidade. O sujeito não se percebe mais em dívida com a alteridade pela herança simbólica que esta lhe transmitiu. É a alteridade que lhe deve algo. Concatenamos todas as considerações repertoriadas no decorrer desse capítulo ao desmantelamento crescente da autoridade do Outro simbólico. Tematizamos o recuo das figuras dos Outros primordiais, que parecem demitidas, ou não reconhecidas como fiadoras de uma função simbólica. Por fim, a partir de uma explicitação metapsicológica, nosso desenvolvimento seguiu em direção à precarização da função simbólica do Outro como um acontecimento discursivo. Subjacente a isso, nossa contribuição apontou para a forte debilidade do suporte da significação fálica no tratamento sexual da falta pela lógica da castração.

O tema mais amplo do terceiro capítulo desta pesquisa é o estatuto do fantasma na contemporaneidade. Esse ensaio investigou a lógica do fantasma como lógica da inserção do sujeito em um discurso. Denota, assim, uma modalidade de laço. Descrevemos a abordagem freudiana, com a devida atenção ao marco representado pela teoria do fantasma fundamental – *Bate-se em uma criança* –, o qual definimos como o paradigma moderno da realidade psíquica. Decantamos a alienação e a separação, mecanismos teorizados por Lacan e que formalizam esse estatuto do fantasma como tratamento do real através do apelo ao Outro simbólico.

Desse estudo, extraímos algumas coordenadas imprescindíveis. O fantasma regula a posição subjetiva, já que o real do gozo é limitado por uma cooperação entre simbólico e imaginário que o recorta como gozo fálico. Fornece uma interpretação do vazio pelo recurso do amor ao Outro simbólico representado pelo Pai como detentor da potência fálica. Tem como referência o discurso do Outro interditor, portador do significante que negativiza o gozo. A valência dessa transmissão se dá com a reafirmação de seu próprio desejo, ou seja, de sua inexistência enquanto plenitude de gozo. Feito este panorama, subimos para o andar da problemática do fantasma nas neuroses da contemporaneidade. Nossa construção se erigiu em torno da seguinte ideia: com o dilaceramento do recalque e de recursos metafóricos, tal dimensão comparece de modo psicotizado, com a debilidade do eu no desprezo às limitações

inevitáveis que a realidade coloca. Se coaduna à tentativa de preservar um Outro hiperconsistente, capaz de ratificar a onipotência narcísica.

Ressaltamos, assim, a reintrodução da questão do fantasma na contemporaneidade entre debilidade, psicotização e afecções no caráter, levando em conta modalidades de constituição subjetiva parasitadas pela difícil inscrição lógica da perda do objeto *a*. Evidenciamos, ao longo deste capítulo, que, nos dias de hoje, tal mecanismo caminha na contramão do discurso social dominante organizador das figuras particulares do Outro. Além disso, nossa exposição discutiu a proposta da “psicose ordinária” como hipótese diagnóstica para o sujeito contemporâneo. Na sequência, nos debruçamos com mais profundidade sobre a gênese da hipótese do desmentido banal da castração em Freud. Interrogamos, no contexto das psicopatologias alimentares, se a rebeldia à ordem fálica não seria uma boa definição estrutural do desmentido familiar, arisco à autoridade simbólica e ao tratamento sexual da falta.

A incontestável presença de inclinações depressivas em grande parte dos casos envolvendo anorexias, bulimias e obesidades nos conduziu a refletir sobre o diagnóstico diferencial entre melancolia e neurose. Mapeamos a metapsicologia melancólica com a expectativa de encontrarmos bons parâmetros para abordar as psicopatologias relacionadas à dietética. Encaminhamos esse mote com a proposição de que a posição melancoliforme descreve a lógica fantasmática do consumidor insatisfeito, lesado em seus direitos essenciais e absolutos, cobrador do Outro o gozo que lhe é devido. Sob esta ótica, concebemos que o fantasma de completude e de indiferenciação com o Outro materno é uma formação psíquica do sujeito destinada a desmentir o fato de nunca ter sido para o Outro aquilo que lhe falta. Sustentamos que esta avidez devoradora se correlaciona à voracidade capitalista pelo lucro e à histeria radical, que é refratária à apresentação da supremacia de um mestre na determinação psíquica.

O quarto e último capítulo incrementou nossa metodologia com uma cartografia casuística recolhida em publicações de psicanalistas franceses. Tivemos a chance de pôr à prova a teoria da clínica por meio de vinhetas que foram abordadas em um criterioso trabalho de supervisão, cotejando nossas hipóteses com a prática clínica. Mais especificamente, exercitamos nossa escuta dos efeitos do desmentido da autoridade simbólica no empuxo em fazer a relação sexual existir a qualquer medida. As relações igualitárias e rebeldes à mestria paterna se manifestam no esforço descomedido em ser tudo e receber tudo no laço com o Outro. Nossa suposição é a de que esta seria a base inconsciente dos transtornos alimentares em uma gama de neuroses contemporâneas.

CAPÍTULO 1

1. UMA REVISÃO CRÍTICA SOBRE ANOREXIAS, BULIMIAS E OBESIDADES NA LITERATURA PSICANALÍTICA

“A dificuldade do trabalho de pesquisa em psicanálise demonstra-se claramente pelo fato de ser-lhe possível, apesar de décadas inteiras de observação incessante, desprezar aspectos de ocorrência geral e situações características, até que, afinal, elas nos confrontam sob forma inequívoca”.

FREUD, 1924 – *A organização genital infantil: uma interpolação na teoria da sexualidade*

É ampla a variedade de produções no meio psicanalítico em torno das psicopatologias alimentares. Visitar essa literatura nos dá acesso aos usos e aplicações tradicionais das noções freudianas, assim como às discussões e redefinições acerca dos fundamentos psicanalíticos na atualidade. Apostamos que um estudo genealógico que situe essas formulações possa nos habilitar a circunscrever certos efeitos psíquicos das mutações ocorridas no laço social na passagem da modernidade à contemporaneidade. Abrem-se vias investigativas tanto no nível do Outro social, cuja discursividade ancora a transmissão veiculada pelos Outros primordiais, quanto no nível da economia de gozo organizadora da política do sujeito na relação com o objeto. No mapa que delineio a seguir, busco ser sucinta e não exaustiva na descrição de distintos desenvolvimentos conceituais, preconizando alinhar, diante da abrangência e da heterogeneidade de tantos trabalhos, uma concisão lógica.

1.1. Uma genealogia introdutória sobre os temas da anorexia e da bulimia

A anorexia, embora claramente não seja um novo sintoma na história da humanidade, vem sendo incluída mesmo assim na constelação sintomática associada às características da época atual (RUDGE; FUKS, 2017). Casos de magreza extrema são relatados desde a Antiguidade, com ênfase em sua conotação religiosa, como uma radicalidade do jejum voluntário no contexto de rituais de expurgamento das heresias próprias ao corpo mundano, considerado sujo e pecaminoso. Muitas destas práticas foram observadas entre as santas e beatas da Igreja Católica, tendo se multiplicado no século XVIII e culminado em mortes por

desnutrição (NAZAR, 2013). Por isso, autores como Bidaud (1998) introduzem a definição de uma modalidade da “anorexia ascética” ou “sagrada”, por entenderem essas situações como vinculadas a aspectos estritamente religiosos, pelo empenho obstinado à purificação do corpo para torná-lo lócus da morada divina. Qualquer inferência a propósito da causalidade inconsciente desses fenômenos corporais parece pouco cuidadosa, já que eles se referem ao período pré-científico, anterior à estruturação do sujeito *sui generis* conforme proposto pela psicanálise. Nada nos assegura que a constituição do psiquismo a partir da divisão subjetiva tenha se instalado. Temos um uso do corpo atrelado ao modo de regulação religioso, cujas significações se estabelecem em referência à figura absoluta do Outro representado pela divindade.

Mas essa modalidade de aparição da anorexia não abarcou toda a variedade de casos. A psiquiatria clássica adentrou nesse campo no século XVII. No século XIX, essa terminologia foi cunhada e passou a compor o glossário psiquiátrico, quando, em 1868, o médico inglês William Gull denominou como anorexia uma entidade psicopatológica definida pela abstenção alimentar. O termo é de etimologia grega, derivado da conjugação do prefixo *an-* – privação ou ausência – com o termo *-orexis*, que significa apetite. O psiquiatra francês Charles Lasègue empreendeu uma descrição psicopatológica mais apurada sobre este tema, notadamente no artigo *Da anorexia histérica*. Em uma sagaz exposição semiológica, Lasègue (1873/1998) argumentou em favor de uma acepção da anorexia como manifestação da histeria. Ele ressaltou a ausência do desejo de cura que perpassa a posição da anoréxica. Ao contrário disso, vislumbra-se um mórbido apego e uma “tenacidade implacável” da relação desses sujeitos com seu sintoma:

O que domina no estado mental da histérica é, antes de mais nada, uma quietude, diria quase um contentamento verdadeiramente patológico. Não apenas ela não lamenta a falta de cura, mas se compraz em sua condição, apesar de tantas contrariedades que essa lhe suscita (LASÈGUE, 1873/1998, p. 165).

Lasègue capta o que nomeia como “segurança satisfeita”, uma inflexibilidade bastante endurecida, próxima à perversão mental como um “vício patológico do caráter”. A angústia e o mal-estar acometem, antes, aqueles que cercam e são tomados por desespero frente ao quadro catastrófico do emagrecimento desenfreado com a fixação irreversível na experiência da fome. A causalidade da anorexia é remetida a uma vertente anatomobiológica objetiva, originada de alterações da hipófise.

Charcot se apoiou nessa tradição e também pôs a anorexia no leque dos sintomas histéricos (CHARCOT, 1890 apud BIDAUD, 1998). No pensamento freudiano, o adoecimento anoréxico não chegou a ser objeto privilegiado de investigação, tendo sido situado de maneira pontual, ao lado dos vômitos recorrentes, como possíveis apresentações da histeria ou da melancolia. Abordaremos a vertente da anorexia melancólica mais adiante. No que diz respeito à vertente histérica, em uma de suas conferências iniciais a respeito dos mecanismos formadores do sintoma histérico, Freud afirma:

Os sintomas cujo rastro pudemos seguir até os referidos fatores desencadeadores deste tipo abrangem nevralgias e anestésias de naturezas muito diversas, muitas das quais haviam persistido durante anos, contraturas e paralisias, ataques histéricos e convulsões epileptóides, que os observadores consideravam como epilepsia verdadeira, *petit mal* e perturbações da ordem dos *tiques*, vômitos crônicos e anorexia, levados até o extremo de rejeição de todos os alimentos, várias formas de perturbação da visão, alucinações visuais constantemente recorrentes, etc. A desproporção entre os muitos anos de duração do sintoma histérico e a ocorrência isolada que o provocou é o que estamos invariavelmente habituados a encontrar nas neuroses traumáticas (FREUD, 1893/1996, p. 40).

Os desarranjos alimentares no âmbito da histeria obedeceriam ao mesmo mecanismo formador da histeria traumática, cuja causa desencadeadora seria o afeto provocado por um trauma psíquico. Posteriormente, Freud (1924a/1996) postulou que o encontro traumático por excelência ocorre com a descoberta da diferença sexual. Trata-se da realidade simbólica da castração e do redimensionamento do narcisismo aí implicado. O sujeito histérico sofre, via sintoma conversivo, das reminiscências que cercam esse componente traumático. Tenta reverter a perda de objeto por uma fixação na fase oral do circuito libidinal. No relato de Breuer e Freud sobre o caso de Anna O., observa-se que esta paciente dedicou-se de forma exclusiva aos cuidados do pai, o qual adoeceu gravemente e faleceu um ano depois. A paciente é assolada por intensa angústia e tristeza. Torna-se anêmica e avessa a alimentos. Também a análise do caso de Emmy Von N. é atravessada pela recusa alimentar e pelo desânimo, ambos relacionados à morte imprevista do marido como uma perda importante e articulada ao referencial paterno. A escuta desta mulher permitiu a Freud reportar o sintoma de repulsa alimentar a conflitos infantis que incidiam no lugar representado pela comida na relação com o imperativo materno. O trajeto associativo desemboca na seguinte lembrança: a mãe, muito severa, forçava-lhe a comer toda a comida que estivesse no prato. O resto de carne muitas vezes permanecia como estava por duas horas após terminada a refeição, devendo ser ingerido frio, duro e gorduroso. Outra lembrança aflitiva remontava à obrigação repugnante de agir naturalmente à mesa quando estava acompanhada dos irmãos tuberculosos, para que ninguém soubesse de tal enfermidade. A recusa

à comida inscreve-se, para Freud, enquanto um sintoma da impossibilidade de dizer não, como uma manobra a fim de fazer valer seu desejo por outras vias. Os impasses no registro da indiferenciação junto à figura materna residem na matriz dos conflitos psíquicos dessa moça.

Assim como no texto freudiano, em Lacan não há nenhum escrito ou conferência que explore mais minuciosamente o tema da anorexia ou outros distúrbios alimentares. Contudo, suas observações sobre a anorexia e a bulimia acompanham alguns pontos de virada na lógica de sua teoria. Na segunda metade dos anos 50, período do consagrado primeiro ensino, suas teorizações seguem o fio condutor da assimilação da anorexia à estrutura histérica, como atualização corporal da insatisfação desejante. Ela seria a encarnação absolutamente radical da irreduzibilidade da estrutura do desejo ao registro da necessidade, pois aponta que “na medida em que o homem é apanhado na dialética significante, há alguma coisa que não funciona” (LACAN, 1955-1956/2008, p. 393). O desejo, como resíduo da inevitável transcrição das necessidades no domínio da linguagem, põe em evidência um real irreduzível à captura pelo simbólico. A anorexia seria uma resposta inconsciente face a um curto-circuito insustentável experimentado na subjetivação da falta desejante no laço com o Outro.

Em *A direção do tratamento e os princípios de seu poder*, Lacan (1958a/1998) aprimora a localização desse impasse ao indicar que, no cenário da anorexia, o Outro materno é aquele que dá à criança “a papinha sufocante daquilo que ele tem, ou seja, confunde seus cuidados com o dom de seu amor” (LACAN, 1958a/1998, p. 634). Mediante a demanda de amor, que transcende qualquer apropriação imediatista do objeto, esse Outro não responderia a partir da dimensão do dom, a qual relançaria para a transmissão simbólica da castração, ou seja, para o que não se dá porque, em última instância, não se tem por não ser possível. A defasagem na disponibilidade de objetos que promovem a saciedade circunscreve preliminarmente que para o Outro falta algo. Ao invés disso, a oferta desmesurada de objetos, regida apenas pelo registro das necessidades, apresenta-se como a-dialetizável e insuportável. A intransigente escolha pela recusa alimentar afasta a concretude nutritiva relativa ao alimento provido pelo Outro. O sujeito anoréxico visaria, ainda que de uma maneira frouxa simbolicamente, extrair-se dessa confusão entre demanda e necessidade para obter um signo de amor que inscreva a falta do Outro. Nas palavras de Lacan: “joga com a recusa como um desejo” (1958a/1998, p. 634). Um jogo em que não se joga com as representações, empedrado na pulsão de morte. Nesse apelo à retificação da posição do Outro por meio do não comer, a tentativa de restituir a mãe desejante gera, paradoxalmente, o risco da morte orgânica, já que o sujeito acaba por negligenciar a afetação do corpo pelas necessidades de sobrevivência. Ainda que, seguindo este raciocínio, algo da estrutura do desejo pareça se fazer valer, é nítido que o princípio do prazer como regulador do

psiquismo se encontra fortemente abalado. O sujeito não conta com a metaforização do capricho materno propiciada pela operação paterna. Lacan também assinala que “a anorexia mental não é um não comer, mas um comer nada” (1956-1957/1995, p. 85). O *comer nada* anoréxico não seria uma negação da atividade, mas, antes, resultante da rebelião brutal contra a desaparecimento do desejo através da instauração selvagem do *nada* no real. A anoréxica se alimentaria do nada, restituindo a função simbólica do objeto em sua relação com o Outro, enquanto metonímia do desejo. Essa seria uma estratégia para resgatar a insatisfação desejante que move a pulsão, na medida em que nenhum objeto é capaz de encerrá-la.

Em suma, a fabricação da falta onde só havia onipotência, o rechaço da demanda do Outro pela recusa ao comer, assim como o recurso ao “desejo de nada” como índice da falta-a-ser, explicam a estratégia anoréxica neste paradigma. O ato de *comer nada* é alçado ao estatuto de metáfora que ancora a posição do sujeito frente ao desejo do Outro (COSENZA, 2014) – um desejo que acena claudicante, mal encarnado pelo Outro primordial. Miller chega a avaliar que a anorexia poderia ser elevada à condição de “estrutura de todo desejo”, tendo em vista que “o desejo, por estrutura, é desejo de nada, é desejo insatisfeito” (MILLER; LAURENT, 1996-1997/2005, p. 382-383). O corpo magro encarnaria o corpo que não se satisfaz com o objeto da necessidade para manter-se vivo para o Outro enquanto objeto causa do desejo. Logo, a magreza teria o verniz do falo, sendo falicizada como objeto do desejo do Outro (COSENZA, 2014). Nesse tipo de caso, quando pertencente ao âmbito das neuroses, o amor edípico, a operatividade fálica do ideal do corpo magro e o recalque do erotismo oral seriam coordenadas localizáveis no circuito libidinal do sujeito.

A estrutura original do sintoma histérico é o paradigma da concepção freudiana clássica do sintoma neurótico, o qual é definido como substituto de uma satisfação pulsional recalçada (FREUD, 1926a/1996). Nele, as fixações autoeróticas compõem sintomaticamente de modo disfarçado e residual, organizadas pela fantasia (FREUD, 1917a/1996). O sintoma histérico mascara o desejo inconsciente e a falta de um objeto último para este. É uma formação de compromisso que opera como a metáfora do embate entre as exigências pulsionais, em um empuxo infundável de saturar a ausência estrutural de uma satisfação máxima, e as exigências de renúncia, responsabilização e adiamento da realidade. Arrima-se na função fálica e no mecanismo do recalque como limite ao excesso pulsional, embora evidencie importantes entraves na inscrição sexual da pulsão. Os efeitos da apropriação da função nomeante do significante Nome-do-Pai, como via de acesso ao gozo demarcado falicamente, são acompanhados de impasses específicos na histeria. A metáfora paterna intervém sobre os significantes do saber do Outro, conotando-os de significação fálica, o que permite ao sujeito

sua articulação na via do desejo (SOUZA, 1985). Esse passo requer a inscrição de que o Outro é barrado, marcado pela castração (LACAN, 1957-1958/1999). A histórica não quer assumir seu lugar de sujeito e arcar com o desejo e as vicissitudes que lhe são próprias. Através da fuga metonímica, se recusa a estabelecer por metaforização um objeto à altura de seu desejo. Nada lhe serve. Uma satisfação mortífera se embrenha na insatisfação forjada para que o desejo não seja absorvido por nenhum objeto. Nenhum semblante parece propiciar uma parada momentânea pelo contorno do objeto causa do desejo, traduzindo, assim, sua não aceitação do limite que a castração impõe ao desejo de só poder se realizar por um possível gozo fálico que requeira o semblante como objeto (SOUZA, 1985). A histórica deseja ter o falo, ela se coloca no lugar do próprio falo, isto é, daquilo que pode satisfazer o outro (LACAN, 1957-1958/1999). Ser o complemento fálico do Outro é a base de suas fantasias de sedução. Os sintomas conversivos são enigmas decifráveis que exprimem tais conflitos subjetivos em torno da renúncia de gozo convocada pelo encontro com a falta do Outro.

Estaria o quadro anoréxico inscrito por inteiro nesse domínio? Seria a recusa anoréxica expressão distorcida de uma insatisfação, a serviço da manutenção do desejo? Seria inteiramente equiparável à *tussis nervosa* de Dora, por exemplo? Cabe ressaltar algumas ponderações frente a essa possível perspectiva. Ainda que Miller afirme que a anorexia se encontra em consonância com o funcionamento do sujeito desejante, ele também advoga que, na contemporaneidade, “não estamos simplesmente ante o sintoma obsessivo bem localizado, enquadrado, que afeta o Homem dos Ratos, nem ante o sintoma histérico, senão ante um uso do termo sintoma mais extenso e diversificado” (MILLER; LAURENT, 1996-1997/2005, p. 379). Observa-se nessa clínica uma sintomatologia não dócil à interpretação. Não costuma haver um questionamento enigmático sobre o sintoma, nem a abertura transferencial pela suposição de um saber inconsciente. Muito pelo contrário, a relação anoréxica com o sintoma é egossintônica, de maciça identificação. O que desestabiliza e provoca desconforto é, acima de tudo, a obrigação de ceder ao apetite.

Essa equivalência entre a recusa alimentar e a demanda de amor, cujo denominador seria apelo para um além do objeto oferecido que remeta ao movimento desejante, parece, nesse contexto, merecedora de problematização. Juntamente à recusa da desmesura do Outro, as anoréxicas repelem de forma implacável o princípio do prazer, a erotização corporal e o laço libidinizado com a realidade. O imperativo ao emagrecimento culmina no apagamento acentuado dos caracteres sexuais secundários e, em alguns casos, leva à interrupção das regras femininas. O aspecto cadaverizado que assume o físico em muitos casos acaba por provocar o horror e de modo retumbante em suscitar o desejo no Outro. Evidencia-se uma posição

demasiadamente alijada do gozo fálico: o corpo se desfaliciza, perde o brilho libidinal e a capacidade de operar como instrumento feminino de sedução. Evoca o triunfo da pulsão de morte (BLANCO, 2000), muito mais do que uma objeção em prol do desejo de vida.

Logo, designar a incidência da anorexia nas neuroses exclusivamente como sintoma do retorno de fantasias sexuais de sedução recalçadas, como recurso à insatisfação para manter a dimensão do desejo, pode não ser o polo de orientação mais substancial para o manejo dessa clínica. Talvez manifestações dialetizáveis de recusa alimentar enquanto formação do inconsciente, tais como nos exemplos freudianos de Anna O., de Emmy Von N. e da renúncia ao caviar em jogo na produção onírica da Bela Açougueira² precisem ser diferenciadas do funcionamento incrustado em várias anorexias, no que se refere a um modo de gozo quase monossintomático.

O possível argumento de que se trata de uma versão contemporânea da histeria nos convida a uma investigação mais decantada. Coelho dos Santos (2016a) se aproxima dessa hipótese quando busca elucidar se há uma mentalidade predominante nas psicopatologias contemporâneas:

Esta atitude que resulta, talvez, de uma radicalização histórica, rebelde a toda forma de autoridade, pronta a revelar que o "rei está nu", pode explicar por que só há gozo na transgressão, na ultrapassagem de todos os limites ou na reivindicação de ser tratado como exceção. Muito mais do que denunciar a castração do Outro – isto é, sua impotência em sustentar a ordem simbólica e sua recriação –, trata-se de desafiar-lo, de humilhá-lo e de declará-lo definitivamente morto (COELHO DOS SANTOS, 2016a, p. 566).

A ênfase dessa perspectiva é a perturbação da referência ao Outro da Lei simbólica, que passa a ser permanentemente confrontado e desmentido. Vem a lume uma posição que se debate de modo incessante, fortemente refratária aos constrangimentos que incidem sobre o gozo. A relação ao Outro é marcada pela depreciação. Seria a mola propulsora dessa contestação o recrudescimento do fantasma histórico de que finalmente surja um mestre definitivo, consistente e absoluto, que se autorize sem lançar mão do artifício do semblante? Coelho dos

² Em *Interpretação dos sonhos*, Freud desenvolve o estatuto do desejo como desejo insatisfeito na histeria a partir do seguinte sonho de uma paciente: “Eu queria oferecer uma ceia, mas não tinha nada em casa além de um salmão defumado. Pensei em sair e comprar alguma coisa, mas então me lembrei que era domingo à tarde e que todas as lojas estariam fechadas. Em seguida, tentei telefonar para alguns fornecedores, mas o telefone estava com defeito. Assim, tive de abandonar meu desejo de oferecer uma ceia” (1900/2001, p. 140). A paciente revela em suas associações seu desejo da vida real de comer sanduíche de caviar todas as manhãs e seu pedido ao marido que não lhe fornecesse essa refeição. A manutenção desse desejo como renunciado e não realizado é também interpretado por Freud à luz da identificação histórica com a amiga da paciente, que adorava salmão, prato vetado no sonho para que a mesma não engordasse e não se tornasse atraente para o marido da paciente, o qual apreciava “mulheres cheinhas”.

Santos segue esse caminho. Retomaremos estes desdobramentos nos próximos capítulos. Esse acirramento da posição histérica, muito mais em sua vertente de gozo na destituição do Outro simbólico do que na vertente simbólica de sustentação do desejo, encontra seu embasamento na discursividade dominante no contemporâneo. Será preciso esclarecer adiante de que Outro se trata e qual a lógica fantasmática em jogo.

Como demonstramos, a chave de Lacan para descortinar essa questão é a tese de um tipo de funcionamento psíquico em que há uma avassaladora tensão junto à figura materna. A demanda materna é experimentada como imperativa, asfixiante e aprisionadora do sujeito na posição de objeto. O sujeito tenta escapar de modo “selvagem”, em um ato de natureza adicta, sem o suporte consistente da significação fálica que lhe permitiria ascender, como no caso da versão clássica da histeria, à sedução paterna como fantasma organizador. A anorexia seria índice de uma precariedade da transmissão do desejo pelo Outro. Podemos, então, interrogar: teria o Outro materno na anorexia o mesmo estatuto do Outro materno na histeria clássica? Bidaud aponta uma declinação entre um caso e outro: “se para a mãe da histérica, os homens são porcos, a da anoréxica declara que eles não servem para nada” (1998, p. 89). A potência fálica do pai não é apenas contestada, é nadificada pelo discurso materno. Não se trata do recalque do real sexual, mas de seu desmentido. Como assinala Coelho dos Santos (2016a), o pai é declarado como morto.

As análises sociológicas e históricas justificam o crescimento desses quadros pelo ideal cultural de beleza preconizado pela sociedade de consumo associado à magreza. Conforme argumentam Rudge e Fuks, essa ideologia gera “um verdadeiro mercado do corpo” (2017, p. 70), empurrando para a aquisição de produtos e serviços que veiculam a promessa do corpo perfeito, tais como cirurgias, academias de ginástica, remédios de redução de apetite etc. Nos estudos iniciais da psiquiatria clássica sobre este tema, não se acentuava essa preocupação com a imagem corporal como um fenômeno típico destes casos (VAL et al., 2014). Essa observação sugere que, a despeito desse pano de fundo ideológico, o cerne dessa psicopatologia é presidido por uma posição inconsciente marcada pelo empuxo ao gozo e pelo dilaceramento dos operadores simbólicos. O medo de engordar emerge como índice dessa fragilidade subjetiva.

Nessa direção, uma interessante pesquisa clínica realizada por Val et al. (2014), intitulada *Anorexia: uma imagem desmascarada*, põe em debate a seguinte proposição: a anorexia pode ser uma das estratégias femininas da atualidade para lidar com o corpo, dado o fracasso do artifício da mascarada fálica nesses sujeitos. Os autores retomam as fórmulas lacanianas da sexuação, através das quais se explica que homem e mulher são denominações que não indicam identidades sexuais, mas sim, posições em relação ao falo e ao gozo (LACAN,

1972-1973/2008). Retomemos rapidamente as coordenadas dessa construção. A posição masculina está inscrita do lado da sexuação regido pelo *ao menos um* da exceção à submissão à lei da castração, o qual é encarnado pela figura do pai da horda primeva enquanto aquele miticamente liberado para gozar de todas as mulheres. Por isso, o homem é totalmente submetido ao gozo fálico. Como do lado da posição feminina não há “A” Mulher que desempenhe tal exceção, não há chance da plena instalação da universalidade ordenada pela função fálica. As mulheres serão sempre não inteiramente subordinadas ao gozo fálico e referidas a um gozo suplementar.

Apesar dessa condição de “não-toda” inscrita na função fálica, a mulher não deixa de estar nela de todo (LACAN, 1972-1973/2008). Lacan (1957-1958/1999) definiu que o uso do falo na sexualidade feminina encontra-se no âmbito de parecer ser aquilo que não se tem por meio da mascarada fálica: “como mulher ela se faz máscara. Faz-se máscara precisamente para, por trás dessa máscara, ser o falo” (LACAN, 1957-1958/1999, p. 392). Com esse véu, a posição feminina se instala como recurso sintomático que a preserva da angústia relativa à ausência de um significante que a especifique, instrumentalizando o corpo para um tratamento do gozo no qual ter um corpo é se tornar causa do desejo do Outro (VAL et al., 2014).

Munidos dessa demonstração lacaniana das especificidades da posição feminina, os autores sustentam que as anorexias da atualidade seriam exemplares dos impasses na assunção feminina na clínica contemporânea, em tempos de inflação do gozo narcísico e de fragilidade do simbólico. O abatimento do poder regulador e humanizador do Ideal do eu se manifestaria na busca obstinada pela coincidência com a imagem. O sujeito “[...] lança mão da imagem para tentar recobrir, com uma espécie de prótese imaginária, a ‘falta-a-ser’” (VAL et al., 2014, p. 254). Val et al. defendem que, embora tanto a anoréxica, quanto a mulher, se alojem na lógica do “ser o falo”, a primeira apresentaria a particularidade de ser o falo para o desejo materno, e, a segunda, para fisgar o desejo de um homem. O falo não funcionaria no registro simbólico, não se inscreveria como o significante do desejo do Outro. A aglutinação na relação especular com o Outro materno reteria o falo em sua versão imaginária como fetichização do corpo. A insistência em alcançar a equivalência entre o próprio corpo e o falo imaginário levaria às deformações da imagem tão patentes na clínica das anorexias. A dificuldade da inscrição do feminino na norma fálica deixaria o sujeito à deriva de um gozo sem sentido que se impõe sob o modo de “ser um corpo”, mais do que “ter um corpo”.

A exposição desses pesquisadores pressupõe a chegada limitada à significação do falo, restrita à positivação do gozo com a imagem corporal exclusivamente vinculada ao desejo da mãe. O falo como significante não marcaria de forma eficiente uma hiância entre o sujeito e o

Outro. Decerto, uma via comum que tomaremos comparativamente às elaborações desses autores é a investigação sobre o agravamento dos entraves da função fálica disparado com a decadência dos pilares simbólicos da modernidade. A exacerbação do imaginário sem o cabresto da ordem simbólica é uma hipótese destacável dentro desse contexto também para os casos de bulimia. O valor absoluto tomado pela imagem e a tentativa de contê-la no perímetro de um certo ideal bastante imaginário poderia ser lido como uma solução engessada frente à realidade da castração. Como articular esse elemento ao ponto de irrupção do horror que acaba sendo vinculado à própria imagem? Além disso, resta a indagação sobre se haveria condições de transpor essa lógica para a obesidade, na qual a imagem costuma ser, pelo contrário, desprezada por um longo tempo ou bastante minimizada em seu processo de deformação.

A bulimia começou a atrair o interesse como entidade clínica autônoma a partir dos anos 70, ainda que a aplicação do termo remonte à Antiguidade. Até então as incursões sobre esta manifestação psicopatológica vinham a reboque dos trabalhos protagonizados pelo tema da anorexia, os quais consideravam o sintoma bulímico praticamente uma comorbidade associada ao sintoma maior da anorexia. Alguns estudos não deixam de seguir essa orientação. Sua origem etimológica adveio do termo grego *boulimos*, que significa “fome de boi” (NAZAR, 2013). Caracteriza-se justo pela perda do controle sobre a ingestão alimentar, com o consumo indiscriminado de alimentos, independentemente do estímulo da fome ou da saciedade (ESTEVES; RAMIRES, 2015).

A entrega ao excesso pulsional presente no ato de devoração bulímico é um elemento que levou muitos autores como Brusset (1991 apud PEDINIELLI et al., 2013), Rado (1933 apud PEDINIELLI et al., 2013) e, inclusive Lacan (1938/2008), a abordá-lo como análogo da toxicomania, como um circuito fechado de satisfação através do qual o sujeito dá algum destino à sua angústia e escamoteia a perda de um objeto último de completude, de pleno preenchimento. Em *O Seminário, Livro 4: A relação de objeto*, Lacan (1956-1957/1995) pensa o empanturramento bulímico como uma espécie de avesso da anorexia, visto que, ao invés da cavação selvagem do nada como falta, é a sutura selvagem da falta que é buscada. Seria uma resposta compensadora da frustração experimentada no endereçamento ao Outro pela demanda de amor. Recalcati (2004) segue o ensino de Lacan, afirmando que, nas neuroses, o recurso ao objeto-comida através da “orgia alimentar” visaria, em um primeiro momento, alcançar o signo de amor. Esse autor salienta o insucesso dessa estratégia, pois, ao final do ritual de devoração, tem-se a irrupção da angústia relativa ao fato de que a acumulação desenfreada jamais é suficiente para saciar a demanda ao Outro. Sucede o vômito, através do qual, pela via do real

do corpo, se imprime uma separação. Por meio dessa expulsão, fabricar-se-ia, assim como na anorexia, um vazio preservador da falta desejante.

Assim, essa espécie de *Fort-Da* na literalidade corporal, por meio do qual cheio e vazio se alternam, evidenciaria a escassez simbólica e um empenho em remediá-la no nível direto da relação de objeto, sem o escoramento do princípio do prazer. Recalcati remonta a etiologia desses percalços subjetivos a complicações na constituição da imagem narcísica do corpo, cuja matriz seria a dificuldade materna de reconhecimento e de investimento amoroso sobre a criança. Sem a aresta da mediação fálica, o supereu materno incidiria de modo demasiadamente ruidoso. Ele aponta ser possível localizar, na escuta de mães de bulímicas, uma importante vivência da própria imagem como defeituosa, recaindo sobre a criança uma particular exigência de que esta restitua com a imagem de seu próprio corpo a falta materna.

1.2. A abordagem pós-freudiana: em direção aos transtornos alimentares como patologias narcísicas

A plena equiparação entre a posição anoréxica e a estrutura clássica da histeria se tornou progressivamente alvo de problematizações na corrente pós-freudiana. A partir do Congresso de Gottingen, em 1965, uma vasta gama de trabalhos passou a introduzir uma descontinuidade na perspectiva da anorexia como mensagem inconsciente e decifrável (COSENZA, 2014; CORCOS, 2011; JEAMMET, 2008). Desponta, desde então, uma visão norteada pelo descrédito da via interpretativa clássica do erotismo oral recalçado. A proposta dos distúrbios alimentares como patologias narcísicas passou a ganhar cada vez mais força, com ênfase nas distorções do ego e da integração corporal. Seu embasamento é perpassado pelas concepções em torno da existência de carências narcísicas primárias e do comportamento alimentar como refúgio em relações compulsivas de objeto compensatórias.

Hilde Brunch (1971 apud MAGTAZ, 2008), uma das fundadoras da psicoterapia dinâmica, se tornou a principal referência pós-freudiana. Em uma consagrada pesquisa sobre “desordens alimentares”, a autora se dedicou a distinguir a “anorexia verdadeira” como uma organização particular que difere de pseudoanorexias, tais como a inapetência dos melancólicos e a recusa alimentar das histéricas (MAGTAZ, 2008). Sua teoria sustenta a recusa anoréxica como um fenômeno secundário decorrente de um déficit fundamental do eu, envolvendo alterações proprioceptivas (COSENZA, 2014; PEDINIELLI et al., 2013). Para Brunch (1971 apud MAGTAZ, 2008), três áreas do funcionamento psíquico estariam comprometidas, resvalando em fenômenos psicopatológicos: distúrbios de proporções delirantes da imagem

corporal e do conceito do corpo, o que leva o sujeito a perceber sua aparência esquelética como normal; perturbações na interpretação cognitiva dos estímulos provenientes do corpo, incluindo a incapacidade de reconhecer a fome, hiperatividade e negação do cansaço e, por fim, o forte sentimento de ineficácia paralisante, caracterizado pela experiência de ser objeto nas mãos dos outros e de não fazer nada em nome do próprio desejo, oscilando, por isso, da docilidade, da obediência até a superexigência e a rigidez.

A ausência extrema de autonomia comprometeria o acesso desses pacientes ao sentido. Ainda segundo Brunch (1971 apud MAGTAZ, 2008), muitas anorexias representam a busca de um senso de identidade a partir do controle enrijecido do corpo. Em um exame que também inclui a obesidade e a bulimia, a autora estende para a compreensão desses casos a presença de uma figura materna sufocante, a qual encaminharia toda demanda da criança como demanda de comida. Essas alterações precoces na adequação e no atendimento às necessidades provocariam um estado intenso de perplexidade e desamparo na criança. Posteriormente, a relação com o alimento desempenharia a função de tratamento compensador frente a conjunturas emocionais de difícil elaboração (1971 apud MAGTAZ, 2008; 1973 apud PEDINIELLI et al., 2013).

Daí deriva uma importante corrente: a psiquiatria psicodinâmica francesa, cujos expoentes são Brusset, Jeammet, Lippe e Corcos. O argumento que dirige esses estudos associa a abordagem kleiniana à psicologia do *Self* kohutiana, destacando os distúrbios narcísicos e os circuitos aditivo-dependentes determinantes de anorexias e bulimias. Essas produções sublinham a instabilidade narcísica do eu em anorexias e bulimias devido a dificuldades na diferenciação entre sujeito e objeto. Nesses casos, o sustento narcísico obtido pela experiência identificatória de atração libidinal da imagem de si mesmo encontra-se gravemente afetado por embaraços no que eles denominam “interiorização das figuras parentais” – processo responsável pela saída da relação estrita de dependência (CORCOS, 2011; JEAMMET, 2008). Ou seja, esses autores apontam para a existência de um severo comprometimento na simbolização das funções psíquicas transmitidas pelos Outros primordiais. A identificação narcísica ao objeto materno primário instala a indiferenciação dos corpos que culminaria, mais notoriamente na puberdade – tempo em que a subjetivação da perda é evocada –, em um ataque do corpo, no esforço sempre fracassado de reapropriação (CORCOS, 2011).

A impossibilidade de renunciar ao objeto é experimentada como irremediável. Inicia-se a eleição adicta de objetos externos dos quais se passa a dispor para uma mínima estabilização perante o sentimento aniquilante de dependência. Dito de outro modo, a formação defeituosa de um “envelope psíquico protetor” elevaria o ato de comer à função de proporcionar algum

sentimento de continuidade de si e de interioridade (PEDINIELLI et al., 2013). De acordo com Jeammet (1993 apud MAGTAZ, 2008), trata-se de uma organização perversa, uma vez que o objeto não é reconhecido como independente do eu. Sem a diferenciação sujeito-objeto, o objeto é usado com a pura finalidade de reassuramento narcísico, como tentativa parca de fazer barreira às angústias primitivas e ao vazio provocado pela perda do objeto. Ainda para este autor, “o transtorno alimentar é uma defesa contra o medo de ser invadido pelo objeto”, pois “o sujeito tem o reforço da conduta aditiva como o único recurso para fugir de sua crescente dependência e afirmar sua identidade” (JEAMMET, 2008, p. 39). Jeammet (2008) o define como uma “para-excitação” impedidora de que o eu se renda totalmente ao objeto primordial. Ele conclui que há um fantasma bulímico em qualquer conduta anoréxica. Convergindo para a mesma leitura, Brusset (1993 apud MAGTAZ, 2008) descreve anorexia e bulimia como sintomatologias narcísicas arcaicas interligadas, na medida em que se alternam entre o “orgulho” de não precisar do objeto (anorexia) e a “vergonha” de depender dele (bulimia). Concomitantemente, as medidas mais nocivas de controle de peso, como o uso de laxantes, afiançariam a retomada do controle (JEAMMET, 2008).

Para Jeammet (2008, p. 43), por se tratar de uma “problemática do vínculo”, é comum o desencadeamento da anorexia na ocasião da perda da relação com um tipo de duplo na primeira infância, que é experimentada como profundamente traumática, como, por exemplo, o nascimento de um irmão, ou ainda o desinvestimento materno brutal em virtude de uma separação ou de uma depressão. A ruptura dessa relação privilegiada leva o indivíduo a uma submissão brutal à violência das vontades desse duplo, devido à experiência desconcertante de desamparo psíquico. Também se nota nesses casos uma intensa ambivalência junto à mãe, a qual costuma ser, ao mesmo tempo, avidamente solicitada e violentamente hostilizada.

Brusset (2008) sublinha a busca de um narcisismo primário absoluto no apego ao ideal de magreza. A liberação ascética do corpo anoréxico seria a salvaguarda do eu ideal, ao largo de qualquer renúncia. Urribari indica de modo mais sensível uma possível interpretação do sujeito ao se deparar com a realidade da perda: “as limitações dos desejos são vividas como injúria narcisística intolerável” (2008, p. 24). Para esses autores, a anorexia é sintoma do empenho em assumir a mestria e alcançar a autossuficiência. Brusset, por exemplo, denomina essa tendência como um “ideal onipotente autárquico” (2008, p. 58). Ainda que tal traço possa se confundir como uma espécie de exibição fálica, a questão, para esses autores, não se refere à resposta histórica, na medida em que não é orientada por ter ou ser o falo, mas, sim, pelo “viver como entidade total, autárquica, mais do que autônoma, para tentar situar-se fora da falta” (LIPPE, 2008, p. 89). Na bulimia, o eu entregar-se-ia mais claramente a esse empuxo de

autopreenchimento. Todas essas elaborações acenam para algumas chaves de leitura que requerem investigação: 1) A busca pela mestria absoluta; 2) Uma resposta em ato conseqüente ao descontentamento com uma figura do Outro no que este tem a oferecer; 3) A apresentação de uma figura do Outro frouxa na transmissão do desejo; 4) O recurso a um imperativo aniquilante impeditivo da aniquilação maior da indiferenciação a uma alteridade que é experimentada como devoradora.

1.3. Especificidades de uma resposta ao real

Do espectro dos transtornos alimentares, a anorexia foi certamente o tema mais contemplado nos estudos de Freud e de Lacan. Embora os textos de orientação lacaniana voltados para este campo costumem ecoar mais frequentemente o que Lacan postulou em seu primeiro ensino, suas breves, porém densas contribuições, não se restringem a esse período. Ao contrário, elas nos guiam pelas torções internas de suas teorizações desde a época pré-estruturalista, passando pela centralidade da constituição desejante mediada pelo significante Nome-do-Pai, e, por fim, deslizando até suas formalizações acerca do objeto *a* enquanto real irreduzível à simbolização e resto de gozo arredo ao tratamento pelo inconsciente. Tais elaborações apreendem com mais rigor a escolha de gozo definidora da posição subjetiva que atravessa casos de anorexias. Para além da positividade conferida à anorexia como apelo à inscrição da falta propulsora do movimento desejante, são vetorizados os impasses no laço com o Outro primariamente estabelecido pela oralidade através do corpo – pela libidinização das zonas erógenas – e na transmissão de seu saber como possível tratamento ao real do desejo.

Vejamos como esses eixos se delinearam na trajetória lacaniana. Embora date de 1938 – tempo prévio à orientação propriamente estruturalista e ainda bastante influenciado pelas teorias kleinianas –, o escrito *Complexos familiares na formação do indivíduo* contém anotações relevantes sobre esta clínica. Ali Lacan (1938/2008) realça o pano de fundo discursivo do declínio social da função paterna, pautando uma concepção clínica cujo gatilho é o estridente fracasso da travessia do complexo de Édipo. A anorexia é aproximada das toxicomanias e das neuroses gástricas como manifestações regressivas da “recusa do desmame”, devido a uma severa fixação ao objeto mítico do gozo primário, denominado como “imagem materna”. A “greve de fome” anoréxica, o lento envenenamento toxicômano e o regime de fome das neuroses gástricas, todas como irresistível direção autodestrutiva ao gozo pleno, são, para Lacan, “suicídios não violentos”, nos quais “em seu abandono à morte, o sujeito busca reencontrar a imagem da mãe” (LACAN, 1938/2008, p. 26). Não se abre mão do gozo. O Outro

materno se desvia de sua função “salutar na origem”, vitalizante para a existência, se tornando referência de experiências de satisfação mergulhadas em uma maciça inclinação mortífera. A satisfação libidinal se exerce no imaginário da promessa de um objeto de gozo, no nível fragmentado da zona erógena. A subjetivação da função simbólica do Outro materno como marca erótica do desejo não opera como contenção do excesso pulsional. Para Lacan (1938/2008), a “recusa do desmame” se presentifica fundamentalmente como “apetite de morte”. Ele aproxima todas essas patologias do quadro melancólico. Como podemos ver, Lacan antevê a correlação que atraiu fortemente Brusset, Jeammet e outros clínicos décadas depois. Ao mesmo tempo, Lacan também destaca a tentativa de separação presente nessas patologias orais. A supremacia do complexo de desmame, em detrimento da pouca eficácia da função terceira do Édipo, condenaria o sujeito a “repetir indefinidamente o esforço do desligamento da mãe” (LACAN, 1938/2008, p. 91).

No primeiro movimento de seu ensino, Lacan desarraigou as pulsões do gozo unicamente imaginário do Estádio do Espelho e retranscreveu a pulsão em termos de simbólico, demonstrando sua gramática na linguagem no curso dos deslizamentos metonímicos, por substituição e por combinação. Inaugurou, assim, um paradigma da significantização do gozo, no qual o circuito pulsional foi escrito pelo simbólico por intermédio da fórmula da relação do sujeito barrado pelo significante à demanda do Outro ($\$ \diamond D$) (MILLER, 2000a). O desejo é referido à demanda inconsciente, por isso é sempre desejo do Outro. A anoréxica visaria restituir a autenticidade do desejo ao introduzir uma impossibilidade fundamental na decodificação própria à demanda. Já na década de 1960, Lacan deslocou o protagonismo conferido ao conceito de desejo para o de objeto *a* em sua abordagem do gozo pulsional. Debruçou-se sobre a relação do significante com o que está fora da simbolização de uma nova forma, incluindo o real do gozo não assimilável no laço com o Outro simbólico. O objeto *a* corresponde a uma reserva libidinal que sobrevive à prova do encontro com o significante puro, à divisão do campo do Outro, resistindo como um núcleo de gozo. Foi intimamente articulado à ação do significante sobre o corpo. Lacan o localiza em torno das zonas erógenas corporais, as quais foram elencadas a partir da noção freudiana de objetos parciais. Para operar como borda delimitadora do circuito pulsional e como causa do desejo, é preciso que a ação separativa da castração tenha se inscrito e o objeto *a* extraído como perda de gozo. Assim, o estatuto lógico do objeto *a* é o de um vazio a ser contornado, vazio este que funda e se torna motor do funcionamento pulsional. Sua fonte de gozo mais primordial é o horizonte do objeto mítico da primeira experiência de satisfação – a Coisa –, fundamentalmente perdida. Ou seja, por meio dele, o Outro do significante impõe

sua estrutura à Coisa (MILLER, 2000a), circunscrevendo um real impossível que insiste repetidamente, arredio ao tratamento simbólico do discurso do Outro.

Nesse novo tempo de seu ensino, Lacan (1964b/1998) concebe o inconsciente não apenas no nível da estrutura da linguagem, mas também como pulsátil, homogêneo à zona erógena. Essa continuidade entre o inconsciente simbólico e o funcionamento pulsional repercute em seus enunciados sobre a anorexia. Lacan designa o nada como objeto *a* produzido no nível oral do desmame no tempo da separação. Ele afirma: “na anorexia mental, o que a criança come é *o nada*” (LACAN, 1964a/1973, p. 101, grifo e tradução nossos). A ênfase migra do *comer nada* como metonímia do desejo para uma tomada de posição caracterizada pela escolha de não querer ceder o objeto de gozo no laço com o Outro. Na anorexia, o artifício consistiria em reter o objeto nada na boca vazia, positivando-o, em ato, como gozo real. Não se separando totalmente e deixando o objeto enquistado na boca, o sujeito fixa um funcionamento em que o gozo primário é “detido” no corpo. Lacan (1962-1963a/1982, p. 379) acentua que o desmame é uma operação ativa, algo “que a criança coloca em ato e não alguma coisa que ela sofre”. Para tal, é preciso que se instale um “desejo de desmame”. Trata-se, portanto, de uma decisão do sujeito que implica o consentimento à perda do objeto oral, ou seja, de um reviramento no laço com o Outro simbólico veiculador da função estruturante da castração.

Cosenza (2014) assinala a busca, por meio deste mecanismo, em subtrair os efeitos da alienação significativa sobre o gozo que habita o corpo pulsional, para, assim, se manter na suposta plenitude do objeto primário da satisfação. Nessa insubmissão drástica à Lei simbólica da castração, a obstinação pelo apoderamento do objeto pulsional arrasta consigo o próprio sujeito. Para Blanco (2000), a ausência de limites na renúncia em alimentar-se tem como correlato o corpo que se alimenta de si mesmo como pura pulsão autofágica, de autodevorção. A posição evidenciada em casos de anorexia implica uma nadificação generalizada que suga o próprio sujeito, asfixiando-o no nada e identificando-o a esse resto.

Outro ponto também emerge nessa época da formalização lacaniana, lançando nova luz sobre a problemática da referência ao Outro em questão. Lacan (1964a/1973) localiza a posição fantasmática em anorexias pela via do *fantasma de desaparecimento*. O indivíduo anoréxico responde ao encontro com o enigma do desejo do Outro pelo seu desaparecimento, em uma espécie de variante mórbida do *Che Vuoi? O que ele quer de mim?* convertido à pergunta *Quer ele me perder?* (LACAN, 1964a/1973, p. 240). Daí se depreende um forte componente sadomasoquista, visto que, da confrontação com a falha do Outro, eclode uma construção desvitalizante e destrutiva. Da pergunta surge uma certeza e o corpo define-se rumo ao desaparecimento. O caminho eleito é o do horror da exibição de um corpo cadaverizado e o da

aparente hostilidade frente a pedidos e solicitações familiares ou médicas reabilitadoras do princípio do prazer e da manutenção do organismo. Verifica-se o afiado empenho em produzir uma angústia vertiginosa no Outro. Essa economia mortífera aponta para um severo impasse no laço com o Outro.

Os apontamentos do primeiro ensino de Lacan esclareceram que o jogo significativo que poderia permitir dialetizar a falta do Outro na localização do amor do Outro materno encontra-se aqui obstruído. Fragilizado em sua vertente amorosa, o dito materno assume para o sujeito o teor cristalizado da tirania e do imperativo de gozo. Seria a interrogação *Quer ele me perder?* correlata, nesses casos, a um considerável desconforto com o corpo que seria, por sua vez, indicador de uma radical angústia originada do dano narcísico provocado por perturbações na captação do investimento amoroso do Outro? Ou ainda, pela localização fantasmática de um Outro claudicante no lugar atribuído à criança como ser privilegiado em seu desejo? Haveria, assim, uma inconsistência na tomada de si como objeto amado pela instância parental? De modo bastante particularizado, pois, uma coisa é evocar o fantasma de morte por si mesmo na relação de amor com os pais, outra bem diferente é atuá-lo diretamente no real, como ocorre nessas situações. O fantasma é, sobretudo, agido, e não tanto encenado inconscientemente.

Passemos a um novo salto. No final de seu ensino, a perspectiva de Lacan ganhou um importante acréscimo não muito explorado nos trabalhos brasileiros e franceses acerca dos transtornos alimentares. No Seminário 21, *Les non dupes errent*, Lacan (1973-1974. Inédito) distingue a posição anoréxica da histeria clássica. Nesse contexto, ele tematiza a relação do sujeito com o saber. Elucida que o desejo de saber aparece inicialmente como algo atribuído ao Outro, sendo verificável na complacência da criança aos “porquês” vindos deste campo. Além disso, as questões colocadas pela criança visariam satisfazer o que ela supõe que o Outro desejaria que ela perguntasse. O desejo de saber, portanto, seria relativo à localização do desejo do Outro. O amor ao discurso do Outro define a captura do real pelo saber (LACAN, 1973-1974, p. 32. Inédito). Lacan observa que a resposta anoréxica constitui uma exceção a esse desenrolar da economia libidinal com o Outro. Seu protótipo seria o da criança que prefere não se reportar aos adultos com questões sobre aspectos da realidade, por não os qualificar como detentores de um saber acerca das coisas do mundo. Estabelece-se com o saber que pode ser transmitido pelo Outro uma relação similar a que se tem com o alimento, expressa por Lacan (1973-1974. Inédito, p. 32) pela frase: *muito pouco para mim*. A anoréxica quer pouco saber. Sua preocupação se restringe a definir se vai comer ou não, bem como o que poderá ser comido. Fica detida nessa ruminância de tal forma a não perceber que está se deixando morrer de fome em uma prática de gozo sem limites que absorve integralmente o sujeito. Não seria tanto o

forçamento da abertura da falta desejante no Outro, visto que o desejo de saber encontra-se desencorajado. Como assinala Lacan, “não é o desejo que preside o saber, é o horror” (1973-1974, p. 82. Inédito). Não há desejo, mas sim, horror ao saber.

A anorexia estaria referida a uma recusa radical do saber inconsciente organizado pela articulação significativa. Estaria em jogo a prevalência de um estatuto do saber enquanto real, fora do sentido. Lacan trabalha esse aspecto com o uso do conceito de *lalangue*, cuja definição é a fala como disjunta da estrutura de linguagem, derivada do exercício primeiro da comunicação (MILLER, 2000a). Diz respeito a uma aliança originária entre a palavra e o gozo que é anterior à incidência da função organizadora do Nome-do-Pai no campo do Outro. A anoréxica se deixa absorver por um saber dessubjetivado, um saber-gozo escorado no comportamento alimentar. A fixação ao objeto nada se interpõe como uma manobra de evitamento da castração. Dito de outro modo, a questão do saber não é orientada pelo desejo, mas pelo horror que a não relação sexual – o que há de mais real em jogo nas elaborações de Lacan em seu último ensino – lhe provoca. Destaca-se que, por outro lado, Lacan não aproxima a especificidade desta posição de gozo à forclusão do Nome-do-Pai das psicoses. Ele infere, ao que nos parece, a presença de um mecanismo de denegação radical em relação ao saber transmitido pelo Outro acerca da castração e do desejo. O Outro é desprestigiado enquanto parceiro detentor de um saber transmissível sobre o desejo. Seria a incidência do desmentido nas neuroses um mecanismo capaz de dar mais clareza ao que se passa em pelo menos alguns desses casos? Como já sinalizamos em tópico anterior, este é outro elemento que buscaremos abordar na sequência desta tese.

Seguindo os passos da orientação lacaniana e a de Miller, Cosenza (2014) realizou um amplo estudo sobre o tema da anorexia com o intuito de demonstrar a afirmação de Miller de que “a rejeição da mãe nutridora e, mais amplamente, a rejeição do Outro, é o que nela está em primeiro plano” (MILLER, 2000b, p. 177). Cosenza escande a função da recusa anoréxica no psiquismo em quatro possibilidades: 1) Como mensagem inconsciente endereçada ao Outro, demandando o signo de seu amor; 2) Nas neuroses, como barreira contra a pulsão; nas psicoses, contra o gozo invasivo do Outro; 3) Como modalidade de separação do Outro, por uma via diferente da castração; 4) Como gozo representativo de um ideal aprisionado em uma autossuficiência imaginária, numa espécie de delírio autonomista, refletindo a tentativa radical de erradicação do laço com o Outro.

Esses diferentes matizes tocam na participação do Outro simbólico na regulação da economia psíquica, assim como comprovam que há diversas anorexias. Tratar-se-ia aí de uma espécie de extinção progressiva do Outro simbólico inteligível na passagem da modernidade à

contemporaneidade? As massivas turbulências frente à realidade da castração são evidências, para Miller, de sua hipótese sobre a inexistência do Outro na época atual. O que parece passível de constatação imediata não é tanto a dissipação do Outro, mas um direcionamento ao Outro sem o mesmo suporte fálico em que sua função transmissora vinha se apoiando. De saída, o que predomina nessa clínica – e isso é consensual, ponto para o qual convergem as diversas orientações recenseadas – é a precária separação na relação ao Outro materno: a sombra da Coisa ronda o sujeito. A presença de uma posição de gozo resistente à extração do objeto *a* e o rechaçamento à construção de um saber-fazer frente ao não-saber inerente ao encontro com o desejo do Outro revelam o esgarçamento da relação à face mais simbólica do Outro.

Talvez as anorexias tragam à tona novas vicissitudes das figuras do Outro e suas funções na constituição do aparelho psíquico na passagem do moderno ao contemporâneo. Nesse lastro, também as bulimias e as obesidades seriam sintomas da ascensão e do agravamento de uma incidência específica do Outro em um contexto discursivo não mais moderno. Se há uma espécie de gangorra entre o Outro contemporâneo representado pelo imperativo materno de gozo e o Outro simbólico representado pela função paterna, não há ausência do Outro, há redistribuição desses laços segundo as discursividades dominantes.

Retomando um comentário de Miller em uma conversação clínica, Cosenza (2014) indaga sobre a lógica de uma clínica do objeto sem o motor do significante fálico. Pondera o impacto da ação do objeto nada como causa de não-desejo na cadeia significante que estrutura o saber inconsciente. O evento tinha como mote o estudo de casos de grande precariedade subjetiva. Miller define um caso apresentado por Jean-Claude Maleval como uma psicose ordinária centrada na incidência do objeto nada (MILLER et al., 2009). Esse objeto aparecia no cerne do funcionamento do paciente como identificação, se exprimindo em uma inércia impeditora de fazer qualquer coisa em todas as esferas da vida. O sujeito se nomeava como “uma nulidade”. Não se tratava da queda da autoestima do sujeito barrado, mas sim, índice de ϕ_0 , da foraclusão do significante fálico. Assim, nesses estados de absoluta fragilidade da significação fálica, o objeto nada se incidira como “causa do não-desejo” (MILLER et. al., 2009, p. 170, tradução nossa). A teoria da psicose ordinária necessita ser revisitada por fornecer coordenadas sensíveis à constituição psíquica do sujeito contemporâneo. Cosenza recupera essa vinheta e esse desdobramento para defender a tese de que, em muitas anorexias, o objeto nada desativa a função fálica, inviabilizando a elevação de seu estatuto de significante da falta-a-ser. Daí o malogro da solução anoréxica como metáfora sintomática inteiramente igualável à que se tem na histeria clássica. No caso de uma anorexia mais consonante com a estrutura histórica, o próprio sintoma anoréxico emergiria como uma tentativa da parte do sujeito de efetuar esta

sintomatização. Para Cosenza, em muitos casos a estrutura do saber sofre a interferência da saturação pelo objeto nada de modo peculiar, pois a cadeia significante, *après coup*, apresenta-se como instalada. Porém, o saber inconsciente, em sua célula – S_1 - S_2 –, estagna e se mantém inativo no momento em que a anorexia se instala e se enraíza na vida do sujeito:

Nossa hipótese é de que a aparição da anorexia traz com ela, para o sujeito, o depósito do objeto nada no ponto de intervalo entre os significantes S_1 e S_2 , estabelecendo não a impossibilidade, mas a não-operatividade, a não desativação *après-coup* do funcionamento do saber inconsciente (COSENZA, 2014, p. 151, tradução nossa).

O autor adverte que, onde a significação fálica está comprometida, nenhuma restituição da cadeia S_1 - S_2 é possível. Com a carência do intervalo entre os significantes, ergue-se a identificação holofrásica. O sintoma anoréxico passa a se configurar, então, como “uma resposta na linha da estruturação holofrásica do campo do Outro, onde o sintoma não funciona como significante do sujeito para outro significante, mas como insígnia identitária rígida, como S_1 isolado e fora da dialética” (COSENZA, 2014, p. 159). Ele se refere aqui aos casos de inquestionável psicose, nos quais o alimento muitas vezes é tomado como objeto persecutório e engendra um delírio de envenenamento. Porém, o dito materno como um S_1 rígido parece percorrer essa clínica em diferentes declinações e com potenciais de dialetização igualmente distintos. A identificação ao objeto nada se edifica sobre a adesão à lei aberrante do Outro materno. Não haveria um traço da debilidade holofrásica nesses casos em geral? Destituído ou debilmente provido da âncora do falo, o sujeito cai como objeto, resto, encarnando no real o objeto nada. Essa problemática será resgatada no terceiro capítulo desta pesquisa.

1.4. A vertente da melancolia: observações iniciais

A consideração diagnóstica da vertente melancólica na abordagem dos distúrbios da oralidade vem recebendo cada vez mais atenção como um contraponto possível à vertente histérica (MAGTAZ, 2008; RECALCATI, 2004; BRUSSET, 2008). Seu embasamento é legitimado diretamente pelo legado freudiano, pois Freud (1950[1895]/1996) faz alusão à presença de transtornos envolvendo a recusa anoréxica do comer e a irrupção de vômitos em pontuações que autorizam a situar a anorexia e a bulimia numa perspectiva estreitamente articulada à psicopatologia da melancolia. No *Rascunho G*, Freud (1895/1996) estabelece alguns marcadores interessantes para abordar o desencadeamento melancólico: - Um longo

período prévio de vivência do que denominou como *anestesia*³; - A existência de tipos de *mulheres, psiquicamente muito exigentes*, marcadas pela frigeidez, e cujo desejo facilmente se transforma em melancolia; - A combinação do quadro melancólico com a *angústia intensa*; - Seu afeto correspondente como sendo o luto, isto é, o *desejo de recuperar algo perdido*, que é referido por Freud como uma *perda na vida pulsional*. Mais adiante, ele descreve a anorexia como uma “neurose alimentar paralela à melancolia” (FREUD, 1895/1996, p. 247), isto é, como “uma melancolia em que a sexualidade ainda não se desenvolveu” (FREUD, 1895/1996, p. 247). A ausência de apetite é concebida como um correlato da perda libidinal.

Observamos, assim, que Freud apresenta um cenário no qual se interligam os temas do feminino, da angústia, da perda e da anestesia libidinal. Freud parece rodear a cerne do impasse melancólico como o encontro com o traumático da falta e o fracasso em dar um destino ao traumatismo da perda no psiquismo pela sexualidade através de uma ficção fantasmática protetora. Em texto contemporâneo a esse opúsculo, no *Projeto para uma psicologia científica*, ele já destacava, a partir de sua prática clínica, a operatividade da primeira mentira histórica – ou *próton pseudos* – por meio do fantasma de sedução como inscrição da perda no aparelho psíquico (FREUD, 1950[1895]/1996).

A declinação melancólica tem sua verificação clínica corroborada até os dias de hoje. Sua comprovação também se expande para muitos casos de bulimia e obesidade. Brusset (1998 apud PEDINIELLI et al., 2013) se debruçou especialmente sobre o elo entre anorexia e melancolia. Este autor sublinha que o risco de devoração e de engolimento (*engloutissement*) recíprocos entre mãe e criança é uma constante nesses casos, por conta da impossível simbolização da perda. A devoração como relação canibalesca e indiferenciada às figuras primordiais, os impasses narcísicos no processo que institui o eu pelo luto da separação do objeto, a presença de imperativos sádicos, bem como o empobrecimento do investimento libidinal no mundo externo são os elementos clínicos que põem em primeiro plano esta leitura para esses e outros autores, tais como Recalcati (2004) e Barbosa (2010). Recalcati (2003) evoca a polarização feita por Serge Cottet entre a clínica da falta e a clínica do vazio para descortinar uma distinção entre o sintoma clássico nas neuroses e os ditos novos sintomas: se a primeira tem como parâmetro a referência fundamental à falta que funda o desejo e o sujeito dividido, a segunda tem como ordenadores capitais o gozo e o vazio (COTTET, 1997 apud RECALCATI, 2003). O objeto *a* aparece menos em seu *status* de objeto perdido, causa do desejo, e muito mais em sua vertente de mais-de-gozar, sendo posto à disposição do mercado e

³ Grifos nossos.

sua oferta “maníaca” dos objetos. Recalcati, por sua vez, tende a transpor essa distinção para oposição neurose e psicose abordando-a, respectivamente, como a clínica da falta (histeria) e a clínica do vazio (melancolia). A anorexia histérica é descrita nos parâmetros da teorização lacaniana, circunscrevendo o nada como garantidor do desejo no circuito do corpo falicizado. A dimensão psicótica não estaria vinculada ao desejo do Outro, mas sim, ao gozo do Outro invasivo, fazendo figurar casos mais graves de cadaverização corporal. Os vômitos bulímicos, por exemplo, muitas vezes cumpririam a função de limitação do gozo avassalador que assola o indivíduo.

Na tese de doutorado de Magtaz (2008), encontramos um estudo mais pormenorizado perpassando a metapsicologia freudiana e autores pós-freudianos. Essa autora aborda a anestesia como estagnação libidinal, a partir do problema da insensibilidade presente nos distúrbios da oralidade – ora nos sintomas anoréxicos e bulímicos, como recusa da sensação dos estímulos dolorosos psíquicos e corporais, ora na obesidade, ligada à capa de gordura que reveste e insensibiliza a carne (MAGTAZ, 2008). Em *Luto e melancolia*, Freud (1917b/2010) explicou de modo mais sistemático o sofrimento melancólico a partir do afeto normal de luto. Se a comparação entre os dois é inicialmente justificada por constituírem duas respostas à realidade da perda do objeto amado, Freud vai mostrando, contudo, que as semelhanças entre o enlutado e o melancólico são muito mais fenomenológicas do que estruturais. Luto e melancolia são soluções radicalmente distintas no que se refere ao modo pelo qual o eu lida com a ausência de um objeto fortemente investido na economia psíquica. Ao passo que, no luto, o objeto amado é facilmente localizável, na melancolia, a perda é de ordem moral, referindo-se à admiração, à crença ou a alguém que encarnava o ideal.

Desapontado com a figura cuja função deveria ser a de protegê-lo, estimulá-lo e orientá-lo, o melancólico não se desprende do objeto outrora amado, mas o devora. A sombra de um objeto depreciado recai sobre o eu. O eu se torna empobrecido pela identificação a um objeto sem valor. Por este motivo, o aspecto diferencial que distingue a melancolia do luto é a deterioração da autoestima. O rompimento defeituoso do laço com o objeto desencadeia na vida psíquica um *delírio de pequenez* capaz de comprometer as atividades de autoconservação como o sono e os hábitos alimentares. Freud (1917b/2010) vincula a origem da auto-recriminação melancólica à hostilidade que originalmente foi dirigida ao objeto. A posição masoquista do melancólico estaria intimamente associada às tendências sádicas que eclodem a partir desta decepção e não dão lugar à experiência normal de perda e luto. Ao contrário, retornam sobre o próprio eu, consumindo-o, devorando-o. Trata-se do avesso da paixão narcísica (COELHO

DOS SANTOS; SARTORI, 2007). O conflito entre o eu e o objeto amado transforma-se em um conflito entre a crítica ao eu e o eu modificado pela identificação.

De acordo com a teoria freudiana, a boa constituição do eu depende de que a perda do objeto incestuoso seja compensada pelo advento da identificação ao ideal pós-edípico veiculado pela transmissão paterna. Freud caracteriza esse primeiro funcionamento a ser ultrapassado como o da incorporação ou devoração do objeto no registro da pulsão oral, no qual predomina “um tipo de amor que é compatível com a abolição da existência separada do objeto e que, portanto, pode ser descrito como ambivalente” (FREUD, 1915/2010, p. 143). Com a intervenção paterna, a libido ligada ao objeto perdido pode, então, se desprender da figura materna e refluir para o eu, colorida pela promessa de novos encontros depois da puberdade. O trabalho de luto define, justamente, a mobilização da balança libidinal rumo à retirada das conexões com esse objeto, o que ocorre simultaneamente a um superinvestimento do mesmo. Essa é a condição para que o eu venha a alcançar uma nova posição libidinal. Com esta renúncia, escapa-se da absorção maciça pelo objeto. Embora, nesse texto, Freud não tenha examinado o papel do aparato edípico e do complexo de castração no trabalho de luto, sabemos que é do destino dessa trajetória que depende a subjetivação da perda de um objeto que esgote a satisfação pulsional. Trata-se aí do luto fundamental que culmina na separação do objeto primordial de satisfação no laço com a figura materna. O recalque primário instaura um núcleo inabordável pela significação, relativo ao encontro com o objeto perdido – a mãe. *Das Ding* é objeto inalcançável de saída. Perder o objeto é ganhar a possibilidade de significá-lo.

Freud (1917b/2010) notou que as autoacusações melancólicas não deixam de ter fundamento, com a particularidade de que o paciente apreende a realidade de modo mais intenso e agudo do que os não melancólicos. O melancólico sofre de um “excesso de realidade” no encontro com a perda narcísica, perda que lança todo sujeito a uma solidão necessária à abertura para novos objetos, no esteio da constituição do eu e de seus ideais (MAGTAZ, 2008). Sua experiência do trauma da perda revela que alguns são incapazes de encaminhar a perda pela via da metáfora ou pela sublimação, vivendo o trauma de um modo muito direto, sem mediação, entregues a um circuito pulsional infernal. Sem o objeto, o sujeito deixa de existir. Seu ego desaparece frente ao vazio. Não pode se separar. Se esse arranjo deixa de se manter, o sujeito não vale nada. Conforme assinala Magtaz (2008), esse excesso de realidade é relativo à ferida aberta, a qual absorve a energia do investimento para si, esvaziando o eu até seu total empobrecimento.

Magtaz (2008) relaciona de modo muito interessante o problema psicopatológico da anorexia, da bulimia e da obesidade às adições, aproximando-as da estrutura melancólica e,

mais especificamente, definindo o comportamento alimentar como uma fuga do adoecimento melancólico pelo seu antagônico, a mania. A pesquisadora sustenta a tese de que:

[...] os distúrbios da oralidade são sintomas da melancolia e da ação maníaca, manifesta na errância anoréxica, no frenesi bulímico, na orgia alimentar dos obesos e nas adicções em geral, uma defesa contra um vazio inapreensível gerado pelo desfazimento da ilusão da gratificação narcisista (MAGTAZ, 2008, p. 66).

Desse modo, uma trilha profícua de investigação é traçada ao colocar em primeiro plano os transtornos alimentares como respostas no nível de uma relação maníaca de objeto – isto é, marcada pela desmedida, pela compulsão e pelo trânsito indiferenciado entre o corpo e os objetos – frente ao vazio angustiante consequente da destituição narcísica. O aprisionamento do ego a uma fidelidade extrema ao ideal traz à perda de um lugar privilegiado face ao Outro a dimensão de uma fatalidade melancolizadora.

Evidentemente, essa formulação se erige no esteio da transmissão freudiana. Freud aborda a mania a partir da mesma problemática que a melancolia: “ambas as desordens lutam com o mesmo ‘complexo’, [...] provavelmente, na melancolia, o ego sucumbe ao complexo, ao passo que, na mania, domina-o ou o põe de lado” (1917b/2010, p. 183). O complexo em jogo se situa no ponto em que há uma perda no nível do ideal que organizava o laço com Outro. Tanto o melancólico, quanto o maníaco resultam do empobrecimento dos recursos de simbolização desse desencontro entre a expectativa e a realidade, assim como da inoperância da separação do objeto. Na melancolia, através do penoso sofrimento devido à encenação da censura e a devoração dirigidas ao objeto no registro intrapsíquico, nas relações entre o supereu e o eu. Na mania, por sua vez, como triunfo da inibição e da tristeza melancólicas, pela evasão voraz direcionada a novos investimentos, desabonado da potência subjetivadora reluzente com o trabalho do luto. A propósito do luto, Freud observa:

[...] nem somos capazes de dizer por quais meios econômicos o luto realiza sua tarefa. Mas talvez uma conjectura possa ajudar quanto a isso. A cada uma das recordações e expectativas que mostram a libido ligada ao objeto perdido, a realidade traz o veredicto de que o objeto não mais existe, e o Eu, como que posto diante da questão de partilhar ou não esse destino, é convencido, pela soma das satisfações narcísicas em estar vivo, a romper seu vínculo com o objeto eliminado (FREUD, 1917b/2010, p. 189).

Assim sendo, o trabalho de luto sobrevém do consentimento do eu em partilhar a realidade do objeto perdido. Ou seja, da vitória de Eros, do pensamento, sobre a pulsão de morte. A melancolia e a mania são dois caminhos refratários a essa realidade, experimentada como demasiado flagelante. Segundo Freud (1917b/2010, p. 193), na mania: “o conflito no Eu,

que a melancolia troca pela luta pelo objeto, deve atuar como uma dolorosa ferida que pede um contrainvestimento extraordinariamente elevado”. A avidez maníaca seria homóloga à modalidade canibalesca de laço com o objeto observável na melancolia. Ora no interior do próprio psiquismo, ora através do frenesi da busca de objetos de satisfação no mundo externo, se trata de um circuito atormentado, no qual o eu e o objeto se confundem. Retornaremos a este tema no terceiro capítulo desta pesquisa.

Magtaz (2008) também se apoia na proposição de Joyce McDougall, segundo a qual o objeto da adicção estaria a serviço de um ideal narcísico patológico ordenado a partir de uma fantasia megalomaniaca infantil. Revela que o objeto nunca foi reconhecido como não pertencente ao eu e a incapacidade experimentada pelo sujeito de situar-se frente a seu desamparo de modo alternativo à incorporação voraz do objeto. Introduzir o tratamento fantasmático no funcionamento melancólico *stricto sensu* pode ser audacioso, tendo em vista que Freud distingue essa psicopatologia das neuroses de transferência, nas quais o aparelho psíquico é propriamente concebido como uma disputa de forças entre as fantasias inconsciente recalçadas e as exigências da civilização. Cabe interrogar, portanto, se há um estatuto fantasmático próprio às neuroses narcísicas, já que esta é a categoria clínica na qual Freud insere a melancolia.

1.5. Obesidade, fenômeno contemporâneo por excelência? Da sociologia e da saúde pública à psicanálise.

A obesidade surgiu na agenda de problemas contemporâneos como um fenômeno genérico que gera inquietação por ser arredo às estratégias sanitárias de intervenção estabelecidas segundo os paradigmas dominantes nas áreas da saúde. Seu aparecimento na pauta da saúde pública no século XXI como um problema a ser controlado devido ao seu aumento exponencial nas últimas décadas foi súbito. Em 2000, a obesidade foi declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como a primeira epidemia não infecciosa da história da humanidade (LINDENMEYER, 2016; POULAIN, 2013a). Desde então, os holofotes estão voltados para essa questão. Antes considerada um inconveniente de países ricos, hoje cresce rapidamente também nas nações de baixa e média rendas, sendo responsável por mais mortes do que a desnutrição (POULAIN, 2013a). A sociologia também foi atraída por esse mote a partir dos anos 80, sendo Poulain (2013a; 2013b) um dos principais expoentes nos debates deste campo. Seu percurso apura como as obesidades incidentes na contemporaneidade devem ser pensadas através de um quiasma para o qual converge uma série de transformações estruturais

e organizacionais engendradas progressivamente pelas sociedades modernas nas práticas e discursos sobre a alimentação. A começar pelos efeitos da urbanização e dos avanços tecnológicos sobre as linhas de produção, sobre a distribuição, a comercialização, o preparo, bem como o consumo dos alimentos – mutações estas que levaram a industrialização da cadeia agroalimentar a sobrepujar a produção agrícola, culminando na entrada do comer e da comida para a lógica capitalista de mercado.

O impacto direto dessa mercadorização com vistas à extração da mais-valia gerou o aumento da concorrência entre as indústrias e, conseqüentemente, deu margem a uma gama muito maior de ofertas disponíveis (ROIZMAN, 2011). Os processos agrônômicos na Europa no século XVII asseguraram tanto à cidade, quanto ao campo, uma base alimentar satisfatória, minimizando períodos de insuficiência devido a desastres ambientais e inviabilidades climáticas, no transporte e na conservação dos produtos (POULAIN, 2013a). No que se refere à qualidade da alimentação, paulatinamente ao longo dos séculos, as hortaliças, cereais e frutas típicas do meio rural cederam espaço a alimentos gordurosos e ricos em açúcares. Além de não prepararem, os sujeitos passaram a comer mais fora de casa, o que também se agudizou com uma capilarizada e diversa conjunção de outros fatores socioeconômicos no decorrer dos séculos XIX e XX, tais como o trabalho feminino, a prática da jornada contínua, a redefinição dos papéis sociais do sexo e a diminuição da participação da alimentação no planejamento orçamentário dos casais, em benefício crescente das atividades de lazer (POULAIN, 2013a). Poulain também destaca que as mudanças nos estilos de vida também tenderam a deixar as pessoas mais sedentárias, favorecendo um balanço energético desequilibrado com mais entradas energéticas pela elevação do padrão de consumo, em detrimento ao dispêndio.

A ampliação do fenômeno de engordamento – do sobrepeso à obesidade – começou a acontecer mais notoriamente na segunda parte do século XX, no pós-guerras, quando se observa, na história da alimentação ocidental, a sedimentação do modo de viver marcado pela experiência de uma superabundância da disponibilidade de objetos para muitos (POULAIN, 2013b). A internacionalização do comércio dos alimentos, com a globalização da economia, pôs no auge um acesso à diversidade alimentar inimaginável com os recursos de outrora. Ao mesmo tempo, os produtos se tornaram cada vez mais padronizados: o modelo *fast-food* estadunidense, estrelado quase caricatamente pela rede *McDonald's*, é emblemático da generalização dos modos de se alimentar, da incitação ao excesso e das conseqüências de engordamento das populações ocidentais, não sem uma concessão de mercado a fim de se adaptar aos gostos locais (POULAIN, 2013b; ROIZMAN, 2011).

Nesse panorama sociológico, Poulain (2013b) pontua uma consequência na modalidade predominante de relação com a comida na passagem do moderno ao contemporâneo que nos interessa bastante, por tocar em uma torção no sistema de valores dessas sociedades: “comer deixa de ser o objetivo principal da organização social para tornar-se um direito” (POULAIN, 2013b, p. 23). Nas sociedades erigidas no lastro das balizas fornecidas pela religião, num contexto econômico mais limitado, o comer articulava-se ao registro da caridade, da doação. Na aurora do contemporâneo, o pensamento político-social dessa questão passa a pertencer à pauta de reivindicações dos direitos humanos, juntamente a outros direitos, como saúde e lazer.

A “democratização” da alimentação é posta em primeiro plano nas sociedades ocidentais, num projeto de superação dos interditos impostos pelas restrições socioeconômicas de até então. Esse processo se insere num desenrolar de uma malha discursiva muito complexa que culminou – como abordaremos no próximo capítulo mais criteriosamente – na elevação da máxima social *é proibido proibir*, cujas consequências no abatimento da autoridade simbólica e na ascensão da era do direito ao gozo ressoaram na sociedade de forma muito expressiva deste então. Poulain valoriza a sobreposição entre as premissas democráticas de livre circulação dos alimentos e as prerrogativas neoliberais as quais, para fins lucrativos para a indústria capitalista, erigem estratégias de manipulação dos gostos e dos desejos do consumidor com o apoio da publicidade e da mídia (POULAIN, 2013b).

Esse sociólogo organiza sua argumentação em torno da tese de que a penetração da era industrial nos hábitos alimentares fez eclodir uma crise no aparelho normativo que até então arranjava os princípios reguladores do comer. Poulain observa que a dimensão do direito à comida ficou impregnada pelos imperativos do puro consumo hedonista veiculados pelo mercado. Portanto, as equações simbólicas relativas ao objeto alimento se empobreceram, assim como a culinária e os rituais a ela vinculados como atividades determinantes para a regulação pulsional no laço social. Nesse sentido, o autor evoca o termo “gastroanomia”, cunhado pelo também sociólogo francês Fischler, para indicar esse desarranjo. O funcionamento subjacente ao termo gastronomia, cuja base etimológica já traduz uma matriz simbólica indispensável de relações – *gastro-* [estômago] *-nomos* [regra] –, é desfigurado de modo a se transformar em um espaço desprovido de norteadores. A *gastroanomia* corresponderia ao enfraquecimento das regras devido ao dilaceramento dos pilares da organização do comer. A situação de superabundância alimentar, assim como a diminuição dos controles sociais, engendra uma autonomia decisória que parece ter sido convenientemente fisgada pelos propósitos capitalistas de incitação ao consumo. A liberdade anômica, ao mesmo tempo em que propicia a irrupção de condutas alimentares aberrantes, é a brecha para a

proliferação de manejos discursivos que se alinham às estratégias neoliberais de redução do sujeito à posição de consumidor de mercadorias, como mera peça da engrenagem do mercado. Trata-se, sobretudo, dos aparatos orquestrados pela publicidade e pelas condutas médico-nutricionais vigentes no domínio da dietética, sob a rubrica de uma suposta legitimidade conferida pelo pseudodiscurso científico.

Poulain (2013b) descreve engenhosamente esse emaranhado de tendências que muitas vezes aparentam contrariarem umas às outras. Observa a coexistência entre imperativos hedonistas de incentivo à livre alimentação pela propaganda e imperativos de saúde de igual difusão, com prescrições afinadas ao sabor das ditas descobertas científicas acerca do que se considera uma “boa refeição” ou uma “refeição equilibrada”. O significante “equilíbrio alimentar” monopoliza, para Fischler (1980 apud POULAIN, 2013b), uma aspiração que reflete outra face da anomia, a saber, a da tentativa de suplantar a desordem simbólica dela resultante a partir de normas dietéticas sem fundamento simbólico. Também se somam a essas ingerências vias de tratamento que prometem solução rápida e imediata aos efeitos de deformação física provocados pelo excesso alimentar. Elas sugerem ações voltadas diretamente ao real do corpo como, por exemplo, a cirurgia bariátrica, cada vez mais banalizada, a ingestão medicamentosa com a finalidade de eliminação de gordura e de incremento da promoção da saúde, bem como “programas de emagrecimento” através de regimes alimentares, em uma exacerbada “nutricionalização da alimentação” (POULAIN, 2013a).

Essas correntes seguem a ideia de que o ímpeto pela acumulação de riqueza, intrínseco ao funcionamento do capitalismo, dá combustível a práticas amplamente diversas que capturam o sujeito por todos os lados. Os interesses das indústrias alimentícias e da saúde influenciam as hipóteses etiológicas, o diagnóstico e o tratamento segundo a ideologia da produtividade e da rentabilidade (ROIZMAN, 2011). Assim, o *lobby* exercido pelo mercado *fast food* coexiste com o crescimento da indústria *light*. Poulain (2013a) acrescenta a essa discussão o componente controverso que cerca a definição da obesidade como categoria médica no que diz respeito ao uso do Índice de Massa Corporal (IMC) como a régua de mensuração da corpulência que caracteriza decisivamente esse quadro. Algumas críticas questionam o elo entre a condição obesa e os fatores de risco, além de relativizarem a pertinência desse instrumento para diversas populações caucasianas. A variação dos limiares entre sobrepeso e peso normal também é foco de debate. Também não é consensual o dito impacto do estado ponderal na sobremortalidade (POULAIN, 2013a).

Cada um desses pontos seguramente é passível de um exame pormenorizado. Para nós, cabe salientar que, embora a obesidade evidencie um fenômeno que vem sendo alvo de

manobras por segmentos discursivos empenhados em perpetuar o mercado consumidor em diversas frentes, esse panorama faz par com uma posição de gozo interessada nesse circuito. Os artifícios que subordinam o valor simbólico da alimentação ao modelo capitalista só podem prosseguir mediante a persistência de uma estrutura psíquica que obtém um ganho pulsional com esse funcionamento. A comida como mercadoria pode fomentar, no contemporâneo, um mais-de-gozar avassalador. Mas, também como afirma Lacan:

É verdade que existem à nossa volta coisas horripilantes e devoradoras, como a televisão pela qual uma grande parte de nós é fagocitada. Mas isto é apenas porque existem pessoas que se deixam fagocitar, que até inventam um interesse para aquilo que elas veem (1974/2004, p. 24, tradução nossa).

Se há sujeitos consumidos, é porque há uma fixação na posição de consumidor que nos cabe esclarecer na especificidade dos quadros clínicos que proliferam em nossa época atual. Verifica-se uma escassez considerável de pesquisas psicanalíticas sobre a obesidade. Em continuidade com a anorexia e com a bulimia, a obesidade comparece predominantemente em mulheres e também desponta como uma clínica da austera indiferenciação ao Outro materno com efeitos de deformidade corporal. As incursões mais tradicionais e conhecidas não são suficientemente precisas, muitas vezes assimilam indiscriminadamente à anorexia e à bulimia, associando a obesidade também à presença da figura materna sufocante, interpretando toda demanda como demanda de comida. Desde as décadas de 1950 e 1960, começaram a surgir publicações no campo médico, cuja tônica era a etiologia neuroendócrina da obesidade, propondo uma interface com a psiquiatria biológica-comportamental. Assim, não seguiam a via direta de um transtorno alimentar com causalidade psíquica, mas se interrogavam sobre como tratar as comorbidades a ela frequentemente associada, como a depressão (DOBROW; KAMENETZ; DEVLIN, 2002).

Não há menções à obesidade no ensino de Lacan. A não existência de uma teoria lacaniana da obesidade pode ser indicativa do ingresso tardio da relevância deste diagnóstico como fenômeno a ser abordado pelos psicanalistas. A notável inacessibilidade do tratamento médico-nutricional na reversão desse quadro em boa parte dos casos vem concedendo mais recentemente a essa sintomatologia o estatuto de problema clínico na orientação psicanalítica.

O ato de alimentar-se é invadido pela voracidade pulsional da obstinação em alcançar o objeto primário de satisfação, fazendo nascer um círculo compulsivo, no qual o *objeto nada*, segundo minha hipótese, transborda em sua verdadeira face, a de *objeto tudo*: tudo gozar, tudo

devorar, tudo comer, numa falência completa de recursos simbólicos de interdição e inscrição de uma “boa medida”. Em sintonia com esta perspectiva, Lindenmeyer observa que:

Esses pacientes se descrevem frequentemente como ‘constrangidos’, como se eles não tivessem nem mestria, nem escolha face à necessidade de comer. Eles comem, mas o sentimento de saciedade não é nunca satisfeito. O ato de comer é assim dotado pelo sujeito de uma potência compulsiva que ultrapassa toda vontade de parar. “Eu sou possuída” (2016, p. 9).

O mal-estar na experiência do obeso encontra-se muitas vezes associado a comorbidades metabólicas e a restrições físicas, menos frequentemente à estética corporal e, muito raramente, ao ato de comer em si, como se observa em casos de bulimia e anorexia. A entrega a céu aberto ao empanturramento deixa às claras a vertente do objeto *a* enquanto puro mais-de-gozar, em uma tentativa de preenchimento da perda no real, sem freios. A perda é experimentada como um vazio insuportável por ser puro reservatório transbordante de gozo.

O comer desenfreado é concebido por alguns autores como uma tentativa de apaziguamento da constante instabilidade psíquica (BRUSSET, 2008; GRANGEARD, 2007; PEDINIELLI et al., 2013). Recalcati (2002) advoga que o corpo obeso é um “demasiado cheio” que o sujeito experimenta como um “vazio infinito”. Para este autor, na anorexia, sendo o osso uma espécie de *vestimenta do corpo*, também comporia uma modalidade de tratamento do vazio e de seus efeitos de desorganização psíquica e de iminência de dissolução da imagem do corpo. Seria a obesidade uma espécie de avesso disso, na medida em que o vazio aqui é massivamente preenchido pelo comer desenfreado, porém regido pela mesma lógica, já que esse vazio não se exaure e permanece em seu empuxo devorador? Segundo Recalcati (2003), esse fenômeno psicopatológico, mais do que os outros, ilustra as consequências devastadoras da saturação da falta desejanse propagada pela discursividade contemporânea.

Nos trabalhos resultantes da trajetória prática e conceitual do Programa de Psicanálise Aplicada à Clínica da Obesidade do ISEPOL, o estudo sobre obesidades em mulheres permitiu avarar o seguinte ponto comum: nas mulheres obesas crônicas, seus corpos estão fora do sexo. Tal evidência exigiu um exaustivo trabalho preliminar de investigação no sentido de localizar se esse corpo fora do sexo é efeito do recalque, caracterizando uma estrutura psíquica neurótica, ou se é uma neo-conversão, indicando uma psicose não desencadeada (COELHO DOS SANTOS; ANTUNES, 2006; ANTUNES; DANEMBERG; CALDAS; OLIVEIRA, 2011). As autoras defendem que a obesidade não é um sintoma psicanalítico. Trata-se de um fenômeno que não é idêntico em todos os sujeitos. Há, portanto, obesidades, cuja função psíquica desempenhada para o sujeito varia conforme sua estrutura subjetiva. Nesse sentido, foi

ressaltado que o fenômeno da obesidade precisa ser investigado à luz do processo de sexuação, ou seja, a partir dos operadores dos complexos de Édipo e de castração. Com esse marco lógico, definiu-se, de saída, que as obesidades das mulheres não são idênticas às dos homens. Conforme alertou Freud (1923a/1996), embora as posições subjetivas do homem e da mulher surjam no rastro do complexo de castração, as consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos incidem de maneira particularizada nos destinos da sexuação masculina e feminina, e em cada caso. Um dos fios condutores dessa pesquisa foi a equivalência entre os novos sintomas conversivos da contemporaneidade e a psicose ordinária. Nestes casos, o fenômeno da obesidade se configura como uma solução a serviço de impedir a desorganização subjetiva. Interrogamos nessa pesquisa se e como essa questão pode ser rediscutida no nível das neuroses contemporâneas.

No Programa de residência em Psicologia Clínica Institucional da UERJ, tive a oportunidade de avançar no estudo da teoria da clínica com crianças obesas, também resgatando a importância dos impasses na sexuação como mola mestra da escuta genuinamente psicanalítica. Constatamos que a obesidade infantil comparece em alguns casos como fenômeno indicativo de impasses na subjetivação pela criança de seu corpo sexuado devido à perturbação discursiva familiar. Trata-se de contextos em que as funções parentais de transmissão dos operadores simbólicos para a regulação do gozo no laço social são frágeis. O tratamento do excesso pulsional pela via fálica se articula à incidência do desejo dos pais, que está vinculado às suas respostas fantasmáticas frente ao real do sexo. Esse aparato discursivo estaria relacionado ao consentimento da mãe à castração, à nomeação por parte dela do pai como o homem que para ela é a exceção, aquele que porta o que ela não tem. E, por parte do pai, como homem, à transmissão do lugar de uma mulher como causa do seu desejo (OLIVEIRA; DARRIBA, 2015).

Durante meu estágio sanduíche na França, tive acesso ao livro escrito por Vargioni (2015), intitulado *Corps obèses, corps mélancoliques*, no qual o autor discorre sobre a obesidade como patologia da não separação e da impossibilidade de perder. Através de vinhetas clínicas, Vargioni infere que esse fenômeno se edifica sobre o modo particular da relação melancólica com o objeto. Ele explora dois caminhos: primeiramente, o canibalismo como um fantasma atuado de retorno ao ventre materno, ressaltando que: “A mãe é o corpo, ela está no corpo” (VARGIONI, 2015, p. 12, tradução nossa). Em certa medida, isso é válido para todas as estruturas clínicas, já que o desejo da mãe propicia um tratamento simbólico ao real pulsional do corpo. Um passo a mais se mostra necessário para particularizar essa casuística clínica. O segundo caminho assinala que vários casos desvelam um investimento sobre a figura paterna,

cuja presença se faria muito desencarnado para o sujeito. A experiência materna em sua posição feminina junto a esse homem é marcada, para Vargioni, por uma profunda decepção e pela desconfiança em relação à potência fálica. Essa volatilidade, que deixa a função paterna perdida de vista, atualizaria os desapontamentos edipianos e narcísicos da mãe frente a seu próprio pai. A alienação do sujeito a uma transmissão materna desmoralizante do Outro simbólico é como traduziríamos essa contribuição de Vargioni, a qual parece, de fato, um norteador relevante para a abordagem desses casos.

No Brasil, recentemente, Campos (2016) publicou o livro *Obesidade em jovens: a lógica psicanalítica do ganho de peso*, talvez o trabalho mais minucioso da psicanálise lacaniana em torno do tema da obesidade até então. O autor se baseia no neologismo lacaniano *parlêtre (falasser)*, em detrimento à definição freudiana do inconsciente, para pensar a experiência analítica no cenário contemporâneo, no qual o corpo está em jogo na economia de gozo de maneira inédita. Em sua precariedade simbólica, o *falasser* obeso comeria sem necessidade, sem fome, apenas por injunção superegoica. A relação de objeto possui uma dinâmica perversa, adquirindo a finalidade de encobrir, preencher e mascarar a falta no Outro. O autor está de acordo com o que vem se notando nesta clínica, de que a devoração desmedida é muitas vezes desencadeada como resposta a situações de frustração e perda que reeditam o encontro com a falta do Outro. Nessa conjuntura, atualiza-se um sentimento de abandono, de ter perdido o amor do Outro, e, concomitantemente, a queixa de que se precisa estar pronto e disponível para atender à exigente demanda do Outro.

Este ponto é nodal na construção feita por Campos sobre o funcionamento fantasmático recorrente nesses casos. Por um lado, existe a auto-designação como “intérprete do Outro”. Ou seja, o *falasser* se experimentaria como ocupando o lugar essencial de ponte entre o casal parental, na medida em que “revela sua crença de fazer a 'relação sexual existir' entre os pais” (CAMPOS, 2016, p. 100). No entanto, qualquer tentativa de deslocamento dessa posição resvalaria em sua queda no lugar de resto como objeto desamparado, pois, ao mesmo tempo, apresenta-se como profundamente “carente de Outro”. A separação implica um distanciamento insuportável de sua posição no desejo do Outro e o lança como objeto rejeitado.

Se, na anorexia, a vacilação da operatividade do dom do amor se converte na recusa em comer, a obesidade comprovaria a substituição dessa dimensão pelo exagero de comida. Campos detectou em suas vinhetas clínicas a insistência de um excesso fora da lei nos enunciados maternos, ou ainda, o sentimento de que não se foi amado ou de abandono. O que estaria mascarado, assim, seria o desgosto relativo à desilusão amorosa, ao declínio da referência sexual, responsável pelo “gosto” na parceria com o Outro. Campos pensa a gula

como uma espécie de passagem ao ato de pequena monta, no sentido que Lacan (1962-1963b/2005, p. 129) a define como “largar de mão”, isto é, quando o sujeito se torna apagado ao máximo pela barra. Escapando da cena por não suportar o real e a angústia a ele correlato, o sujeito não responde por si, é tomado pela pulsão, buscando fazer Um com o Outro em um gozo autoerótico pelo viés do objeto oral enquanto semblante do objeto *a*. O laço amoroso é soterrado pela materialidade do objeto mais-de-gozar como alimento, sem que restos sejam suportáveis.

CAPÍTULO 2

2. O LAÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE E IMPLICAÇÕES CLÍNICAS

“Todo discurso se apresenta como prenhe de consequências, só que obscuras”.

LACAN, 1968-1969 – *O Seminário, Livro 16 – De um outro ao Outro*

2.1. Sobre o conceito do grande Outro e a função paterna

Se “não há clínica do sujeito sem clínica da civilização” (MILLER; MILNER, 2004, p. 46), então a única práxis possível é a que está atenta para o laço social da época, assim como para os modos de subjetivação e de adoecimento a ele associados. A sociedade se erige por meio da identificação dos sujeitos com certa figura do Outro que preside o repertório de ideais e semblantes compartilhados, o qual drena o gozo segundo vias simbólico-imaginárias. Essa engrenagem também circunscreve o resíduo inexorável, o real irreduzível ao aparelhamento pelas representações psíquicas. O consentimento do sujeito ao pacto civilizatório depende do laço a um Outro particular que lhe transmite seu próprio saber-fazer com o real em referência à ordem discursiva coletiva. Embora tal consentimento se coadune à discursividade histórica, não decorre de um desejo anônimo. Justo por ser particularizado na clave de cada família pela encarnação singular dos outros parentais dessa instância terceira, o laço ao Outro tem o poder de situar a criança na ordem simbólica. Sabemos que a teoria freudiana não se orienta por uma dicotomia rígida entre psiquismo e sociedade. Freud (1921/1996) questionou a hipótese de uma fronteira nítida entre a “psicologia individual” e a “psicologia social”, explicando que a chamada “psicologia individual” diz respeito aos caminhos pelos quais cada um busca encontrar satisfação para suas pulsões. Conforme destaca Coelho dos Santos, “a pulsão tem que passar pelo Outro para encontrar o instrumento de gozo. O corpo depende do Outro para ‘se fazer’ objeto *mais-de-gozar*” (2001, p. 200). Portanto, a relação à alteridade e ao social é intrínseca à constituição do psiquismo.

Freud aclarou os efeitos dos laços familiares na formação e na sofisticação do funcionamento mental. O lugar fantasmático destinado à criança pelos Outros primordiais, os

ditos e cuidados voltados para o apaziguamento de seu desamparo produzem ressonâncias morais e éticas. Tais intervenções não garantem apenas a manutenção da vida, mas veiculam também a transmissão da falta que causa o desejo, do real impossível, assim como dos ideais e modos de gozo que organizam o laço social. Com sua canônica afirmação de que “o desamparo inicial dos seres humanos é a fonte primordial de todos os motivos morais” (FREUD, 1950[1895]/1996, p. 431), Freud indica que é nesse real da ausência de autonomia na satisfação das necessidades que reside a potencialidade da mediação do campo do Outro.

Coelho dos Santos sublinha a equivalência estabelecida por Lacan entre discurso, sintoma e laço social: “todo discurso é um sintoma, uma defesa contra o real como impossível de reduzir à oposição entre verdadeiro e falso” (2008a, p. 67). Há um entrecruzamento fundamental entre o circuito da pulsão e o que se impõe como modo privilegiado de gozo em uma determinada época, no que ela abrange um leque de crenças e convenções cruciais para os destinos pulsionais. O campo do Outro guia as coordenadas da posição de objeto e do possível advento do sujeito. O inconsciente neurótico foi descoberto por Freud como resto de gozo resultante das renúncias exigidas pelo esforço civilizatório do Ocidente moderno (COELHO DOS SANTOS, 2001). No *Seminário 14: a lógica do fantasma*, Lacan postula: “eu não digo que a política é o inconsciente, mas, apenas, que o inconsciente é a política” (1966-1967/2004, p. 360). A política do inconsciente traduz a economia libidinal que demarca uma forma de tratamento em relação ao objeto, contornando sua falta por intermédio do fantasma. É uma resposta à falta de saber no real e à ausência de equivalência entre os sexos.

Freud e o primeiro Lacan demonstram como a função paterna é organizadora da figura do Outro na modernidade. O inconsciente freudiano é constituído por ficções que encenam a representatividade do grande Outro paterno na instauração de uma economia psíquica fundada no recalque e no nascimento dos processos secundários do pensamento. Freud conferiu centralidade aos complexos de Édipo e de castração como recursos psíquicos de subjetivação da perda de objeto. Ele lança luz para o ultrapassamento necessário da tentação incestuosa junto à mãe em direção aos destinos pulsionais alinhavados pela identificação paterna enquanto “sintoma coletivo” (COELHO DOS SANTOS, 2001) do pacto civilizatório. A função do pai na modernidade se assenta no novo lugar lógico anteriormente atribuído à figura divina, rebento da passagem da hegemonia da adoração da religião pelas representações exteriores à internalização da autoridade simbólica como instância psíquica. Essa modalidade de subjetivação é tributária da emergência do núcleo familiar moderno e da responsabilização parental por suas funções estruturantes.

O complexo de Édipo e sua dissolução são condição de possibilidade de uma estrutura social (MILLER; LAURENT, 1996-1997/2005), de um viés de enquadramento à realidade e das trocas sociais através de leis reguladoras das relações de parentesco. De *Totem e tabu* a *O Mal-estar na civilização*, Freud (1913/1996; 1930/1996) explicitou o protagonismo da função paterna e os diferentes prismas de uma civilização ancorada no amor ao Pai. Na “antropologia mítica” desenvolvida em *Totem e tabu*, Freud (1913/1996) introduz a estreita articulação entre a instauração da lei simbólica e o surgimento da cultura graças ao advento das leis que impedem os crimes edipianos do parricídio e do incesto. O argumento metapsicológico de Freud gira em torno de um tempo primitivo em que o triunfo da hostilidade ao pai detentor de todo o gozo e o ímpeto em tomar seu lugar acarretaram na passagem ao ato grupal de seu assassinato. Sucedâneo a isso, a transgressão dos ideais paternos conduz à culpabilidade que aquiesce a desmesura das inclinações eróticas e agressivas. Pela via do sentimento de culpa, o pai odiado cede lugar ao pai idealizado e amado, a violência cede lugar à convivência política sob o crivo da lei. Como observa Coelho dos Santos (2014), a lei nasce do crime como uma resposta ao real da pulsão incestuosa e parricida. Os laços fraternais se apoiam nesses dois interditos pacificadores, cuja fonte vertical do poder é o amor ao Pai.

Freud destaca a importância da veneração à figura do Pai e das renúncias decorrentes do temor da perda de seu amor, ainda embrionários quando concentradas no pai primitivo, mas que se tornam a matriz dos sistemas de crença religiosos que marcaram a história da humanidade. Ele entende esses sistemas como uma repetição simbólica, por meios dos ritos e práticas, do sacrifício pulsional e da culpabilização da revolta mortífera originariamente endereçada ao pai. Os dois tabus que presidem o sistema totêmico – o parricídio e o incesto – atestam a função recalcadora do pai sobre as pulsões. A sofisticação dessa lógica teria culminado nos grandes sistemas religiosos monoteístas, como o judaico-cristão. Sua ênfase é direcionada para a experiência individual dos dois impulsos vivenciados nos primórdios da coletividade por meio de sua reedição fantasmática no drama edipiano de cada criança com a reincidência do desejo parricida e da satisfação incestuosa com a mãe: *a ontogênese recapitula a filogênese*. De igual modo, o trabalho do recalque das pulsões também se atualiza para que o ser civilizado possa renascer em cada indivíduo. Em nome da proteção e da crença no antídoto paterno contra o desamparo, a criança abdica das satisfações proibidas.

Nessa economia psíquica, a figura materna é identificada ao excesso pulsional e a paterna à possibilidade de sua contenção, em nome da fantasia de merecimento do “amor do pai” (COELHO DOS SANTOS, 2001). O complexo de Édipo é o que permite colocar a pulsão de morte a serviço de Eros (FREUD, 1923b/1996). O pai edipiano é agente da castração,

encarnando a potência fálica. Torna-se modelo identificatório tanto para o menino – como representante de um lugar admirado e privilegiado, aonde se quer chegar, – quanto para a menina, no que esta espera obter deste uma compensação fálica face à falta do pênis. A instância do supereu e sua estrutura pós-edipiana talvez represente a incidência mais simbólica do pai. Produzida através da intervenção paterna, herdeira do complexo de Édipo (FREUD, 1923b/1996), é a identificação mais fundamental para a humanização do desejo. A instância superegoica constitui-se como “um agente especial no qual se prolonga a influência parental” (FREUD, 1940a/1996, p. 157). Consagra a internalização do Outro como mediador para o campo da pulsão no interior do próprio psiquismo. Refere-se precisamente à transmissão geracional: “torna-se veículo da tradição, de todos os constantes valores que assim se propagam de geração a geração” (FREUD, 1933a/2010, p. 205). O supereu paternalmente estruturado é indicativo de uma diferenciação mais avançada do campo da alteridade, por conta da aquisição já subjetivada dos elementos transmitidos por ela, tais como a moralidade, a consciência e a gestão pulsional. Provê, portanto, um eu suficientemente aparelhado para lidar com as diferentes tensões que habitam o sujeito.

No lastro de Freud, Lacan valorizou a eficácia simbólica da função paterna. Ele localiza a importância das figuras do pai e da mãe, bem como da função do falo, elevando-os à categoria de significantes primordiais na constituição do sujeito nos campos da fala e da linguagem. São semblantes, isto é, “verdadeiros operadores metafóricos da relação do sujeito com o gozo” (COELHO DOS SANTOS, 2014, p. 13). O conceito do significante paterno é uma formalização lacaniana que redimensiona o complexo de Édipo freudiano, elevando o mito à dignidade da estrutura (COELHO DOS SANTOS; LOPES, 2013). Esse lugar é invocado em relação à religião, como significante Nome-do-Pai, designado como o que vem, se não houver acidentes, no lugar do Outro (DUFOUR, 2005). Assim, sua formulação acerca da questão do Outro é um elemento central da construção dessa teoria. A função paterna é definida como “o significante do Outro no lugar da lei” (LACAN, 1958b/1998, p. 584). O Outro marcado pelo significante paterno é vetor “de uma encarnação da Lei no desejo” (LACAN, 1969a/2003, p. 369). O grande Outro não é redutível ao semelhante. Lacan diferencia esses dois registros respectivamente como A (*grand Autre*) e a (*petit autre*) – o primeiro, pertencente ao simbólico e, o segundo, ao imaginário. O nível de A abre para a instância relativa ao domínio universal da linguagem, que é transcendente e inassimilável à existência dos indivíduos. Sendo legado do universo simbólico em que reina o patriarcado, o Outro tem como eixo a figura do pai enquanto “lugar do tesouro do significante”, “sítio prévio do puro sujeito do significante”, “lugar da fala”, ou ainda, “testemunha da verdade” (LACAN, 1960b/1998). Ocupa posição de mestria, de figura lógica

de exceção à castração, o que lhe dá condições de perfurar o imaginário, em prol da dialetização da imagem e do apaziguamento do real do gozo para o sujeito pela via da sexualidade.

Sujeitar-se ao Outro é sujeitar-se às leis da linguagem. Tal processo ocorre por meio das encarnações particulares que se apresentam na família para a criança, provendo sua sobrevivência e fornecendo a primeira bateria significativa que o sujeito, ainda a advir, experimenta nas nomeações e ditos que o circundam. O poder estruturante da captura libidinal da imagem especular também revela a pregnância da alteridade na estruturação do indivíduo, pois este investimento só é viabilizado pela coordenação do Outro que reporta a criança ao reflexo no espelho. O Estádio do Espelho é um modo de tratamento preliminar do furo da linguagem. Supõe o encontro com a falta-a-ser, situando retrospectivamente o falo como significante privilegiado do Outro que organiza o corpo. O mínimo eu daí decorrente confunde-se com a imagem fornecida pelo Outro: é o eu ideal do Outro. Já é, portanto, o primeiro indício da crença na potência do Outro por intermédio da imagem que ele aponta.

Lacan afirma que é “do imaginário da mãe que vai depender a estrutura subjetiva do filho” (1966-1967/2004, p. 16). Do laço com a figura materna podemos situar a experiência fundamental de ser desejado, objeto agalmatizado, falo imaginário do fantasma do Outro⁴. Esse é um motor precioso do desejo de viver, de ser “alguém na vida”, além de ser a fonte do “fôlego libidinal” no exercício do amparo inicial para a criança. Por ser dado de realidade desde a fecundação, a relação mãe-filho se inaugura como uma continuidade positiva. Estabelece-se de modo autônomo, natural, imaginarizado, desprovido de enigma. A entrada do pai surge no ponto em que dessa relação dual irrompe o mistério do desejo. Ao contrário da ação materna, não é uma evidência, mas sim, uma crença. *Mater semper certa est, pater autem incertus*⁵. O pai encarna e representa a instância fálica, detendo o engolfamento materno. Evoca a dimensão do real, do que é inapreensível e invisível (MELMAN, 2003). Ao nomear o gozo e metaforizar o obscuro desejo da mãe como desejo do falo, suprime a relação incestuosa e introduz a separação entre mãe e criança (LACAN, 1957-1958/1999, COELHO DOS SANTOS; LOPES, 2013). Por um lado, trata-se de um trauma, o da revelação sexual: um objeto é perdido, desrealizado. Os

⁴ Para a mãe, a criança é esperada como o falo que ela não tem. Freud (1924c/1996) sublinha essa vicissitude como um destino da sexualidade feminina, uma vez que, frente à constatação de não possuir o pênis, a menina nutre um ressentimento pela figura materna por achar que esta a enviou ao mundo em uma condição deficitária como castrada. Tal decepção desemboca na entrada da menina no complexo de Édipo e desdobra-se no deslocamento do alvo libidinal do pênis para o bebê. A menina então abdica do desejo de um pênis e coloca em seu lugar o desejo de um filho, tomando o pai como objeto de amor e lhe reconhecendo como detentor do falo. Para Freud, essa vertente da posição feminina se encaminha precisamente através desta passagem da relação edípica ao objeto paterno para a escolha genital definitiva, quando outro homem atualiza a potência fálica inicialmente identificada ao pai. Cf. OLIVEIRA, F. L. G.; DARRIBA (2015). Sobre a importância da transmissão parental do desejo para a psicanálise a partir de um caso de obesidade infantil. *Estilos da Clínica*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 265-278.

⁵ Provérbio latim: *A mãe é sempre certa, o pai, porém, incerto.*

objetos disponíveis para a satisfação perdem a dignidade da Coisa, são relegados a semblantes, substitutos. Por outro, este novo regime, ao viabilizar o tratamento simbólico desta falta, articulando o real impossível à significação sexual, agencia uma organização que dá acesso ao estatuto subjetivo da criança, assim como à genitalidade (MELMAN, 2003).

A lógica do significante paterno produz a queda do objeto *a*, negativizando o gozo e mortificando o corpo na linguagem. Ao mesmo tempo em que demarca o vazio das bordas corporais em torno do qual a pulsão se satisfaz, a função de *a* pode operar também na face de um gozo a mais (LACAN, 1969b/2003). Nesse nível, a pulsão se vincula ao Outro na busca pelo objeto perdido, isto é, na recuperação da perda de gozo como mais-de-gozar (LACAN, 1968-1969/2008). Ao longo de seu ensino, Lacan passa a conferir maior relevância à transmissão da inconsistência do Outro:

Que é o Outro? É o campo da verdade que defini como o lugar em que o discurso do sujeito ganharia consistência, e onde ele se coloca para se oferecer a ser ou não refutado. Surgiu para Descartes o problema de saber se existia ou não um Deus que garantisse esse campo. Ora, esse problema está hoje totalmente deslocado por não haver no campo do Outro a possibilidade de uma consistência completa do discurso (LACAN, 1968-1969/2008, p. 24).

Lacan acentua que não é por sua inteira consistência em termos de linguagem que se garante ao Outro sua eficácia estruturante como verdade para o sujeito. A intervenção paterna o faz dando provas da castração à qual é submetido (COELHO DOS SANTOS; LOPES, 2013). Para além do pai universalizante, encontramos o ser falante, sexuado como homem ou mulher. Ele dá provas de que o gozo é acessível em pequenos fragmentos, ao reportar-se à mulher enquanto objeto *a* causa do desejo em seu fantasma. Portanto, a verdade transmitida pelo Outro corresponde à função de *a*.

A partir de seu segundo ensino, o corpo, para além da falta-a-ser, ganhará peso nas considerações lacanianas, de modo que “o sujeito, antes de ser pensante, primeiro é *a*. E depois que se coloca a questão de ligar a isso o fato de que ele pensa. Mas ele não precisou pensar para ser fixado como *a*” (LACAN, 1968-1969/2008, p. 157-158). Sua emergência como sujeito falante é resposta à posição original de objeto falado, de corpo pulsional afetado pela linguagem. Esse salto requer uma dialética com o Outro em que se dê o deslizamento do objeto *a* em sua versão mais-de-gozar, enquanto objeto do gozo do Outro, até sua versão de objeto perdido e causa do desejo. Báscula esta correlata à inscrição da castração. Da extração do objeto *a* do corpo sobrevém um arranjo pulsional no qual o sujeito buscará no Outro o que se separou dele: “para gozar, há que se passar pelo Outro e ceder-lhe gozo” (MILLER; LAURENT, 1996-

1997/2005, p. 383). Em suma, o inconsciente fundado na civilização moderna se articula ao discurso que negativiza o objeto. O agente paterno é reconhecido como “merecedor do amor” (LACAN, 1969-1970/1992, p. 125). O resto de gozo relativo ao encontro da linguagem e do corpo aparece no real como sintoma em referência ao discurso do Outro dominante.

Apesar do ganho conceitual na elucidação dos mecanismos de acesso à simbolização, é preciso acompanhar as flutuações diacrônicas que perpassam o Outro no decorrer da história da humanidade e a natureza das soluções que ele engendra frente ao real. O filósofo francês Dany-Robert Dufour adverte que o estruturalismo presente na teoria lacaniana do grande Outro corre o risco de hipostasiá-lo como uma categoria fixa e a-histórica. Para esse autor, Lacan tangenciou esse desenvolvimento com a elaboração da noção de *pluralização dos Nomes-do-Pai*, em 1963, na primeira aula do seminário com este título, em um curso que foi extinto logo em seguida. Ali aludiu ao Outro em suas “encarnações diversas”:

Ora, o Outro não pára de mudar na história. Melhor: a história é a história do Outro, ou, mais precisamente, das figuras do Outro, de modo que será preciso construir uma psicologia histórica, sem a qual teremos muita dificuldade para compreender de onde vem o que nos acontece agora (DUFOUR, 2005, p. 38).

Estamos de acordo com Dufour de que este é um elemento imprescindível a ser mais pesquisado. As implicações ético-políticas e clínicas desses desdobramentos são essenciais para uma leitura criteriosa dos chamados novos sintomas e, mais precisamente, das psicopatologias alimentares. Isto porque o inconsciente, fundado na relação com o Outro, é necessariamente político. À medida que o Outro se mostra efetivamente sob diferentes figuras, cabe interrogar sobre que distintas manifestações do inconsciente elas instalam. Porém, uma constante percorre todas as conjunturas, tocando no coração do que mantém viva esta função: a submissão a um grande sujeito. A ideia de um sujeito autônomo é muito problemática, “pode ser obra de toda uma vida” (DUFOUR, 2005, p. 26). Como vimos, por sua condição de desamparo inicial, o sujeito não pode se constituir sozinho. O elo a um outro ser é inevitável. Essa interseção acontece pela eleição de um terceiro eminente, Um privilegiado, que representa o princípio unificador e regulador dos outros sujeitos. Apenas sob a chancela dessa entidade o sujeito pode autorizar-se a ser e, para consegui-lo, acata sacrifícios, renúncias e trilhamentos. O sujeito escolhe afinar-se à discursividade do Outro, aos seus comandos e imperativos. O apelo libidinal a essa estrutura de ficção contribui para sua perenização e sua naturalização, em direção à crença de que esses seres discursivos são reais. Sem essa garantia metassocial, o confronto com o real da origem e da vida torna-se ameaçador ao extremo, pois não se conta mais com as ilhas

discursivas que forjam uma ordem às coisas, introduzindo uma lei no real. A crença na ilusão é um abrigo ao tormento da existência nua e crua, despojada de anteparos. Sua anterioridade indica um para além, um leme que norteia o sujeito, uma exterioridade que faz emergir a possibilidade de uma interioridade.

O grande sujeito é o terceiro que está no centro dos sistemas simbólico-políticos. O político não pode ser desatrelado de mitos, narrativas e outras criações. A política se encarrega de preparar e assegurar as ficções que perpetuam o reinado do ser para os homens. Múltiplos seres já foram construídos e reconstruídos. Por exemplo: as forças da *Physis* da mitologia grega, o Cosmos, Espíritos de outros mundos, os Deuses no politeísmo, as Ideias, Deus no monoteísmo, o Rei na monarquia, a Razão no iluminismo, o Povo na república, a Raça no nazismo, a Nação nos nacionalismos, o Proletariado no comunismo etc. O denominador comum de todas essas narrativas é permitir que uma extensão de indivíduos heterogêneos entre si se integrem e pertençam à mesma comunidade em prol de um ideal ou de um soberano. No esteio de Lacan, Dufour lembra que a robustez simbólica do Outro precisaria conviver com sua incompletude para que, da alienação do sujeito ao seu discurso, possa brotar uma interrogação sobre o que lhe falta. No questionamento sobre o poder do Outro reside uma resistência à sujeição que, paradoxalmente, é própria à sujeição e agrega um trajeto subjetivo promissor. A plenitude do Outro, muito diferentemente, abole a inquietude que suscita a pergunta, conduzindo à alienação sem promoção de autonomia. Dufour destaca este aspecto como decisivo para a construção de uma verdadeira autonomia: “ninguém pode sair da submissão ao Outro sem ter antes nela entrado. Como resistir ao Outro sem nele estar previamente alienado?” (2005, p. 33). Não há separação efetivamente subjetivante e subjetivada sem o laço com o Outro.

Traçaremos, a seguir, uma analítica mais ampliada das vicissitudes das figuras do Outro na chegada à modernidade até o aparente curto-circuito que caracteriza as formulações acerca do estatuto do grande Outro no contemporâneo: Declínio? Inexistência? Uma inédita mutação? Esgotamento da própria lógica que o instaura?

2.2. A organização edipiana do laço social

A modernidade trouxe um giro sem precedentes para a humanidade. É um momento de radical mutação no laço social, com impactos na experiência de coletividade e na representação de si. Surge com a saída da exclusividade do sistema religioso (GAUCHET, 2002), após a derrubada do poder da monarquia absolutista e a fundação do Estado moderno. O monoteísmo

judaico-cristão foi responsável pela Outrificação do Um, reunindo a transcendência que, na era politeísta, estava pulverizada em múltiplos deuses. Essa narrativa se voltou para a existência do Deus criador como figura monolítica oracular que responde a cada um sobre as indagações sobre a origem e o sentido da vida. Neste antigo regime do Pai, Deus ocupava o lugar da causa. Enquanto suporte do sagrado, foi o terceiro que, em sua hegemonia como grande sujeito, determinava por si só todas as maneiras de viver vigentes nessa sociedade. A submissão a essa autoridade máxima era maciça. O indivíduo sucumbia à sua palavra. O Estado, a política, a economia e o pensamento científico haviam sido aspirados sob o seu enérgico controle, o qual se alicerçava no regime centralizado encarnado no despotismo do Rei como representante de Deus na Terra, de um lado, e na servidão feudal à sua autoridade, do outro. Durante o longo tempo em que essa visão de mundo perdurou, almejou o domínio absoluto sobre as questões intelectuais, espirituais e sobre os corpos. Tudo devia ser submetido ao *imprimatur* da Igreja (DUFOUR, 2005).

Na sociedade aristocrata de ordens, a Inquisição compunha o sistema jurídico que tinha como meta combater a heresia e tudo o que escapava de sua alçada. Como se sabe, Galileu Galilei foi perseguido e Giordano Bruno julgado e condenado à morte por serem cientistas com ideias desfavoráveis à doutrina cristã. Gauchet (2002) advoga que a personalidade tradicional decorrente dessa obediência ao comando religioso era “sem inconsciente”. O simbólico imperava desvelado pela hierarquia e pela disciplina arraigadas no tamponamento bem-sucedido do real do desamparo pelo refúgio na confiança na onipotência divina.

Na era moderna, esse cenário foi fortemente alterado. Os pilares do Ocidente passaram por uma drástica reconfiguração das trocas simbólicas e materiais nos âmbitos do pensamento, da política, da economia e das instituições sociais. Traz consigo a derrocada do monopólio da Igreja e do dogma religioso com as revoluções inglesa, francesa e americana, as quais demoliram, cada uma a seu modo, a hegemonia do regime monárquico e separaram o Estado da Igreja. As antigas hierarquias feudais são dissolvidas em favor da propagação da liberdade e da igualdade jurídicas. Uma série de transformações interligadas entre si de modo complexo promoveu condições inéditas de sociabilidade, bem como o surgimento de novas mentalidades. A afirmação do Estado Moderno, colocando em perspectiva o ideal democrático contra a aristocracia, a emergência da burguesia como nova classe dirigente, o desabrochar das primeiras formas do capitalismo, assim como as descobertas científicas, são algumas dessas vigorosas mutações que se colocam no horizonte do laço social (BEAUD, 2010; DUFOUR, 2005; GAUCHET, 2002).

No epicentro dessas mudanças, encontra-se o advento do sujeito científico⁶. O filósofo e historiador Alexandre Koyré foi de grande valor para a leitura de Lacan sobre esta questão. Partindo das reflexões de Koyré, Lacan (1966/1998) sublinha que o nascimento da ciência moderna marca um ponto de corte entre a episteme antiga e a modernidade. Os ecos deste corte teriam ressoado não apenas no conteúdo, mas também nas próprias limitações do pensamento do homem europeu, culminando na produção de um sujeito inédito. Essa descontinuidade se dá pela decaída da perspectiva aristotélica de um mundo finito e ordenado em hierarquias naturais de perfeição. Em lugar desta episteme, edifica-se a concepção de um universo infinito, homogêneo e geometrizado. Seus pioneiros intelectuais são Galileu e Descartes (KOYRÉ, 2006). Para além das significações imaginárias da religião, a matematização da física, operada pela ciência galileana, põe em suspenso o valor atribuído à realidade empiricamente constituída, passando a preconizar o real extraído através da geometrização do pensamento. Busca-se uma tradução da realidade pela formalização de leis genéricas e universais abreviadas em fórmulas, com o constrangimento do sentido na mínima articulação entre letras e/ou números. Com os primados da razão, da dúvida cartesiana e da dedução lógica, todo saber é potencialmente um saber em questão, evanescente, pontual, do qual nunca se pode obter a última palavra. A autoridade arraigada nas palavras provenientes da voz de Deus submerge em seu poder de nomear o real, cedendo força à bandeira moderna que coroa os preceitos da liberdade diante de qualquer determinação, da autonomia dos sujeitos e da igualdade promotora da equiparação entre os objetos (LOPES; OLIVEIRA, 2010).

Temos, assim, a noção de sujeito como efeito de um corte, na modernidade, quando se estabelece um laço específico entre ciência e ética (COELHO DOS SANTOS, 2001). A partir deste período, despontam correntes filosóficas que preservam o princípio da submissão ao grande Sujeito. Desta vez, no entanto, tentando ajustá-lo à liberdade da ação humana e de seu discernimento. No século XVII, Descartes fundou a ênfase na capacidade humana de pensar por conta própria, munido da razão, como instrumento que garante sua existência, com a discriminação dos simulacros e das ilusões. John Locke, por sua vez, defendeu, no século XVII, as teorias do contrato, da soberania popular e dos direitos naturais do homem. No século XVIII, o iluminismo coroou a emancipação filosófica do sujeito pela racionalidade crítica do

⁶ Para acesso a um estudo mais aprofundado acerca do tema do corte científico, da invenção de um sujeito inédito e dos axiomas lacanianos sobre essa articulação, remetemos o leitor ao livro: COELHO DOS SANTOS, T.; LOPES, R. G. (2013). **Psicanálise_ciência e discurso**. Rio de Janeiro: Cia. de Freud, 373 p. Também reporto o leitor à resenha realizada por mim desta publicação: OLIVEIRA, F. L. G. (2016). Do corte científico à invenção de um sujeito inédito: sobre a inserção da psicanálise no campo da ciência. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 22, n. 1, p. 254-257.

questionamento filosófico e pela recusa de todas as formas de dogmatismo. O sujeito kantiano é o paradigma dessa nova posição subjetiva frente à realidade. Ao próprio sujeito é requerida a dimensão transcendental, ou seja, a conduta segundo um conjunto de máximas morais, a fim de exercer sua liberdade crítica. O sujeito moderno é acossado pelo espírito crítico e pela contestação das formas consagradas de submissão que demarcavam as significações para a vida.

A mais eminente criação política da modernidade é a democracia (GAUCHET, 2002), enraizada no exercício livre e igual da autodeterminação política. A separação dos poderes, as eleições livres, a igualdade dos cidadãos perante a lei, entre homens e mulheres, o respeito às liberdades individuais, bem como o livre empreendimento e o direito de propriedade, são os principais marcos desta virada. Reavendo a herança da Grécia filosófica de intervenção de um terceiro engendrado pelo próprio funcionamento da cidade, o Estado Moderno confere ao Povo o estatuto de entidade capaz de organizar a República, elegendo-o como o novo eixo de governo dos próprios sujeitos na promoção do bem coletivo. A democracia se sustenta em uma racionalidade que prega a liberdade, a consideração ao coletivo e o universalismo dos direitos humanos. O individualismo surge cingido pela noção de um indivíduo coletivo. É norteadada pelo ideal de um cidadão republicano que toma para si o dever moral da consciência, da razão e da responsabilidade. Seu nexos se dá com a soberania das autonomias individual e coletiva, as quais, por sua vez, se apoiariam na educação ética e cívica, na transmissão do saber, da cultura, do espírito crítico, assim como dos valores universais. Conforme afirma Coelho dos Santos “a lei que estabelece o direito ao gozo da liberdade tem como contrapartida a exigência de igualdade, isto é, o sacrifício do direito à exceção. A lei se articula como imperativo categórico porque, juridicamente, não há exceção à regra” (2001, p. 193).

Em um estudo metódico sobre a democracia e seus destinos, Fleury (2005) aponta que, diferentemente do que se costuma proferir, a espiritualidade é inerente ao funcionamento democrático, ainda que de um modo bastante específico, não aliado à fé dogmática em Deus. Ao invés disso, passa a estar afinada à crença no ultrapassamento de si. Robespierre, expoente da Revolução Francesa, por exemplo, destacou a importância do Ser supremo como um elemento ordenador (FLEURY, 2005). A norma republicana encontra seu fundamento no encontro com o transcendente. Para esta autora, trata-se de um modo de laço que exige um tipo de conversão de espírito que não representa um retorno ao religioso, pois é laico e preconiza a garantia da liberdade de consciência.

A nova liberdade jurídica foi tributária da supressão da plena legitimidade de toda Lei exterior personificada por um grande sujeito. Fez entrar em ação novos poderes constantes de vigilância para disciplinarização dos corpos, de modo a torná-los dóceis e aptos aos novos

parâmetros sociais. A regulação dos corpos passa a depender de mecanismos internos de auto-observação. Como assinala Coelho dos Santos “o poder se torna uma instância invisível, interioriza-se e aprofunda a sujeição à consciência moral” (2001, p. 189-190). Tal transformação depende da emergência da estrutura da família. Os laços hierárquicos e de direito da tradição foram realocados e começaram a se concentrar na célula familiar, coordenados pela diferença entre os sexos e as gerações. A família como sentimento vinculado aos cuidados dispensados às crianças e à função moral de preparação para a vida é uma formação genuinamente moderna. Essa esfera passa a se sobrepor aos padrões da sociabilidade antiga, que era marcada pela densidade da vida pública, das relações entre senhores e criados, grandes e pequenos, amigos ou clientes. Crianças e adultos transitavam praticamente de modo indiferenciado nesses espaços. Até então a família assegurava a transmissão da vida, dos bens e dos nomes, mas não penetrava muito longe na sensibilidade (ARIÈS, 1978/2016). A partir do século XVIII, a vida privada ganhou maior contorno no seio familiar como sede da socialização e da afetividade primárias.

Nessa rede particularizada, o psiquismo se estrutura com a sofisticação propiciada pela internalização da autoridade encarnada pela figura paterna convertida na instância psíquica do supereu, ao invés da direta coerção externa. Com esse recurso, ao sujeito é aberta a possibilidade de construir individualmente um destino ao seu excesso pulsional, renunciando às suas tendências egoístas em nome das relações de parentesco. A psicanálise surgiu precisamente na medida em que a contrapartida desse indivíduo, que suprime seus impulsos e interioriza a lei, é o sujeito neurótico, entremeadado à divisão entre a exigência de se tornar um eu autônomo e a de satisfação pulsional na dependência original ao Outro. Freud tem o mérito de descortinar o fato de que a condição subjetiva moderna não é formada unicamente pelo senso crítico operante através da ação dos processos secundários e do primado do princípio da realidade, mas também pelos processos primários e inconscientes. A dívida simbólica com o Outro paterno, já que a este se deve a via de acesso ao simbólico, é um entrave culpabilizante para o neurótico. Nessa direção, Lacan sustenta que “o sujeito sobre quem operamos em psicanálise só pode ser o sujeito da ciência” (1966/1998, p. 873). O discurso da modernidade, ao se constituir pela exclusão de Deus e das figuras de exceção, como também ao instaurar o sujeito jurídico da liberdade e da igualdade, confina o resto da dimensão de objeto do sujeito no inconsciente (COELHO DOS SANTOS, 2001). A operação psicanalítica reintroduz o Nome-do-Pai na consideração científica, como explicita Lacan (1966/1998), ao lançar luz sobre o que, por estrutura, é rechaçado no campo da ciência. Seu método clínico recolhe as ficções, mitos e o gozo no nível da pulsão, os quais se encontram no avesso da consciência de si e da lei.

O sofrimento neurótico é prova de que cada um sempre estará às voltas com os restos sintomáticos desta operação. A operação paterna centralizada no pai de família nunca é inteiramente exitosa. Em 1908, Freud dedica um texto à modalidade de laço social de seu tempo – a chamada “moral sexual civilizada” –, no contexto da passagem do século XIX para o século XX, ressaltando a neurose como fenômeno social. A moral sexual diz respeito à base ideológica da sociedade burguesa orientada para a moderação e para a docilização dos corpos. Seu correlato no aparelho psíquico é o recalque e a instauração do inconsciente enquanto resto de gozo (D’ARGORD; TRISKA, 2014; MARTELLO, 2014). Ali Freud diagnostica o mal-estar da modernidade na antinomia fundamental entre a realização imediata da vida pulsional e a realidade de um programa civilizatório. O pacto social demanda abdições no exercício da sexualidade, condicionando algumas satisfações ao sacrifício de gozo. Esse regime alavancou o desenvolvimento da civilização e das realizações culturais através da moral da produção. Porém, Freud atina para os prejuízos gerados pelo empreendimento burguês à saúde dos indivíduos.

Já o período final da obra freudiana dá especial atenção à impossibilidade do projeto civilizatório moderno de salvaguardar os indivíduos do adoecimento e de protegê-los de suas inclinações destrutivas. A vertente mortífera do supereu, arisca à função paterna, se presentifica na clínica em reações terapêuticas negativas, provocando questão a Freud. O efeito neurotizante decorre do excedente da quota pulsional, o qual paira como uma parcela sempre insubordinável aos valores ideais: prazer e desprazer compõem em constantes tensionamentos no compromisso sintomático. Em *O mal-estar na civilização*, Freud (1930/1996) remonta esse fenômeno ao resquício da pulsão de morte da disposição originária e agressiva do aparelho psíquico que insiste como repetição inconsciente, à revelia dos diversos esforços apaziguadores disponíveis na civilização. Paradoxalmente, o supereu, aliado civilizatório, é impregnado pelo imperativo destrutivo, evidenciando sua face mais pulsional e sua íntima relação com o fracasso do social em tudo oferecer. Contudo, é interessante ressaltar como Freud atribui à responsabilidade e aos recursos individuais de cada um o caminho para lidar com os impasses impostos pelo real impossível de civilizar:

A felicidade, no reduzido sentido em que a reconhecemos como possível, constitui um problema da economia da libido do indivíduo. Não existe uma regra de ouro que se aplique a todos: todo homem tem de descobrir por si mesmo de que modo específico ele pode ser salvo [...]. Nisso, sua constituição psíquica desempenhará papel decisivo, independentemente das circunstâncias externas (FREUD, 1930/1996, p. 91).

Se há desprazer, se há registro psíquico da castração, é porque foi possível haver a separação e a formação de um eu que se diferenciou do Outro, denominado aqui como mundo externo:

A fim de desviar certas excitações desagradáveis que surgem no interior, o ego não pode utilizar senão os métodos que utiliza contra o desprazer oriundo do exterior [...] originalmente o ego inclui tudo; posteriormente, separa, de si mesmo, um mundo externo (FREUD, 1930/1996, p. 76-77).

Oriunda da organização edipiana, a subjetividade moderna se assenta na delimitação fálica do gozo. Valoriza o trabalho e a sexualidade reprodutiva. O real da diferença sexual e da hierarquia geracional são os motores da identificação sexuada e da regulação mental pelo desejo. Essa ordem simbólica leva ao que Freud (1937/1996) conclui como intensificação da reivindicação fálica nas mulheres e ameaça de castração nos homens. São impasses que tocam no rochedo da castração e nos impedimentos do acesso à feminilidade. Embora as neuroses clássicas obstaculizem o livre desenvolvimento do sujeito crítico, não deixam de fazer um par fecundo com a atitude moderna. Dufour (2005) parafraseia o *Kant com Sade* lacaniano, definindo o sujeito moderno como *Kant com Freud*. A neurose nasce da divisão psíquica diante da impossibilidade do imperativo de ser totalmente fiel ao conjunto das máximas morais de ação exigíveis do sujeito transcendental. A fixação neurótica nas repetições estaria, de certa forma, interligada à incitação da crítica. Seu paradigma seria o discurso histérico em seu afã de questionar o mestre que tanto idolatra, até a produção de um novo saber. Questão delicada, a nosso ver, pois, se a histeria realmente não deixa de estar voltada para a invenção em sua inquietação disparadora da criação de novos saberes, ao mesmo tempo, comporta uma recusa ao laço com a ordem simbólica que, na conjuntura contemporânea, como veremos, é maximizada e pervertida na discursividade vigente. A perspectiva trazida por Dufour não parece antever os efeitos de radicalização da histeria na contemporaneidade, em um entendimento talvez demasiadamente romântico. Seu paradigma de histeria talvez traduza uma inconsistência do laço neurótico frente aos ideais burgueses e à transmissão paterna, a que não chega a prescindir de modo generalizado do compromisso com o Outro simbólico representado pelo pai de família. Trata-se de um tipo clínico diferenciado das versões da histeria simbolicamente mais precárias dos dias atuais. É o que pretendemos melhor discernir adiante.

2.3. Capitalismo e neoliberalismo

2.3.1. O capitalismo na modernidade, moral sexual civilizada e mais-de-gozar

A avidez por mudanças do sujeito moderno nutre e é nutrida pelo capitalismo desde seu início. Notadamente a partir do século XVI, com a ampliação das trocas e da expansão marítima, o capitalismo vai se impondo mundialmente como uma modalidade de acumulação e produção de mercadorias. Beaud sublinha que, mais do que um sistema econômico:

O capitalismo é principalmente uma lógica social complexa, portadora de forças transformadoras e autotransformadoras, que emergiu de uma maneira ainda invisível nos séculos XV e XVI, se impôs no século XIX através da industrialização e tende hoje a dominar a maior parte das sociedades e o mundo (BEAUD, 2010, p. 18, tradução nossa).

Portanto, o capitalismo imprime variações nas relações de poder, de governo, nos valores, nos ideais, nos usos do corpo e nas formas de satisfação. O Estado moderno não se consolidou sem a agitação dos interesses monetários que eram coibidos nos antigos regimes aristocráticos. A moral religiosa da Idade Média defendia o preço justo e tolhia o empréstimo por interesse. No contexto da Reforma Protestante, justifica-se o empréstimo como importante no progresso, o qual passa a ser considerado signo da eleição divina. Weber (1905/2013) aproximou o protestantismo ascético e o espírito do capitalismo moderno, observando que o protestantismo tem como matriz a vocação profissional, que é a base motivacional do moderno sistema econômico capitalista. O capitalismo na modernidade ganhou maior sobriedade em relação a formas prévias mais irracionais e especulativas, desta vez como um modo de coesão interna de trocas. Alicerçado na organização do trabalho livre, no mercado regular e no caráter metódico, se inspira num projeto ético genuinamente protestante, no qual a dedicação ao trabalho e a busca da riqueza são alçados à significação de dever moral. Sem o incremento do advento da ciência moderna e a influência desse pragmatismo protestante, em detrimento do humanismo católico, não teríamos o enquadramento que favoreceu a mentalidade capitalista e todas as suas ressonâncias para a história.

O enriquecimento propiciado pela exploração colonial despertou a cobiça dos monarcas ávidos pelas grandezas, dos Estados que lutavam pela supremacia, dos mercadores e banqueiros encorajados a ganhar mais. O capitalismo mercantilista animou conquistas e guerras, incentivou o tráfico de escravos para as colônias, assim como a contratação do trabalho nas metrópoles (BEAUD, 2010). A ordem feudal engessava-se na rígida hierarquia nas relações de trabalho, polarizada entre a extorsão e a servidão, com a vantagem do senhor, que era detentor das prerrogativas jurídicas e políticas. O desenvolvimento do trabalho livre promoveu a

efervescência da vida urbana, com a retomada do comércio, bem como a proliferação das feiras e do artesanato no quadro das corporações.

Sucederam-se alterações sistemáticas nos transportes, nas comunicações, energéticas, industriais, informacionais etc. A extensão das relações de dinheiro e troca, o surgimento das grandes firmas operando cada vez mais em escala mundial, da contabilidade monetária, dos bancos e da especulação, também reverberaram em novas maneiras de produzir, no aumento da produção, na mobilização dos conhecimentos científicos, no crescimento demográfico e na disciplinarização da mão-de-obra (BEAUD, 2010; GAUCHET, 2002).

O ataque aos privilégios econômicos e políticos da nobreza pelas burguesias mercantil e bancária foi solidamente apoiado pelas ideologias individualistas, em defesa dos direitos do indivíduo face a qualquer soberania externa (BEAUD, 2010). Os ideais democráticos tornam-se a fonte de legitimação político-filosófica da valorização da liberdade, do direito à propriedade privada e das leis naturais. O real do que não se enquadra nesses preceitos ideológicos, para o qual todos são livres e iguais, retorna por meio do capitalismo nos efeitos de segregação, de exclusão, concentração de riquezas e produção de miséria (COELHO DOS SANTOS, 2001). São muitas as reflexões filosóficas sobre o contrato social que deram à burguesia um estofamento intelectual para as formas institucionais e as justificativas para um tipo de governo que ela passou a administrar. Locke, por exemplo, defendeu a ideia de que os homens entram na sociedade para salvaguardar seu bem próprio. O propósito da eleição de um corpo legislativo seria a da manutenção do livre consentimento dos cidadãos e do direito à insurreição, caso os legisladores se comportassem como soberanos e se empenhem em benefício próprio (BEAUD, 2010).

As versões iniciais do capitalismo têm sua rentabilidade aglutinada nas explorações colonial e escravocrata. Dentro do continente europeu, ela era majoritariamente tributária (BEAUD, 2010). Predominavam os modos de produção manufatureiro e agrícola. No século XIX, com a Revolução Industrial, implantou-se o arsenal fabril, imprimindo uma reviravolta que conduziu ao capitalismo racionalizado como modo de produção propriamente dito. Essa báscula ecoou de modo muito específico na economia libidinal do sujeito moderno, pois a indústria mecanizada revolucionou as relações laborais. A força de trabalho torna-se objeto comprável e fonte direta de acumulação, denominada por Marx (1867/2004) como a mais-valia. Ergue-se a diferenciação entre a classe burguesa – proprietária da matéria-prima e dos meios de produção – e a classe proletária, vendedora de sua mão-de-obra.

O dinheiro se converte em capital (MARX, 1867/2004), isto é, não se trata de sua utilização como mero instrumento de troca, como acontecia na Antiguidade ou na Idade Média.

Funda a base de um investimento específico movido pela ambição de comprar os meios para produzir e a força de trabalho para obter um sobrevalor, ou seja, um incremento ou excedente comparativamente ao montante que se tinha à disposição no início do processo (HOLLAND, 2013). O desperdício de gozo, com a entrega pelo proletário de uma parcela de sua carga horária para o capitalista, equivaleria à renúncia ao usufruto integral dos produtos de seu trabalho pela compensação do ganho salarial. Isso o tornaria apto a adquirir itens de compra, restituindo o gozo subtraído por meio da garantia de um *a mais* de satisfação – eis a mais-valia do trabalhador. O capitalismo sobrevive com a apropriação incessante da mais-valia, a qual, nessa versão, é extraída prioritariamente pela acumulação de capital. É movido pela ânsia de se obter algo a mais. Esse é o gatilho que movimenta sua engrenagem pela compra de mais matéria-prima, equipamentos e na contratação de mais trabalhadores – em um polo – e a disponibilização da força de trabalho – no outro. A produção da mais-valia é recomeçada sem cessar. Tal objetivo é atingido com a retenção pelo capitalista do valor de parte das horas de trabalho do operário, de forma que este recebe uma remuneração inferior à sua jornada real (LUSTOZA, 2009). Ou seja, nesse processo, o trabalho é alienado em seu valor de uso tanto para o empresário, que não goza diretamente dos bens produzidos em sua indústria – mas sim da extração secundária da mais-valia –, quanto para o trabalhador, que fabrica objetos destinados ao mercado de modo desvinculado das suas necessidades e desejos, em benefício do ganho salarial e do poder de aquisição daí resultante.

O elemento mais medular para o propósito desta pesquisa reside na compreensão de que o capitalismo é uma compulsão à repetição para a obtenção de uma satisfação a mais (HOLLAND, 2013). A produção da mercadoria humana efetua uma modificação profunda na economia psíquica, ao promover o tratamento pulsional no registro do “gozo a mais” ou do “gozo a menos”. O trabalhismo em jogo neste sistema culmina em uma ação discursiva sobre o corpo, promovendo a abdicação do usufruto dos prazeres em nome de um ganho de satisfação posterior para todos os envolvidos. Lacan afirma que a produção do objeto *a* como objeto mais-de-gozar é homóloga ao lucro da mais-valia típico da produção capitalista, como *gozo a mais* passível de ser recuperado após uma perda primária:

Assim como o trabalho não era novo na produção da mercadoria, a renúncia ao gozo, cuja relação com o trabalho já não tenho que definir aqui, também não é nova. [...] O que há de novo é existir um discurso que articula essa renúncia, e que faz evidenciar-se nela o que chamarei de função do mais-de-gozar (LACAN, 1968-1969/2008, p. 17).

Ele desvela, de acordo com Coelho dos Santos, “o laço de estrutura entre o direito científico à liberdade e à igualdade e sua face menos evidente: a extração da mais-valia ou a exploração do trabalho pelo capital” (2001, p. 192). Como avesso à consciência de si no mundo, a posição de objeto em uma economia de gozo. Os desdobramentos não param por aí. Posteriormente, Lacan (1974-1975. Inédito) aplica a lógica marxista do proletariado ao estatuto do sujeito do inconsciente que precisa passar pelo Outro para aceder ao gozo na dialética senhor-escravo. A “posição do proletariado” designaria uma visão de sujeito “desprovido de tudo” pelo mestre capitalista. Transpondo para a lógica da constituição subjetiva: originalmente carente de semblantes, o sujeito consente em mortificar seu corpo para alcançar a representação significativa (ALFARO, 2011). Assim como os operários produzem um sobrevalor pelo seu trabalho, a operação significativa produz o objeto *a* como suplemento (HOLLAND, 2013). O mestre acaba por comparecer também barrado em seu gozo, uma vez que o imperativo à renúncia também paira sobre ele. Como já abordamos, caberia ao proprietário abdicar do lucro imediato a fim de lograr o mais de gozo oferecido para retroalimentar o sistema, comprando mais máquinas ou contratando mais empregados, por exemplo. O capital não visaria uma satisfação última de nenhuma das suas partes.

O capitalismo, com sua voraz potência disruptiva e criadora, foi um acionador central para o rompimento com as significações tradicionais precedentes à época moderna. O espírito inflamado por novos saberes e aquisições caminhou juntamente com a busca incessante pelo empreendimento e pela renovação da acumulação de capital através de atividades contínuas. Porém, após a primeira era industrial, paulatinamente ele procura se enganchar de modo cada vez mais hábil na estrutura subjetiva moderna e no Outro, explorando e comandando suas montagens para atender unicamente ao propósito axial de circulação de mercadorias. Marx (1867/2004) já acentuava a injunção sem limites do capital como produção infinita e cada vez maior da mais-valia. O acréscimo das forças produtivas e o conseqüente aumento do volume de mercadorias produzidas criaram a urgência de um escoamento mais ágil desses objetos. Em *Radiofonia*, Lacan (1970/2003) apontou que se a mais-valia, ou o objeto *a* localizado neste lugar, também é a causa do desejo, o princípio da economia capitalista está no próprio desejar. A lógica de mercado ambiciona gerir a falta estrutural de um objeto para a pulsão e, assim, a insatisfação constitutiva do desejo humano, incitando a caça compulsiva ao mais-de-gozar com a promessa do gozo pleno sempre adiado para o próximo objeto. Este princípio seria o da maximização da falta de gozo como empuxo perverso a um querer sempre mais. Se houvesse satisfação, não haveria consumidor, nem produção, nem acumulação. O capitalismo desmoronaria.

Tomemos um ponto perspicaz destacado por Lacan: “[...] Toda ordem, todo discurso aparentado com o capitalismo deixa de lado o que chamaremos, simplesmente, de coisas do amor [...]” (1971-1972/2011, p. 88). A injeção de novas mercadorias no terreno do que é considerado necessidade curto-circuita o registro da demanda de amor. A realidade de superabundância de objetos incha o campo da sobrevivência, empobrecendo o registro amoroso da demanda, o qual se encontra cada vez mais contaminado pelo imperativo da descarga imediata da pulsão pelo consumo dos objetos ventilados pelo mercado. Se a modernidade se constitui como encontro com o desejo do Outro obscurecido pela religião, o capitalismo envereda para o desmentido do impossível de se satisfazer com o empuxo ao gozo ilimitado, isto é, ao aumento sem fim da riqueza.

Nesta plataforma teórico-reflexiva, anorexias, bulimias e obesidades se inserem no conjunto de psicopatologias visceralmente articuladas às mutações geradas pelo capitalismo na economia psíquica. Se os objetos possíveis para a pulsão se constituem no laço com o Outro, o capitalismo parece se referendar como o Outro da oferta bulímica de objetos, numa exploração pulsional da falta-a-ser da qual o Outro materno da anoréxica representa muito bem o paradigma. Ao antecipar exageradamente as necessidades e confundir a demanda de amor com a demanda de objetos concretos, ela intervém pelo empuxo ao mais-de-gozar. O nada é objeto real do gozo: nada é capaz de prover o sujeito inteiramente, o que alavanca a compulsão canibalesca de objetos no afã de tudo suprir. Esta tentativa de saturação do caráter metonímico do desejo, pelo empanturramento de objetos, traz para primeiro plano o estatuto condensador de gozo do sintoma nas obesidades e bulimias. A ganância consumidora é candidata a novo sintoma coletivo. A falta de limites, do bom senso da medida, acena para uma razão despida das regulações edípicas. Dito de outro modo, a obtenção do mais-de-gozar a qualquer preço, sem o respaldo dos trilhamentos favorecidos pela força das relações libidinais de parentesco sob a égide do amor ao Pai, como norteadoras de um regramento para as satisfações e os ideais.

2.3.2. Capitalismo e democracia na atualidade

O sistema capitalista amadureceu no solo da filosofia política do liberalismo. Vale a ressalva de que as publicações sobre o pensamento liberal mais difundidas e influenciadoras do ideário social no Brasil emanam de intelectuais inseridos na linha ideológica de esquerda. Com as lentes do materialismo histórico marxista, tendem a identificá-la de forma pejorativa a uma ideologia burguesa, cuja finalidade seria a de preservar a liberdade individual e a propriedade privada das tensões da luta de classes. Essa perspectiva é uma criação moderna, encorajada por

pensadores iluministas como Locke – seu maior mentor –, Montesquieu, Kant, Tocqueville, tendo sido, ulteriormente, apropriada pela visão econômica de Adam Smith. A tese nuclear de Locke (1691/2005) é a da “liberdade natural” do ser humano pelo exercício do direito à vida, do direito à liberdade e do direito à propriedade. Segundo Chaves (2005), a ênfase da teoria lockeana, no que toca a defesa à propriedade privada, é a concepção de que cada um é proprietário único e inquestionável de seu próprio corpo e espírito, assim como da capacidade de exercer o trabalho exigido para transformar a natureza. Nesse sentido lato, a liberdade natural se articularia a uma questão de consciência individual, indissociável da condição humana *per si*. A compreensão do papel do Estado, nesse bojo, é relativa à ideia de que a liberdade não é um bem outorgado por um governo. Ao governo caberia a função específica de proteger a liberdade de todos, preservando os mais vulneráveis, isto é, a dos mais fracos e menos poderosos. Sem essa ancoragem, o estado da natureza, no qual utopicamente reina a liberdade, estaria entregue à anarquia.

Desse modo, Locke se coloca na tradição moderna de oposição ao absolutismo do poder estatal. Para ele, o cidadão deve estar atento para que o governo criado cumpra adequadamente sua responsabilidade, resguardando a liberdade e a autonomia individuais. O transbordamento dessas funções, com a cooptação de outros poderes, ocasionaria um risco maior à liberdade e aos direitos individuais do que o próprio anarquismo do estado da natureza (CHAVES, 2005). A crítica lockeana parece apresentar uma contribuição às discussões atuais por abarcar não somente o contraponto às monarquias tirânicas, mas também ao Estado civil demasiadamente paternalista. Ambos constituiriam ameaças à liberdade e à inventividade daí resultante, pois o Rei e o estatista patriarcal estão incumbidos da tarefa, tal como o pai de família, de cuidar de modo universal do seu povo, alimentando, vestindo-o, instruindo-o etc. Quanto a esse ponto, Chaves (2005) questiona a vulgata de que a tese liberal lockeana seria a hegemônica nos dias de hoje. O autor mostra que, ao contrário, parecemos viver a era da soberania do patriarcalismo do “Estado previdenciário”, o qual assume o dever de prover o cidadão com uma enorme seara de direitos sociais. Essa conjuntura não estaria muito distante da realidade medieval, posto que os cidadãos se convertem em súditos dependentes de um Estado possuidor de prerrogativas absolutas e, além disso, são estimulados a reivindicar e venerar esse seu papel distribuidor de direitos.

Já as hipóteses de Dufour (2013) fazem coro ao ponto de vista mais conhecido, que é defensor de uma continuidade evolutiva do liberalismo, desde as suas origens metafísicas, até sua intensificação no que se denomina atualmente como neoliberalismo. Esse autor se empenha em demonstrar como a lógica interna subjacente ao liberalismo econômico leva à ascensão do

egoísmo pulsional em detrimento ao laço com o Outro. A época moderna consagra um elogio ao amor de si que, na filosofia agostiniana, era algo reprovável, a ser reprimido. Para Agostinho, a salvação dos homens seria a prática da virtude pela transferência do *amor privatus* ao *amor socialis*. Ou seja, se o amor ao Pai e a crença em seu poder e nos seus representantes na Terra deixam de abafar o egoísmo pulsional, uma realidade caótica se instaura. No século XVII, um estremecimento ocorreu dentro da própria filosofia teológica, com os novos desenvolvimentos das reflexões agostinianas pelos jansenistas e calvinistas, com base na liberação dos vícios privados como forma de alcançar a virtude pública e como caminho para a salvação além da santidade. Muito mais do que uma lógica econômica, Dufour realça a emergência de novos ideais formadores do estilo de vida. Vício e virtude, público e privado, progressivamente teriam deixado de serem categorias disjuntas.

Sendo assim, Dufour vislumbra no liberalismo econômico as raízes do enfraquecimento da racionalidade fundadora da fronteira entre público e privado como pressuposto importante da organização da sociedade moderna, assim como do enaltecimento da exposição sem pudor das fixações libidinais na convivência social. A moral sexual civilizada teria sido atropelada pela imoral liberal perversa e sua promessa de riqueza. O liberalismo se aliaria muito mais à liberdade sadiana do que à liberdade civil democrática. Com Smith, a economia política liberal teria substituído o termo “vício” pelas expressões *self love* (“egoísmo”) e *greed* (“ambição”). Para Dufour, esse artifício camuflou seu traço perverso e favoreceu sua aceitação como fontes da virtude e da responsabilidade. A “mão invisível” do mercado seria uma espécie de novo avatar de Deus, não como um poder “sobrenatural”, mas sim como “hipernatural”. É na natureza que se busca a chancela a essa lei. Ainda que Smith não tenha deixado de incluir o altruísmo como um princípio, contribuiu para semear o *laissez-faire* pulsional e a catarse das paixões como componentes do credo liberal. Segundo Dufour (2011), esse processo civilizacional da modernidade foi interrompido pelo avanço extraordinário do mercado, que relega a sociedade humana em mera auxiliar. As apetências pulsionais são desveladas e violentamente excitadas. Facilmente capturável pelos objetos industriais, a individualização que daria autonomia crítica ao pensar e ao agir do sujeito moderno – como modo de estar e fazer coletividade – tende a fraquejar diante do egoísmo gregário.

As respectivas retóricas que acabamos de expor – a liberal nascida com Locke e a anti-liberal esmiuçada por Dufour – mereceriam uma investigação mais depurada. Decerto, as duas evidenciam como as vias de tratamento para o real do desamparo, no nível da política, são sempre vulneráveis às rédeas do excesso pulsional. Na orientação desenvolvida por Dufour, podemos refletir se o liberalismo econômico, embora tenha se escorado na defesa do direito à

liberdade do pensamento crítico, na sequência, o corrompeu com uma narrativa em favor da liberação irracional da avidez pulsional pela posse e pela dominação. Ou seja, o sujeito é encapsulado na posição de objeto e, tal como qualquer intervenção exterior ao mercado é considerada nociva ao livre fluir da mão invisível, a intervenção do Outro simbólico parece vã e inoperante frente ao livre fluir da voracidade pulsional. Porém, a tradição liberal também denuncia que onde a intervenção absoluta de um Estado paquidérmico esgota a satisfação de necessidades que poderia se alicerçar no movimento desejante da responsabilidade individual, a posição de objeto emerge sintomaticamente na reivindicação coletiva por um Outro hiperconsistente, com prejuízos ao laço social. Portanto, não se trata de uma problemática de fácil equacionamento e talvez, no âmbito da clínica, nos convide à fineza do caso a caso da singularidade da posição de cada sujeito. Essas questões serão mais demarcadas na sequência desta tese.

Retomemos nosso caminho argumentativo acerca das vicissitudes do capitalismo. Novos recursos, como a especialização da mão-de-obra para otimizar a produção e a oferta avassaladora de objetos, a sofisticação dos mecanismos de propaganda, bem como a obsolescência programada se somam e contribuem para a escalada rumo a uma nova versão do capitalismo, voltada sistematicamente para o consumo. Tal versão é cada vez mais libidinal e mira para a posição de consumidor dos sujeitos, inclusive daqueles pertencentes à classe operária, que passam a integrar mais fortemente o sistema de consumo. O capitalismo Pós-Industrial passa por novas mutações na contemporaneidade, se metamorfoseando em um processo de financeirização do mercado com a invasão da gestão pelos acionistas, e com a movimentação colossal de capital virtualizado, sem lastro real (GONÇALVES, 2000). A economia é desmaterializada do campo produtivo do trabalho para a abstrata esfera das finanças, além dos movimentos especulativos da moeda em bolsas de valores e bancos.

A aposta recai para atividades de maior valor agregado, como pesquisa, engenharia genética, informação e internet. A virtualização da realidade, a substituição da mão-de-obra humana pela das máquinas e pelo saber tecnocientífico instalam a descentralização da classe assalariada. A extração da mais-valia do sobretrabalho do proletariado perde a centralidade por deixar de ser a maior fonte de renda. A crise do trabalho como grande produtor da mais-valia vai dando lugar à outra face do objeto como causa da economia capitalista, a do objeto de consumo (COSTA-ROSA, 2013). Como saldo, os sujeitos tendem a se identificar muito mais como consumidor do que como trabalhador. A figura do burguês como aquele que renuncia ao pleno usufruto do lucro pelo compromisso de garantir ganhos à civilização nos campos considerados “mais elevados”, cede lugar ao *hiperburguês* – aquele que expõe seu gozo

excessivo obscenamente. Já o proletariado produtor tem sua integração abalada com a dispersão das produções no mundo globalizado. Surge a retrato do *consumidor proletarizado*, ao qual é solicitado que consuma ao máximo (DUFOUR, 2013).

Nessa conjuntura se consolida o neoliberalismo como a expansão implacável do espaço privado dos interesses de mercado para a esfera pública. A tendência ao egoísmo da liberação das paixões, iniciada por esta filosofia, triunfaria de forma cada vez mais transbordante e sem freios. Contra o antigo regime do pai, as injunções de gozo pelo mercado formam rebanhos de consumidores. Vence a máxima perversa sadéana do puro gozo: “Tenho o direito de gozar de teu corpo, pode dizer-me qualquer um, e exercerei esse direito, sem que nenhum limite me detenha no capricho das extorsões que me dê gosto de nele saciar” (SADE, 1795 apud LACAN, 1963/1998, p. 780). O excesso se apresenta como a nova lei (DUFOUR, 2013). Uma mentalidade espraia o direito ao gozo. O mercado toma a dianteira como uma narrativa em rápida propagação. Observa-se a crescente mercantilização de amplos setores da sociedade, como a saúde, a educação, a justiça, a cultura e, quiçá, a família, corroendo a estrutura simbólico-imaginária dessas instituições. Sua lógica constitui uma racionalidade de livre circulação das mercadorias e capitais sem a interposição de entraves, sejam eles econômicos ou simbólicos. Mais do que nunca, a frustração em jogo na impossibilidade de um objeto exaurir a pulsão é aproveitada por um uso mercadológico que relança para o consumidor a renovação do imperativo de consumo em *um querer sempre mais* (DUFOUR, 2013; 2015). Ao invés do luto da impossibilidade estrutural, restaura-se a posição do consumidor desvairado em busca do objeto perdido em todos os aspectos de sua existência.

A claudicação da narrativa Estado-nação traz repercussões muito específicas para o regime democrático como delimitador do limite da pulsionalidade privada. O Estado passa a ser agente da desinibição pulsional instigada pelo mercado. A lógica do mercado é alçada a uma espécie de novo grande sujeito que propulsiona a dessimbolização das pulsões e, em proveito dos ganhos de gozo, dilacera as balizas com as quais a civilização conta para a estruturação dos sujeitos sob o crivo da sexuação. O retraimento do pacto civilizatório ordenado pelos semblantes sexuais, como recurso estruturante da subjetividade, avança com a condescendência dos outros grandes Sujeitos – inclusive as figuras parentais – a uma economia de objeto arraigada nas compensações narcísicas e na promessa de livre acesso ao gozo. A distribuição dos papéis familiares baseada no aparelho edipiano do gozo foi severamente danificada em muitas situações. As funções simbólicas fracassam em seu lugar tenente no tecido social contra irrupções devastadoras da pulsão de morte, deixando seus pilares ao perigo do devoramento pelos imperativos que preconizam o fluxo intenso e urgente das mercadorias.

Lacan (1972/1978, p. 10, tradução nossa) examina o capitalismo contemporâneo como uma formação específica no plano discursivo. Ele o designa como algo “loucamente astucioso” e “dedicado à perfuração”. Não almejamos abarcar nesta pesquisa uma investigação exaustiva sobre a formalização da teoria dos discursos em Lacan e suas aplicações de leitura frente aos fenômenos contemporâneos. Faremos uma modesta digressão com a intenção de pinçar um ponto congruente com a mentalidade que habita o cenário atual. Lacan indica que o Discurso do Capitalista perfura o Discurso do Mestre, provocando nele “mutação capital [...] que confere ao Discurso do Mestre seu estilo capitalista” (LACAN, 1969-1970/1992, p. 160). O matema criado por Lacan elucida essas deformações na estrutura do Discurso do Mestre (Figura 1, Figura 2 e Figura 3):

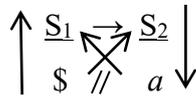


Figura 1. Discurso do Mestre.



Figura 2. Discurso do Capitalista.

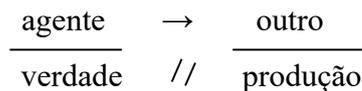


Figura 3. Os termos e lugares discursivos.

O Discurso do Mestre compõe, para Lacan, um quadro que inclui, no total, quatro discursos – além deste, o Universitário, o da Histórica e o Analítico. Sua estrutura reúne todos os elementos da primeira formalização da sexualidade (COELHO DOS SANTOS, 2009a). O agente é o elemento que põe o discurso em ação. Movido por uma verdade, intervém no campo do Outro, fazendo-o trabalhar para obter uma produção que, por sua vez, visa a uma finalidade. A verdade é o que fundamenta o significante-mestre e ordena o discurso. Do trabalho, surge a verdade do agente que comanda. As barras paralelas indicam a impossibilidade de um modo de produção atingir cabalmente seus fins. O que é produzido nunca assimila completamente o que causa a busca pela produção. As linhas horizontais, por sua vez, denotam a operação do

recalque. O discurso do mestre funda a civilização moderna pelo aparato edipiano, instituindo a estrutura do inconsciente como o que responde à constituição do sujeito pela linguagem enquanto aparelho significante. Coloca em jogo o significante-mestre como aquele que representa o sujeito para outro significante. A entrada na ordem simbólica ocorre por meio de um significante-mestre (S_1) que faz incidir a lógica da castração, interditando o sujeito ($\$$). Daí deriva o objeto *a* como mais-de-gozar.

Lacan nomeia como discursividade capitalista algumas alterações na dinâmica desta montagem discursiva, caracterizada pelo paradoxo de que sua “mestria” não aparelha a realidade pela inclusão da perda de gozo como causa intransponível. O traço distintivo do “discurso do capitalismo” é a sua desinserção discursiva com “[...] a *Verwerfung*, a rejeição para fora de todos os campos do simbólico, com as consequências [...] de rejeição da castração” (LACAN, 1971-1972/2011, p. 88). Vejamos as implicações desse dado estrutural. Primeiramente, observa-se que o lugar do agente, anteriormente ocupado pelo significante mestre (S_1), passa a ser ocupado pelo sujeito barrado ($\$$). Já o lugar da verdade, que outrora era reservado a $\$$, é assumido por S_1 . Essa nova escrita denota que S_1 passa a presidir o lugar da verdade. Por conseguinte, seu sentido se torna um imperativo puro e absoluto (GONÇALVES, 2000). S_1 também passa a acirrar a ilusão de um Eu idêntico a si que deteria a chave de sua divisão. A falta-a-ser representada por $\$$, uma vez no lugar da mestria, torna-se muito mais um comando tirânico do que uma condição de estrutura (GONÇALVES, 2000). A insaciável falta-a-gozar produz um modo de insatisfação mais virulento do que aquele inserido no discurso da histeria. A articulação de Gonçalves sobre os resultados dessa mutação nos parece de importante relevância:

No discurso da histórica, o sujeito, a partir de sua própria divisão, interroga o mestre para produzir saber sobre o gozo. O que não se perfaz, pois há descontinuidade entre os lugares de produção e verdade. No chamado discurso capitalista, o sujeito, a partir de sua divisão, aciona o mestre para produzir um objeto por meio do trabalho do saber (GONÇALVES, 2000, p. 74).

No Discurso do Mestre, o vetor se origina de $\$$ para S_1 , isto é, do lugar da verdade para o do agente, desempenhando a função de semblante da autoridade. No enquadramento dos quatro discursos, não há vetor que volte para o lugar da verdade. Os semblantes se assentam no encontro com o vazio e na simbolização da castração que a verdade do sujeito barrado inscreve. O Discurso Capitalista destitui e corrompe esse funcionamento. O vetor do lugar do semblante se direciona para o lugar da verdade, a qual comanda no saber um trabalho a serviço do mais-de-gozar (HOLLAND, 2013). Assim, o semblante e a verdade deixam de ser dimensões

contrárias. O que barraria o gozo então? Com a fragilização da premissa, na qual se alicerçava a verdade, de um suposto gozo pleno impossível de alcançar, essa se torna uma questão problemática. Verificamos que, no Discurso do Mestre, o movimento que vai do lugar da produção ao da verdade encontra-se bloqueado. Portanto, a fórmula correspondente ao conceito psicanalítico de fantasma $\$ \diamond a$ sofre uma alteração: no Discurso do Mestre, as duas barras entre o sujeito do inconsciente e o objeto de gozo sinalizavam que a coordenação entre ambos dependia da negativização operada pela castração. O corrompimento efetuado pelo capitalismo desarranja esta disjunção entre a verdade e a produção, sugerindo uma relação de conveniência, na qual o mercado se apresentaria como apto à oferta do objeto que conviesse ao sujeito enquanto uma mercadoria sob medida.

Tal promessa incondicional de satisfação é estimuladora da crença de um Outro capaz de tudo disponibilizar, a quem bastaria pedir o que se quer, além da crença na existência de um produto na safra dos bens de consumo que proporcione a satisfação do fantasma. O mundo dos *gadgets*, dos *smart-products* e dos *cyberproducts* identifica o Outro à oferta irrestrita. O *marketing* da era da informação, abastecido por uma infinidade de bancos de dados e canais de comunicação, parece dispensar a demanda, substituindo-a pelo imperativo ao consumo (GONÇALVES, 2000). O estatuto do objeto *a* na torção operada pelo capitalismo não é redutível aos objetos da pulsão, pois não se encontra referido ao falo como marca da castração. Quando tais objetos carregam consigo a marca do $-\phi$, a violência suscitada pela relação maciça é franqueada (HOLLAND, 2013). Com a derrocada da barreira instalada pelo Discurso do Mestre, o mais-de-gozar avança junto ao sujeito de um modo que pode se revelar esmagador, sem ponto de basta. A esse respeito, Lacan afirmou que essa “pequena inversão entre o S_1 e o... que é o sujeito... é suficiente para que isso ande como se estivesse nas roletas, isso não pode andar melhor, mas justamente isso anda rápido demais, isso se consome, isso se consome tão bem que isso se consuma” (1972/1978, p. 2, tradução nossa). Sem a estaca da castração, ao invés de encontrar as impossibilidades ou as impotências, passa-se, sem entrave e com frenesi, do ponto de partida ao mesmo ponto, “caminhando como sobre as roletas” (LACAN, 1972/1978, p. 2, tradução nossa).

Predomina, portanto, o sujeito tragado pela posição de objeto, radicalmente impelido a consumir até ser consumido. O inconsciente não opera eficazmente como uma fixação do gozo por um conjunto de traços identificatórios (LACAN, 1968-1969/2008) ancorado pela organização edípiana. Com isso, o tratamento inconsciente não adquire a potência de apaziguar o gozo traumático. Os sintomas não respondem ao inconsciente em sua face de estruturado como uma linguagem – isto é, em uma “lógica sacrificial” (ALFARO, 2011) em nome do amor

ao Outro paterno. Sua face pulsional se torna preponderante, imbuída de uma lógica imperativa regida pela alternância entre consumir-ser consumido mortiferamente afinada ao empuxo capitalista.

2.4. O adoecimento da democracia⁷ e os destinos da tradição

Prosseguimos na linha argumentativa de que o Estado democrático de direito e a ordem familiar, coordenadora dos laços tradicionais, são o paradigma político da referência subjetiva ao Outro simbólico na modernidade. Nossa pergunta se encaminha, então, para a posição inédita que se imprime em uma nova idade da democracia, agora marcada pelas intercepções do capitalismo e pelo progressivo dilaceramento das narrativas que favoreciam a subjetivação da castração.

A pesquisadora francesa Cynthia Fleury (2005), dos campos da filosofia política e da psicanálise, propôs uma pertinente problematização sobre a passagem do nascimento da democracia no berço francês até a atualidade. A autora sustenta uma escansão entre o espírito revolucionário, que conduziu à democracia nascente, filha da república semeada a partir da Revolução Francesa, e a perversão de muitos de seus princípios originais em sua fase mais tardia. Esta última é entendida como uma democracia liberal ou de mercado. Fleury argumenta que, entre uma fase e outra, sobreveio o desencantamento pela função da transcendência e pelo ideal. Nos primórdios da democracia, a fé republicana apenas começava a se degradar, com a desincorporação das figuras de autoridade e a deslegitimação das instituições tradicionais, tais como a família e o casamento. Ela observa que filósofos como Robespierre e Locke anteviram que a perda da fé na transcendência, já incipiente nas democracias nascentes, culminaria na consternação, no abatimento, no desencorajamento e na depressão, conforme se radicalizasse. Retratando uma versão mais absoluta desse aniquilamento, as democracias atravessadas pelo neoliberalismo são vulneráveis como nunca ao egoísmo excessivo. O individualismo revela-se entrópico, resvalando em um egocentrismo devastador, contrariando o próprio princípio democrático da coesão social. Nesse ponto, Fleury defende a tese de que, como impacto maior, os valores democráticos basais da liberdade e da igualdade foram pervertidos. Se privar da sacralização é ser perverso. O ponto mais sensível parece morar na constatação de que, se os pioneiros da democracia e da república francesa conceberam sua emancipação como um dever,

⁷ Remeto o leitor à resenha de minha autoria. Cf. OLIVEIRA, F. L. G. (2015). O adoecimento da democracia moderna: do cidadão ilustre ao perverso medíocre. *Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana*, Rio de Janeiro, v. XI, n. 2, p. 115-119.

e a autonomia como um percurso existencial, nessa nova apresentação, os indivíduos a consideram como algo devido por outrem. Ou seja, implanta-se uma mentalidade que vislumbra a liberdade como algo que deve chegar ao indivíduo sem que nenhum trabalho analítico e pessoal tenha acontecido. A liberdade teria deixado de ser um valor metafísico para se reduzir a um valor de serviço: “à diferença das democracias nascentes, os cidadãos das democracias adultas não se contentam mais em idealizar sua cidadania; eles querem vê-la se encarnar em direitos específicos” (FLEURY, 2005, p. 134, tradução nossa). Como resultado problemático, a posição subjetiva dominante deslocar-se-ia do sujeito do dever, cujos direitos fundamentais são inseparáveis da moral pública e do coletivo, para o sujeito reivindicador de seus direitos e pela livre afirmação de sua identidade.

O caminho argumentativo dessa autora nos interessa por elucidar que estamos lidando com uma configuração psíquica em que a relação à dívida foi invertida. O sujeito não se percebe mais em dívida com a alteridade pela herança simbólica que esta lhe transmitiu. É a alteridade que lhe deve algo. A herança simbólica é desconsiderada como algo sagrado e maior. Temos assim um sujeito desencantado com a experiência do Outro como referência e que, ao mesmo tempo, cobra deste Outro o que lhe é devido como se este estivesse em condições de lhe oferecer tudo como um mercado de objetos pulsionais.

Fleury também infere que “a concepção de igualdade se modificou: hoje, não se é ‘igual’ porque é similar, se é ‘igual’ porque é diferente” (2005, p. 95, tradução nossa). A fermentação das ideias igualitárias é substituída pela avalanche das diferenças identitárias. A aposta inicial democrática não recai sobre a liberdade das crenças, mas sobre a razão e a manutenção da distância ideológica de toda forma de crença. Se, anteriormente, se visava o apagamento das distinções, o regime de agora ruma para a sobrevalorização das diferenças culturais e identitárias. Essa espécie de coabitação cultural contribui para segmentar a sociedade em tribos reivindicadoras, deslizando assim, da unidade republicana ao pluralismo comunitarista. As culturas proliferam, e, em contrapartida, a Cultura em sua potência simbólica declina.

A democracia adoece por estar parasitada pela vitimização generalizada. Podemos situar essa questão à luz do estabelecimento de uma relação específica com o Outro simbólico e de uma configuração social do fantasma tipicamente “neodemocrática”? Um dos efeitos do neoliberalismo sobre a lógica democrática foi o de desvencilhar as concepções de liberdade e de igualdade da dialética do direito e do dever. Ser cidadão não é idealizar seu destino, é verificar se houve algum abuso do qual se foi vítima. A exigência de justiça é redimensionada como demanda compulsiva de reparação. Fleury denomina essa posição como uma “perversão medíocre”. Tratar-se-ia aqui de um indivíduo bem menos arquetipicamente perverso e bem mais

medíocre. O autêntico perverso possuiria a vontade de transgredir as leis sociais, de fundar outra sociedade com rituais e procedimentos próprios, na qual suas satisfações aconteceriam sem limites. Ele desafia a Lei simbólica e não se inscreve naturalmente na coletividade. Sade é seu paradigma. Já a figura banalizada do perverso que marca a posição de gozo na democracia liberal não se isola e se coloca no coletivo. O único critério é que se obtenha proveito. Diferentemente do “grande perverso”, que está pronto a pagar o preço de sua dissidência, o “perverso qualquer” não está disposto a pagar pelo que quer que seja: tudo deve ser gratuito.

O sentimento de liberdade se confunde com o direito ao gozo da gratuidade: ser livre é ter acesso a tudo, sem deveres ou renúncias pulsionais, na medida em que a interpretação da castração é de que algo é devido. Essa é uma tematização perfeitamente dialogável com a articulação desenvolvida por Coelho dos Santos (2015; 2016) entre o liberalismo econômico, a supremacia da lei do mercado e o empuxo ao consumo à prevalência do desmentido banal da função do Nome-do-Pai. De acordo com sua formulação, “o Outro, a lei simbólica, a castração que divide o sujeito [...] são permanentemente confrontados, recusados e desmentidos” (COELHO DOS SANTOS, 2016a, p. 566). Este fenômeno social configuraria o gosto contemporâneo pelo excesso e uma relação mais frouxa dos sujeitos com as amarras do recalque, além do rebaixamento da capacidade de sublimar as pulsões. Essa é uma hipótese que parece bastante coerente com a concepção lacaniana da mutação realizada pelo capitalismo na crença na função paterna como eixo mestre do grande Outro, enquanto agente da castração e transmissor da Lei simbólica baseada na diferença sexual e na sucessão geracional. O desmentido ocorre quando convém ao sujeito, com o propósito de usufruir ou de não ceder de algum ganho de gozo.

De acordo com Coelho dos Santos (2016a), a desqualificação da crença na Lei paterna como potência contra o desamparo é um acontecimento cultural com nascimento histórico datado nos movimentos de maio de 1968. Naquele ano, “um desejo de se rebelar, uma sensação de alienação à ordem estabelecida e um profundo desagrado por qualquer forma de autoridade” (COELHO DOS SANTOS, 2016a, p. 568) incendiaram espíritos rebeldes de jovens universitários em diversos países, sem uma pauta ou planejamento consensual. O pensamento filosófico desconstrucionista, anti-metafísico e anti-humanista, de base nietzschiana e heideggeriana, também se desenvolveu neste solo e contribuiu consideravelmente para a disseminação de um gosto pelo excesso e para a intimidação do bom senso. De um modo geral, os rebeldes rejeitaram a maioria das instituições, dos líderes e dos partidos políticos.

O lema que foi bandeira deste movimento, “é proibido proibir”, consolidou, para Coelho dos Santos (2016a), uma mentalidade alicerçada no desmentido diante do Nome-do-Pai,

possivelmente resultante de uma radicalização da posição histórica de rebeldia ao comparecimento da autoridade. A desmoralização, a humilhação e a atitude desafiadora frente ao Outro dão ensejo ao ultrapassamento de todos os limites na obtenção do gozo e ao recrudescimento da reivindicação de ser tratado como exceção. Como efeito imediato dessa inclinação pulsional, ocorreria a proliferação de modalidades de gozo avassaladoras, arreadas a obstáculos e alijadas do véu do recalque:

Quando é proibido proibir, não é preciso mascarar o gozo fantasmático, recalca-lo ou escondê-lo. Podemos exibi-lo, assumi-lo, escancará-lo e até vendê-lo no mercado para satisfação de outros indivíduos. Penso que é preciso buscar nos movimentos de maio de 1968 o início desta nova era, marcada por uma epidemia de insatisfação com todos os limites e todas as referências de autoridade (COELHO DOS SANTOS, 2016a, p. 568).

Em outro artigo subsequente, a autora retoma esta hipótese, aproximando a tendência à rebeldia e a posição refratária ao Outro simbólico de um *pathos* revolucionário arraigado na interpretação da castração como abuso de poder ou privação de um direito (COELHO DOS SANTOS, 2017). Tomando esse panorama histórico-discursivo e suas ressonâncias na maneira perturbadora como os muitos sujeitos lidam com os limites na contemporaneidade, tais mutações podem ser enfatizadas pelo seguinte ângulo: assistimos a uma profusão de eventos que estremeceram a eficácia simbólica da ordem familiar na regulação das relações sociais. Na modernidade, ao abrigar as relações de aliança e filiação que selam um laço irreduzível entre os destinos pulsionais e o desejo do Outro, a estrutura familiar aponta para um limite à moral inaugurada pelo Estado moderno. A transmissão da castração, a assunção da posição sexuada e a inscrição do objeto perdido são modos de interpretação e tratamento para um real que esbarra na impossibilidade de absolutização dos direitos, da liberdade e da igualdade.

As reivindicações feministas pela liberdade sexual, a legitimação das separações conjugais, o anti-paternalismo, bem como a fragilização de formas verticais de autoridade em favor da horizontalização dos laços familiares desarranjaram os legados culturais e ideológicos que se nutriam da lealdade à tradição. A própria difusão da psicanálise também possuiu sua cota de participação no ataque à autoridade paterna. Como adverte Coelho dos Santos (2001), a tese freudiana de que a civilização reprime a sexualidade afetou os ideais burgueses, disseminando a crença no potencial patogênico do excesso de interdição a que estiveram submetidos. A crítica à cultura falocêntrica e ao superego repressor é terreno fértil para a promoção de ideais coletivos que alaçam compensações narcísicas, uma posição feroz e rebelde à castração e, conseqüentemente, maneiras de gozar mais avassaladoras. Em última instância, qualquer

exigência de abdicação do gozo parece correr o risco de assumir a toga de abuso de poder e opressão.

Estaríamos observando na psicopatologia da vida cotidiana do laço social contemporâneo uma reivindicação generalizada pela soberania do direito ao gozo. As figuras do Outro primordiais não são interpretadas pelo que lhes falta, pelo enigma de seu desejo. Parecem demitidas ou não reconhecidas como doadoras de uma função simbólica. O Outro é vorazmente acusado como devedor de gozo, usurpador de um direito. Em tempos de culto à cobrança à dívida de gozo, em que o direito do cidadão se confunde com o direito a uma satisfação plena e completa, a interrogação recai sobre a capacidade parental em assumir a responsabilidade que lhe cabe em barrar o desejo de morte incrustado nas manifestações de gozo de seus filhos. Como advoga Melman (2003), as figuras parentais mais parecem capturadas como funcionários, cuja obrigação é a de garantir o “bem-estar” e a satisfação das expectativas insólitas dos que o cercam. Com o desmantelamento das coordenadas edípicas e o elogio ao hedonismo, a sombra de *sua majestade o bebê*, como apresentação da exceção à castração, coloniza as relações de parentesco sem arestas, não comportando lugar para frustração.

2.5. Precarização da função simbólica do Outro

A ação simbólica do Outro implica a transmissão da incompletude estrutural a partir de sua posição sexuada. A consistência de sua função para o sujeito advém justamente da subjetivação dessa inconsistência fundamental relativa à impossibilidade de um gozo absoluto. A afirmativa de Miller de que o Outro deixou de existir na contemporaneidade (MILLER; LAURENT, 1996-1997/2005) parece mais plausível se referida à inexistência da efetividade dessa operação. Talvez não pela erradicação do Outro simbólico, mas devido ao enfraquecimento de sua intervenção alicerçada na função fálica, ou seja, respaldada pelo significante da falta do Outro no nível da castração simbólica.

Freud considera o falo como elemento organizador da sexualidade, introduzindo a fase fálica do desenvolvimento libidinal infantil como uma interpretação da diferença sexual entre homens e mulheres marcada pela antítese fálico-castrado (FREUD, 1923a/1996). Sublinhou que, para a criança, há apenas um sexo. O órgão genital masculino ganha uma representação psíquica privilegiada, ao passo que a mulher não é reconhecida como tal, sendo referida a uma ausência temporária ou como também detendo um pênis. O primado do falo é condição para o curso da sexualidade em meninos e meninas. O menino se volta para atividade masturbatória e

para as tendências incestuosas junto à figura materna. A organização genital fállica sucumbe com a ameaça de castração encarnada imaginariamente pelo pai como agente, o que se conecta ao encontro decisivo com a castração do Outro pela constatação da ausência do pênis na mãe. O temor narcísico da perda do órgão engendra o complexo de castração. Na menina, o confronto com a diferença anatômica entre os sexos deflagra o complexo de Édipo a partir da renúncia da mãe como objeto de amor, o que é temperado pelo desapontamento e pela censura gerados pela crença de ter sido feita castrada. O pai é eleito como nova escolha de objeto por ser o suposto portador do falo e aquele de quem se espera um filho como substituto fállico.

No lastro de Freud, Lacan postulou o falo como significante do desejo e da diferença sexual. Ao longo de seu ensino, articulou o tema do falo aos conceitos de objeto *a*, de semblante e à lógica da sexuação pelo todo ou pelo não todo fállico na elucidação das posições masculina e feminina. Destacamos um primeiro ponto: o significante falo indica uma interpretação do lugar do Outro mediada pelo amor ao Pai. Grande parte do primeiro ensino de Lacan descortina esse modo de apresentação do Outro que, como suposto detentor do falo, veicula a função fállica. O protagonismo do significante Nome-do-Pai jaz na possibilidade agenciada por ele de inscrever simbolicamente a falta no Outro em uma lógica que sexualiza o impossível. Esse laço entre a linguagem e a sexualidade fundamenta a ação pacificadora do simbólico sobre o real por meio do programa de gozo sexual (MELMAN, 2003).

Na perspectiva lacaniana, a constituição subjetiva não ocorre na relação com os objetos, e sim, com a falta de objeto. O falo guarda uma associação íntima com o órgão genital masculino por designar o pênis enquanto faltoso ou suscetível de vir a faltar. É operativo pela potencialidade de se inscrever como perda, seja como ameaça de castração ou como fato consumado. Lacan (1956-1957/1995) abordou como o tratamento fállico da falta se coloca gradativamente para o sujeito na relação com o Outro materno. É como ausência do pênis na mãe que ele adquire sua potência simbólica, pois “tudo o que se pode transmitir na troca simbólica é sempre alguma coisa que é tanto ausência quanto presença. [...] ele circula, deixando atrás de si o signo de sua ausência no ponto de onde vem” (LACAN, 1956-1957/1995, p. 155). Sua função de diferenciação simbólica dos sexos é decorrente da possibilidade de alternância entre estar ou não estar. Ela só pode ser erigida como falo ausente e objeto primordial do desejo. O amor se ergue por meio do que não se tem na dimensão do objeto, o que o eleva ao plano simbólico. A força constitutiva do Outro simbólico depende de que desse encontro com o vazio emerja a função do falo.

Para que o Outro se estabeleça como suporte regulador de um funcionamento subjetivo orientado pela falta e pela busca desejante, é preciso que a figura materna encarne o agente da

privação. Como vimos, a demanda intercepta o registro da necessidade biológica, pois a linguagem é a inevitável mediadora do laço entre a criança desamparada pela prematuridade orgânica e o Outro. Instala-se uma falta irreversível no real da necessidade biológica, na medida em que ela nunca é traduzível inteiramente pela articulação significativa. A mãe se vê privada da criança como representante do objeto de seu desejo. Concomitantemente, a criança é privada da mãe como objeto real da satisfação de sua necessidade. Perde-se a possibilidade de que um objeto concreto esgote a satisfação. O objeto fornecido será sempre um substituto aquém da Coisa em si. O Outro materno só pode oferecer sucedâneos.

De acordo com Lacan (1956-1957/1995), esse giro prepara a entrada propriamente dita do Outro materno no circuito libidinal da criança pela captura da imago primordial do seio. Essa conjuntura traz um dano imaginário para a criança e faz sobrevir a *frustração* como uma segunda dimensão da perda de objeto. O Outro materno, até então detentor de objetos reais, no momento em que não responde a tudo, expondo a possibilidade da falta, torna-se real. Já extirpado do campo da necessidade, o objeto adquire o estatuto de dom simbólico, signo de amor, submetido à lógica do significante, ao circuito das trocas, às equivalências, marcas, traços e deslizamentos metonímicos próprios a esse funcionamento. Tal mecanismo requer a mínima subjetivação por parte da criança da subtração do objeto, sobretudo no que se refere a si mesma como objeto substancial para o Outro. O *Fort-Da*, enquanto processo de simbolização disparado pela dialética entre presença e ausência materna, é paradigmático desse tempo. Se a criança topa jogar, isto é, se topa recorrer à ordem simbólica, a ausência da mãe é convertida em potência simbólica. Esse circuito é governado pelo falo enquanto significação imaginária e positivada do desejo da mãe (-φ). A interpretação da falta do Outro é tomada imaginariamente como algo que o sujeito tenta superar pelo apelo reivindicatório, como se fosse obra de puro capricho do Outro, e não da ordem do real impossível:

A frustração é, por essência, o domínio da reivindicação. Ela diz respeito a algo que é desejado e não obtido, mas que é desejado sem nenhuma referência a qualquer possibilidade de satisfação nem de aquisição. A frustração é por si mesma o domínio das exigências desenfreadas e sem lei. [...]. É no plano imaginário que ela se situa (LACAN, 1956-1957/1995, p. 36).

Na tentativa de tamponar a falta materna, a criança se identifica especularmente com o seu objeto de desejo, almejando ser o falo em sua vertente imaginária. O desejo da mãe revela o lugar da criança como candidata à solução para a falta feminina. Nesse registro, prevalece a face materna insaciável e devoradora. Mas o próprio movimento desejante da mãe enquanto

mulher inscreve a impossibilidade inerente à demanda fálica, avalizando a efetividade do falo enquanto símbolo da falta do Outro.

No registro da castração simbólica, o falo desliza de objeto imaginário do desejo da mãe a significante do desejo do Outro. Seu efeito é o da negativização do falo imaginário ($-\phi$), o qual se torna uma reserva libidinal não representável. A dialética de ser ou não ser o falo é sobreposta pelo interesse em ter e manter o falo. É a vitória da identificação paterna. Como Freud explicitou, para que o pai real encarne esse operador da Lei simbólica, é preciso que lhe seja conferido o lugar de exceção à castração, de posse imaginária falo. Esse lugar privilegiado o mantém como representante do Outro simbólico. Nessa condição, o objeto é transportado para o plano significante (Φ), sendo impossível negativizá-lo. Apesar de seu enraizamento no real pulsional e no investimento narcísico-imaginário no pênis, a função simbólica do falo só logra no fim da trajetória edipiana.

Através do falo simbólico, o sujeito se relaciona com a vida, ao preço de arrancá-lo de suas origens nos próprios impulsos vitais que caracterizam a pulsão. Suas propriedades naturais são esvaziadas e sublimadas (MILLER, 2011b). Em seu segundo ensino, Lacan (1962-1963b/2005) sublinha a articulação da função significante do falo a sua origem na dimensão imaginária do órgão masculino em sua propriedade de aparecimento-desaparecimento ou de tumescência-detumescência no ato da copulação. A negatividade do objeto do desejo é localizada por um ponto de basta no gozo corporal. A castração opera na experiência de evanescência do falo. Justo pela possibilidade de decair, incide como um limite que contorna o real do corpo.

Lacan (1958c/1998) assinala que o falo instaura a posição do sujeito do inconsciente, barrado. A condição de objeto do gozo do Outro é, assim, relativizada. O sujeito é intimado a abdicar da naturalidade do corpo e de seu ser como pura substância gozante. Com o recalque desse modo de satisfação, criam-se condições subjetivas para sua identificação ao tipo ideal de seu sexo, para a resposta à sexualidade em termos de relação “genital”, bem como para o posicionamento do sujeito no nível da maternidade e da paternidade (LACAN, 1958c/1998). A função fálica permite a ascensão dos semblantes masculino e feminino. Formula o gozo sexual, coordenando-o a um semblante que envelopa o vazio na dimensão do “parecer ser”. Tal intervenção promove a regulação do mais-de-gozar (LACAN, 1971/2009). Lacan definiu o falo como “o significante privilegiado dessa marca onde a parte do *logos* se conjuga ao advento do desejo” (1958c/1998, p. 699). O termo *logos* evoca três acepções no grego: linguagem, discurso e razão matemática (RABINOVICH, 2005). Inserir um limite ao gozo pelo viés sexual acrescenta uma *ratio*, isto é, a medida comum, universalizável, para além da língua materna,

dando razão ao desejo (LACAN, 1958c/1998). O falo define os efeitos possíveis de significado, estancando a infinitude da significação. A integração da sexualidade à dialética do desejo no laço com o Outro simbólico passa pela montagem de um percurso para a pulsão em torno do vazio instaurado pelo objeto *a*. A significação fálica barra o absolutismo do objeto. Por serem índices da falta, os objetos *a*, ainda que condensadores de gozo, só podem engendrar esta função relativamente à castração.

Para que o objeto *a* opere como causa do desejo, é preciso que se torne suporte do fantasma. A efetividade desse processo requer o Nome-do-Pai como referência à sexuação da falta pela potência simbólica do falo. Se essa função vacila, a falta não comparece como causa do desejo no fantasma e incorre como pura perda (VANDERMERSCH, 2013). Quando o Outro é precário em capitanear a transmissão da significação fálica como eixo de uma ordem simbólica que organiza as relações com o imaginário e o real, ele é reinscrito na ordem das necessidades. Em outras palavras, se o significante Nome-do-Pai não metaforiza a dimensão do gozo do Outro, a lógica do mercado intercede de outra forma, marcando uma imperiosa presença no nível do gozo. Com a fragilidade da subjetivação de sua falta estrutural como falo, o *Outro existe em excesso*. Ele é muito parcamente reconhecido como uma potência simbólica especial, ou como uma força que de alguma maneira transcende o âmbito da satisfação real com os objetos. A perda simbólica e o empobrecimento da instância fálica dão margem às “pequenas narrativas publicitárias” como o que resta da transmissão anônima (DUFOUR, 2005). Por tabela, o capitalismo representa a primazia do Outro absoluto com a promessa de acesso ao consumo de todo mais-de-gozar.

As figuras parentais, também sideradas pelos imperativos hedonistas de consumo, recuam frente às suas funções de transmissão da diferença geracional e de estacas para o narcisismo. É importante que se conte com um Outro suficientemente situado em sua posição sexuada para transmitir a mensagem que relançará para a simbolização sexual de sua falta. A mercadorização das satisfações pulsionais parece culminar no avesso da valorização fálica: reduzido ao seu real, o sujeito identifica-se à posição de dejetivo. Sem o cabresto da função paterna, a voracidade materna parece ganhar maior materialidade nas adições. Muitos destes casos são marcados por fixações radicais na posição de objeto suprimidor da não relação sexual parental, como veremos no último capítulo desta tese. Além disso, é recorrente a identificação radical e maciça a fragmentos do discurso do Outro.

O liberalismo da Lei simbólica não traz uma liberdade idílica, mas sim uma nova ordem em que não se admite o *não-todo*, apenas o *tudo*. A outra face do imperativo da avidez junto aos objetos é a voracidade discursiva desse Outro que hiperexiste. Debilmente articulado ao

significante falo, quer fazer existir um objeto que domine a causa do desejo. Os transtornos alimentares trazem à baila o fracasso da saciedade como limite ao gozo. O sinal da saciedade traduz um laço com Outro perpassado pela efetividade da medida justa, da razão fornecida pelo falo como operador simbólico de regulação. Entretanto, a aliança a uma figura do Outro que promete tudo disponibilizar esbarra em fortes impasses. Assim como o sujeito histérico clássico denuncia que o mestre não sabe tudo, essas psicopatologias também lançam luz sob uma nova versão de denúncia: a de que o Outro não pode dispor de todos os objetos. As medidas reguladoras da suficiência, da insuficiência, do excessivo e do escasso são severamente perturbadas. No lugar do amor ao Outro como dialetizador do desapontamento com a frustração do gozo, se erige como matriz maior da estruturação psíquica a reivindicação voraz.

CAPÍTULO 3

3. A LÓGICA DO FANTASMA NA PASSAGEM DO MODERNO AO CONTEMPORÂNEO

“O valor da psicanálise está em operar sobre a fantasia”.

LACAN, 1967 – *Alocução sobre as psicoses da criança*.

3.1. O fantasma moderno: *Bate-se em uma criança*⁸

Sabemos o valor de marco inaugural para a psicanálise desempenhado pela descoberta de Freud acerca da dimensão fantasmática dos relatos das histéricas sobre a experiência com a alteridade. Freud (1897/1996) bem cedo se deparou, no tratamento desses sujeitos, com a espetacular frequência de narrativas de sedução na infância envolvendo o pai ou substitutos. A impossibilidade de insistir na verdade factual desse discurso, por implicar na perversão generalizada dos pais de família vienenses, o direciona para a consideração de uma realidade eminentemente psíquica e para as propriedades de seu funcionamento. Freud (1950[1895]/1996) enunciou, então, o caráter ficcional do fantasma, designando-o pela noção de *próton pseudos*. Ou seja, o surgimento do fantasma seria equivalente à emergência da *primeira mentira histórica*, uma *Vorstellung* mentirosa instituída como uma trama representativa que contorna o encontro traumático com a diferença sexual. Contudo, seu componente de ficção de modo algum o reduz a uma mera ilusão. Trata-se, antes, da construção que permite um enquadramento da realidade exterior (COELHO DOS SANTOS, 2016b), bem como a organização da realidade psíquica, e, portanto, da posição de cada um no laço com os objetos.

O fantasma histórico de sedução é o ponto de partida freudiano para a elucidação da constituição psíquica que é própria à modernidade. Sob seu enredo mais imaginarizado de superfície, se assenta a lógica da organização edípiana e da inscrição da castração. As narrativas históricas tratam do que foi traumático no encontro com o desejo do Outro. Desde os primórdios

⁸ Este segmento da tese baseia-se na versão original de um artigo de minha autoria. Cf. OLIVEIRA, F.L.G de. (2013). Sintoma, fantasia e objeto *a* na experiência analítica. *Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana*, Rio de Janeiro, vol. VIII, n. 16.

da psicanálise, o pai veicula um elemento exterior, cuja incursão no psiquismo produz uma marca traumática, perante a qual o sujeito experimenta forçosamente uma relação de submissão. Ao mesmo tempo em que transmite algo dessa entrada intrusiva e terceira, da figura paterna na relação dual edipiana mãe-criança, o fantasma edipiano revela um forte laço de amor ao pai.

Freud (1917a/1996) correlacionou o fantasma a uma mudança no estatuto do objeto. Diferentemente do caminho da formação dos sintomas, que se trilha por condensações e deslocamentos de representações, o caminho da formação do fantasma se compõe em uma estreita relação com o objeto parcial que não é direta, tendo como condição o registro psíquico de uma perda inicial. Distingue-se pela fixação libidinal em algo previamente abandonado, nas “atividades e experiências da sexualidade infantil, nas tendências parciais abandonadas, nos objetos da infância que foram abandonados” (FREUD, 1917a/1996, p. 363). O fantasma resulta da constrição das satisfações primárias autoeróticas e dos desejos infantis, como um recôndito do que resta delas. O fracasso dos processos primários e infantis de satisfação leva à inscrição do princípio da realidade como organizador do processo secundário, o qual promove o adiamento das vias diretas de descarga pulsional em proveito da atividade do pensamento, do juízo, da memória e da atenção, com o intuito de promover satisfações mais bem-sucedidas no âmbito da realidade. Este segundo processo abarca os sistemas pré-consciente e consciente, sendo responsável pela censura, pelo teste de realidade, pelas funções egoicas, pela motricidade e pela ligação das energias.

O regime fantasmático subsiste ao recalque da sexualidade infantil. Revela a estreita relação do sujeito com os objetos parciais. Esta relação se institui retroativamente – nos termos freudianos, regressivamente – com a instauração dos processos secundários após o recalque do complexo de Édipo. Freud afirma que “a repressão permanece todo-poderosa no âmbito da fantasia” (1911/1996, p. 85). A estrutura da fantasia imprime a continuidade do autoerotismo, localizando objetos e tendências libidinais próprios à dinâmica infantil com o mundo. Freud (1911/1996) a descreve como a “moeda neurótica”, isto é, um destino dado pelo sujeito a esses investimentos objetivos, a fim de se esquivar da ferida narcísica imposta pela socialização. A leitura freudiana direciona para uma concepção do sintoma como um excesso do aprisionamento fantasmático da pulsão que irrompe e se aloja em “um novo método de satisfazer a libido”: “A catexia de energia das fantasias é de tal modo aumentada, que elas começam a estabelecer exigências e desenvolvem uma pressão no sentido de se tornarem realizadas” (FREUD, 1917a/1996, p. 375). Ressaltamos dessa teorização um marcador que nos parece indispensável para nossos futuros desdobramentos: a manifestação sintomática corresponde à realização disfarçada de um potente fantasma como solução narcísica à ausência

de um objeto último de satisfação.

Na sequência de sua obra, Freud (1919/1996) apresentou uma elaboração mais minuciosa sobre o tema do fantasma. Para além da exuberância novelesca das histórias e dos devaneios individuais – que encontram no termo *phantasie* maior abrangência –, o fantasma fundamental é compactado na redução a uma fórmula impessoal: *Bate-se em uma criança*⁹. A partir da escuta clínica de alguns pacientes, Freud (1919/1996) decompôs um desdobramento de três tempos. Redesenharemos essa teorização com o apoio da contribuição de Lacan. A revisão lacaniana, como sabemos, passa do mito freudiano à estrutura, articulando a barra do significante ao objeto causa do desejo (BROUSSE, 1989). Consagrando *Bate-se em uma criança* como o paradigma psicanalítico do fantasma, Lacan (1957-1958/1999) decantou, nos três tempos enumerados por Freud, um modo de organização da incidência do significante sobre o corpo. Funda-se, de tal maneira, um enquadramento da realidade balizado pela metáfora paterna e pela função fálica.

A primeira versão do fantasma fundamental costuma ser rememorada através da frase *Meu pai está batendo na criança que eu odeio* (FREUD, 1919/1996). O pai surge, neste nível, como uma figura imaginária que castiga um rival hostilizado pela criança, geralmente um irmão ou uma irmã. A intervenção paterna provoca a destituição narcísica de um lugar privilegiado para o Outro. A presença do semelhante acarreta uma ameaça de desprestígio na disputa amorosa. O sujeito em vias de advir ressentido e tenta resgatar a onipotência em uma nova parceria com o Outro, identificado à posição de objeto complementar.

A segunda versão se sobrepõe à anterior, trazendo uma reversão decisiva para a constituição do sujeito: *Sou batido por meu pai*. Freud (1919/1996) denomina esse tempo do fantasma como “necessário” e específico. Ele não emerge como uma recordação até então recalçada, nem como um enigma decifrável pela interpretação, mas como uma construção que implica o trabalho do analista. Longe de ser uma formação exclusivamente simbólica, análoga à infinitude criativa das produções do inconsciente recalçado, a gramática fantasmática circunscreve o real. Irrompe na experiência como algo não tocado, não atingido, nem atingível diretamente pelo significante (MILLER, 2002, p. 111). Lacan (1957-1958/1999) acrescenta a essa cena a presença de um chicote que dá forma imaginária ao pai como agente da castração. O sujeito é “abatido” pelo seu interdito. O pai aparece como possuidor de força e autoridade. A incidência do sentimento inconsciente de culpa e da necessidade de punição como norteadores da regulação pulsional resultam desse tempo. O supereu se anuncia como um recurso

⁹ Na tradução deste texto para o português: *Uma criança é espancada*.

civilizatório capaz de aparelhar o eu para frear as tendências pulsionais do isso. No enredo do segundo tempo fantasmático, seria algo próximo a: *Se eu desejei que o outro fosse espancado, é justo que eu o seja* (CHEMANA, 2013a). O fantasma ganha sustentação na posição masoquista. Sinaliza um mal-estar do eu diante do supereu. O sacrifício e a renúncia pulsional são o preço para entrar no regime paterno, onde “ser batido” é “ser sexuado”.

Todo fantasma abriga um componente perverso, pois petrifica o gozo em um cenário fixo que, embora sexual, se destaca do desejo genital (CHEMANA, 2013a). A perversão em ato é negativizada nas neuroses por intermédio da satisfação fantasmática. Isso não é o mesmo que dizer que o neurótico esconde uma face perversa. Ponderemos um pouco mais essa questão. Em *Problema econômico do masoquismo*, Freud afirma que:

[...] o masoquista deseja como uma criança pequena e desamparada, mas, particularmente, como uma criança travessa. [...] Havendo, porém, uma oportunidade de estudar casos em que as fantasias foram, de modo especial, ricamente elaboradas, de imediato se descobre que elas colocam o indivíduo numa situação caracteristicamente feminina (1924b/1996, p. 180).

Em linhas gerais, o masoquismo no fantasma invoca a delicada e paradoxal regulação exercida pela instância do supereu à posição de objeto, a qual se encontra envelopada pela reivindicação tipicamente feminina ao que é faltoso. Os “desejos” de ser devorado, espancado, castrado e copulado são nuances da erotização instaurada pelo complexo de castração. Nesse tempo da constituição psíquica, a diferença sexual é elaborada psiquicamente como existência de um único sexo, em termos da oposição fálico-castrado. A marca da castração deixa um traço negativo no fantasma, na condição de que nenhum dano ocorra para o sujeito em seu corpo (FREUD, 1924b/1996). É preciso que o complexo de Édipo seja dissolvido para que essa subjetivação logre êxito.

Retomemos os três reviramentos do fantasma desenvolvidos por Freud. Em sua versão final, acontece o ressecamento do enredo edipiano em um enunciado mais abstrato e impessoal: *Bate-se em uma criança*. Aqui, Freud (1919/1996) apreende uma guinada pulsional, cujo coração é uma posição subjetiva mais ativa no ato de assumir o lugar de quem olha. Isso posto, há uma dialetização da objetualização inerente à submissão ao desejo do Outro. Mais do que personagens imaginarizados, preponderam as funções simbólicas nas quais suas construções estão enraizadas. “Quem bate” é o significante do Nome-do-Pai (CHEMANA, 2013a). Todos, sem exceção, recebem a marca da barra que faz barreira à satisfação desmedida. O núcleo desse mecanismo é a inscrição da castração e da mortificação do gozo pela referência ao Ideal transmitido pela Lei paterna. Esse é o disparador estrutural de uma eficaz diferenciação entre

sujeito e Outro a ponto de propiciar a responsabilização pelos direitos e pelos deveres no pacto civilizatório.

A abordagem freudiana da construção fantasmática denota a escritura de um percurso subjetivo pelo qual a castração operou para o sujeito. Edifica-se como uma saída bem servida de representações frente à impossibilidade de tudo satisfazer, ou à impossibilidade de tudo significar. A dimensão fantasmática constitui a principal resposta do sujeito ao desejo do Outro, na medida em que a falta de objeto no campo do Outro lhe é vertiginosa. Sua lógica é a lógica da inserção do sujeito em um discurso, de uma modalidade de laço com o Outro simbólico que retira o sujeito da dimensão puramente objetual. A robustez desse laço depende de uma transmissão competente em articular a pulsão ao inconsciente, por intermédio do tratamento sexual da falta.

Via de regra, a existência da criança é engendrada pela aposta de suplência a não relação sexual dos pais. Em *La logique du fantasme*, Lacan (1966-1967/2004, p. 16, tradução nossa) sublinha que “é do imaginário da mãe que vai depender a estrutura subjetiva da criança”. No imaginário materno, a criança é candidata a objeto preenchedor de sua incompletude. É com seu fantasma que a figura materna acolherá e subjetivará a criança real. A magnitude do desejo da mãe é, portanto, a fonte da força fálica com a qual o filho será revestido. Quando a inviabilidade do encaixe se coloca, é preciso dar um destino a essa lacuna. Uma convocação é feita: a criança passa pela experiência de precisar se situar em relação à falta do Outro materno. Como afirma Lacan (1966-1967/2004), trata-se de uma falta à qual é necessário dar uma função lógica. Há uma lacuna inexorável que envia o sujeito para o real do desamparo. Esse é um momento nodal na constituição subjetiva de elaboração de uma parte de si mesmo perdida, já que não se pode ser tudo para o Outro. A condição para a instauração desse tempo é que o objeto do desejo seja separável do Outro: o Outro não sabe e não pode tudo.

O matema lacaniano do fantasma ($\$ \diamond a$) designa um ponto privilegiado de articulação entre o sujeito barrado – efeito da inconsistência do Outro, onde um significante (S_1) assume o valor de representante do sujeito para outro significante (S_2) – e o objeto a , peça destacável do corpo convidada a suprir os vazios do sujeito e do Outro. O sujeito não se apresenta apenas como significação fálica, nem como gozo perdido ou mortificado, mas também como objeto do gozo do Outro recuperado sob a forma de mais-de-gozar (a) (COELHO DOS SANTOS; LOPES, 2013). Logo, o fantasma pauta-se no valor erótico da perda quando ligada à ausência do falo. É um tempo de anuência, ou não, à entrada do Outro paterno como metabolização do gozo pela via do sexual. Se o sujeito assim consente, ante a presença do desejo do Outro, se separa e coloca em jogo um objeto, construindo sua própria resposta ao enigma que ele suscita

(BRODSKY, 2014). Por arquitetar um tipo de resposta ao desejo do Outro, o fantasma regula a posição subjetiva em que o real do gozo é limitado por uma colaboração entre simbólico e imaginário que o lapida como gozo fálico. Essa eleição dirige o leme de uma interpretação do vazio pelo recurso do amor ao Outro simbólico representado pelo Pai como detentor da potência fálica. “Ser batido” é se servir das metaforizações da relação de objeto e dos destinos ao narcisismo veiculados pelo Outro simbólico.

3.2. Alienação e separação: processos de construção do fantasma

Redizendo o que viemos balizando, o conceito de fantasma em Lacan se define como uma lógica organizadora da constituição subjetiva implantada através do laço com o Outro, este sendo a via régia de abertura à ordem simbólica. O fantasma se torna o trampolim da dinâmica psíquica, mediante uma trajetória de captura do corpo pulsional pelo significante. Engloba os efeitos na relação entre o sujeito e o objeto, após a inscrição de um vazio fundamental, o que marca como inapreensível um objeto último que arremate a satisfação. Lacan assinala que é “em relação ao real que funciona o plano da fantasia” (1964b/1998, p. 43). O real é cúmplice da pulsão, estremece o psiquismo e desarranja o princípio do prazer (LACAN, 1964b/1998). O objeto *a* é o resíduo de real não metaforizável pela linguagem. Desponta como a matriz do circuito pulsional, como resto pré-subjetivo do gozo (LACAN, 1962-1963b/2005). Isso porque o real fratura o regime pulsional do autoerotismo. Essa peculiaridade comporta um lembrete. Lacan sublinhou que o regime autoerótico não coteja a inexistência dos objetos, mas sim um funcionamento objetual voltado unicamente para a obtenção do prazer. Traduzindo em outras palavras: o autoerotismo não é sem Outro. Diferentemente disso, ele é indicativo de seu comparecimento inicial pelo ciframento simbólico das necessidades em demanda. É o estágio primário da inserção do significante no corpo. A pulsão começa, neste bojo, a ser capturada pelos significantes-mestres dos modos de gozo do Outro parental (MILLER et al., 2000). A insistência do real impede que esse processo esteja a contento, levando à sofisticação do aparelho psíquico e seu enlace ao pacto social.

Em seu segundo ensino, Lacan (1964b/1998) formalizou de maneira renovada o papel fundante do Outro na constituição subjetiva com a sistematização das operações de *alienação* e de *separação*. O processo de alienação descreve o momento em que o futuro sujeito, até então inexistente e mergulhado na indiferenciação no real, se aliena aos significantes do Outro. Alienar-se presume um movimento de abertura e direcionamento ao Outro, graças ao que se ingressa na cadeia significante da rede da linguagem moduladora das relações humanas. São

palavras, regras, ordens e textos de grande amplitude que funcionam sozinhos, de maneira pré-subjetiva, fundamentalmente exteriores ao sujeito, pré-determinando ligações de parentesco, permissões e proibições (BRODSKY, 2014). O sujeito não possui ingerência sobre essa ordem simbólica. A alienação é o primeiro passo por meio do qual se exerce a transmissão do Outro sobre como usufruir desse repertório simbólico (NASCIMENTO, 2010). Isso se dá pela veiculação dos seus ditos e, por conseguinte, da discursividade que orienta um modo de estar no mundo.

Do ponto de vista mais específico da articulação significante, Lacan (1964b/1998; 1964c/1998) esquematiza tal mecanismo alicerçado na teoria dos conjuntos. Ele distingue sujeito e Outro como dois conjuntos estanques que, a princípio, se estabelecem isoladamente. O conjunto do sujeito é o vazio, ao passo que o conjunto do Outro aloja o conjunto dos significantes da linguagem, cuja cadeia mínima é sintetizada por S_1 - S_2 (Figura 4).

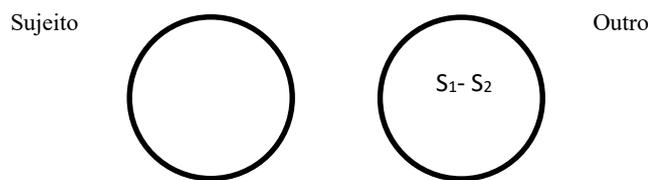


Figura 4. O sujeito e o Outro

A alienação integra os dois conjuntos por meio da *união*. Neste registro, o S_1 torna-se o elemento comum aos conjuntos do sujeito e do Outro, delimitando o ponto potencial de mediação entre os dois no universo da linguagem. A função de S_1 foi qualificada por Lacan (1969-1970/1992) como a do significante-mestre. O sujeito toma para si um significante do campo do Outro que nomeia e contorna o que antes era puro vazio. Estando o sujeito a ele identificado, o S_1 passa a ocupar o posto de comando (Figura 5).

Desconectado da cadeia significante, o S_1 perde seu poder articulador entre o sujeito e o Outro, pois incide como significação absoluta, sem o aparato decifratório no saber do Outro. Fora do sistema significante, produz o efeito inverso de atrofiar a importância do lugar da alteridade (NASCIMENTO, 2010). Por esta razão, para que o processo de alienação tenha êxito e celebre o respeito à Lei do Outro simbólico em um laço que envolva o desejo de reconhecimento, não basta que o S_1 venha do Outro. É imprescindível que se adquira a concatenação produtora de sentido no plano de S_1 - S_2 . Aí sim o futuro sujeito adentra no

domínio das representações e pode se fazer representar de um significante (S_1) para outros significantes (S_2), alcançando um lugar no campo do Outro em um plano genuinamente subjetivo. Retroativamente, S_2 atribui sentido a S_1 , alienando-o a uma vertente discursiva. O protótipo desse marco seria o tempo mítico da experiência de satisfação, anunciador da participação da criança nas trocas simbólicas, o que ocorre necessariamente pela intervenção do Outro. O grito emitido pela criança é convertido em significante com função de apelo à mediação do Outro, no que este o acolhe como mensagem. Para que esse endereçamento se dê, a satisfação fundamental com o objeto precisa ter sido perdida e relançada para seus traços mnêmicos (FREUD, 1950[1895]/1996). A experiência da falta catalisa a busca decidida pela significação no campo do Outro.

A anuência em se deixar representar pelo significante envolve renunciar ao gozo absoluto na captura pela identificação. Para emergir no campo do Outro, o ser é eclipsado no significante. A alienação condena o sujeito a aparecer exclusivamente nesta divisão: de um lado, como sentido produzido pelo significante, de outro, como afânise (LACAN, 1964c/1998). O sujeito barrado (\$) é fundado com o apagamento do ser neste processo de representação *no e pelo* discurso do Outro. Sua emergência na ordem simbólica é acompanhada pela elisão do ser como substância gozante. Lacan evoca o termo *afânise* – originalmente forjado por Ernest Jones para assinalar o desaparecimento do desejo no registro da castração – exprimindo, de maneira diferente, o desvanecimento do sujeito em sua própria divisão desejante.

O significante produzindo-se no lugar do Outro não ainda demarcado faz aí surgir o sujeito do ser que ainda não dispõe da palavra, mas ao preço de deixá-lo estacado, imobilizado. O que ali havia de prestes a falar [...] o que *ali havia* desaparece por não ser mais que um significante (LACAN, 1964c/1998, p. 854).

A alienação preside a divisão do sujeito. Ela implica a escolha forçada do significante, em detrimento ao ser: “ou a bolsa, ou a vida”, “ou a liberdade, ou a morte” (LACAN, 1964b/1998). Ou seja, conservar o gozo do ser ou entregar-se à mortificação do significante em nome de uma vida que carregue o lastro da falta. Não importa qual seja a escolha, ela comportará alguma decepção. O que resta, de qualquer modo, fica desfalcado. Escolher a bolsa é perder a vida, escolher a vida é perder o gozo absoluto. Enquanto ser de linguagem, é inevitável que o sujeito abdique de seu corpo e se afaste da natureza. Está fadado a repetir a única coisa que possui como registro da satisfação, isto é, a incidência significativa do gozo do Outro (ALFARO, 2011).

A *separação* define a segunda operação, graças à qual se constitui o sujeito do inconsciente (LACAN, 1964c/1998). Para tal, é preciso que o real do gozo irredutível à

simbolização via discurso do Outro se condense como objeto *a*. Ao mesmo tempo, a extração desse objeto como perda de gozo e causa do desejo promulga a estrutura da borda em sua função de limite. Conforme salienta Brodsky, “a separação se produz quando por meio do trajeto pulsional se logra localizar um ponto de satisfação e captá-lo sob a forma de elaboração de gozo que é o objeto *a*” (2014, p. 147). Lacan (1964b/1998) esquematiza esse processo pela *interseção* entre os conjuntos do sujeito e do Outro (Figura 5).

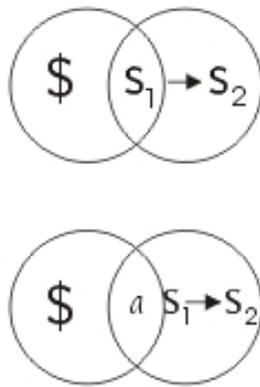


Figura. 5. Esquemas da alienação e da separação, respectivamente.

Se a união agrega, situando o sujeito em vias de advir enquanto objeto do desejo do Outro, a interseção, por sua vez, acarreta uma subtração que aponta para a impossibilidade de completude desse laço. Na alienação, resplandece a figura do Outro como tesouro dos significantes. Já, na separação, sobressai sua posição desejante e sua falta de significante – $S(\bar{A})$. Um dado merece ser frisado: é o Outro quem sofre fundamentalmente o efeito da barra, sendo dirimido de sua apresentação hiperconsistente. Quanto a este aspecto, cabe advertir, tal como assinala Brodsky (2014), que esta operação não se trata exatamente da separação do sujeito da instância do Outro, mas sim, de um corte com a alienação ao seu discurso em seu poder afanisiaco. Lacan observa que “o sujeito reencontra no desejo do Outro sua equivalência ao que ele é como sujeito do inconsciente” (1964c/1998, p. 857). A etimologia latina focaliza a lógica inerente a esse tempo da subjetivação do desejo: separar, *separare*, *se parere* – se parir, gerar a si mesmo. Ao se deparar com o desejo do Outro, o sujeito experimenta o intervalo entre os significantes. É a sua própria falta que se coloca como central. Segundo Lacan:

[...] o que ele coloca aí é sua própria falta, sob a forma da falta que produziria no Outro por seu próprio desaparecimento. Desaparecimento que, se assim podemos dizer, ele tem nas mãos, da parte de si mesmo que lhe cabe por sua alienação primária [...] Nisso reside a torção

através da qual a separação representa o retorno da alienação. E por ele operar com sua própria perda, a qual o reconduz a seu começo (LACAN, 1964c/1998, p. 858).

Desse modo, o sujeito é retirado da indeterminação pela falta-a-ser correlata à barra do significante. Na efetivação da separação, ele é destituído de um lugar tão consistente para o Outro. Decerto, esses mecanismos, em Lacan, inferem a estruturação do sujeito perante o Outro transmissor das coordenadas simbólicas. Apoiam-se, portanto, na potência do significante falado como símbolo da falta, no que esta modalidade discursiva difunde a manifestação do símbolo em sua ação de metaforização e fragmentação da Coisa. Subsistem no psiquismo ordenados pelo consentimento à negativização do gozo absoluto, o que ganha montagem simbólico-imaginária através da ficção edipiana (MILLER, 2011a).

A constituição do fantasma se alicerça nessa trajetória que vai da abertura à alienação até a separação do discurso do Outro. Como já frisamos, a operação de separação não culmina em um afastamento do Outro. Trata-se, sobretudo, do distanciamento do objeto de gozo ao qual o sujeito corre o risco de se siderar caso se mantenha identificado. A separação provoca a ejeção dessa posição de objeto maciço do Outro. O objeto não mostra mais seu verdadeiro rosto. Monta-se um circuito em que a pulsão se organiza nesse contorno do vazio de objeto para alcançar o Outro (LACAN, 1964b/1998). Eis então que o Outro não desaparece, mas comparece em uma nova versão, cuja propriedade é estar atravessada pela marca real de sua falta desejante. A referência à busca por um complemento de gozo no Outro é redimensionada com nova roupagem. A falta-a-ser é obturada pela positivação fantasmática do ser com o anteparo de uma construção do sujeito a respeito de seu lugar para o desejo do Outro. Mediante a interposição desta leitura, ele pode permanecer a nível inconsciente como objeto *a* do Outro. O sujeito inscrito no fantasma é o corpo que cada um pode dar ao desejo que aparece no Outro (CHEMANA, 2013b).

O Estádio do Espelho prefigura o fantasma em um intercâmbio homogêneo (*a-a'*). Frente ao caos pulsional e ao encontro com o real da prematuridade orgânica, a solução defensiva emergente é a atração libidinal para um objeto imaginário na alienação à imagem especular. A representação do outro imaginário vem em lugar da falha do Outro, exercendo alguma regulação (CHEMANA, 2013a). Essa engrenagem só se estabelece se remetida ao laço com o Outro simbólico. Esse nascedouro embrionário do eu (*moi*) se impõe como uma primeira defesa que consegue realizar a contenção pulsional a serviço da realidade. O Estádio do Espelho é o modelo lógico através do qual Lacan apreende a teoria freudiana do narcisismo. O eu narcísico primário é resultante da nova ação psíquica fruto do autoendereço do investimento libidinal que originalmente emanou dos pais sobre a criança. Lacan valorizou que

o ponto de partida da constituição do sujeito na divisão entre eu e isso está longe de se forjar como uma simples sideração pela imagem. Supõe o encontro com a falta-a-ser, situando retrospectivamente o falo como significante privilegiado do Outro que organiza o corpo. O mínimo eu daí decorrente confunde-se com a imagem fornecida pelo Outro: é o eu ideal do Outro. Eis o primeiro indício da crença na potência do Outro por intermédio da imagem que ele aponta. Como assinala Lacan (1960a/1998), ao se refletir no espelho, há um consentimento da criança que institui o campo da alteridade na função de expositor do desejo. Está em jogo o lugar em que o futuro sujeito se percebe enquanto objeto *a* do desejo do Outro.

A escritura lacaniana do fantasma ($\$ \diamond a$) corresponde à ligação entre dois elementos heterogêneos: o sujeito barrado, situado na ordem simbólica, no polo da linguagem, e o objeto *a*, polo pulsional, relativo ao gozo do Outro (BROUSSE, 1989; SAFOUAN, 1981). Põe em relevo o objeto como impossível e primordialmente perdido. Em suma, supõe a interrogação do sujeito sobre o desejo do Outro com o arrimo da metáfora paterna. O gozo é assim ordenado pela estrutura da linguagem. Entre sujeito e objeto perfila uma descontinuidade. Por esta razão, o fantasma, nestas condições, evoca o imaginário de maneira distinta à da lógica do imaginário especular. Neste último, o objeto como imagem embarga a assunção subjetiva, pois o que escapa ao simbólico é atrelado ao registro do imaginário (COELHO DOS SANTOS; LOPES, 2013). O fantasma compreende o estatuto do objeto ligado ao vazio que causa o desejo. Seus elementos imaginários só ganham função com a negativização operada pela castração: tenta-se agregar consistência onde a inconsistência se instaurou na estrutura. O *a* é composto pelo resto das demandas que representam a falta para o sujeito, recobrando a hiância aflitiva deixada pelo Outro. Partindo desse resíduo da relação primordial com o Outro materno, o sujeito toma-se fantasmaticamente como *a*, ou seja, como falo imaginário (LACAN, 1958-1959/2016). Em suma, o fantasma neurótico é uma formação que sutura a falta: “todo fantasma é uma aspiração à completude imaginária e à saciedade pulsional” (COELHO DOS SANTOS, 2016b, p. 5). Ele se refere a uma interpretação inconsciente para o enigma que compõe a relação do sujeito ao Outro, caracterizando-se por um mais-de-gozar que tenta fabricar a completude amorosa.

O fantasma torna o real suportável para o sujeito. Lacan (1957-1958/1999) o examina como uma defesa, como um artifício que tampa a perturbadora falta do Outro. O termo defesa parece ter nesse contexto o matiz de resguardo ou mascaramento, mais do que de fuga ou evasão. É o que permite ao sujeito se posicionar frente ao que extrapola a supremacia do significante (BROUSSE, 1989). O fantasma dá suporte ao desejo ao fixar um objeto em uma determinada posição do sujeito em relação ao Outro. Desempenha a função simbólica de enquadrar, emoldurar a realidade. Nesses moldes, as exigências pulsionais incidem como um

enredo organizado no psiquismo. Ao mesmo tempo em que se finca como uma espécie de guia face aos eventos que exigem resposta do aparelho psíquico, é um instrumento de acesso ao gozo (NASCIMENTO, 2010).

3.3. A problemática do fantasma na contemporaneidade: entre debilidade, psicotização e alterações no caráter

Qual o impacto do enfraquecimento sistemático da primazia paterna e do tratamento do falo nos arranjos fantasmáticos? Acreditamos que esta seja uma questão basilar para aperfeiçoar nossas ferramentas teórico-clínicas. A montagem sujeito-objeto que aparelha o fantasma é sintônica à discursividade predominante. O nascimento do fantasma como eixo da subjetividade moderna se assenta na antinomia entre significante e Coisa. Está sob a égide do sacrifício da hegemonia do gozo autoerótico, em nome de uma atitude responsável no pacto civilizatório de permissões e proibições. Possui referência à autoridade paterna como suporte transmissor que localiza o Outro, ou seja, a uma disjunção essencial entre sujeito e objeto. O objeto *a* foi suficientemente extraído de modo a comparecer esvaziado de substancialidade, marcado pela subtração de gozo e por sua positivação como uma fixação libidinal. O sujeito encontra-se identificado com o falo imaginário. Sobrevive como não absoluto, capengante, ou, conforme afirma Lacan (1962-1963b/2005), como posição. Por isso, a identificação não é completa, não absorve o eu, nem dilacera de uma vez por todas a relação com a realidade.

Não se fez em psicanálise um estudo diacrônico do fantasma (CHEMANA, 2013a). Nem em Freud, nem em Lacan há pegadas norteadoras do mote das transformações de seu estatuto no decorrer das mutações no laço social. Ainda assim, esse exercício nos parece bastante central. A vacilação da autoridade paterna e de sua eficácia simbólica na distribuição dos gozos pela Lei do Pai; o hedonismo contemporâneo, com a incitação ao gozo e a reprovação à renúncia (*é proibido proibir*); a nova política da relação de objeto, com a transmissão de uma lógica de satisfação, na qual todo objeto deve estar disponível para usufruto; assim como o avanço desgovernado do egoísmo pulsional e da reivindicação do direito ao gozo – são alguns dos orientadores cardeais que delimitam a torção ocorrida na transição da modernidade à contemporaneidade. Diante deste panorama, qual seria o estatuto do fantasma hoje?

A clínica com casos envolvendo transtornos alimentares nos confronta com a positivação do objeto de gozo. As fixações no objeto oral encontram-se escancaradas na literalidade do corpo, desencapsuladas do ocultamento fantasmático. Essa exposição visceral do gozo é alijada do véu do recalque. A satisfação a céu aberto no nível da oralidade também

desnuda a prevalência do laço com Outro de acordo com as características desse circuito. O objeto oral remonta às modalidades mais arcaicas de relação do eu com o objeto e à balança narcísico-objetal. Freud (1905/1996) definiu a fase oral da organização pré-genital da libido como um estágio de caráter canibalesco. A relação ao objeto é moldada pela incorporação, através de sua devoração para assimilá-lo ao eu. Essa é a matriz de uma extrema relação de amor e completude junto ao objeto, passível de se reverter ao seu oposto – o ódio –, e de uma voraz dependência. O laço oral com o Outro é selado pelo não reconhecimento do objeto como não pertencente ao eu. Os distúrbios alimentares revelam as distorções na imagem corporal provenientes da angústia que inunda o eu, face à experiência da dissolução da ilusão de completude com o objeto. A perda de objeto se expressa como um vazio insuportável que arrasta para a busca por compensações narcísicas, ora na falta, ora no excesso de alimento. Nesse regime da economia pulsional, o fantasma não retrata a ação do supereu sobre o eu como marcador da dívida simbólica com o Outro. Na discursividade contemporânea, ele se alia à reclamação patológica de ser tratado como exceção à castração e à rebeldia diante das restrições da realidade. Nessa direção, pinçaremos três linhas de abordagem, interconectadas entre si, para lançar luz sobre a apresentação do fantasma nas neuroses contemporâneas: a aparente psicotização do laço com a realidade, a debilidade do eu e as alterações no caráter.

3.3.1. *Psicotização do laço com a realidade*

A discussão em torno do estatuto do fantasma na psicose pode ser esclarecedora para pensar nos impactos do avanço da recusa da castração na sociedade contemporânea. Lacan (1958b/1998) aludiu à dimensão fantasmática nessa estrutura clínica ao manter a utilização desta terminologia para caracterizar o pensamento que domina Schreber: *como seria belo ser uma mulher na hora da copulação*. Seu viés psicótico se pronunciou quando tal ideia se converteu na certeza de que era a mulher de Deus. Para Schreber, o fantasma de feminização seguramente proporcionou alguma consistência ao seu eu, mas camufla muito pouco a malignidade do Outro gozador. Não à toa, ele se revolta contra a ideia de ser uma mulher sofrendo a cópula (MALEVAL et al., 2009).

A falha da construção fantasmática no psicótico vem à baila na miscelânea de cenários imaginários desprovidos da dupla propriedade do enquadramento da realidade e da manutenção do gozo à distância (MALEVAL et al., 2009). A não extração do objeto *a* abole a simbolização da falta operada pela mediação do significante fálico. Essa ausência do falo como mediador na inscrição sexuada da falta é preenchida pela certeza inabalável e pela presença de um Outro

hiperconsistente. O Outro não é tesouro do significante, mas sim, sede de uma significação ilimitada, não barrada. O sintoma psicótico é o fantasma do Outro (MILLER, 2006). Sem a divisão subjetiva, o registro imaginário “coloniza” todo o terreno da significação, não dispondo ao sujeito um modo de gozo imutável. Sem esse anteparo, o eu se torna inconsistente, simulado, muito frágil na cobertura do vazio do sujeito (MALEVAL et al., 2009).

Discriminemos resumidamente alguns componentes psicóticos que transitam nas estruturas neuróticas na contemporaneidade: a falência da função fálica na apreensão do desejo do Outro e na negativização do gozo; a hiperconsistência do Outro; as satisfações pulsionais a céu aberto; falhas importantes no enquadramento da realidade que repercutem na relação do sujeito ao seu corpo. O fantasma na psicose não aplaca o gozo. Pelo contrário, ele aprisiona o sujeito na posição de objeto submetido a um Outro gozador. Nas neuroses contemporâneas, devido à remediação fálica frágil, também localizamos essa densa posição de objeto vinculada a um Outro gozador, de modo cada vez mais descortinado.

3.3.2. A debilidade do eu

Segundo Freud (1926b/1996; 1940a/1996), a debilidade do eu é própria aos primórdios da constituição do psiquismo por conta de sua imersão inicial no caos pulsional do isso. Nesse estado, ainda muito incipiente, de diferenciação entre as duas instâncias, o eu não consegue fazer barreira às exigências pulsionais. Seu aparelhamento como uma organização eficiente requer a identificação secundária ao ideal do eu e sua ligação ao supereu paterno pós-edipiano. Munido dessas fontes de regulação, o eu institui o recalque de certas tendências libidinais. Através da emissão da angústia como um sinal de perigo, ele também se torna hábil para antecipar uma satisfação pulsional questionável e disparadora de desprazer, caso seja realizada. Diante da divergência entre a realidade e a pulsão, o eu toma partido do mundo externo e se envolve em um conflito psíquico contra o excesso pulsional (FREUD, 1926b/1996). As neuroses derivam da inibição da síntese do eu frente à insistência das pulsões recalçadas. Freud especifica que o elemento patogênico não são as discordâncias inevitáveis entre a realidade e o isso, mas, acima de tudo, a mediação inapropriada desse embate pelo eu. O eu é modulado pela realidade e se opõe ao isso, porém, fracassa no exercício de sua influência. Acaba por renunciar a algumas de suas atividades para evitar um novo choque. Por um lado, o eu se abate em atos vãos na defesa contra os sintomas, mantendo-se débil em suas atividades; por outro lado, as pulsões perseguem obstinadamente seus objetivos, a despeito dos interesses daquele. Conforme afirma Freud:

Se observarmos toda a situação chegaremos a uma fórmula simples quanto à origem de uma neurose: o ego faz uma tentativa de suprimir certas partes do id de maneira inapropriada; essa tentativa falhou e o id tirou sua vingança (FREUD, 1926b/1996, p. 198).

A sofisticação do aparelho psíquico – com o estabelecimento de um eu suficientemente instrumentalizado para se coordenar às restrições da realidade e responder com êxito aos impulsos do isso – depende de sua aliança com o supereu paterno pós-edipiano. A formação dessa versão do supereu deriva de uma transformação pulsional (FREUD, 1933a/2010). Freud definiu o supereu como o representante de todo limite moral. Ele salienta que o supereu não é construído segundo *o modelo* dos pais, mas *do supereu* dos pais. Preenche-se com o mesmo conteúdo, torna-se “veículo da tradição, de todos os constantes valores que assim se propagaram de geração a geração” (FREUD, 1933a/2010, p. 205). Assim, a estruturação do eu é oriunda da transmissão geracional da Lei simbólica encarnada em cada figura do Outro parental. Na contemporaneidade, com o empobrecimento de suas funções discursivas pautadas na renúncia pulsional e na localização fálica do gozo, as neuroses comparecem com o agravamento da debilidade do eu no manejo do excesso pulsional e na insubmissão relativa à ferocidade das exigências pulsionais, notoriamente excitadas pelo próprio laço social. A realidade que inclui o real da castração é experimentada como insuportável. O eu responde debilmente, diluindo-se na indiferenciação com o isso e retraindo-se nas gratificações pulsionais. Prevalece a claudicância radical da parceria com o supereu paterno, suporte psíquico do laço com o Outro simbólico.

Lacan (1964b/1998) abordou tanto o sujeito débil, quanto o psicótico a partir da holófrase do par primordial de significantes. A holófrase é uma figura gramatical caracterizada pela aglutinação de uma frase em uma única locução. Sob a ótica da estrutura da linguagem, diz respeito ao acoplamento de S_1 e de S_2 , sem espaço intervalar. Essa solidificação gera o engessamento dos efeitos da cadeia significante, emperrando a possibilidade do sujeito entrar no jogo das representações que lhe permitiria questionar e interpretar a significação do que ele representa para o desejo o Outro (SANTIAGO, 2005). Com esse entrave da remissão significante, o sujeito fica em suspenso e retido como objeto.

Lacan (1964b/1998) descreve primeiramente um tipo holofrásico próprio às psicoses, concernente à forclusão da metáfora paterna. Neste caso, a organização do Outro na ordem simbólica fica totalmente comprometida, dada a impossibilidade da substituição de S_1 por S_2 . Não há advento do sujeito, nem causalidade sexual no sentido atribuído a S_2 . Fica-se à mercê

da imposição de S_1 's isolados que retornam dessubjetivados e petrificados do real nos fenômenos alucinatórios e na certeza delirante (SANTIAGO, 2005). Em seguida, Lacan distingue outro tipo de holófrase que define a debilidade. Esta não produz o desaparecimento absoluto do sujeito, mas uma submissão exacerbada ao Outro que pode se assemelhar, em parte, à posição psicotizada. Para Lacan, o mecanismo psíquico explicativo da debilidade não reside na forclusão do Nome-do-Pai. Prepondera uma inibição radical associada à intensa denegação da castração. Despontam, assim, sujeitos massivamente aderidos a identificações imaginárias, subsumidos na debilidade quanto ao saber relativo à Lei simbólica. Em lugar de um sujeito que interroga sobre a causa do desejo a partir da falha entre os significantes, marcado pela interpretação da falta do Outro pela via do desejo, observa-se uma posição débil, fraquejada frente à castração, próxima a do desmentido.

3.3.3. Alterações no caráter

Verifica-se a proeminência de um modo de alienação mais acachapante ao Outro, não na vertente da ordenação simbólica da realidade, mas na vertente de gozo. Os trilhamentos subjetivos parecem se enlaçar muito mais com um “parceiro-aditivo”, incentivador das satisfações imediatas e desmedidas, do que com um supereu humanizador. Podemos considerar o Outro materno do sujeito anoréxico como seu paradigma, ao confundir amor e necessidade. Esse descompasso no laço ao Outro simbólico, estruturado edipianamente, afeta o arranjo formador do caráter baseado na aliança ao pacto civilizatório. Este possui como pedágio a renúncia das satisfações parciais fruídas nas zonas erógenas do corpo. O supereu redimensionado pelo complexo de Édipo é um eminente vetor das sublimações necessárias à edificação de um caráter potente em fazer frente a uma realidade limitada. O eu é parasitado por fortes percalços e pode ser corrompido na relação com a realidade se não conta devidamente com esse aparato.

Freud (1916/1996) se debruçou sobre os tipos de caráter encontrados no trabalho analítico, concebendo-os como atitudes diante da falta de satisfação. Ele assinala a presença de indivíduos que reivindicam serem tratados como “exceção”. Tais indivíduos possuem a crença implacável de que já renunciaram e sofreram bastante e, portanto, têm o direito de serem poupados de novas exigências e das limitações impostas pela vida, recusando-se à submissão a

qualquer necessidade desagradável. Os desdobramentos de Fenichel¹⁰ associam o agravamento das psicopatologias do caráter à frouxidão das intervenções educadoras na atualidade. O interesse veemente da psicanálise por esse assunto se coaduna a uma nova configuração das neuroses, na qual prevalecem, como vimos, modos de defesa caracterizados pela limitação crônica da plasticidade do eu e seu endurecimento identificatório à posição de objeto. O problema do caráter toca nos recursos adquiridos pelo eu para se organizar frente às exigências pulsionais, do mundo externo e as do supereu. A psicanálise partiu da investigação dos sintomas neuróticos enquanto fenômenos estranhos ao eu e que não condiziam devidamente no “caráter”, isto é, no modo habitual de conduta que delimita a personalidade. No entanto, com as transformações nas balizas da constituição do eu, a fronteira entre sintoma e caráter fica menos nítida. Em muitas neuroses dos dias de hoje, já não se trata de uma personalidade uniforme que, em certo momento, é perturbada pela aparição de atos e impulsos inadequados, mas sim, de uma personalidade visivelmente devastada ou disforme. Ou, em todo caso, comprometida de tal modo pela enfermidade, que esvanece toda linha de demarcação entre “personalidade” e “sintoma” (FENICHEL, 1957/1973).

O esfacelamento da elaboração inconsciente ecoa na rigidez do eu contra a angústia. O fracasso sintomático da defesa é menos manifesto do que sua elaboração. A austeridade da conduta tolhe massivamente a vivacidade e a elasticidade do eu. Ao invés de um potente conflito entre impulso e defesa, encontramos resíduos congelados de conflitos anteriores. Fenichel atenta para o fato de que os casos de neurose claramente delineados cedem lugar a sujeitos afetados por transtornos menos definidos, muitas vezes mais inconvenientes para aqueles que os cercam do que para o próprio eu. As psicopatologias do caráter retratam perturbações narcísicas em que a divisão subjetiva sucumbe face ao enrijecimento da posição de objeto fixado em modos de gozo avassaladores. Estes caracterizam perversamente o próprio eu e não são estranhas a ele.

Na época atual, a reivindicação em ser tratado como exceção, da qual nos falava Freud, vem se expandindo de forma mais débil e psicotizante com a elisão da marca do sexual que delimitaria o não ter pela lógica da diferença entre os sexos. O “não ter” não é localizado pelo significante do desejo, nem pela inscrição da castração como impossibilidade de se ter tudo, mas aderido à certeza revoltosa de que houve a privação de algo que se deveria ter por direito. Nossa hipótese é a de que algumas psicopatologias alimentares “se nutrem” das consequências

¹⁰ Essas formulações compõem um artigo de Tania Coelho dos Santos e Flavia Lana Garcia de Oliveira, intitulado “A atualidade dos termos caráter e personalidade”, atualmente em submissão para publicação em periódico.

nefastas de uma posição fantasmática demasiadamente vitimizada, em referência a um Outro incapaz de atender todas as expectativas.

Em seu seminário sobre a lógica do fantasma, Lacan (1966-1967/2004) recorre ao livro de Edmund Bergler, *A neurose de base (The basic neurosis)*, para aprofundar o tema da oralidade, aproximando-a da resposta masoquista. Lacan segue a ideia de Bergler de que o tempo pré-edipiano teria como corolário a emergência do “desejo masoquista” de ser rejeitado pela mãe. Tal tendência seria sobreposta futuramente por uma posição defensiva escorada na interpretação de ter sofrido uma injustiça. Lacan acentua que “na posição oral o sujeito [...] quer ser rejeitado; porque não é verdade dizer que a pulsão oral consiste em querer obter, nomeadamente, o seio” (1966-1967/2004, p. 356). A agressividade, a necessidade de morder e o temor de ser devorado são reinantes. A posição masoquista possui, neste plano, um valor paradoxalmente separador: “ser rejeitado seria, neste registro, propriamente dizendo, salvar a si próprio do engolimento do parceiro maternal” (LACAN, 1966-1967/2004, p. 358). Sem a crença em um Outro apto a transmitir a operação da castração para, retrospectivamente, negativizar o regime da oralidade e metaforizá-lo pelo sentido sexual, notamos uma posição fantasmática maciçamente masoquista.

Esse comparecimento do masoquismo vincula-se à reivindicação. Lacan o situa como “se defender do Outro”. Ela remete a uma figura do Outro alinhavada ao supereu arcaico materno. Para não ser devorado, perigo sempre à espreita, o sujeito se coloca como consumidor insatisfeito e devorador do Outro. A referência à alteridade é conduzida pela cristalizada e asfixiante “interpretação de uma injustiça”. Lacan (1960b/1998) adverte que o que neurótico mais teme é a castração, pois fica detido em um esforço contra uma castração imaginária. Há uma falha estrutural tipicamente neurótica na apropriação da genuína função do falo, como significante do desejo e relativo à libra de carne a pagar para o alcance das satisfações no laço com o Outro. Em oposição a isso, ele se abriga na crença de que o Outro demanda sua castração. Ao que parece, nas neuroses da contemporaneidade, essa interpretação se exaspera e se petrifica fomentada pela lógica da indenização ao consumidor lesado.

Tangenciando a mesma perspectiva, analistas como Jean (2013) examinam a anorexia e a bulimia como uma espécie de “rebelião” contra a dimensão do falo pelo sujeito a partir de sua identificação ao desconforto materno em aceitar a ordem fálica. Seria essa “rebelião” uma boa definição estrutural do desmentido familiar, que é esquivo à autoridade simbólica e ao tratamento sexual da falta? Essa discussão reitera o que é consensual nesta clínica: a lassidão da potência paterna na transmissão primordial pelo Outro materno. Anotemos que, na orientação lacaniana, “a mãe é o desejo na estrutura subjetiva” (BROUSSE, 1992, p. 25). Para

Brousse “a mãe é um dos nomes da castração” (1992, p. 27). Com essas afirmativas, a autora recupera o aporte freudiano, visto que, para Freud, o primeiro encontro com a castração se funda na descoberta mítica de que a mãe não tem o pênis. Na metáfora paterna, a mãe é cernida como função alçada no interior da lógica paterna como inscrição do desejo, enquanto produtor de enigma do sentido. Este desejo funciona veiculando a significação fálica da ausência e da perda. Nessa interconexão, a ação do Nome-do-Pai possui como quesito a outorga do discurso materno à potência paterna. Expressando de outro modo, à figura materna cabe condescender à castração e alocar o pai como representante da exceção por ser o suposto portador do falo cobiçado. É nesse patamar da dimensão fálica que se opera a passagem da desmedida pulsional à organização fantasmática. Com o precário tratamento fálico do real do desejo do Outro, a figura materna eclode como *das Ding*, como Outro absoluto, agenciador de injunções de gozo. Logo, a questão do furo sem o índice fálico se torna puro motor para o consumo desenfreado. Com a débil captura do gozo pela falicização e o aprisionamento no imaginário daí resultante, averigua-se, em muitas anorexias, uma interpretação ressentida do Outro como narcisista. Já em muitas obesidades, o indivíduo é consumido pelos significantes-mestres do discurso do Outro, dos quais não consegue se destacar.

3.4. A hipótese da psicose ordinária para o sujeito contemporâneo

Embora a psicose ordinária não tenha sido uma hipótese diagnóstica inventada por Lacan, Miller (2010) a sustenta como uma categoria clínica lacaniana tributária do enfraquecimento da primazia do simbólico e da conseqüente autonomia dos registros destacada em seu último ensino. Ela surge de uma extensa discussão clínica iniciada no conciliábulo de Angers, em 1996, retomada em 1997, na conversação de Arcachon, e finalizada no ano de 1998, durante a convenção de Antibes. A proposta original de Miller era a de pôr à prova o paradigma estrutural com a averiguação de efeitos clínicos de surpresa em casos de psicose, os quais indicariam, por sua atipicidade, a insuficiência da teoria psicanalítica. Ulteriormente, na segunda conversação, a ênfase recaiu para os casos inclassificáveis pela abordagem clínica estruturalista. Constatou-se que tais casos eram bem mais frequentes do que se conjecturava inicialmente. Este itinerário culminou, na ocasião da última convenção, na designação da “psicose ordinária”, como uma neopsicose própria às configurações clínicas da contemporaneidade.

Em uma avaliação retroativa deste momento, Miller (2010) atribuiu a urgência de postular este sintagma à necessidade de driblar a rigidez de uma clínica binária pautada na

distinção entre neurose ou psicose. Talvez devido à descuidada generalização provocada por esta proposta nos parâmetros orientadores da psicanálise lacaniana, Miller adotou um discurso mais reticente na década seguinte, sublinhando o caráter mais epistêmico do que objetivo da psicose ordinária: “Vocês devem se perguntar se é uma categoria da coisa-em-si. Podem dizer que a psicose ordinária existe objetivamente na clínica? Não é seguro” (MILLER, 2010, p. 7). Miller também afirma:

Não digam simplesmente que é uma psicose ordinária; devem ir mais longe e reencontrar a clínica psiquiátrica e psicanalítica clássicas. Se não fizerem isso – este é o perigo do conceito de psicose ordinária – é o que se chama um ‘asilo da ignorância’ (2010, p. 15).

Ele parece querer franquear um possível deslocamento do inflexível binarismo neurose-psicose para um novo enrijecimento concentrado na psicose ordinária. Passa a aproximá-la então das noções de “psicose dissimulada”, difícil de reconhecer como tal por não apresentar os sintomas floridos da psicose clássica, daquelas não manifestas até seu desencadeamento, ou ainda, de eclosões bastante discretas.

Para os propósitos desta pesquisa, seria precipitada qualquer tendência em aplicar *a priori* o *modus operandi* inferido no que Miller denomina psicose ordinária para os casos envolvendo transtornos alimentares. Isso não significa que em algumas situações essa aplicação não possa parecer pertinente. Mas preferimos privilegiar como método um estudo aprofundado visando depurar os elementos clínicos que sustentam essa teorização, bem como das coordenadas lógicas apreendidas dessa empreitada. Vejamos um primeiro axioma que rege essa elaboração. Miller (2010) considera a psicose ordinária como o correlato psicopatológico do Outro que não existe mais. Ela apontaria para a existência de neodesencadeamentos, neoconversões e neutransferências, cujo polo comum é a não centralidade do Outro no lugar de exceção e de âncora da Lei simbólica.

Façamos então uma curta digressão para definir o que seria, para Miller, o paradigma anterior, o das neuroses e psicoses clássicas como estruturas do Outro que existe. Miller (2010) retoma Lacan e articula a fórmula do Outro que existe aos matemas P (significante Nome-do-Pai) e Φ (significante falo). Recapitula que o significante Nome-do-Pai condensa a força ordenadora do simbólico sobre o instável mundo imaginário do Desejo da Mãe, impondo sobre ele a hierarquia, a estrutura e a constância (MILLER, 2010). Ainda que o psicótico clássico seja aquele que se recusa a trocar o gozo pelo caminho da significação, seu desencadeamento não deixaria de endossar a figura do Outro prévio, reiterando-o “como o melhor meio de tratar o

gozo” (MILLER et al., 2004, p. 66). Revela o caos subjetivo que decorre da disfunção do Nome-do-Pai. O caso Schreber é seu paradigma. O lugar central da questão paterna aparece, tanto em seu desencadeamento abrupto – datável na ocasião de um apelo malsucedido à metáfora paterna, face ao qual o sujeito se depara com o abismo da falta radical desse significante no campo do Outro (P_0) –, quanto na emergência da metáfora delirante como tentativa de suprir essa carência no nível do simbólico. A irrupção de Um-pai no surto psicótico traz para primeiro plano o que não havia aparecido até então: que a exceção paterna entra em sua função apesar de sua inexistência simbolizada, ao preço de um deslocamento de registro. O que tinha que tomar lugar no simbólico, surge no real com poderes devastadores (LACAN, 1955-1956/2008; MILLER et al., 2004). As alucinações, a ecolalia, o automatismo mental e os neologismos são comprovações da forclusão do Nome-do-Pai – por isso foram denominados como fenômenos P_0 (MILLER et al., 2004). Neles, o significante aparece em estado puro, autônomo, desarticulado da cadeia e desprovido dos desdobramentos metafóricos. Como já foi abordado, o inconsciente não funciona como discurso do Outro regulador do gozo, encontra-se a céu aberto, no real (LACAN, 1955-1956/2008). A forclusão do Nome-do-Pai implica na elisão do falo (Φ_0) como significante da diferença sexual. A ausência desse operador repercute nas ideias delirantes ligadas à sexualidade e à perda do sentimento de vida que pode culminar em tentativas suicidas (MILLER et al., 2004).

A solução paranoica inclina-se para a reconstrução de uma figura paterna muito mais virulenta que a do neurótico – como Deus, a Ordem do universo etc, radicalizando a consistência do Outro. Este aparece na vertente real do pai enquanto Outro gozador, e não em sua dimensão de semblante e de uso (MILLER et al., 2004). A resposta delirante de tratamento do gozo faz parte do esforço de atingir o fator Nome-do-Pai como instância reguladora (RECALCATI, 2003). Algo da reconstituição da cadeia S_1 - S_2 , isto é, de uma articulação do Outro por meio do significante, se efetua com a instalação da metáfora delirante, como a ordem do universo para Schreber. Porém, como a mediação simbólica não chega a ser constituída por este artifício, essa estratégia é sempre vulnerável e problemática.

Como Miller estende esse paradigma para qualificar a psicose ordinária? Um dos argumentos de base à elaboração da psicose ordinária é o da extinção progressiva da clínica das grandes exceções. A queda da soberania do Outro estaria reverberando em uma espécie de psicose de massa. Nesse novo contexto, os psicóticos já não se ocupam de encarnar a exceção que falta à organização simbólica como antes (BROUSSE, 2014). O ponto de partida deixa de ser o Outro e torna-se o gozo. São as intensidades no nível pulsional e não o critério presença-ausência que poderiam melhor elucidar o funcionamento mental. Miller et al. (2004) insistem

no desmoronamento do Outro como o eixo essencial dessa mudança: “se o Outro existe, é possível resolver pelo sim ou pelo não, quando o Outro não existe, não se está simplesmente no *sim* ou *não*, mas sim no *mais ou menos*” (MILLER et al., 2004, p. 202). Sem a figura universalizante do mestre para dar esteio à solução psicótica pela metáfora delirante, se ampliariam as múltiplas compensações de gozo.

Antagonicamente, Miller também faz observações que não ratificam facilmente sua leitura inicial acerca de uma psicopatologia própria à era do Outro que não existe. Assim, ele sustenta que a perspectiva de neodesencadeamento, ou ainda, de um desencadeamento quase inidentificável, derivaria da ausência do apelo a Um-Pai. O principal fator desagregador seria o abismo gerado pela forclusão da significação fálica. Em suma, não há comprovadamente a operatividade de um P_0 correspondente à ausência do Outro no simbólico. O que chega à beira da inexistência é a eficácia da função fálica. A ausência de um franco apelo ao Outro simbólico é o que acaba se encaminhando para a conclusão de que o Outro não existe. Contudo, o que fica muito bem demonstrado na análise dos desarranjos característicos da psicose ordinária é que eles tocam especificamente na relação do sujeito com o gozo e com o imaginário. São, acima de tudo, distúrbios da precariedade da intervenção do significante falo como coletivizante de um modo de gozo.

A pista situável nas próprias elaborações de Miller é a da pluralização das figuras do Outro em uma multiplicidade de insígnias que tratam o gozo pela letra e não pela significação (MILLER et al., 2004). Essa leitura é voltada para a incidência do significante solitário, enquanto S_1 desarticulado da concatenação semântica. É o império dos ditos maternos, no nível de *lalangue*, anterior à aquisição da linguagem organizada pela Lei simbólica. Miller recorre mais uma vez a Lacan (1958b/1998) para destacar como índice sutil e relevante da psicose ordinária uma desordem na junção íntima do sentimento de vida do sujeito (MILLER et al., 2004). Ele faz a descrição de uma tripla externalidade que desvela a posição fragilizada desses indivíduos frente ao laço social edipiano – isto é, ao laço referido ao Outro organizado pela função fálica:

I) *Externalidade social – Outro social*: uma desinserção irremediável.

Não há condições para assumir uma função determinada socialmente. Configura-se uma espécie de fosso ou barreira invisível (MILLER, 2010). A esse desligamento fundamental, parece sobrevir uma identificação massiva a algum afazer ou trabalho, como uma espécie de suplência que garante uma identidade fixa para o sujeito. Como ponderamos no item 3.3.2. deste capítulo, a posição débil do eu não é sem consequências de endurecimento e objetalização

no posicionamento frente ao mundo.

II) *Externalidade corporal – Outro corporal.*

Uma desordem íntima na apropriação do corpo. O sujeito é levado a inventar para si laços artificiais que servem ao propósito de “prender” seu corpo a ele mesmo (MILLER, 2010). Esses recursos são banalizados por sua oferta como objetos de consumo, tais como *piercings*, tatuagens e outros usos do corpo (TEIXEIRA, 2015). À diferença do que se passa na histeria, a externalidade corporal aqui não se deixa deter pela negativização do falo.

Considerando que o sintoma é uma resposta defensiva ao confronto com a falta do Outro que engendra um modo de gozo obtido pela conexão entre significante e corpo, chegamos à seguinte indagação: seria essa uma forma autística de relação ao gozo que visa, por uma vinculação adicta a um objeto subscrita pela lógica do mercado, conter o excesso com mais excesso? Abramos um ligeiro parêntese para explorar mais este ponto. Em uma análise engenhosa que trabalha a hipótese do autismo como estrutura autêntica, Maleval (2015) observa que o autismo se destaca das demais psicoses, e mesmo das pré-psicoses, pela ausência de sintomas positivos como delírios e alucinações, ou mesmo de desencadeamentos. Ele chama atenção para o fato de que, ao contrário de uma ferrenha rejeição ao Outro, como se observa, por exemplo, na esquizofrenia, temos no autismo a busca de um *Outro de síntese*. O autista está alerta às regras imperturbáveis e é assombrado pela vontade absoluta de imutabilidade. O autor revisita alguns traços da estrutura autística que são bastante instrutivos, para refletir sobre a posição de gozo do sujeito contemporâneo. Sobretudo porque não remetem à ausência implacável do Outro, mas antes, a uma manobra de isolamento para o apagamento da problemática do desejo do Outro.

Tentemos depurar um pouco mais este raciocínio. Já muito precocemente, o autista recusa ceder ao Outro os objetos pulsionais. É frequente que, desde seus primeiros meses de vida, se perceba a ausência de contato pelo olhar. Do mesmo modo, o autista não procura a troca jubilatória com o adulto. O sorriso social é ausente ou raro. Não há prazer em fazer o outro rir, nem tentativa de se fazer ouvir (MALEVAL, 2015). O autista, assim como o psicótico, retém o objeto *a*. Todavia, distintamente do psicótico, que testemunha de forma angustiante e invasiva a aparição do objeto, desde que seja exercido um contundente domínio sobre ele. Esse controle sobre o objeto é alcançado no autismo pela retenção da voz, do olhar e pelo retorno do gozo a uma borda. O êxito desse processo depende da interposição do objeto entre o sujeito e o desejo do Outro, providenciando uma proteção que o mantém fora do alcance. Quando uma interrupção desse mecanismo ocorre por acaso, ela é vivida “como uma perda que mobiliza

uma intensa angústia de castração” (MALEVAL, 2015, p. 18). O objeto autístico opera como um duplo que não entra no funcionamento psíquico como rival, mas como um apoio, um eu auxiliar que traz sustentação e continência, graças ao qual muitos autistas conseguem avançar “precavidamente os pseudópodes”, segundo a expressão de Kanner, para alguma entrada no laço social (MALEVAL, 2015). A borda autística não atua como a borda neurótica, pois não é aberta no corpo a partir das zonas erógenas com a extração do objeto *a* pela ação do significante fálico. No autismo, trata-se de uma borda que só pode ser uma ponte para o mundo exterior porque é preenchedora do vazio, mantendo o autista diante da presença do objeto.

Essas ponderações de Maleval trazem à tona que o pano de fundo da captura direta do objeto é a manutenção de uma relação com o Outro em que a falta não se pronuncia como estruturante. Ela horroriza e é insuportável. Nas neuroses contemporâneas, o lugar do Outro é cada vez mais rechaçado como ponto de regulação, fenômeno estimulado pelas discursividades vigentes, que anulam a legitimidade das proibições e restrições à satisfação pulsional. A representação psíquica dessa apresentação do Outro é negada. A imagem de si sofre perturbações com o livre trânsito entre o corpo e os objetos instalado nesse funcionamento de gradações autísticas.

III) *Externalidade subjetiva – Outro subjetivo.*

Traduzida pela fixidez na experiência de vazio, associada à identificação não dialetizável do sujeito ao objeto *a* na forma de dejetivo. Aprisionado nessa identificação real, o sujeito pode se transformar em mero rebotalho (MILLER, 2010). Essa colagem identificatória denuncia a dificuldade de separação do gozo do Outro. A noção de sobreidentificação é tomada de empréstimo da psiquiatria clássica e passa a ser empregada pelo Campo Freudiano para definir o marco geral da psicose ordinária. A clínica contemporânea desafia pela existência do Outro em uma face ameaçadora, veiculadora de um gozo derradeiro.

Por ser uma abordagem mais balizada no real da pulsão e nas múltiplas tonalidades possíveis de fazer incidir uma regulação na economia pulsional, a importância da metáfora paterna tende a ser diluída como um possível aparelho de gozo, dentre muito outros. Miller convida a repensar a função do Nome-do-Pai não mais como um nome próprio, mas sim como um predicado ou atributo operante que ele assume para ordenar o mundo de determinado sujeito (MILLER et al., 2004). Sairíamos do terreno do Nome-do-Pai para *um* Nome-do-Pai. Esse predicado funcionaria como um *make-believe* – um fazer de conta – compensatório. O tema da psicose ordinária mostra sua estreita afinidade com a lógica geral das psicoses e dos enodamentos que fazem suplência à forclusão do Nome-do-Pai.

Teixeira (2015) parte de estudos clínicos para apontar uma crítica a esta proposição, advertindo que há uma diferença lógica decisiva entre a especificidade da função fálica e a tonalidade ou a intensidade em jogo na atividade de um predicado operante:

Não é possível pensar o falo no interior da lógica aristotélica de classe, estruturada gramaticalmente pela frase sujeito-cópula-predicado. Precisamos separar o falo, como função, dos atributos predicativos de ser e ter o falo que herdamos da doutrina freudiana, pela simples constatação, a todos evidente, que não se é fálico como se é louro ou negro. Por ser o significante que distribui as classes designadas por um predicado, o falo não faz parte delas: ele é um distribuidor que não pertence ao conjunto dos agrupamentos que sua função permite distribuir (TEIXEIRA, 2015, p. 19).

Ou seja, a ordem fálica comporta predicados contraditórios, não sendo equiparável a uma lógica meramente atributiva. Teixeira (2015) destaca que absorver o Nome-do-Pai nessa ideia elimina qualquer critério clínico para distinguir os modos de enlaçamento sintomáticos – inerentes às chamadas psicoses ordinárias – da amarração fálica vinculada à função paterna na neurose. Fica clara a infertilidade desse direcionamento para uma maior explanação da realidade psíquica contemporânea.

3.5. A hipótese do desmentido banal da castração

Retomemos de modo mais sistemático a tese defendida por Coelho dos Santos (2016a) acerca do desmentido banal da castração para situar o que se passa com o sujeito contemporâneo. A hipótese de um desmentido banal e cada vez mais propagado da castração é uma chave importante para a leitura de casos clínicos atravessados pela incerteza diagnóstica (CAMARGO; COELHO DOS SANTOS, 2012). Sabemos que Freud (1923a/1996; 1927/1996) aloja o núcleo do encontro penoso com a realidade na descoberta de que a mãe não tem o pênis. Uma atitude regulada com o mundo externo requer a inscrição psíquica da falta materna. A outra atitude, mais afinada com as exigências pulsionais, mantém a mãe fálica. O recalque seria o antídoto contra o recrudescimento desta segunda tendência (FREUD, 1940b/1996). A ausência do pênis materno é traumática porque afeta o narcisismo da criança (FREUD, 1923a/1996; 1927/1996). Como vimos, as neuroses dão provas de que a realidade nunca é totalmente exitosa em amansar as pulsões. O recalque sempre fracassa e o eu possui uma face fortemente aliada à posição de objeto pulsional. Ela só pode ser contrabalanceada pela ação efetiva da autoridade paterna.

Freud progride em uma cautelosa investigação dos casos de neurose que são afetados por deteriorações muito preocupantes na relação com a realidade que “em suas formas graves,

significa concretamente uma fuga da vida real” (FREUD, 1924a/1996, p. 205). Ele introduz a tese da divisão do eu no processo de defesa, a qual se aplica às perversões e psicoses, assim como às neuroses em geral (FREUD, 1940b/1996). Freud (1940b/1996) explica que a criança, até então subsumida pela poderosa insistência pulsional, é subitamente impactada por uma experiência na realidade que lhe transmite a proibição. A continuidade da satisfação pulsional passa a representar um perigo real intolerável. Ao eu resta a opção pelo reconhecimento desta ameaça e renunciar à satisfação pulsional, ou rejeitar a realidade e convencer-se de que não há razão para medo, conservando a satisfação. Entretanto, a resposta a este conflito se encaminha pela adoção simultânea de duas atitudes psíquicas independentes e mutuamente contrárias: uma anula as percepções das restrições da realidade e ignora qualquer interdição; a outra, por sua vez, inscreve as consequências ameaçadoras apontadas pela realidade, as quais retornam sintomaticamente (FREUD, 1940b/1996, p. 293).

Uma pesquisa atenta mostra que Freud reconhece a existência de um desmentido importante em neuroses mais radicais. Ele o faz através da ilustração de fragmentos clínicos, denominados por ele como neuroses obsessivas moderadamente graves (FREUD, 1927/1996):

Na análise de dois jovens aprendi que ambos – um quando tinha dois anos de idade, e o outro, quando contava dez – não haviam conseguido tomar conhecimento da morte do querido pai, haviam-na ‘escotomizado’, e, contudo, nenhum deles desenvolvera uma psicose. [...] Contudo, a pesquisa posterior conduziu-me a outra solução para a contradição. [...] Fora apenas uma determinada corrente em sua vida mental que não reconhecera a morte daqueles; havia outra corrente que se dava plena conta desse fato. A atitude que se ajustava ao desejo e a atitude que se ajustava à realidade existiam lado a lado. Num de meus dois casos, a divisão constituía a base de uma neurose obsessiva moderadamente grave. Em todas as situações da vida, o paciente oscilava entre duas presunções: uma, de que o pai ainda estava vivo e atrapalhava suas atividades; outra, oposta, de que tinha o direito de se considerar como sucessor do pai. Assim, posso ater-me à expectativa de que, numa psicose, uma daquelas correntes – a que se ajustava à realidade – esteja realmente ausente (FREUD, 1927/1996, p. 158).

Encontramos no texto freudiano o argumento de que é a função do pai que é fundamentalmente desmentida. Freud circunscreve a presença simultânea de duas crenças incompatíveis entre si: “a mulher ainda tem um pênis” e “meu pai castrou a mulher” (FREUD, 1927/1996, p. 159). O encontro com a falta do Outro requer uma subjetivação articulada à Lei simbólica para que se torne a mola propulsora do desejo. A entrada em primeiro plano de um pai potente como figura de exceção – por ser suposto detentor do falo que a mãe não tem – é a condição para que essa figura de autoridade ganhe eficácia na ordem simbólica: para não perder o amor do pai ideal, o sujeito se submete à sua Lei e o entroniza. Assim, o componente traumático da castração materna é simbolizado, por intermédio da referência identificatória ao

ideal paterno. O custo da inscrição da castração é o da abdicação da parte do gozo que não pode se inscrever em termos de ausência ou de presença (LÉRÈS, 2004), ou seja, daquele que não se codifica pelo gozo fálico. Na perversão, o sujeito age como se a lei não estivesse ali, desmente a falta do pênis e a Lei transmitida pelo Outro simbólico. Como vimos, Freud também previa a participação desta mesma estratégia defensiva nas neuroses, a qual seria suprimida o máximo possível com o recalque e com a internalização da autoridade paterna.

O desprezo pela inexistência do pênis na mãe é correlato à desqualificação da função do pai, cujo exercício de autoridade comparece no psiquismo primeiramente sob a ameaça imaginária da castração do pênis. Ao comentar sobre como o desmentido da castração materna levava um menino a insistir no ato masturbatório, a despeito das proibições que incidiam sobre ele, Freud designa essa maneira de lidar com a realidade como "audaciosa" e "indiferente" à intervenção do pai. Ele enfatiza que o avesso disso é um acirrado temor da devoração pelo Outro que "pela ajuda da regressão à fase oral, assumia a forma de um medo de ser comido pelo pai" (FREUD, 1940b/1996, p. 295). O abatimento do prestígio da hierarquia geracional, tão promovido na sociedade atual, difunde esse desmentido corriqueiro da autoridade simbólica. Ela é norteadada pelo descrédito das interdições reguladoras e pelo incentivo incessante do gozo.

Essa demonstração nos autoriza a inferir, então, que a leitura de um desmentido banal é rigorosamente freudiana. Na medida em que a realidade não veicula da mesma maneira essa função guardiã do recalque, instaura-se a radicalização da reivindicação da compensação aos danos narcísicos. As circunstâncias clínicas envolvendo transtornos alimentares desvendam de modo flagrante este funcionamento arredo aos constrangimentos da realidade. Por mais que as comorbidades orgânicas – hipertensão, dislipidemia, diabetes etc – transbordem e atrapalhem a vida dos obesos, a devoração alimentar permanece irresistível; assim como as inúmeras deficiências e a aparência mortífera não acionam o freio ao empuxo anoréxico à massiva restrição alimentar. Lacan assinala que: "o perverso é aquele que se consagra a tapar o buraco do Outro. Para introduzir aqui as cores que dão relevo às coisas, direi que, até certo ponto, ele está do lado do fato de que o Outro existe. É um defensor da fé" (1968-1969/2008, p. 245). A rebeldia do gozo acaba por prevalecer. Um segundo componente perverso intrínseco às neuroses do contemporâneo está no enclausuramento radical na posição de objeto que pode escamotear a falta do Outro.

3.6. A posição melancoliforme¹¹ como fantasma do consumidor¹²

Como demonstramos em nosso recenseamento bibliográfico no primeiro capítulo, a interface entre a melancolia e os transtornos alimentares data dos primórdios da obra freudiana e vem perpassando atualmente publicações de muitos psicanalistas. Devido à associação da imensa maioria de casos envolvendo anorexias, bulimias e obesidades a inclinações depressivas, é relevante considerar se estas depressões são melancólicas ou neuróticas. O estado melancoliforme atravessa em graus distintos uma grande diversidade de sujeitos, cujo principal sintoma é um transtorno alimentar, muito mais como uma posição frente à realidade, sem que necessariamente se configure uma melancolia propriamente dita, aquela situada inteiramente no campo da ausência da função organizadora do Nome-do-Pai.

Alguns autores tendem a ultrapassar rapidamente o valor explicativo da vertente edipiana e histórica nesses casos, colocando-se na dianteira das chamadas patologias narcísicas. Na orientação lacaniana, o diagnóstico diferencial dos transtornos alimentares, se reduzido à diferença entre histeria e melancolia tende a abreviar a descrição, a construção e a interpretação destes quadros clínicos à clássica distinção entre neurose e psicose. Esta abordagem nos parece insuficiente para caracterizá-las. Preferimos não seguir esse fio lógico, pois, como viemos destacando, acreditamos que é preciso renovar o entendimento desse território psicopatológico. Divergimos da insistência numa clínica diferencial entre histeria e melancolia porque, ao focar à oposição entre recalçamento do erotismo oral e narcisismo mortífero, não atina para a abrangência da posição melancoliforme em configurações clínicas não melancólicas *stricto sensu*. Rever a metapsicologia da melancolia exige uma revisão mais original da transmissão freudiana que possa recolher os elementos fantasmáticos que se repetem numa diversidade de indivíduos que não são psicóticos.

A melancolia parece ser uma ferramenta promissora de pesquisa acerca das psicopatologias relacionadas à dietética – os chamados novos sintomas –, por habitar uma espécie de “limbo diagnóstico”, atrelado a alterações na esfera narcísica. Mesmo sendo apreendida por muitos lacanianos como uma das manifestações da forclusão do Nome-do-Pai,

¹¹ A escolha da expressão “posição melancoliforme” foi a solução mais razoável para designar uma espécie de melancolização do eu que parece abater muitos neuróticos na contemporaneidade. Não nomeamos “depressão” por seu uso esvaziado conceitualmente na psiquiatria de hoje. Nesse sentido, com o termo “melancoliforme”, possuímos o intuito de preservar o valor metapsicológico da melancolia e da concepção de neurose narcísica em Freud para nossas investigações, ainda que o termo depressão não deixe de ser válido e aplicável.

¹² Remetemos o leitor ao artigo “Transtornos alimentares e seus estados melancólicos”, publicado em 2017 na **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, da autoria de Flavia Lana Garcia de Oliveira e Tania Coelho dos Santos, cujo texto é parcialmente reproduzido neste segmento da tese.

a melancolia não se insere no *continuum* das psicoses de modo simples: há estados melancólicos sem delírios, períodos melancólicos sem prolongamento maníaco, assim como tempos de razoável estabilidade psíquica: o eu não parece dilacerado ou superinvestido como na esquizofrenia ou na paranoia. Essa difícil classificação em comparação às demais psicoses levou Freud (1924d/1996) a forjar a categoria “neurose narcísica” para designá-la. Ainda que inserida na vizinhança das neuroses, a resposta melancólica é formalizada na obra freudiana como fruto do conflito entre o eu e o supereu, diversamente das neuroses transferenciais, que são o resultado da tensão entre o eu e o isso, bem como das psicoses tradicionais, resultantes de perturbações das relações entre o eu e os ideais no mundo externo.

Há mais uma observação que merece ser recortada antes de explorarmos os conceitos metapsicológicos que integram a abordagem da melancolia. Em 1998, na Convenção de Antibes, Miller recorreu aos estudos psicopatológicos do fenomenólogo alemão Hubertus Tellenbach, com o propósito de incluir a melancolia no inventário das psicoses ordinárias. Tellenbach circunscreve o *typus melancholicus* como uma categoria tipológica na qual predomina a “hipernormalidade”. Seu traço essencial seria a tendência a uma forte ordenação, à hipertrofia da consciência do dever, à escrupulosidade nas relações profissionais, interpessoais e nas tarefas diárias e consigo mesmo, sem que nada disso desse sentido à vida do indivíduo. Essas atividades assumem valor existencial, porém, são meramente normativas, não estando vinculadas ao Ideal do eu. Nesta ocasião, foi proposta uma aproximação muito específica entre a melancolia e a psicose ordinária. Marret-Maleval (2010a) adverte que não se trata tanto de enunciar, como o fez François Morel, que “a melancolia é [...] uma psicose ordinária” (MILLER et al., 2004, p. 270), mas de visualizar como a psicose ordinária mascara comumente uma posição melancólica.

Para além do debate sobre se a melancolia seria uma estrutura à parte ou um subtipo de psicose, sua afinidade com a psicose ordinária – pela sobreidentificação à norma como uma solução sintomática para tratar a falência fálica – traz um crivo importante. Isso porque talvez coopere para fundamentar nossa suposição de que a psicopatologia contemporânea revela que uma grande diversidade de indivíduos é habitada por um laço com o Outro muito ínfimo em sua potência simbólica. Esta, dentre outras razões, levou Coelho dos Santos (2016a) a questionar a tese de Miller acerca da inexistência do Outro na contemporaneidade. Ora, as versões do Outro se apresentam de forma muito mais agressiva – pode-se dizer que o Outro existe até demais – nas patologias em que seu instrumento regulador, a função fálica como via da subjetivação do desejo está curto-circuitada. Tellenbach enraíza os distúrbios do melancólico ou do pré-melancólico na identificação narcísica ao objeto amado, com a presença de um

sentimento de “comunidade simbiótica” com o outro (MILLER et al., 2004). É preciso diagnosticar qual é o impasse do narcisismo em curso e quais os empecilhos no processo de constituição do corpo, do eu e da relação de objeto nessa afecção.

Em *Luto e melancolia*, Freud (1917b/2010) explica o sofrimento psíquico melancólico a partir do afeto normal de luto. A comparação entre o luto e a melancolia é justificada inicialmente pela diferença como duas reações à perda do objeto amado. Freud vai mostrando, contudo, que as semelhanças entre o enlutado e o melancólico são muito mais fenomenológicas do que estruturais. Luto e melancolia são saídas díspares, no que se refere ao modo pelo qual o eu lida com a ausência de um objeto fortemente investido na economia psíquica. Na melancolia, a perda ocorre no nível da estima, da crença em alguém que encarnava o ideal. Desapontado com a pessoa cuja função deveria ser a de protegê-lo, estimulá-lo e orientá-lo em direção ao futuro, o melancólico não se desprende do objeto outrora amado, mas o devora e torna-se idêntico a ele. Como o objeto não é mais admirado, é a sombra de um objeto decepcionante que recai sobre o eu. O eu se torna empobrecido pela identificação a um objeto sem valor. Por este motivo, o aspecto diferencial que difere a melancolia do luto é a deterioração da autoestima.

Um aspecto do funcionamento melancólico permite desvendar o lugar do Outro nesse quadro: embora o paciente desfira severos insultos contra si mesmo e até demonstre sentir pena de seus familiares por estarem ligados a alguém tão indigno que mereceria punição e castigo, curiosamente, o melancólico não é alguém envergonhado, humilde ou submisso. Freud enfatiza o traço oposto, o de “uma insistente comunicabilidade que acha satisfação no desnudamento de si próprio” (1917b/2010, p. 177). A obscenidade da exibição do *status quo* ocupa a cena, sem as barreiras do pudor e do constrangimento. Isso porque sua conduta é guiada por uma experiência interna de despeito, de ter sofrido uma “real ofensa” (FREUD, 1917b/2010, p. 180). O Outro do melancólico é acusado de não ter lhe devotado seu desejo suficientemente.

A experiência da perda é inesgotável e dilacerante. O mundo torna-se esvaziado libidinalmente, desafetado, desprovido de significações vitalizantes. Nenhum objeto assume valor fálico. No plano fantasmático, a inclinação melancólica revela um alto grau de ressentimento na relação com o Outro. Em lugar da chave do desejo, o que se apresenta para ele é sua hipossuficiência. Freud nomeia esse elemento como uma posição de revolta: os melancólicos sentem-se ofendidos, “como se lhes tivesse sido feita uma grande injustiça” (1917b/2010, p. 180). Lambotte (1997) sublinha que o desenlace melancólico é precedido pela reivindicação agressiva endereçada ao mundo exterior. Diante do não alcance da satisfação esperada, a indignação transforma-se no fatalismo e na descrença que marcam a escolha melancólica de gozo. Como se pode observar, essa é uma interpretação específica da falta do

Outro, isto é, da castração. Não seria essa uma interpretação ratificada e coordenada pelo discurso social “neodemocrático” que proclama a universalidade dos direitos do indivíduo, com o agravante da sujeição à lógica do mercado? Reconhecemos na posição melancoliforme a coordenada central de nossa investigação do estatuto do fantasma no contemporâneo: a do consumidor insatisfeito, lesado em seus direitos essenciais e absolutos, e que cobra do Outro o gozo que lhe é devido.

Encontramos em Freud o desenvolvimento de mais alguns argumentos que corroboram essa perspectiva. Na melancolia, o laço com o mundo externo cede lugar à outra modalidade de relação, denominada por ele como *identificação narcísica*: “O eu quer incorporar esse objeto e para tal, em conformidade com a fase oral, ou canibalística, do desenvolvimento da libido, deseja devorá-lo” (FREUD, 1917b/2010, p. 182). Instala-se, nesse caso, um funcionamento psíquico dominado pela avidez, absorvido pela oralidade pulsional, no qual reina um modo de relação canibalesco. Trata-se de um modo de relacionar-se com o Outro o devorando e oferecendo-se para ser devorado por ele. O laço com o objeto resta fixado em um tipo de satisfação apropriado ao período de indiferenciação entre o sujeito e o Outro e que prescinde, além disso, da renúncia libidinal necessária para renovar o investimento na via sexuada: “refugiando-se no eu, o amor escapa à eliminação” (FREUD, 1917b/2010, p. 192).

Na melancolia, há uma anestesia [sexual] psíquica, de um lado, e, de outro, um “grande anseio pelo amor em sua forma psíquica” (FREUD, 1894/1996, p. 237). Indagamos se esse amor – que não admite separação, fora do sexual, que não consente com o desejo e, portanto, com o tratamento da falha no circuito fálico –, não seria a própria definição metapsicológica da reivindicação do direito ao gozo de consumir, forma atual da lei do mercado. A falha aqui é recebida como puro obstáculo ao gozo do consumo a que todo sujeito teria direito, em um laço com o Outro. Freud enfatiza que esse engessamento pulsional coincide com a ambivalência da organização sádico-anal, atualizada como impulso de apoderar-se do objeto, indiferente à consequência de danificá-lo ou aniquilá-lo.

Ao invés do sujeito dividido, sacrificado pelo consentimento à perda do objeto e, por isso mesmo, apaziguado em seu gozo pelo amor ao Outro graças à transmissão fálica, tal modalidade de aprisionamento na referência oral-canibalesca ao Outro alastra um descontentamento. Impregna-se pela posição do consumidor insatisfeito com os limites da fruição do gozo. Freud (1940a/1996) revisita a questão da indiferenciação eu-outro em jogo no uso do objeto ao nível da pulsão oral. Recorda que inicialmente a criança não distingue o seio e seu próprio corpo e que esse destacamento do objeto só se instaura quando ele se revela ausente. Surge em seu lugar a conexão ao Outro materno como tal. A primeira aparição do Outro

é completamente objetalizada. Este tipo de laço primitivo se mantém no funcionamento melancoliforme.

Na direção da tese de Coelho dos Santos (2016a), é crível interrogar sobre a generalização desse tipo de laço, chancelado pelo discurso e pelas práticas desenvolvidas sob a égide da Lei do mercado. A autora argumenta que o grande Outro primitivo, a Coisa (*das Ding*) não sofre mais, necessariamente, os efeitos do recalque primário, como consequência da universalização da Lei da castração (recalque secundário). Quando a Coisa (*das Ding*) é rebaixada à forma geral da mercadoria (objeto mais-de-gozar), coordena-se ao desmentido da castração. Eterniza-se, com isso, o vínculo oral primitivo com o Outro, agora assegurado pela universalização da Lei do mercado. O Outro não se constitui marcado pela falta, condição do advento do desejo, mas sim como “cultura pura de pulsão de morte” (FREUD, 1923b/1996, p. 66), cultivando-se como um supereu que incita ao gozo pulsional desmedido. Esta lógica pulsional do “quanto mais, mais ainda”, é potencialmente destrutiva, pois desmente que o gozo absoluto é impossível.

3.6.1. A oralidade, a lógica do consumidor e a transmissão do Outro

A posição melancoliforme do eu se coaduna ao congelamento das relações primitivas entre o sujeito e o Outro. Lambotte (1997) articula a gênese da melancolia a um tempo pré-especular em que foi impossível forjar uma imagem unificada de si, em consequência do não desejo do Outro materno. Essa falha seria dificultadora da “nova ação psíquica” formadora do narcisismo. A indiferença ou o fechamento do Outro configuraria um obstáculo para o advento imaginário do eu ideal como objeto do desejo do Outro. Em decorrência disso, tornar-se-ia difícil sentir-se como corpo e apoderar-se do valor significativo de um reflexo que não pertence a ninguém.

O discurso melancólico é impregnado por um grande remorso perante a suposta deficiência do Outro materno (LAMBOTTE, 1997). Esses sujeitos são acompanhados pela crença dogmática de terem sofrido falhas de criação, de terem sido feridos, ou de terem sido abandonados. O investimento amoroso da mãe é questionado e a criança nunca alcança o petrificado ideal exigido. A perda figura-se como inexaurível. A esse respeito, Berlinck (2014) destaca que o bebê, enquanto produção narcísica, deve ser desalojado da redoma ideal absoluta quando se torna objeto real. Apenas essa interferência pode galgar uma nova dinâmica em que, “visto como um ideal rejeitado, cria-se a condição no bebê de ter um ideal” (BERLINCK, 2014, p. 405). Em consonância a essa linha de pensamento, em uma recente conferência, Dufour

(2016) observou que muitos sujeitos pós-modernos são marcados pelo sentimento de serem órfãos do Outro. Nesta nova subjetividade, uma “melancolia latente” pertenceria ao mesmo grupo de fenômenos, tais como a impossibilidade de falar em primeira pessoa, a ilusão de onipotência e a fuga pelos *falsos self*, como manobras de maciça evitação e ocultamento da falha do Outro.

A onipotência materna ronda o fantasma melancólico e comparece extensamente em obesidades, anorexias e bulimias. A mãe é usualmente percebida como dotada de um poder hiperdestrutivo e caprichoso. A imagem materna adquire uma importância exacerbada, contaminada por oposições que remetem a tensões narcísicas mortíferas: “ou ela, ou eu”; “ou o ideal, ou a morte”; “ou tudo, ou nada”. No desencadeamento melancólico, o abalo narcísico desse lugar ideal que o Outro ocupava leva à dissolução imaginária. O sujeito se vê lançado na identificação com o objeto abandonado pelo Outro. A falta não é simbólica, é real e dói. A identificação ao objeto *a* produz a tirania do supereu materno. Em lugar da instalação da Lei da castração, que é reguladora da pulsão por meio do desejo, encontramos a onipotência da mãe fálica.

Vimos que, na orientação lacaniana, valoriza-se a ação separadora do *objeto nada* na recusa anoréxica ou no esvaziamento conquistado por meio do vômito bulímico – como resistências a uma supremacia do Outro experimentado como acachapante (RECALCATI, 2003). Na tentativa malsucedida de inscrever a função simbólica do objeto, o comer *nada* surgiria como apelo à falta desejante. A obesidade e o desenfreado empanturramento bulímico denunciam o comer excessivo como uma prática de gozo desmedido na dialética pulsional devorar-ser devorado, face à alienação ao Outro materno no nível indiferenciado, próprio ao circuito da oralidade. Neste ponto, o registro da frustração delimitado por Lacan (1956-1957/1995) atrai nossa atenção por algumas razões. Primeiramente, por esclarecer como se dá a passagem que inaugura a entrada do Outro materno no circuito libidinal da criança. A dialética da frustração implica um “dano imaginário”, pois se estabelece como um “conjunto de impressões reais” (LACAN, 1956-1957/1995, p. 36), no qual a mãe, até então simbólica e detentora dos objetos, a partir do momento em que não responde, se torna real. Já os objetos, antes reduzidos a objetos de satisfação, ganham o estatuto simbólico de dom do amor. Vimos que a anorexia costuma ser pensada como uma estratégia frente à fragilização desse processo. O objeto *nada* é forjado como signo de amor do qual o objeto real é despojado, numa espécie de forçamento da presentificação de uma ausência (BARBOSA, 2010). Mediante um Outro que se abstém quanto ao seu desejo, a recusa anoréxica visaria, ainda que de modo simbolicamente ínfimo, restituir a dimensão desejante. A falta materna é tomada muito mais no âmbito de um

abandono, onde *não ser tudo* equivaleria a *ser nada*.

Quando o sujeito não se separou do Outro por meio da mediação fálica, a separação é experimentada como abandono por uma mãe para quem seu bebê não representa o objeto que vem suprir aquilo que falta a ela. Não ser o que falta ao Outro expõe o sujeito aos efeitos da pulsão de morte, sem atenuação, por meio de manifestações endurecidas do gozo. Ao contrário de um apelo simbólico através da eleição de um objeto fóbico, por exemplo, para estancar uma experiência de gozo devastadora, o corpo é abandonado ao capricho de um supereu materno, constituído como imperativo de gozo. Os modos de satisfação oral observados na anorexia, na bulimia e na obesidade emergem quando a castração do Outro materno é desmentida. Sem contarem com o suporte do significante fálico, estes pacientes retroagem a um tempo que nunca existiu na realidade, forjando um estado mítico de indiferenciação com o Outro na relação autoerótica com o seio. De acordo com Marret-Maleval (2010b), o fantasma deve ser o efeito da ação do semblante paterno que civiliza o gozo. Um fantasma sem a função fálica suficientemente instituída é desorganizador, pois veicula a angústia de ser devorado, de um sujeito sem que seu valor seja, ao mesmo tempo, libidinizado. É um fantasma às avessas, que se constitui no rastro do discurso que avança imperativamente na civilização, estimulando a caça ao mais-de-gozar.

Um caminho fecundo para explicitar a considerável prevalência desses quadros em mulheres seria a fixação ao laço pré-edípiano da menina com a mãe, bem como a especificidade de sua experiência no encontro com a castração materna. Freud (1931/1996) aponta que, tanto para o menino, quanto para a menina, o primeiro objeto é a mãe. No entanto, diferentemente da sexualização masculina, uma das condições para que a sexualidade feminina possa advir é o deslocamento para o pai como novo objeto amoroso: “à mudança em seu próprio sexo deve corresponder uma mudança no sexo de seu objeto” (FREUD, 1931/1996, p. 237). O pivô deste giro seria a possibilidade da descoberta da castração pela visão dos órgãos genitais femininos. Para Freud, a menina interpreta sua condição como deficiente ao ver um órgão genital masculino. Tal conhecimento é aceito com muita hesitação e relutância. A criança “encara a castração, em primeira instância, como um infortúnio peculiar a ela própria; só mais tarde compreende que ela se estende a certas outras crianças e, por fim, a certos adultos” (FREUD, 1931/1996, p. 241). A feminilidade seria alcançada com a compreensão da natureza geral dessa característica. O efeito desse passo seria o de cessar a expectativa de restituição fomentada pelo imaginário de ter sido lesado.

Nessa direção, Freud se detém na constatação de que muitas mulheres permanecem capturadas em sua ligação originária à mãe, de modo a nunca operarem um verdadeiro

deslocamento de objeto em direção ao pai. Como já sinalizamos, para que este investimento primário na mãe se desdobre, é preciso que a figura paterna se faça autoridade por meio de sua potência fálica. O confronto com a castração sem esse novo investimento fixa a menina na censura à mãe por esta, em tese, “não lhe ter dado um pênis apropriado” (FREUD, 1931/1996, p. 242). A qualidade de ser mulher é tomada como uma dívida em débito. Em mais um avanço, Freud depreende outra crítica latente relativa à insuficiência do outro. A questão da amamentação não plena é pensada sob este ângulo, como uma incidência da castração materna anterior à ressignificação edípiana:

É como se nossos filhos tivessem permanecido para sempre insaciados, como se nunca tivessem sugado por tempo suficiente o seio de sua mãe. Contudo, não estou seguro de que, se analisássemos crianças que tivessem sido amamentadas por tanto tempo quanto as dos povos primitivos, não nos depararíamos com a mesma queixa, tão grande é a voracidade da libido de uma criança (FREUD, 1931/1996, p. 242).

Teríamos no contemporâneo um encontro de voracidades fundando o par consumidor-consumido? “Filhos insaciados”: seria essa a expressão que define o regime de gozo que vem se impondo em uma posição feminina patológica e generalizada? Ao mesmo tempo, a voracidade materna ganha cada vez maior materialidade, sem as relativizações proporcionadas pela via edípica. Lembremos a observação de Lacan (1969-1970/1992, p. 105): “o papel da mãe é o desejo da mãe [...]. Carrega sempre estragos. Um grande crocodilo em cuja boca vocês estão – a mãe é isso. Não se sabe o que lhe pode dar na telha, de estalo fechar a sua bocarra. O desejo da mãe é isso”. O império do gozo da mãe enquanto pura exigência pulsional, em detrimento ao tempero das exigências da civilização, desarranja a regulação pulsional. Nessa linha de investigação, seria a metáfora freudiana do buraco hemorrágico (FREUD, 1895/1996), que suga a libido, passível de ser correlacionada à avalanche de gozo provocada pela identificação ao objeto *a* e análoga à bocarra devoradora do desejo da mãe da qual fala Lacan (1969-1970/1992)?

Coelho dos Santos (2017) defende que a revolta, afeto que marca os movimentos sociais depois de 1968, expõe o sujeito a um tipo de insatisfação mais radical que a insatisfação histórica e potencialmente autodestrutiva. São “filhos insaciados” em uma sociedade de abundâncias. Reclamam, sem eira, nem beira, do que é faltoso. O Outro é experimentado como um abusador no exercício de sua autoridade. Do ponto de vista metapsicológico, o fracasso da simbolização do luto referente à distância entre o eu e um objeto que não pertence a ele pode deflagrar um sentimento descomunal de vazio, relativo à angústia suscitada pelos sentimentos de desamparo e carência ilimitados. O eu, em sua debilidade na interpretação da falta como desejo, se exaure em um estado melancoliforme de apego extremo e voraz ao objeto. Quanto a

esse aspecto, a depressão nas neuroses se aproxima da neurose narcísica melancólica.

CAPÍTULO 4

4. EXAME CASUÍSTICO DE TRANSTORNOS ALIMENTARES

“Nós não seguimos Freud, o acompanhamos. Que uma noção figure em algum lugar na obra de Freud, nem por isso nos assegura de que a manejamos no espírito da pesquisa freudiana. Da nossa parte, é ao espírito, à palavra de ordem, ao estilo dessa pesquisa que tentamos obedecer”.

LACAN, 1953-1954 – *Seminário 1: Os escritos técnicos de Freud*

Esta seção da pesquisa possui como meta estabelecer um diálogo entre os aprimoramentos conceituais que viemos desenvolvendo e o que o real da prática, em cada caso, pode agregar à problemática, validando, questionando ou acrescentando os mecanismos já destacados. Debruçaremos-nos, a seguir, sobre um material composto por vinhetas clínicas recolhidas de publicações de psicanalistas da *École de la Cause Freudienne*. O material foi estudado sistematicamente em diversas reuniões de supervisão e orientação. Tal recenseamento foi realizado na biblioteca desta instituição durante meu estágio sanduíche em Paris. Sendo assim, grande parte desse estudo psicopatológico será perpassado por uma leitura crítica acerca da própria construção do caso clínico em termos de rigor conceitual, diagnóstico, transferência clareza explicativa e localização de elementos fundamentais para sua elucidação lógica no campo psicanalítico.

4.1. Fazendo a relação sexual existir a qualquer medida

Tom buscou análise aos vinte e oito anos, após o rompimento com a namorada. Tal circunstância fez eclodir uma intensa angústia, levando-o a se refugiar em seu apartamento, onde se entregava sistematicamente a excessos na alimentação e no fumo. Sua imagem corporal o obcecava. Passava horas se olhando no espelho, falando, condenando o que via de si mesmo. Percebia-se com pernas curtas, seu jeito de andar assemelhando-se ao “de um pinguim”, e possuindo um órgão genital muito pequeno. Deformado pelo engordamento, seu rosto não lhe parecia se harmonizar com o restante do corpo. Descrevia-se como pesado, nanico e inábil. *Ser pequeno*, eis a fórmula que descrevia para Tom tanto seu ser, quanto a pequenez de sua vida.

Também se sentia inapto para seduzir uma mulher. Considerava que, a cada tentativa, acabava por *se fazer rejeitar*. Não encontramos no relato da psicanalista um detalhamento que nos permita esmiuçar os impasses desse rapaz na abordagem do outro sexo.

Sabemos que a instauração do amor à imagem de si é resultante da nova ação psíquica fundadora do narcisismo primário (FREUD, 1914/1996). Freud define o processo desse endereçamento libidinal para o eu como o da apropriação pela criança do investimento que os pais destinaram a ela. Essa posição inicial só é possível mediante sua diferenciação no que até então estava submerso no puro caos pulsional do mesmo (FREUD, 1923b/1996). Lacan (1960a/1998), contemplando essa questão a partir da teoria do Estádio do Espelho, demonstra que a alienação à imagem é uma solução defensiva inaugural para o encontro com a falta. Esta relança para o insuportável do real do desamparo, realizando de maneira embrionária uma contenção pulsional a serviço da realidade. É um véu protetor contra a castração. Por isso, supõe um encontro com a falta-a-ser tratado por uma vertente imaginária que não prescinde da ordem simbólica, uma vez que insere o falo retrospectivamente como significante privilegiado do Outro que organiza o corpo. O mínimo eu daí decorrente confunde-se com a imagem fornecida pelo Outro: é o eu ideal do Outro, equipando, assim, a matriz simbólica do eu pós-edipiano. Já é o primeiro indício da crença na potência do Outro que prefigura o suporte fantasmático, através do qual o sujeito, ainda em vias de advir, responderá ao encontro com o real.

Essa breve digressão conceitual nos baliza na articulação possível entre a percepção de menos-valia que Tom apresenta na apreensão do próprio corpo e a precariedade de sua subjetivação da perda da completude do Outro. Se a inscrição da falta do Outro não estiver veiculada à transmissão de um desejo autêntico, não promove a falicização da imagem de si como recurso diante do excesso pulsional. Diversamente, pode culminar na captura pela posição de dejetivo. A potência fálica *apequenada* incide no modo como o sujeito percebe seu órgão genital e como se representa junto ao sexo feminino. Promove impasses na função do significante falo como organizador que serve aos homens para se situarem e abordar as mulheres (LACAN, 1972-1973/2008). O uso da proteção da falta pelo recurso ao “ter” o pênis – como suporte imaginário do que, em última instância, não se tem – não parece ser uma estratégia com a qual Tom conta sem vacilações importantes.

A analista ressalta as dificuldades desse paciente, ao chegar no tratamento, em construir significações que nomeassem seu estado de angústia. No decurso das sessões, no entanto, tal inibição mostrou seu avesso: um uso prolixo da palavra impelido por crenças maciças quanto ao seu lugar e valor junto aos Outros primordiais. Bonnaud sintetiza assim a posição de gozo deste sujeito: “Tom é um revoltado” (2015, p. 27, tradução nossa). Revolta suscitada por uma

amargurada e extensa interpretação queixosa de que o Outro lhe devia amor. Sua autodepreciação se enraizaria na falta desse investimento amoroso. Quanto a este elemento, ponderamos se a escuta analítica do discurso queixoso de Tom pode ter sido apressada em crer de modo contundente seu nível factual. O estilo do relato clínico de Bonnaud sugere isso: “Ele não se ama. O amor, aliás, lhe faltou, o que a análise colocará em primeiro plano. Um deixar-cair aconteceu em sua primeira infância” (BONNAUD, 2015, p. 27, tradução nossa). Mais adiante, essa analista também afirma: “Há, com efeito, em seu modo de dizer o que é, uma verdade sobre a lógica que precedeu sua vinda ao mundo e que o marcou” (BONNAUD, 2015, p. 27, tradução nossa). Sem uma consideração específica à realidade psíquica, corre-se o risco de nos embarçarmos no mesmo imbróglio com que Freud se deteve, nos primórdios da psicanálise, mediante a impressionante frequência da narrativa histórica de sedução. Não havendo esta cautela, podemos deixar escapar a oportunidade de circunscrever, caso se trate de uma neurose contemporânea, a escritura fantasmática do gozo de sua relação de objeto do Outro.

O investimento do Outro materno foi vivenciado como enfraquecido. Tom descreve sua mãe como indiferente. Sua presença como filho parecia negligenciável para ela. Seu pai, por sua vez, havia acabado de perder o próprio pai em um acidente. Ele foi o primogênito inesperado de pais muito jovens, em início de relacionamento, dentro de um contexto em que não planejavam um futuro compartilhado. Tom interrogava se os dois realmente desejavam que ele nascesse. Ao mesmo tempo, ele se localiza como a criança que precipitou a união do jovem casal parental na constituição de uma vida em família. Ele avalia o casamento dos pais como fracassado, tendo em vista as constantes brigas e reprovações que se estenderam ao longo tempo, sem, porém, nunca terem culminado em uma separação conjugal. Desde muito cedo, Tom se percebia ocupando em sua família o lugar de intruso, de sobrecarga, de um excesso não enquadrado pelo desejo dos pais. Sentia-se derrotado por não ter obtido êxito na função que acreditou caber-lhe de uni-los em uma relação bem-sucedida.

Daí se entrevê que Tom está arrimado à crença de que poderia, de sua posição de objeto para o Outro, fazer a relação sexual dos pais existir. À pequenez experimentada no encontro com a impossibilidade desta realização, Tom responde com o sintoma de devoração alimentar desde a adolescência, o que lhe rende um corpo gordo. Fantasmaticamente, não abdica da obstinação de ser tudo para os pais. *Ter peso* em seu valor de objeto para o desejo parental é um fantasma a céu aberto no corpo pela ferocidade pulsional que o leva a *ganhar peso*.

De fato, o desejo de ter um filho ergue-se pela busca imaginária do falo que a mãe atualiza na criança e, como mulher, pela localização da potência fálica em um homem que possa

dar-lhe este objeto. Do lado do homem, tal desejo é atravessado pela abordagem da mulher enquanto objeto *a* de seu fantasma, causa de seu desejo. Lacan vislumbra que, para o casal, “o que vem em suplência à relação sexual é precisamente o amor” (1972-1973/2008, p. 51). O investimento amoroso encaminhado a uma criança pressupõe uma fratura na tentativa de *fazer Um* no laço amoroso do casal e a conseqüente busca por resgatá-lo na relação a um novo objeto em direção ao qual serão reeditados seus ideais. Logo, está articulado à sexualidade dos pais e a um novo modo de tratamento para a não relação sexual. O valor que cada um adquire como objeto libidinal do desejo do Outro possui efeitos cruciais para a orientação pulsional. É preciso que o significante Nome-do-Pai interceda sobre o desejo da mãe para que a criança se desloque da pura posição de objeto preenchedor para uma referência ao falo como significante, propiciando um tratamento para a falta pela sexuação. Tal desdobramento requer a subjetivação da impossibilidade de suturar a não relação sexual. A fórmula lacaniana *não há relação sexual* diz respeito à inscrição da castração como perda de gozo para que o gozo fálico possa advir enquanto suplência (LACAN, 1972-1973/2008). O poder do desejo do Outro como enigma não solucionado imprime um hiato que dá ensejo às deduções e elucubrações inerentes à atividade fantasmática.

Para Tom, as constantes turbulências do casamento dos pais são índices confiáveis da ausência de desejo entre eles e de investimento amoroso ao filho. A direção adotada por sua psicanalista não parece ter como força motriz uma aposta em dialetizar esta interpretação a fim de decantar sua função fantasmática. Devido a essa escassez de dados do próprio material clínico exposto acerca do caso, o que arriscamos recortar é a seguinte interrogação: trata-se aqui, efetivamente, de um caso em que a saída sintomática é a resultante cristalina da verdade do casal parental? (LACAN, 1969a/2003; CHECCHINATO, 2007). Nossa hipótese é a de que essa obesidade seria a tradução sintomática do fantasma da posição de dejetivo ocupada por Tom no desejo dos pais. Estaria, acima de tudo, articulada ao esgarçamento da simbolização da ausência da relação sexual que o faz experimentar de forma insuportável os impasses conjugais de seus pais. Afinal, estes permaneceram juntos por muitos anos e tiveram outros filhos. Esse não é um elemento desprezável se tentarmos inferir algo sobre o desejo do casal.

O complexo paterno de Tom é caracterizado por ressentimento e cólera. Transbordam recordações infantis de profundas e agressivas críticas aviltadas por seu pai, voltadas para seu corpo gordo e seu hábito de comer excessivamente: – “Olhe-se! Você come mais do que eu, você é um gorducho” (BONNAUD, 2015, p. 29, tradução nossa). Sentiu-se depreciado nos ditos proferidos por este. Parece ter ficado aprisionado a significantes que o identificavam como “imbecil”, “bom em nada” e “incapaz”. Uma recordação específica impõe uma cena

condensadora dos ditos paternos, assimilando o pai a uma figura do Outro maligna e veiculadora de um gozo sádico. Tom tinha cerca de doze anos. Um dia seu pai lhe sugeriu que eles fossem comprar uma calça *jeans* para substituir a de lona costumeiramente usada. Tom concorda e, na ocasião, se apresenta orgulhosamente vestido para o pai com a nova peça. Este, de maneira diferente da habitual, o cumprimenta, afirmando que estava bom. Mas, logo em seguida, acrescenta: “Ela te deixa com um belo traseirinho” (BONNAUD, 2015, p. 32, tradução nossa). Bonnaud destaca a virulência ainda atual da fúria de Tom quando relata esta lembrança. Os afetos de perplexidade, humilhação e vergonha sentidos naquele momento permanecem efervescentes para ele. Para a analista, seu corpo sexuado, uma vez posto às claras pelo pai, revelou-lhe cruamente sua posição como objeto de gozo para o mesmo. Desde então, Tom passou a temer ser homossexual, já que seu pai aparentou-lhe ter sido seduzido por esta parte de seu corpo. “Ter um bom traseirinho” é uma frase que continua ecoando e repercutindo em seu corpo libidinal, ressoando em seu mal-estar. Curto-circuita o jogo dos semblantes em torno das roupas que precisa vestir e de como deve se mostrar para ser admirado por uma mulher (BONNAUD, 2015).

Para Bonnaud (2015), verificamos, neste caso, a impossibilidade do sujeito em se enlaçar a uma figura paterna que teria direito ao amor e também ao respeito. Lacan (1974-1975. Inédito) afirma que um pai pode ter direito ao amor, mas não ao respeito. Ele só ganha o crivo de ser respeitado se for *père-versement* (*pai-versamente*) orientado. Para que opere como função, é preciso que este sustente a autoridade simbólica. O respeito advém quando há a *père-version* (*pai-versão*) – a versão do pai sobre o enigma do desejo da mãe. O pai atuante para Tom é definido por Bonnaud como alguém que “não esteve à altura do que se esperava como um pai. É um pai que grita, berra, fracassa” (2015, p. 32, tradução nossa). Sua hipótese nos interessa por caminhar para a localização de um pai vacilante como referência identificatória no nível da posição sexuada, isto é, de um saber-fazer com a potência fálica. Não temos descortinado, neste conteúdo clínico, aspectos que nos auxiliariam a compor de forma mais depurada a economia libidinal do casal parental. Em se tratando de uma possível neurose contemporânea, alguns pontos seriam cruciais. Como o pai entra no discurso materno? Existem conflitos no âmbito de rivalidades edipianas? Havia alguma comparação da parte de Tom entre o investimento dos pais nele ele e nos irmãos?

A internalização reguladora da instância paterna pelos destinos da inscrição da castração é atropelada pela alienação destrutiva aos ditos do Outro. A função deste como operador simbólico pacificador encontra-se apequenada. Cravejado por um supereu que incide como imperativo de gozo, Tom manifesta o que denominamos como um estado melancoliforme. É

assombrado por fantasmas de devoração relativos ao gozo da pulsão escopofílica concentrado no olhar paterno. A localização do pai como lugar de potência é contaminada pela radical ambivalência. A hostilidade aparece irrevogavelmente sob a forma de desprezo e condenação, e o amor sob a forma de uma submissão radical a seu julgo. Sobrevém a fixação de Tom à posição de objeto mais-de-gozar e a produção de modos radicais de tamponamento da falta do Outro. A face do objeto *a* como objeto perdido, referente à perda originária de gozo, ao invés de causar o desejo do sujeito, lhe é insuportável. Sendo muito deficientemente simbolizado e subtraído para retornar como objeto de um fantasma que funcione como suporte de um laço com o Outro dialetizado pela subjetivação da falta fundamental, o objeto *a* retorna na realização do gozo fantasmático a céu aberto. Prevalece a literalidade do esforço de preenchimento através de um corpo pesado. A crença que o ancora se ordena pelo ressentimento direcionado às figuras do Outro por sua suposta insuficiência em interditar o gozo. O excesso pulsional subjuga o desejo.

Consideramos que as coordenadas explicitadas pela analista quanto às intervenções realizadas e à lógica da direção do tratamento foram imprecisas. Tentamos decifrá-las a partir de vagas indicações. Bonnaud faz alusão a seu semblante acolhedor no modo como escutou a longa e amargurada queixa deste rapaz. Depreendemos que a analista dá pistas de que o trabalho analítico permitiu a restituição do Outro simbólico eficaz por meio de um laço transferencial reabilitador da vitalidade libidinal. Ele parece ter reverberado em iniciativas do sujeito que visavam novos destinos para o transbordamento pulsional que não o do enclausuramento mortífero:

[...] é seu encontro com a psicanálise como *outro olhar*, um olhar que não julga, não debocha, não critica, não fala. É também um encontro inédito com a analista, presença viva e desejante, mais próxima do sentimento de vida. Lá, neste lugar aonde ele poder dizer, ao mesmo tempo o que ele é e o que ele queria ser, ele descobriu um apoio, permitindo-o achar como fazer limite ao gozo. A psicanálise é a via que lhe permitiu sair de seu fechamento, de seu corpo perturbado pelas *palavras ditas* de seu pai (BONNAUD, 2015, p. 33, tradução nossa).

Bonnaud indica, primeiramente, o laço estabelecido por Tom com o teatro. Poder nomear o desejo de ser comediante foi ordenador, embora ele não tenha tomado nenhuma medida efetiva para concretizá-lo em seu estado impregnado por pensamentos obsessivos sobre o temor de ser visto, julgado e de fracassar. A perspectiva de estar nos palcos lhe confere uma referência identitária capaz de franquear sua condição de objeto abandonado. O surgimento de uma afeição especial pela comida japonesa foi o segundo recurso construído por Tom para barrar sua ferocidade pulsional. A intermitente bulimia alimentar o levava a devorar tudo o que

ele gostava de comer no período infantil como, por exemplo, leite *Nestlé* e chocolate (BONNAUD, 2015). O hábito da refeição japonesa após esta entrega exaustiva à gula se tornou um fator estabilizador importante. O gosto pelo peixe cru e o sentimento de leveza daí decorrente começa a reconciliá-lo com a percepção de si próprio. Segundo Bonnaud, “comendo japonês, ele descobriu um remédio para seu peso, uma solução através de um ideal de comida. Ao demasiado pleno do passado, ele opôs sua invenção: o pouco do prato japonês” (2015, p. 30, tradução nossa).

Para essa analista, o significante “japonês” emergiu como um S_1 articulado à terceira solução de Tom, a saber, o interesse pelo *aikido*, uma arte marcial japonesa, cuja prática lhe proporcionou apaziguamento. Nessa atividade, ele encontra a figura de um mestre que encarna o respeito e o instrui sobre como utilizar seu corpo e como dominá-lo. Essas três defesas contra a exigência pulsional fazem de seu corpo um sintoma em parceria a um Outro que não o destrói (BONNAUD, 2015). Bonnaud sublinha que Tom as concebe em uma relação de oposição às opiniões políticas e às escolhas ideológicas de seu pai. Ela não se detém nesse aspecto. Mas talvez fosse possível captar justamente nesse ponto uma divergência de mentalidades decisiva para a elucidação do caso. Que orientação seria esta? Tratar-se-ia de uma rebeldia frente a um posicionamento parental mais patriarcal e conservador? Seriam soluções reativas que visavam um corte com o Outro parental, a fim de se extrair de uma alienação que o siderava em uma impetuosa angústia, devido ao não consentimento à castração? Seria esse pai encarnador de uma figura parental alheia à sua responsabilidade de transmissão simbólica, parasitada pelo ideário das relações igualitárias e equânimes a ponto de achar que podia se reportar ao filho como a um colega?

Ficamos sem notícias no que se refere às repercussões do percurso de análise de Tom no exercício da masculinidade. Teria esse S_1 algum lastro da significação fálica para organizá-lo frente à diferença sexual? O relato do caso dá prova de uma alienação ao significante que contém o gozo. Algo da Lei simbólica parece ter se sobreposto a esse imperativo de gozo ao longo do trabalho analítico. Entretanto, pelo que a analista descreve, a contenção pulsional não fez Tom abrir mão em definitivo do obsceno gozo autoerótico da devoração alimentar, nem da exacerbação de seu imaginário em torno do que representa como objeto para o Outro. A emergência do sujeito desejante se insinua no laço com o teatro, porém não ultrapassa sua fixação maciça como objeto mais-de-gozar a serviço de tampar a falta do Outro a qualquer medida.

4.2. Figuras do Outro “neodemocrático”

Examinaremos agora o fragmento clínico do caso de uma moça de vinte anos levada para tratamento com a psicanalista belga Monique De Villers. Seu quadro de anorexia se estendia desde seus dezesseis anos, época em que seus pais se separaram. De entrada, o caso põe em questão a frágil autoridade da psicanalista na situação, pois esse acompanhamento de alguns meses foi interrompido após a decisão de uma terapeuta sistêmica que atendia a família de hospitalizar Valérie, sob a justificativa da gravidade de sua saúde física com o emagrecimento descontrolado. Aparentemente, De Villers não participou deste encaminhamento. Não houve continuidade do trabalho nem durante, nem após a internação, por razões que não foram esclarecidas na vinheta clínica.

Valérie foi levada ao consultório da analista pela mãe, após muita insistência desta. Era universitária, trabalhava e, com seu rendimento financeiro, custeava sua residência em um alojamento estudantil. A família era composta por sua mãe, seu pai e por uma irmã mais nova. Todos frequentavam a terapia sistêmica, cuja motivação maior era tratar a anorexia de Valérie. A princípio contrariada, alegando não enxergar problema em si mesma e atribuindo sua ida à análise meramente ao objetivo de agradar a mãe, a moça logo reconheceu sua inclinação aos transtornos alimentares, em um circuito em que anorexia e bulimia se intercalavam. Qualquer alimento, mesmo uma folha de salada ou um pepino, a fazia se sentir inflada. Controlava obcecadamente sua necessidade de comer ao longo do dia e, à noite, costumava ficar compelida a devorar biscoitos, vomitando o que ingeria em seguida. Esse esvaziamento é apaziguador para Valérie. De Villers compara a instauração desse par engolir-rejeitar ao jogo do *Fort-Da*, designado por Freud como exemplar estratégia de elaboração psíquica da ausência do Outro. Para a analista, Valérie encarnaria o nada através de seu corpo, forçando algo da falta em uma figura do Outro demasiado sufocante. Apoiar-se no paradigma clássico da leitura lacaniana sobre a anorexia. Com efeito, Lacan (1962-1963b/2005) também sublinhou que, no *Fort-Da*, não se trata simplesmente de se instituir em uma posição de domínio, pois, com a ajuda do carretel, opera-se para o sujeito o destacamento do objeto *a*. A análise parece, então, tentar lançar luz para a literalidade com que se busca, no caso de Valérie, subtrair algo do próprio corpo para inscrever selvagememente a castração.

Essas formulações permanecem excessivamente genéricas e inférteis na prática clínica se não colorirmos essas figuras do Outro, assumidas pelos outros parentais, em suas especificidades estruturais. O cenário construído pela analista no decorrer da escuta dessa moça quanto aos Outros primordiais é o de um casal que funcionava de uma maneira em que “cada

um de seus pais vivia sua vida muito livremente” (DE VILLERS, 2004, p. 37, tradução nossa). A relação com a mãe é descrita como reivindicativa e demandante de um amor exclusivo, ao mesmo tempo em que não centraliza os conflitos narrados pela jovem. A construção do caso carece de dados mais precisos sobre a posição subjetiva materna. A analista recorta do relato da jovem a hipótese de que houve um luto mal elaborado, relativo à entrega de um filho anterior para adoção. O acontecimento, que havia vindo à tona recentemente, revelava que Valérie nasceu poucos anos após o nascimento de uma filha. Esta havia sido proveniente de um relacionamento fora do casamento e que sucumbiu com a notícia da gravidez. Essa mãe “havia recebido uma educação muito rígida” (DE VILLERS, 2004, p. 36, tradução nossa). Neste ponto, a analista parece ter “tomado o peixe por ele mesmo”, quando interpreta o relato sem problematizar o projeto ideológico que dá suporte às crenças e construções familiares. Para esconder a gestação da família, a mãe de Valérie viajou para o exterior, onde morava sua irmã mais velha. Lá teve o bebê e o disponibilizou para outra família. A segunda gravidez teria sido desejada e repleta de expectativas. No entanto, neste período, ela entra em uma grave depressão. Segundo o fio da estrutura lógica traçado por De Villers, à filha pertencia a função inconsciente de suturar o dessubjetivado vazio materno.

Ademais, na escuta de De Villers, a relação da jovem com o pai possui valor mais determinante. Uma lembrança teria fixado Valérie em seu modo de gozo. Nela, a moça recebia atenção especial do pai quando criança, em momentos nos quais manifestou problemas gástricos. Seu pai a fazia vomitar inserindo seus dedos na boca dela. Tal ritual, apesar de doloroso, a acalmava. A técnica era idêntica à utilizada por ela para vomitar depois de adulta na sequência de seus acessos bulímicos. Ela reencontrava semelhante sensação e o mesmo gosto ácido de outrora. Seu pai é retratado como sendo de perfil laxista. Exagerado no estilo atencioso, até mesmo intrusivo, mostra-se ineficiente como agente dos tradicionais interditos. Na ocasião da separação, Valérie mantém-se morando com o pai e passa a usufruir de um lugar privilegiado junto ao mesmo. Passa muito tempo em seu quarto, assistindo televisão. Comporta-se como a “pequena mulher da casa”, dedicando a maior parte de seu tempo ao laço com o pai. A ruptura desse “período idílico” ocorre quando ele inicia um novo relacionamento e sua namorada passa a residir com eles. Valérie foi expulsa do cômodo paterno aos berros do pai. Experimenta essa barreira como uma catástrofe. O gozo com a privação alimentar irrompeu pela primeira vez, nesse contexto, em um adoecimento marcado pela perda do apetite. A sensação de fome lhe agradou e a impeliu a seguir em regime. A partir disso, ela perdeu vinte quilos e deflagrou o quadro anoréxico.

De Villers aborda o impasse em jogo na perspectiva de um forte “amor edipiano não liquidado” (2004, p. 37, tradução nossa) e associado às dificuldades paternas em cumprir a função de enlaçar o desejo à Lei. A anorexia de Valérie configuraria um chamado a esse Outro simbólico, ao mesmo tempo em que seria fruto de sua rebeldia radical em admitir a entrada de um regime de gozo marcado pela Lei da proibição edípica. Ao constatar que não era tudo para o Outro, ela se esvaiu na posição de dejetivo: “por não ser a única a ter lugar no coração de seu pai, ela não será nada mais que uma sombra” (DE VILLERS, 2004, p. 37, tradução nossa). Indagamos mais uma vez se, ao restringir sua leitura de acordo com fundamentos edipianos pré-estabelecidos, a analista passa ao largo da consideração à mentalidade ideológica que orienta o funcionamento desta família. Cada análise requer uma investigação atenta sobre a discursividade que organiza o arranjo familiar. Conforme observa Checchinato:

A pulsão não encontra saída senão pela família humana. Trata-se de um valor da ordem da transmissão de gerações – algo simplesmente irreduzível ao biológico ou ao social, algo que diz respeito ao desejo nominado de formar uma parceria conjugal e, com base nela, o voto parental, o desejo nominado de ter um filho que seja a continuidade da vida e dos ideais do casal (2007, p. 167).

Os ideais nutridos por um casal, seu posicionamento frente à ordem simbólica que coordena a cultura, bem como o calibre do desejo particularizado endereçado à criança, são legados essenciais para as soluções que serão eleitas pelo sujeito para se haver com as exigências pulsionais. Na construção do caso de Valérie, verificam-se elementos proeminentes de que sua família se alinhava a uma curvatura ideológica rebelde à convencional ordem burguesa de base cristã. Eles parecem inclinados a uma atitude crítica e de tendência revolucionária diante da modalidade tradicional de aparelhamento do gozo. De Villers não se ocupou de diagnosticar esse atravessamento discursivo, embora tenha pinçado aspectos – provavelmente sem ligar os pontos –, que dão maior clareza à caracterização dessa família. Nela, a transmissão da diferença geracional não parece ser um dos pilares centrais. Ela parece mais impulsionada pelo projeto neodemocrático que resplandece no cenário contemporâneo. O temor e a rebeldia maternos em relação a uma família considerada como “rígida”, as “liberdades” valorizadas na convivência parental, assim como o estilo “laxista” do pai, sinalizam um relaxamento das interdições cerceadas pela tradicional moral civilizatória. Temos vestígios da hegemonia de uma ordem preconizadora da fraternidade e da complacência como valores norteadores. “Ser companheiro” da filha comporia um dos ideais que regem a conduta de seu pai. Este chega a começar um regime junto à filha na expectativa de que pudesse gerenciar a perda de peso de Valérie através desta cumplicidade.

De Villers pondera essa dinâmica sob a ótica de um pai intrusivo e que alimenta a promessa de realização do desejo edípiano. De fato, como adverte Melman (2013), o contemporâneo aponta para uma economia libidinal incestuosa, sem que se configure factualmente a realização de incesto. A tônica incestuosa é conferida pela fragilidade de limites e de interdições que tornem o objeto simbólico. Aprendemos que, sob a face do elogio à permissividade e à autonomia que desmentem a função do Outro simbólico, habita a face do imperativo de consumo. Como saldo, tem-se a propagação do egoísmo pulsional em diversas fixações de gozo esmagadoras. Aventamos a hipótese de que os gritos do pai de Valérie para que ela saísse do cômodo, no qual ela passara a forjar uma vida conjugal com o pai, não estavam imbuídos do peso simbólico de inscrição das regulações de parentesco. Teria sido, acima de tudo, pura manifestação do homem em sua busca pela satisfação sexual com a namorada. A adesão a uma perspectiva “neodemocrática” mostraria, aqui, seu brutal preço de desmentido do real da diferença geracional e de seu valor na organização pulsional dos ascendentes.

Além disso, também podemos conjecturar que o estado depressivo em que sucumbiu a mãe de Valérie no contexto de uma gravidez inicialmente muito desejada esteve atrelado ao arrependimento pela inexorável perda de gozo em jogo na assunção da maternidade. Teriam pesado as restrições à liberdade que o cuidado a uma criança implica? Não à toa, posteriormente, ao contrário do que se esperaria em um ordenamento mais tradicional das convenções, na ocasião da separação conjugal, as filhas passam a viver com o pai. Essas hipóteses ganham um viés bastante especulativo, na medida em que a analista subestimou a importância desse escopo discursivo-ideológico e suas consequências para a apreensão parental de suas funções.

Sustentamos que a anorexia de Valérie é sintoma dessa verdade discursiva familiar. A modalidade de laço com o Outro que o define refuta a impossibilidade de ser ou ter tudo. A convulsão anoréxica se erige justamente quando o real do impossível se impõe. A transmissão operada pelas figuras primordiais dificulta a extração dos objetos *a*. O que acena é o fantasma a céu aberto. O objeto *a* transita como objeto nada, mais-de-gozar estampado no corpo raquítico. *Ser nada* para o Outro é a construção fantasmática que vigora frente ao encontro com a castração, na ocasião em que Valérie testemunha algo da posição sexuada do pai que lhe indica uma proibição precariamente subjetivada. A partir de então, é tomada pela revolta.

A rivalidade com a companheira do pai ganhou contornos cada vez mais expressivos. Valérie a vigiava e furtava seus instrumentos de sedução, tais como maquiagem, perfume e batom. De Villers, contudo, notou um recuo da moça em servir-se dessa figura como referência identificatória, pois ela não utilizava os objetos furtados para também causar o desejo de um

homem. Pelo contrário, um relacionamento amoroso foi rompido devido à condição de sua magreza. Sua obstinação era presidida pela tentativa de desafiar o pai. Outras provocações, como sair sem dizer aonde ia, configuraram um modo de testar e apelar à intervenção paterna. Sem sucesso. Seu contratempo radical no que se refere ao consentimento à entrada do Outro simbólico parece ter se tornado cada vez claro. Sem a chancela de um Pai como eixo contundente para a orientação do gozo, o laço com novas figuras do Outro ficava perturbado em sua eficácia simbólica.

Um sonho trazido à análise introduziu a esperança em um possível redimensionamento. Nele, uma bruxa enterrava Valérie sob uma pilha de ramos. Em seguida, subia em um telhado, de onde olhava para o que havia acabado de fazer. Valérie via este olhar que a olhava. Era capturada por ele. Para De Villers, “este olhar indicava que, mesmo se ela se deixava enterrar pela rival, alguma coisa permanecia viva e a mantinha no campo do Outro” (2013, p. 37, tradução nossa). Interrogamos se esse seria o princípio da inscrição de um supereu sublimatório, herdeiro do complexo de Édipo, tal como designou Freud (1923/1996). Teria a transferência analítica já potencializado a submissão do Outro do gozo ao Outro da Lei? Infelizmente, a vinheta clínica é esvaziada de apontamentos quanto à lógica das intervenções e à relação transferencial. A interrupção súbita do tratamento por decisão de outro profissional também não é melhor desvendada. Ficamos, assim, desprovidos de substratos clínicos para decantar o caso.

4.3. O desmentido paterno em um caso de bulimia

Um outro fragmento clínico compartilhado por Bonnaud nos obrigou a uma reescrita e a um reordenamento mais drásticos da construção exposta, devido ao estilo romanesco e pouco rigoroso da formalização do caso. Mais uma vez, constatamos uma credulidade muito apressada da parte da analista no discurso do sujeito, como se este coincidissem plenamente com a concretude da experiência. Não conseguimos nos apoiar nas lacunas que apontariam para o inconsciente, em hipóteses acerca de elaborações fantasmáticas do sujeito, nem em um panorama mais realista do que se passou em seu entorno. Despojadas dessas pistas e dos passos que elas teriam fornecido no curso da investigação analítica, assumimos o risco de traçar algumas suposições com base em nosso estudo e em nossa remontagem do relato.

Jeanne possui vinte e dois anos, chegou ao tratamento em um período crítico de crises bulímicas. Encontrava-se em um estado depressivo devido ao rompimento amoroso com um rapaz com quem havia vivido desde a sua adolescência. Ela morou com ele e sua família por anos até que o pai do rapaz morreu. A analista narra que, ao mesmo tempo em que Jeanne perdeu

a ancoragem de uma família que considerava ideal, sentiu-se rejeitada como mulher. Após esses acontecimentos, a vida perdeu o sentido. Tais conflitos não são expostos na vinheta minuciosamente. Inferimos que, de entrada, podem sugerir a relevância da *perda do ideal* e do *sentimento de ser rejeitada* na vivência psicopatológica desta moça.

As circunstâncias da mudança de sua residência para a casa da família deste rapaz não foram suficientemente clarificadas pela analista. Sabe-se que os pais se separaram quando Jeanne tinha treze anos e que, a princípio, ela foi morar com seu pai. Porém, logo em seguida, ela passou a morar na casa desta segunda família. O laço entre as duas famílias, a razão específica e as expectativas que cercaram esta decisão para seus pais, no que se refere aos cuidados da filha, são algumas das obscuridades que turvam nossa apreensão sobre as especificidades do posicionamento de seus pais frente à filiação e à responsabilidade parental. Essas informações seriam capitais para recompor todo o cenário delineado na construção do caso. Ora, sem esse exercício de discernimento, Bonnaud novamente parece suscetível a acreditar nas queixas da paciente tal como elas se apresentam. De sua nova família temos um rastro: é considerada “uma família ideal”, sendo constituída por “um casal parental exemplar” (BONNAUD, 2015, p. 59, tradução nossa). O que acamparia essa percepção? Um fantasma de compensação para o real insuportável da separação dos pais? Ou, ainda, a identificação à crença dos pais ou de um deles, com a visada de assegurar estabilidade à filha? Contribuíram materialmente para a sua criação? Como vivenciavam essa conjuntura? Estas são algumas, dentre várias perguntas necessárias. A analista constata que o furo gerado pela fratura do ideal representado pela segunda família atualizou o teor fortemente traumático da separação parental. A interrogação sobre qual foi seu lugar no desejo deles fissa os questionamentos dessa moça. Jeanne afirma ter vivido muito cedo sem contar com os pais. O discurso da moça sobre os pais é tonalizado pela intensidade afetiva. Segundo Bonnaud, a hostilidade pela mãe é proporcional ao amor pelo pai:

Para ela, seu pai é generoso, sensível e inteligente, enquanto sua mãe é invejosa, ameaçadora e atormentada por um desejo de vingança em direção ao homem que ela amou e que lhe fez a afronta de enganá-la e de ser brilhantemente bem-sucedido após o rompimento deles (BONNAUD, 2015, p. 59, tradução nossa).

A analista descreve que, quando a jovem estava com dezesseis anos, seu pai lhe escreveu uma carta avisando que havia tido outra filha. Mas pediu-lhe sigilo quanto à revelação deste fato a sua mãe, receando que ela tivesse um colapso. Esse segredo foi mantido por cinco anos. Nesse ínterim, seu quadro bulímico se exacerbou. A descoberta do fato pela mãe foi

apaziguadora para Jeanne. Diante dessa concatenação de eventos, a analista lê o sintoma bulímico como uma resposta no real à criança escondida, da qual Jeanne não queria saber por esta supostamente ter tomado seu lugar no investimento paterno. Para Bonnaud, sua posição cúmplice do dito paterno oculta a depressão pela perda de valor junto ao Outro. Ela seria o “falo morto”.

A bulimia de Jeanne se articula ao ato transgressivo. Tal ato possui uma peculiaridade. A moça se empanturra exclusivamente da comida roubada da geladeira de sua mãe. A geladeira paterna não é alvo neste circuito. Segundo a interpretação da analista, pegar a comida da mãe às escondidas seria um recurso para conferir o valor de troca ao alimento. “Se fazer geladeira” corresponderia a se valer do que a mãe tem e ama. Jeanne buscaria, por intermédio desse ritual, restituir-se do amor materno que perdeu na infância – em sua leitura perdido, porque foi “roubado”, subtraído indevidamente. Em seguida, Bonnaud elenca elementos importantíssimos à exatidão das figuras do grande Outro neste caso. A mãe da moça exercia uma profissão relacionada à culinária. Sublimou a comida fazendo dela um meio para ganhar sua vida. Já o pai, por sua vez, roubava em lojas na companhia dos filhos. Pai e filhos riam e regozijavam do ato. Nesta toada, Bonnaud localiza o sintoma bulímico de Jeanne como uma metáfora que condensa os significantes-mestres de seus pais através da identificação aos seus modos de gozo: nutrir e roubar.

Todas essas explicitações nos conduzem a esboçar novas suposições para a abordagem deste fragmento clínico. O cerne do funcionamento desta moça nos parece ser a identificação ao desmentido paterno dos interditos que regem o pacto social. Esse pai transmite seu deboche e rebeldia à ordem simbólica ao convidar os filhos a testemunharem seu delito. A veneração ao pai – considerado como generoso, sensível e inteligente – retrata a eficácia de um laço mergulhado no confronto à legitimidade do Outro simbólico. Isso em detrimento da identificação à figura materna. Observa-se que esta encarna um sucesso sublimatório da pulsão oral, e um posicionamento voltado ao trabalho que transmite uma relação de abertura ao Outro simbólico que é hostilizado pela filha. Nesse enquadre, podemos conjecturar se o triunfo paterno e a instabilidade materna após a separação conjugal traduzem a dimensão conflituosa de uma mulher que superinvestiu em um casamento submergido pela decepção, frente à irresponsabilidade e aos comportamentos “fora da lei” do parceiro. Teria esta mulher afundado em uma depressão? A impostura do homem teria reincidido em seus efeitos de devastação para a mãe de Jeanne, no que o mesmo rapidamente engaja em outro relacionamento e gera outra criança?

O sintoma bulímico se acirra justo quando o desmentido paterno vem a lume mais uma vez, evidenciando os efeitos nocivos de desregulação pulsional de sua referência a uma figura paterna marcada pelo desmentido. Em seu gosto pela delinquência, este não outorga uma ordem simbólica que barra o gozo. A resposta desproporcionalmente masoquista ao encontro com a castração advém dessa interpretação de que ela diz respeito a uma mera injunção desnecessária. Por conseguinte, emerge uma posição fantasmática de rebotalho do desejo do Outro. A outra face é a busca em elidir a qualquer custo a dimensão da castração – Jeanne oculta o desmentido paterno ao preservar a existência de mais um filho deste como um segredo. O alimento obtido de modo transgressivo por Jeanne atribui maior consistência ao objeto. Trata-se do fracasso da negativização do gozo subjacente à rebeldia e à destituição daquela que representou solitariamente o lugar do Outro simbólico na dinâmica familiar.

Um sonho parece indicar uma acessibilidade importante da jovem à inscrição simbólica do interdito, ainda que Bonnaud (2015) não faça nenhuma alusão se a lógica do tratamento seguiu esse viés. Nele, a moça está em uma casa, atravessa uma cozinha, quando um homem a toma pelo braço e a acusa de ter roubado comida. Bonnaud aponta que a base fantasmática vinda à cena nessa produção onírica pertence ao mesmo registro de *bate-se uma criança: Jeanne é acusada de roubo pelo pai*. Vislumbra-se um pai interditor. Jeanne aparece, então, submetida ao crivo da Lei.

4.4. A transmissão dos referenciais identificatórios em questão

Bonnaud (2015) também elaborou a vinheta clínica do caso de Roseline, uma jovem universitária – cuja idade não é informada – que padecia de um sintoma anoréxico há muitos anos, desde a adolescência. O evento desencadeador teria sido o comentário de sua mãe de que ela estava muito gorda. A jovem ficou muito impactada com o dito materno e, desde então, iniciou um regime descontrolado, até estabelecer uma dieta encurralada em poucos legumes e produtos lácteos. Chega ao tratamento com trinta e seis quilos, amenorreica e com sérios problemas dentários devido à desnutrição. Não se via emagrecendo. Percebia-se em sobrepeso.

O estilo novelesco da escrita dessa autora mais uma vez compromete a concatenação dos eixos cardeais que orientariam com mais nitidez a organização do caso. Compete-nos, mais uma vez, um trabalho prévio de reconhecimento de presumíveis norteadores. A relação dos pais de Roseline com a alimentação possuía particularidades insuportáveis para a moça. Era uma família de imigrantes com descendência judaica. Compravam comida em excesso. A geladeira estava sempre entulhada. Era obrigatório que nada faltasse. A falta era preenchida pela

aquisição desmedida de alimentos. Junto à abundância, vinha o desperdício, pois não consumiam o que compravam com a mesma avidez. A produção desse resto era intolerado pela mãe de Roseline, por considerar imperdoável jogar a comida no lixo, ao passo que outras crianças morriam de fome. Ela insistia para que a filha comesse tudo. Roseline emagreceu para forçar a instalação de um vazio. Mas isso a mantém nas garras do discurso materno, que também solicita que ela emagreça. Imperativos contraditórios – tais como *Pare de comer!* e *Coma!* – rondam Roseline.

Para Bonnaud, o corpo esquelético dessa moça é sintomático de sua resposta ao não dito parental que pairava quanto à morte de familiares nos campos de concentração nazistas. Seu conhecimento acerca deste ocorrido era recente. Reprovava seus pais por não terem lhe contado. Bonnaud conjectura que Roseline mostrava seu corpo desumanizado para encarnar o horror do campo de concentração e, assim, significá-lo à sua família. A geladeira entulhada e a presentificação da filha como um corpo sem carne, atestariam esse trauma mal elaborado simbolicamente pela mãe, assinalando uma indiferenciação maciça entre mãe e filha.

Não há menção sobre a posição do pai de Roseline frente à angústia da esposa. Talvez o apagamento fosse, de fato, sua resposta. Bonnaud mais uma vez parece acreditar e tomar como verdade concreta uma descrição certamente permeada por ficções fantasmáticas a serem relativizadas em análise. Os pais da jovem concebem o emagrecimento da filha como resultante de uma doença somática. Não se toca no problema, as conversas intrafamiliares são escassas. Sua mãe foi entrevistada por um psiquiatra durante uma hospitalização de Roseline, o qual lhe prescreveu ansiolíticos e antidepressivos. A analista fornece a impressão de ter tido acesso a essa informação indiretamente, através de Roseline. A moça descrevia a mãe como uma “faminta de narcisismo”. Era assombrada pela certeza de não ter tido lugar no desejo materno. Soube que ela havia passado por um episódio depressivo durante a gravidez. Somou-se a isso o fato de que sua mãe havia confiado o bebê à própria mãe, avó materna de Roseline, sob o pretexto de apoiá-la no luto de seu marido. Roseline não deixa de se servir da avó como referência identificatória. Prova disso foi sua escolha profissional pelo cinema e pela escrita de enredos envolvendo amor e crimes, traço da transmissão do interesse da avó em assistir filmes desta temática. Contudo, o desapontamento com aquilo que se idealizava no laço com Outro primordial materno a lança em um expressivo entrave identificatório.

Freud (1914/1996; 1921/1996) localiza o papel das identificações para a formação de um eu aparelhado subjetivamente para lidar com as exigências pulsionais e as da realidade. O eu emerge como objeto libidinal a partir dos investimentos endereçados ao mundo externo em busca de satisfação. Os laços estabelecidos ganham inscrição psíquica pela via do amor, e a

libido retorna ao eu para, posteriormente, ser investida narcisicamente nos objetos. A identificação é um registro psíquico da relação ao Outro estruturante de como se molda o eu. Lacan (1961-1962. Inédito) a define como identificação a um traço único (*Einzigster Zug*) que funda o sujeito do inconsciente, nomeando-o frente à cadeia significante. Tal traço é despersonalizado e pressupõe a saída do narcisismo primário. Ou seja, o ultrapassamento da identificação primária a um eu ideal candidato a ser objeto complementar de um Outro absoluto. É regulado pela internalização do ideal do eu, logo, pela mediação da identificação paterna pós-edipiana. Surge da perda de gozo com a extração do objeto *a*. O Outro aqui não é devorado. Dele é “pinçado” um traço no qual o sujeito se apoia em sua resposta ao real.

A identificação materna encontra-se obstaculizada para Roseline. Se servir de um traço da figura do Outro encarnado pela avó é revelador de que a metáfora paterna aqui não se encontra ausente, embora empobrecida, já que não é propulsora de uma ligação mais vitalizada com o mundo. Roseline é arrastada pela inércia e pelo fantasma de inutilidade. A execução das necessidades mais básicas é encarada como estorvo. Seu estado melancoliforme gera essa imobilidade, drenando reserva energética do eu, o que é indicativo da frágil passagem do eu ideal ao ideal do eu.

A evolução do tratamento nos sugere pistas de um esboço de restituição do prestígio do Outro simbólico. Em certa sessão, a analista intervém sublinhando o duplo sentido homofônico de uma frase dita pela paciente sobre a mãe: *elle m'aime* – ela me ama e ela mesma (*elle même*). Segundo Bonnaud, tal enunciado funda um corte entre mãe e filha, na medida em que reenvia a jovem para seu fantasma: – *Quer ele me perder? (Veut-il me perdre?)*. O fantasma de desaparecimento, ao ser nomeado, produziu um efeito de destacamento de sua posição de objeto frente ao Outro. Um sonho parece ter consagrado mais efetivamente essa passagem do excesso pulsional ao desejo de viver: “Estou na cozinha e preparo um jantar de festa para minha família. Mas eu vejo, no fundo da panela, os alimentos se tornarem transparentes, e eu tento recuperá-los, pois tenho medo de que eles desapareçam... Eu acordo” (BONNAUD, 2015, p. 57, tradução nossa). Roseline começa a se apropriar de uma identificação forte na transgeracionalidade das mulheres de cultura judaica: o gosto por cozinhar. A cozinha é vista por Roseline como um lugar da mãe e da avó. Não se considerava com afinidade para tal atividade, jamais havia aprendido. Seu sintoma anoréxico se interpreta por sua repulsa a este traço. A analista formula para a jovem que ela também gostaria de lhes fazer algo para comer. Ainda que, na produção do sonho, os objetos tivessem desaparecido, isso não apagava o fato de que, movida por seu desejo, eles haviam sido preparados para serem comidos. A analista, outorgando esse saber-

fazer com a falta, é parceria no erguer de um laço renovado com o Outro, no qual a perda do objeto se torna a via de acesso à posição feminina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Enfrentemos a possibilidade de erro, mas não nos deixemos dissuadir de buscar as implicações lógicas da hipótese”.

FREUD, 1914 – *Sobre o narcisismo: uma introdução*.

As peculiaridades da práxis contemporânea implicam um encontro com o real, no sentido postulado por Lacan de que “isso não se arranja imediatamente” (1964b/1998, p. 159). Elas convidam a decantar a atualidade dos conceitos psicanalíticos. O famigerado declínio da função paterna como discurso do mestre social trouxe uma espécie de nevoeiro que embaça as estruturas clínicas e seus modos específicos de negação da castração do Outro. O terreno das neuroses foi invadido por uma safra de fenômenos que dão provas de uma relação psicotizada com a realidade. Com frequência, são eleitos personagens consistentes no mundo externo que personificam a figura do Outro abusador, construção esta que outrora estava abrigada no reduto fantasmático.

Enquanto as neuroses clássicas se retroalimentam de conflitos psíquicos edipianos, as neuroses contemporâneas possuem como âmago o desmentido banal e rebelde da castração. O complexo de Édipo fornece a roupagem de romance familiar à estrutura da linguagem. Se o sujeito deve efetivamente renunciar a acreditar que tudo lhe é possível, não é exatamente porque tem um pai, mas porque fala (CHEMANA, 1991). Por falar, ele não tem acesso direto ao objeto de seu desejo. Nenhum significante pode vir a dizer sobre o que ele é, ou assegurá-lo de seu ser. Sendo assim, a incerteza sobre o que o Outro da linguagem quer é fonte de angústia. De acordo com Lacan “a angústia é justamente algo que se situa alhures em nosso corpo, é a suspeita que nos vem de que nos reduzimos ao nosso corpo [...]” (1974/2003, p. 38). A referência ao pai se apresenta como uma mediação para lidar com o Outro. Esse pacto simbólico é humanizador e engloba um compromisso de valores: ser moral, ser justo, ser um bom filho etc. Com a desqualificação sistemática do Outro simbólico, facilmente o impasse diante da falta do Outro é encaminhado pela fetichização desgovernada de objetos de consumo.

Em contrapartida, o denominador comum das configurações neuróticas clássicas e contemporâneas é uma resposta fantasmática à angústia em que o sujeito se faz objeto do Outro. De tal forma, ele tenta reter alguma marca de seu ser. Sustentamos, nesta tese, a afirmativa de que o desmentido da autoridade paterna maximiza a experiência da falta do Outro como algo

insuportável, como puro trauma, não dando margem à elaboração sexual do desejo. Desmente-se que nunca se foi aquilo que faltava ao Outro, numa posição fantasmática que força uma sutura da dimensão da falta. O sujeito se ricocheteia para a posição de dejetivo de forma radical. Por não poder ser um objeto *a* absoluto para o Outro, vê-se relegado a nada. Prevalece o fantasma de um dano narcísico irremediável. Em alguns casos, conforme demonstramos, essa desregulação produz o estado melancoliforme, dada a inativação do falo como o que pode vir a suportar simbolicamente o significante faltante do Outro.

Sem a elevação fantasmática do falo, o gozo é radicalmente estrangeiro e o sujeito se percebe desamparado frente ao Outro (LÉRÈS, 2004). A falta do Outro perde seu poder simbólico por não mais alavancar a crença universal na potência paterna contra a desproteção. Por conseguinte, a perda de gozo é traduzida como abandono. A psicotização do fantasma se instaura no ponto em que a carência do falo como mediador na inscrição sexuada da falta é preenchida pela certeza inabalável da existência de uma figura do Outro hiperconsistente. Nosso exame casuístico foi bastante emblemático na prova de que alguns transtornos alimentares podem afigurar como respostas no real do corpo a esse desarranjo. O Outro e seus ditos são absolutos, operam muito precariamente como alicerces de uma identificação pós-edipiana inconsciente. O imaginário encontra o real do gozo sem o anteparo de um Outro como eixo simbólico forte apto a conter e significar o excesso pulsional.

Aproximamos essas psicopatologias de uma interpretação do real impossível como insuficiência ou ingratidão caprichosa do Outro. Elas são expressão da posição de consumidor insatisfeito que reivindica uma compensação de gozo. A decadência da função paterna não corresponde à extinção do Outro, mas a alterações nos parâmetros de organização vigentes. Subsiste a crença de um Outro ilimitado, que pode tudo. Evidentemente, a lógica de mercado capitalista se serve bem dessa ficção ao se candidatar a ser essa figura do Outro provedora de objetos de satisfação para “todos os gozos”. Alcançamos um componente imprescindível das subjetividades próprias à nossa época ao argumentarmos que o discurso capitalista engendra tal tipo psíquico sedento por novas ofertas de gozo. Também comendo o caldo ideológico contemporâneo, o *pathos* revolucionário aguça o imaginário coletivo na reivindicação ilimitada do direito ao gozo. Não se trata de defender “com unhas e dentes” o patriarcado. Mas a clínica prova ser urgente refletir sobre as incidências psicopatológicas dos ideários de libertação contra o poder arbitrário da autoridade, de substituição da ordem espontânea da tradição e do extremo igualitarismo, na medida em que se disseminam cada vez mais nos vínculos intrafamiliares. Em muitos casos, a família é transmissora dessa nova ordem simbólica. Cabe-nos atentar para a intensificação da deriva pulsional nos quadros psicopatológicos referidos a esse laço social.

Conjuntura paradigmática do que disse Lacan trata-se de “encontrar no próprio impasse de uma situação a força viva da intervenção” (1947/2003, p. 113).

Conforme demos ênfase nesta tese, o lugar da criança, as concepções de parentalidade e de autoridade parental passaram por transmutações decisivas na sociedade contemporânea. O tecido social moderno ressignificou o ser da criança, criando o sentimento de infância como algo a ser resguardado pelo seio familiar e pela escolarização. Inaugurou um funcionamento mental arraigado no sintoma coletivo da criança como objeto libidinal dos pais e, por essa razão, merecedora de investimentos exclusivos. Freud (1914/1996) nomeia esse fantasma como “sua majestade o bebê”. Contudo, ele também acentua que esse tempo de privilégios e direitos da constituição subjetiva precisa ser sobreposto pela transmissão das prerrogativas e deveres da moral sexual civilizada. Os complexos de Édipo e de castração estruturam essa passagem.

Nos dias atuais, esse endeusamento da criança foi maximizado e pervertido. A compreensão, a felicidade e o amor se tornaram imperativos morais, direitos adquiridos. As psicopatologias desencadeadas na infância e na adolescência – e desse escopo participam muitos transtornos alimentares – são congruentes com a dificuldade parental de arcar com o próprio dano narcísico implicado no encontro com a castração. A prole se torna depositária do desmentido banal da impossibilidade de satisfação sem perda. Consequentemente, a instância parental exagera nas satisfações com a série interminável de objetos de consumo, para que a criança venha ter e ser tudo o que quiser. A autoridade parental é desmantelada pela desobrigação de barrar o excesso alimentar ou a obstinação da recusa ao comer que um filho pode manifestar. Essas vicissitudes na micropolítica familiar andam de mãos dadas, como explicitamos, com a reivindicação social da democratização de novas formas de gozar, arredias aos vestígios das referências patriarcais. A diferença geracional é repelida, em prol dos laços igualitários. Em algumas circunstâncias, o transtorno alimentar é a emergência do real do arranjo inconsciente parental talhado pelo desmentido.

Nossa avaliação histórico-discursiva das figuras do Outro na diacronia do laço social permitiu atinar para a importância de costurar a política e o discurso do Outro como fundantes do inconsciente. Como aprendemos que somente da incompletude pode surgir a contingência de uma nova inspiração, nesse tempo de concluir, coloca-se, para mim, a pertinência do avanço no aprofundamento das concepções de Estado e indivíduo nas linhas de pensamento liberal e marxista. Minha expectativa é a de que o estudo dessas retóricas nos permita contemplar as modalidades de constituição psíquica contemporâneas. Ambas as ideologias, a neoliberal e a neoesquerdista, se erigem arquetizando figuras do Outro que deixam marcas no caráter e nos

fantasmas. Parece-me coerente investigar a particularidade da realidade histórico-discursiva brasileira para que o exame de nosso repertório casuístico nesse contexto possa ser aprimorado.

A angústia possui a potência de precipitar uma mudança de posição subjetiva, mediante o cálculo da defasagem entre o que se é no fantasma e o que se pode ser na realidade. Esse tempo bascula para a chance de reconhecimento de sua solidão de sujeito fundado na equivocidade da língua (LERUDE, 1991). Os distúrbios alimentares e seus estados melancoliformes são retratos fiéis do terreno pantanoso da devastação, da morbidez corporal que o campo do gozo assume quando desarticulado de um eixo simbólico forte de transmissão. A impossibilidade desses sujeitos de se manterem como exceção à castração os afunda em uma posição depreciada e depressiva. O embate entre a realidade da castração e o imperativo de gozo culmina em um retumbante masoquismo, uma vez que a insubordinação do fantasma à renúncia imposta pela vida expõe o sujeito ao *pathos* da desmesura e da autodestruição. A fantasmática oral a céu aberto nos transtornos alimentares confere uma exemplar inteligibilidade a esse circuito infernal. Querer sempre mais corresponde ao visceral e irreduzível fantasma de ser tudo para o Outro e exceção à castração.

Frente a esses elementos, o fazer clínico com as neuroses contemporâneas e sua constelação de novos sintomas não pode deixar de se pautar pelos pilares fundamentais do trabalho analítico. Mais ainda, convida a uma sustentação decidida deles. Trata-se de confrontar o sujeito com o dizer latente em seus ditos, e, portanto, com suas significações infantis para os impasses relativos à não relação sexual. O desafio consiste em promover uma experiência de ressignificação retificadora da posição do sujeito diante do desejo, por meio da localização dos desmentidos da castração que assolam sua relação com a autoridade simbólica. Em vários dos casos de nossa revisão casuística, o momento de virada de reabilitação da potência do Outro simbólico se estabeleceu a partir do relato de um sonho. A formação do inconsciente denota a possibilidade de realocização frente ao objeto *a*, pois prenuncia uma falha no discurso que remonta ao real da hiância entre os significantes. A função do psicanalista implica, portanto, a introdução do real da marca de que ao Outro falta radicalmente um significante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFARO, A. (2011). **La promotion de symptômes sociaux**. 2011. 205 fl. Thèse (Doctorat en Psychanalyse) – Département de Psychanalyse, Université Paris VIII, Saint-Denis, 2011.

ANTUNES, M. C. da C.; DANEMBERG, K. M.; CALDAS, M. L.; OLIVEIRA, F. L. G. (2011). A obesidade como sintoma contemporâneo: uma questão preliminar. **Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana**, Rio de Janeiro, v. VII, n.13, p. 96-106.

ARIÈS, P. (1978). **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 2016, 196 p.

BARBOSA, D. S. (2010). Anorexia mental como resistência à onipotência materna. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, Rio de Janeiro, v. VIII, n. 2, p. 229-242. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-1982010000200006>. Acesso em 20 jan. 2015.

BEAUD, M. (2010). **Histoire du capitalisme - 1500-2010**. Paris: Éditions du Seuil, 457 p.

BERLINCK, M. T. (2014). As bases do amor materno, fundamento da melancolia. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 403-406. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141547142014000300403&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 mai. 2016.

BIDAUD, É. (1998). **Anorexia**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 148 p.

BLANCO, M. F. (2000). La posición anoréxica. In: GORALI, V. (Org.). **Estudios de anorexia y bulimia**. Buenos Aires: Atuel, p. 51-61.

BONNAUD, H. (2015). **Le corps pris au mot: ce qu'il dit, ce qu'il veut**. Paris: Navarin/Le Champ Freudien, 213 p.

BRODSKY, G. (2014). **Fundamentos 1. Comentario del Seminario 11**. – 1a ed. Buenos Aires: Grama Ediciones, 213 p.

BROUSSE, M. H. (1989). A fórmula do fantasma?. In: MILNER, G. (Org.). **Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 78-91.

_____. (1992). La mère dans la psychanalyse. **Révue Quarto**, Bruxelles, n. 47, p. 25-33.

_____. (2014). A psicose ordinária à luz da teoria lacaniana do discurso. In: COELHO DOS SANTOS, T.; SANTIAGO, J.; MARTELLO, A. (Orgs.). **Os corpos falantes e a normatividade do supersocial**. Rio de Janeiro: Cia de Freud, p. 259-280.

BRUSSET, B. (2008). Anorexia mental e bulimia do ponto de vista de sua gênese. In: URRIBARRI, R. (Org.). **Anorexia e Bulimia**. São Paulo: Escuta, p. 51-60.

CAMARGO, S.; COELHO DOS SANTOS, T. (2012). O Homem dos lobos e a atualidade da

incerteza diagnóstica. **Tempo Psicanalítico**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 44, p. 13-33.

CAMPOS, S. de. (2016). **Obesidade em jovens: frustração, angústia, gula e culpa – A lógica psicanalítica do ganho de peso**. Belo Horizonte: Escola Brasileira de Psicanálise, 373 p.

CHAVES, E. (2005). **John Locke, o pai do Liberalismo**. Disponível em: <<https://liberal.space/2005/08/19/john-locke-o-pai-do-liberalismo/>>. Acesso em 28 mai. 2017.

CHECCHINATO, D. (2007). **Psicanálise de pais: crianças, sintoma dos pais**. Rio de Janeiro: Cia de Freud, 181 p.

CHEMANA, R. (1991). A referência ao pai em psicanálise: passe e impasses. In: TEIXEIRA, A. B. do R. (Org.). **O sujeito, o real do corpo e o casal parental**. Salvador: Ágalma, p. 152-164.

_____. (2013a). Un fantasme est analysé. In: LACÔTE-DESTRIBATS et al. (Orgs.). **Questions cliniques: qu'appelons-nous fantasme? – Séminaires de l'Association Lacanienne Internationale**. Paris: ALI, p. 11-24.

_____. (2013b). Nouvelles remarques sur le sujet et l'objet dans le fantasme. In: LACÔTE-DESTRIBATS et al. (Orgs.). **Questions cliniques: qu'appelons-nous fantasme? – Séminaires de l'Association Lacanienne Internationale**. Paris: ALI, p. 259-270.

COELHO DOS SANTOS, T. (2001). **Quem precisa de análise hoje? O discurso analítico: novos sintomas e novos laços sociais**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 336 p.

_____. (2008a). A política do psicanalista: o saber da psicanálise entre ciência e religião. **Psicologia em Revista**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 63-82. Disponível em: <http://www2.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20081029093206.pdf>. Acesso em 10 dez. 2015.

_____. (2008b). Sobre os finais de análise: sexuação e invenção. **Tempo Psicanalítico**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 40, p. 105-120.

_____. (2009a). Sobre a clínica da psicanálise de orientação lacaniana: dos impasses da sexuação à invenção do parceiro-sinthoma. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 9-26. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982009000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 nov. 2016.

_____. (2009b). Não existe pecado do lado debaixo do Equador? **Cadernos de psicanálise**, Rio de Janeiro, v. 35, p. 121-142.

_____. (2010). **As intervenções do analista na clínica lacaniana**. Rio de Janeiro: UFRJ, 29 p. Relatório resumido do projeto para o CNPq relativo ao período 2007/2010.

_____. (2014). Do supereu sujeito à lei simbólica à normatividade supersocial dos corpos falantes. In: COELHO DOS SANTOS, T., SANTIAGO, J.; MARTELLO, A. (Orgs.). **Os corpos falantes e a normatividade do supersocial**. Rio de

Janeiro: Cia de Freud, p. 27-62.

_____. (2015). O olhar sem véu: transparência e obscenidade. **Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana**, Rio de Janeiro, v. X, n. 20, p. 4-15. Disponível em <www.isepol.com/asephallus>. doi: 10.17852/1809-709x.2019v10n20p04-15>. Acesso em 20 set. 2016.

_____. (2016a). O Outro que não existe: verdade verídica, verdades mentirosas e desmentidos veementes. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 565-604. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_artt_ext&pid=S1516-14982016000300565&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 30 out. 2016.

_____. (2016b). **Do saber suposto ao saber exposto ou da identificação ao sintoma ao advento do pesquisador**. Trabalho apresentado em mesa redonda do VII Congresso Internacional de Psicopatologia Fundamental e XIII Congresso Brasileiro de Psicopatologia Fundamental. Maceió.

_____. (2017). A psicanálise é politicamente revolucionária ou conservadora? **Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana**, Rio de Janeiro, v. XII, n. 23, p. 4-22. Disponível em <www.isepol.com/asephallus>: Acesso em 30 abr. 2016.

COELHO DOS SANTOS, T.; ANTUNES, M. C. da C. (2006). Se todo gordo é feliz, a obesidade é um sintoma ou uma solução?. In: BASTOS, A. (Org.). **Psicanalisar hoje**. Rio de Janeiro. Contra Capa, p. 191-204.

COELHO DOS SANTOS, T.; ZUCCHI, M. A. (2007). Estrutura e gozo: os novos sintomas como solução na neurose e nas psicoses. In: FREIRE, A.B. (Org.). **Apostar no sintoma**. Rio de Janeiro: Contra Capa, p. 61-82.

COELHO DOS SANTOS, T.; SARTORI, A. P. (2007). Loucos de amor! Neuroses narcísicas, melancolia e erotomania feminina. **Tempo Psicanalítico**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 39, p. 13-33.

COELHO DOS SANTOS, T.; LOPES, R. G. (2013). **Psicanálise_ ciência e discurso**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 373 p.

CORCOS, M. (2011). **Le corps insoumis: psychopathologie des troubles des conduites alimentaires**. Paris: Dunod, 344 p.

COSENZA, D. (2014). **Le refus dans l'anorexie**. Rennes: PUR Réseau des Universités Ouest Atlantique, 282 p.

COSTA-ROSA, A. (2013). Para uma crítica da razão medicalizadora: o consumo de psicofármacos como Sintoma Social Dominante. In: COSTA-ROSA, A. (Autor). **Atenção Psicossocial além da Reforma Psiquiátrica: Contribuições a uma Clínica Crítica dos processos de subjetivação na Saúde Coletiva**. São Paulo: Editora UNESP, p. 167-232.

D'ARGORD, M. R. de L.; TRISKA, V. H. C. (2014). Da ciência do Real à escrita do Real. In: COELHO DOS SANTOS, T., SANTIAGO, J.; MARTELLO, A. (Orgs.). **Os corpos falantes e a normatividade do supersocial**. Rio de Janeiro: Cia de Freud, p. 171-197.

DE VILLERS, M. (2004). L'anorexie de Valérie: un appel au père. **Révue Quarto**, Bruxelles, n. 80-81, p. 36-38.

DOBROW, I. J. KAMENETZ, C.; DEVLIN, M. J. (2002) Aspectos psiquiátricos da obesidade. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 63-67. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbp/v24s3/13975.pdf>>. Acesso em 20 jan. 2014.

DUFOUR, D.-R. (2005). **A arte de reduzir as cabeças: sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 210 p.

_____. (2011). **L'individu qui vient... après le libéralisme**. Paris: Éditions Denoël, 486 p.

_____. (2013). **A cidade perversa: liberalismo e pornografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 389 p.

_____. (2015). **Pléonexie [dict.: “Vouloir posséder toujours plus”]**. Lormont: Le bord de l'eau, 133 p.

_____. (2016). **L'Autre lacanien, une raison dans le réel**. Conferência apresentada no VI Simpósio do Instituto Sephora de Ensino e Pesquisa de Orientação Lacaniana. Rio de Janeiro.

ESTEVES, R.; RAMIRES, V. R. R. (2015). Imagem do corpo e bulimia. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 225-240.

FENICHEL, O. (1957). **Teoria Psicoanalítica de las Neurosis**. Buenos Aires: Ed. Paidós, 1973, 815 p.

FLEURY, C. (2005). **Les pathologies de la démocratie**. Paris: Librairie Arthème Fayard, 312 p.

FREUD, S. (1893). Casos clínicos. In: FREUD, S. (Autor). **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. II, p. 57-206.

_____. (1894). Rascunho E: Como se origina a angústia. In: FREUD, S. (Autor). **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. I, p. 235-240.

_____. (1895). Rascunho G: Melancolia. In: FREUD, S. (Autor). **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. I, p. 246-252.

_____. (1897). Carta 69. In: FREUD, S. (Autor). **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. I, p. 309-311.

_____. (1900). **A interpretação dos sonhos – Edição comemorativa de 100 anos**. Rio de Janeiro: Imago, 2001, 780 p.

_____. (1905). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: FREUD, S. (Autor). **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. VII, p. 117-232.

_____. (1911). Formulações sobre os dois princípios do funcionamento psíquico. In: FREUD, S. (Autor). **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. X, p. 231-244.

_____. (1913). Totem e tabu. In: FREUD, S. (Autor). **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. XIII, p. 11-162.

_____. (1914). Sobre o narcisismo: uma introdução. In: FREUD, S. (Autor). **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. XIV, p. 75-110.

_____. (1915). Os instintos e suas vicissitudes. In: FREUD, S. (Autor). **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. XIV, p. 117-146.

_____. (1916). Alguns tipos de caráter encontrados no trabalho psicanalítico. In: FREUD, S. (Autor). **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. XIV, p. 325-350.

_____. (1917a). Conferência XXIII: Os caminhos da formação dos sintomas. In: FREUD, S. (Autor). **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. XVI, p. 171-209.

_____. (1917b). Luto e melancolia. In: FREUD, S. (Autor) **Introdução ao narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 170-194.

_____. (1919). “Uma criança é espancada”: uma contribuição ao estudo da origem das perversões sexuais. In: FREUD, S. (Autor). **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. XVII, p. 191-218.

_____. (1921). Psicologia das massas e análise do eu. In: FREUD, S. (Autor). **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. XVIII, p. 77-154.

_____. (1923a). A organização genital infantil: uma interpolação na teoria da sexualidade. In: FREUD, S. (Autor). **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. XIX, p. 157-200.

_____. (1923b). O ego e o id. In: FREUD, S. (Autor). **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. XIX, p. 13-80.

_____. (1924a). A perda da realidade na neurose e psicose. In: FREUD, S. (Autor). **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. XIX, p. 203-212.

_____. (1924b). O problema econômico do masoquismo. In: FREUD, S. (Autor). **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. XIX, p. 175-190.

_____. (1924c). A dissolução do complexo de Édipo. In: FREUD, S. (Autor). **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro, RJ: Imago, 1996, v. XIX, p. 193-199.

_____. (1924d). Neurose e psicose. In: FREUD, S. (Autor). **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. XIX, p. 165-174.

_____. (1926a). Inibições, sintomas e ansiedade. In: FREUD, S. (Autor). **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. XX, p. 79-168.

_____. (1926b). A questão da análise leiga: Conversações com uma pessoa imparcial. In: FREUD, S. (Autor). **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro, RJ: Imago, 1996, v. XX, p. 175-250.

_____. (1927). Fetichismo. In: FREUD, S. (Autor). **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. XXI, p. 151-162.

_____. (1930). O mal-estar na civilização. In: FREUD, S. (Autor). **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. XXII, p. 67-150.

_____. (1931). Sexualidade feminina. In: FREUD, S. (Autor). **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. XXI, p. 231-254.

_____. (1933a). A dissecação da personalidade psíquica. In: FREUD, S. (Autor). **Novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 192-223.

_____. (1933b). Feminilidade. In: FREUD, S. (Autor). **Novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 263-293.

_____. (1933c). Novas conferências introdutórias de psicanálise e outros trabalhos: Explicações, aplicações e orientações. In: FREUD, S. (Autor). **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. XXII, p. 135-154.

_____. (1937). Análise terminável e interminável. In: FREUD, S. (Autor). **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. XXIII, p. 223-270.

_____. (1940a). Esboço de psicanálise. In: FREUD, S. (Autor). **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. XXIII, p. 157-221.

_____. (1940b). A divisão do ego no processo de defesa. In: FREUD, S. (Autor). **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. XXIII, p. 291-300.

_____. (1950[1895]). Projeto para uma psicologia científica. In: FREUD, S. (Autor). **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. I, p. 333-444.

GAUCHET, M. (2002). **La démocratie contre elle-même**. Paris: Tel Gallimard, 312 p.

GONÇALVES, L. H. P. (2000). **O discurso do capitalista: uma montagem em curto-circuito**. São Paulo: Via Lettera, 128 p.

GRANGEARD, C. (2007). **Obesités: le poids des mots, les maux eu poids**. Paris: Calmann-Lévy, 225 p.

HOLLAND, J. (2013). **Au sujet du discours capitaliste**. Disponível em: <<https://jholandtranslations.com/docs/HOLLAND-Du-discours-capitaliste.pdf>>. Acesso em 01 set 2016.

JEAMMET, P. (2008). A abordagem psicanalítica dos transtornos das condutas alimentares. In: URRIBARRI, R. (Org.). **Anorexia e Bulimia**. São Paulo: Escuta, p. 29-49.

JEAN, T. (2013). L'anorexie-boulimie et la question du fantasme. In: LACÔTE-DESTRIBATS et al. (Orgs.). **Questions cliniques: qu'appelons-nous fantasme? – Séminaires de l'Association Lacanienne Internationale**. Paris: ALI, p. 235-258.

KOYRÉ, A. (2006). **Do mundo fechado ao universo infinito**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 272 p.

LACAN, J. (1938). **Os complexos familiares na formação do indivíduo: ensaio da análise de uma função em psicologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008, 94 p.

_____. (1947). A psiquiatria inglesa e a guerra. In: LACAN, J. (Autor). **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 106-126.

_____. (1953-1954). **O Seminário, livro 1: Os escritos técnicos de Freud**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979, 384 p.

_____. (1955-1956). **O Seminário, livro 3: As psicoses**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008, 368 p.

_____. (1956-1957). **O Seminário, livro 4: A relação de objeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995, 460 p.

_____. (1957-1958). **O Seminário, livro 5: As formações do inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, 536 p.

_____. (1958a). A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In: LACAN, J. (Autor). **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 591-652.

_____. (1958b). De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose. In:

LACAN, J. (Autor). **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 537-590.

_____. (1958c). A significação do falo. In: LACAN, J. (Autor). **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 692-703.

_____. (1958-1959). **O Seminário, livro 6: O desejo e sua interpretação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2016, 562 p.

_____. (1960a). Observações sobre o Relatório de Daniel Lagache: “Psicanálise e estrutura da personalidade”. In: LACAN, J. (Autor). **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 653-691.

_____. (1960b). Subversão do sujeito e a dialética do desejo no inconsciente freudiano. In: LACAN, J. (Autor). **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 807-842.

_____. (1961-1962). **O Seminário, livro 9: A identificação**. Inédito.

_____. (1962-1963a). **O Seminário, livro X: L’angoisse**. Paris: *Editions du Seuil*, 1982, 391 p.

_____. (1962-1963b). **O Seminário, livro 10: a angústia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, 372 p.

_____. (1963). Kant com Sade. In: LACAN, J. (Autor). **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 776-806.

_____. (1964a). **Le Séminaire, livre XI: Les quatre concepts fondamentaux de la psychanalyse**. Paris: *Editions du Seuil*, 1973, 391 p.

_____. (1964b). **O Seminário, livro 11: Os conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, 280 p.

_____. (1964c). Posição do inconsciente. In: LACAN, J. (Autor). **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 843-864.

_____. (1966). A ciência e a verdade. In: LACAN, J. (Autor). **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 869-892.

_____. (1966-1967). **La logique du fantasme**. Paris: Éditions de l’Association Lacanienne Internationale – Publication hors commerce, 2004, 470 p.

_____. (1968-1969). **O seminário, livro 16: de um Outro ao outro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008, 412 p.

_____. (1969a). Nota sobre a criança. In: LACAN, J. (Autor). **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 369-370.

_____. (1969b). Proposição de 9 de outubro de 1976: sobre o psicanalista da Escola. In: LACAN, J. (Autor). **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 248-264.

_____. (1969-1970). **O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise**. Rio de Janeiro:

Jorge Zahar, 1992, 232 p.

_____. (1970). Radiofonia. In: LACAN, J. (Autor). **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 400-447.

_____. (1971). **O Seminário 18 - De um discurso que não fosse semblante**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009, 176 p.

_____. (1971-1972). **Estou falando com as paredes: conversas na Capela de Saint-Anne**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011, 103 p.

_____. (1972). Du discours psychanalytique. In: CONTRI, G. (Org). **Lacan in Italia**. Milão: La Salamandra, 1978, p. 32-55.

_____. (1972-1973). **O Seminário, livro 20: mais, ainda**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008, 160 p.

_____. (1973-1974). **O seminário, livro 21: les non-dupes errent**. Inédito. Disponível em: <<http://staferla.free.fr/S21/S21%20NON-DUPES...pdf>>. Acesso em 10 jan. 2016.

_____. (1974). Entrevista concedida a Emílio Granzotto. **Magazine Littéraire - La Psychanalyse: nouveaux enjeux, nouvelles pratiques**, n. 428, 2004. Disponível em: <<http://www.magazine-litteraire.com/mensuel/428/jacques-lacan-il-ne-peut-pas-y-avoir-crise-psych-analyse-18-06-2014-25207>>. Acesso em 03 mai. 2016.

_____. (1974-1975). **Le séminaire, livre XXII: RSI**. Inédito. Disponível em: <<http://staferla.free.fr/S22/S22%20R.S.I..pdf>>. Acesso em: 15 jan 2016.

LAMBOTTE, M.-C. (1997). **O discurso melancólico: da fenomenologia à metapsicologia**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 550 p.

LASÈGUE, C. (1873) Da anorexia histérica. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 1, n. 3, 1998, p. 158-171.

LÉRÈS, G. (2004). Démensonges. **Èrès**, Toulouse, v. 1, n. 12, p. 155-171.

LERUDE, M. (1991). Pela felicidade das crianças ou Como a terapia de criança pode algumas vezes permitir o crescimento dos pais. In: TEIXEIRA, A. B. do R. (Org.). **O sujeito, o real do corpo e o casal parental**. Salvador: Ágalma, p. 129-141.

LINDENMEYER, C. (2016). **L'obésité, entre trop et pas assez**. No prelo.

LIPPE, D. Transtornos das condutas alimentares e ideal. In: URRIBARRI, R. (Org.). **Anorexia e Bulimia**. São Paulo: Escuta, p. 85-89.

LOCKE, J. (1961). **Dois Tratados do Governo Civil**. São Paulo: Martins Fontes, 2005, 416 p.

LOPES, R.G.; OLIVEIRA, F.L.G. de. (2010). O estatuto do sujeito e da realidade em psicanálise. **Estudos Lacanianos**, Belo Horizonte, v. 5, n. 3, p. 49-60.

LUSTOZA, R. Z. (2009). O discurso capitalista de Marx a Lacan: algumas consequências para o laço social. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 41-52. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982009000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 ago. 2015.

MAGTAZ, A. C. (2008). **Distúrbios da oralidade na melancolia**. 2008. 190 fl. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica). Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), São Paulo, 2008.

MALEVAL, J.-C. (2015). Por que a hipótese de uma estrutura autística?. **Opção Lacaniana Online**, n. 18, Disponível em: <http://www.opcaolacanianana.com.br/pdf/numero_18/Por_que_a_hipotese_de_uma_estruturaaautistica.pdf>. Acesso em 25 fev. 2016.

MALEVAL, J.-C. et al. (2009). Sobre a fantasia no sujeito psicótico: de sua carência e seus substitutos. In: BESSET, V. L. e CARNEIRO (Orgs.). **A soberania da clínica na psicopatologia do cotidiano**. Rio de Janeiro: Garamond, p. 13-44.

MARRET-MALEVAL, S. (2010a). Mélancolie et psychose ordinaire. **La Cause Freudienne**, Paris, n. 78, p. 248-257.

_____. (2010b). **Le pas-tout sans le ravage**. Conferência apresentada em Antenne Clinique. Dijon. Disponível em: <<http://www.lacan-universite.fr/wp-content/uploads/2011/04/THEORIES-DE-LA-CLINIQUE-11.pdf>>. Acesso em 10 jun. 2015.

MARTELLO, A. (2014). Método científico, normatividade social e sintoma psicanalítico. In: COELHO DOS SANTOS, T., SANTIAGO, J.; MARTELLO, A. (Orgs.). **Os corpos falantes e a normatividade do supersocial**. Rio de Janeiro: Cia. de Freud, p. 199-223.

MARX, K. (1867). **O capital: crítica da economia política – Livro I**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, 600 p.

MELMAN, C. (2003). **O homem sem gravidade: gozar a qualquer preço – Entrevistas por Jean-Pierre Lebrun**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 211 p.

MILLER, J.-A. (2000a). Os seis paradigmas do gozo. **Opção Lacaniana**, São Paulo, v. 26-27, n. 1, p. 87-105.

_____. (2000b). A teoria do parceiro. In: MONTEIRO, E.; RIBEIRO, V. A. (Orgs.). **Os circuitos do desejo na vida e na análise**. Rio de Janeiro: Contracapa, p. 153-207.

_____. (2002). Duas dimensões clínicas: sintoma e fantasia. In: MILLER, J.-A. (Autor). **Percorso de Lacan: uma introdução**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (2006). **Introducción a la clinica lacaniana - Conferências en España**. Barcelona: RBA Libros, 544 p.

_____. (2010). Efeito do Retorno à Psicose Ordinária. **Opção Lacaniana On Line**, n. 3, p. 1-30.

_____. (2011a). La logica del fantasma. In: MILLER, J. (Autor). **Donc la lógica de la cura**. Buenos Aires: Ed. Paidós, p. 373-393.

_____. (2011b). **Perspectivas dos Escritos e Outros Escritos de Lacan: entre desejo e gozo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 248 p.

MILLER, J.-A. et al. (2000). **Estudios de Anorexia y Bulimia**. Buenos Aires: Atuel-CAP, 190 p.

_____. (2004). **La psicosis ordinária: La convención de Antibes**. Buenos Aires: Ed. Paidós, 314 p.

_____. (2009). **Situations subjectives de déprise sociale**. Paris: Navarin, 187p.

MILLER, J.-A.; LAURENT, É. (1996-1997). **El otro que no existe y sus comités de ética**. Buenos Aires: Ed. Paidós, 2005, 466 p.

MILLER, J.-A.; MILNER, D. (2004). **Evaluation: entretiens sur une machine d'imposture**. Paris: Agalma, 63 p.

NASCIMENTO, M. B. (2010). Alienação, separação e travessia da fantasia. **Opção Lacaniana On line**, v.1, n.1, p. 1-15. Disponível em: <http://opcaolacanianana.com.br/pdf/numero_1/Aliena%C3%A7%C3%A3o_separa%C3%A7%C3%A3o_e_a_travessia_da_fantasia.pdf>. Acesso em 15 abr. 2016.

NAZAR, T. P. (2013). **Você tem fome de quê?: três abordagens dos transtornos da alimentação**. Rio de Janeiro: Cia. de Freud, 105 p.

OLIVEIRA, F. L. G.; DARRIBA, V. A. (2015). Sobre a importância da transmissão parental do desejo para a psicanálise a partir de um caso de obesidade infantil. **Estilos da Clínica**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 265-278.

PEDINIELLI, J.-L et al. (2013). **Les troubles des conduites alimentaires: anorexie, bulimie e obesité**. Paris: Armand Colin, 126 p.

POULAIN, J.-P. (2013a). **Sociologia da obesidade**. São Paulo: Senac, 374 p.

_____. (2013b). **Sociologias da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar**. Florianópolis: UFSC, 286 p.

RABINOVICH, D. (2005). **A significação do falo: uma leitura**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 64 p.

RECALCATI, M. (2002). O “demasiado cheio” do corpo: por uma clínica psicanalítica da obesidade. **Revista Latusa**, Rio de Janeiro, n. 7, p. 51-74.

_____. (2003). **Clínica del vacío, anorexias, dependências, psicoses**. Buenos Aires: Manancial, 400 p.

_____. (2004). **La última cena: anorexia y bulimia**. Buenos Aires: Mondadori, 277 p.

- ROIZMAN, D. H. (2011). A obesidade como prato cheio para o capitalismo. **A PESTE: Revista de Psicanálise e Sociedade e Filosofia**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 29-37.
- RUDGE, A. M.; FUKS, B. (2017). Corpo pulsional e seus desvarios: voz e corpo anoréxico. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, Rio de Janeiro, v. XX, n. 1, p. 69-84.
- SAFOUAN, M. (1981). Conferências cariocas. **Revirão: Revista da Prática Freudiana**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 77-97.
- SANTIAGO, A. L. (2005). **A inibição intelectual na psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 229 p.
- SOUZA, O. (1985). O Nome do pai no tratamento da histeria. **Revirão: Revista da Prática Freudiana**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 186-191.
- TEIXEIRA, A. (2015). “Já não creio mais em minha psicótica”: Considerações intempestivas sobre a psicose ordinária. **Opção Lacaniana Online Nova Série**, n. 18, p. 1-21. Disponível em: <http://www.opcaolacanianana.com.br/pdf/numero_18/Ja_nao_creio_mais_na_minha_psicotica.pdf>. Acesso em 1 mar. 2016.
- URRIBARRI, R. (2008). Comentários da apresentação “Anorexia Nervosa”, de Helen Deutsch. In: URRIBARRI, R. (Org.). **Anorexia e Bulimia**. São Paulo: Escuta, p. 22-27.
- VAL, C. A. et al. (2014). Anorexia: uma imagem desmascarada. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 243-259. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167711682014000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 25 jan. 2016.
- VANDERMERSCH, B. (2013). Peut-on parler de fantasme dans la paranoïa?. In: LACÔTE-DESTREBATS et al. (Orgs). **Questions cliniques: qu'appelons-nous fantasme? Séminaires de l'Association Lacanienne Internationale**. Paris: ALI, p. 165-190.
- VARGIONI, J. (2015). **Corps obèses, corps mélancoliques**. Paris: PUF, 302 p.
- WEBER, M. (1905). **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2013, 301 p.